UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE SISTEMATICA E ECOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE - PRODEMA

Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Associação Plena em Rede

UFPI UFC UFRN UFPB UFPE UFS UESC

JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA A PARTIR DO USO DE INDICADORES:

um estudo desenvolvido em comunidades do Nordeste brasileiro

João Pessoa – PB
Agosto /2019

JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA A PARTIR DO USO DE INDICADORES:
um estudo desenvolvido em comunidades do Nordeste brasileiro

Tese apresentada ao Colegiado do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Associação em Rede Plena (UFC, UFPI, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC) como requisito para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima

João Pessoa – PB
Agosto/2019

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T281a Temoteo, Joelma Abrantes Guedes.
ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA A PARTIR DO USO DE INDICADORES: um estudo desenvolvido em comunidades do Nordeste brasileiro / Joelma Abrantes Guedes Temoteo. - João Pessoa, 2019.
207 f.

Orientação: Eduardo Rodrigues Viana de Lima.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN/PRODEMA.

1. Turismo de Base Comunitária. 2. Indicadores de Sustentabilidade. 3. Comunidades. I. Lima, Eduardo Rodrigues Viana de. II. Título.

UFPB/BC

JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA A PARTIR DO USO DE INDICADORES:
um estudo desenvolvido em comunidades do Nordeste brasileiro

Tese apresentada ao Colegiado do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Associação em Rede Plena (UFC, UFPI, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC) como requisito para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente aprovada em sessão pública de defesa realizada neste dia.

Joao Pessoa, 26/08/2019.

Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima
UFPB (Orientador)

Profa. Dra. Maristela Andrade de Oliveira
UFPB/PPGA - Examinadora

Prof. Dr. Bartolomeu Israel de Souza
UFPB/PRODEMA - Examinador

Profa. Dra Maria Cristina Crispim
UFPB/PRODEMA - Examinadora

Prof. Dr. André Luiz Queiroga Reis
UNIPÊ - Examinador

Aos meus amados filhos, Davi e Lucas,
lindos presentes de Deus e razão para
que eu queira lutar por um mundo melhor.

“Aprender é a única coisa que a mente nunca se cansa, nunca se tem medo e nunca se arrepende.”
Leonardo da Vinci

AGRADECIMENTOS

Para que eu conseguisse realizar este trabalho de pesquisa foi fundamental o apoio, colaboração e incentivo de inúmeras pessoas, sem as quais eu certamente não teria chegado a este tão sonhado momento de conclusão. A estas pessoas, minha eterna Gratidão:

A Deus pelo dom da vida, pelas Suas misericórdias que se renovaram a cada manhã durante esses mais de 4 anos de doutoramento; Por ter sido minha força e não ter me deixado se quer pensar desistir deste sonho;

Aos meus filhos Davi e Lucas, maiores amores da minha vida, fontes da minha alegria e vontade de ser uma pessoa e mãe melhor a cada dia. Realizar um doutoramento com filhos pequenos foi certamente ainda mais desafiador. Mas tê-los em minha vida também representa minha principal motivação para lutar e vencer os desafios dessa vida;

Ao meu querido orientador Eduardo Viana, meu muitíssimo obrigada por todo apoio, orientações e especialmente pela inestimável confiança em mim depositada desde o período do mestrado e início dessa jornada de doutoramento. Deus sabia exatamente o quanto seu apoio seria fundamental nesse processo por isso o colocou como meu orientador;

A todos os mestres que tive na vida de estudante, especialmente ao querido e saudoso "Guy" (Alberto Kioharu Nishida) *in memoriam* que acreditou em mim desde a graduação, mesmo quando nem eu mesma acreditava. Quanta saudade!

Aos meus amados "Painho" e "Mainha" (Joel e Fátima), por todo apoio e incentivo aos estudos desde minha infância, quando me ensinaram o valor do aprender e do conhecimento. Reconheço e agradeço imensamente a vocês por todos os esforços e sacrifícios realizados para que eu e meus irmãos pudéssemos estudar;

E por falar neles, meus queridos irmãos, Wagner e Kaline, registro meu agradecimento pelo apoio e por existirem em minha vida, meu coração se alegra e encontra conforto em saber que sempre teremos um ao outro nessa caminhada da vida;

Ao meu querido esposo Ricardo Temoteo por todo apoio e compreensão. Sei que não foi nada fácil aguentar minhas ausências, viagens para pesquisas e estresses nesse período. Foram necessários muitos sacrifícios nossos para a realização desse meu sonho. Espero que também possamos colher juntos os frutos dessa nossa vitória;

À Universidade Federal da Paraíba, minha segunda casa há mais de 20 anos, e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) que me acolheu desde o mestrado e que mais uma vez me recebeu para o doutorado.

A todos os professores do PRODEMA que gentilmente dividiram seus conhecimentos com seus discentes, meus sinceros agradecimentos. Agradeço especialmente ao professor Reinaldo Lucena, atual coordenador do PRODEMA/UFPB e a todos os demais professores

pelo apoio nessa caminhada. Gostaria de registrar também meu agradecimento à secretaria do PRODEMA, inicialmente através de Saulo e mais recentemente com Sisnande, pelo apoio durante o doutorado.

Aos colegas do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal da Paraíba pela concessão do meu afastamento que me permitiu realizar minha pesquisa de campo e conclusão deste trabalho. De maneira especial agradeço ao colega Élbio Troccoli Pakman pela compreensão e empenho em meu processo de renovação de afastamento;

Às comunidades que me receberam gentilmente para a realização da pesquisa, especialmente aos entrevistados e respondentes dos questionários nas duas comunidades;

Aos professores da banca de qualificação e defesa pela disponibilidade em participar e por todas as contribuições para a melhoria deste trabalho;

Aos ex-alunos e agora amigos Hyago, Priscila, Pyetro e Ana Luíza pelo auxílio e companhia na aplicação dos questionários nas comunidades desse estudo;

Aos colegas da turma 2015 do doutorado do PRODEMA/UFPB especialmente à querida "amiga-anjo" Ivys Medeiros por toda força, apoio e disponibilidade; ao prestativo João Rosa que gentilmente elaborou os mapas de localização das comunidades desse estudo e Fabiana Marinho e Flávia pelas companhias nas disciplinas cursadas e conversas sobre as teses;

Agradeço também aos meus amigos e amigas. Sempre digo que me considero privilegiada por Deus, pois Ele colocou em minha vida amigas e amigos muito especiais, verdadeiros irmãos para os momentos felizes e também nas dificuldades como em Provérbios 17:17: "O amigo ama em todos os momentos; é um irmão na adversidade." Não tenho a pretensão de citar todos os nomes aqui mas ressaltarei apenas os que estiveram mais presentes nesses últimos 4 anos de doutoramento. Algumas são amigas de longas datas como Vanille Pessoa, Carolzinha, Vivianne Amorim, Lilian Viera, Hallynne e Juliana Aragão e outras bem mais recentes, porém não menos intensas como Jammilly Brandão, Ilana Kyiotany e Renata Guimarães. Eu não tenho palavras para agradecer pelo apoio, compreensão, por me verem com olhares generosos e pelo amor compartilhado. Também quero deixar meu agradecimento ao querido Breno Henrique, aquele ser iluminado que tenho a honra de chamar de amigo desde as nossas aventuras na época do mestrado;

Meu muito obrigada também à minha terapeuta Dra. Graça por todo apoio psicológico nesses anos de doutoramento;

Aos funcionários Cátia, Jorge e Vinícius do IBGE de João Pessoa pela paciência e gentileza com que me atenderam quando precisei de ajuda para encontrar alguns dados em seu portal;

Meu muitíssimo obrigada também a Danilo Rolim que me deu um grande suporte em relação aos testes estatísticos e fórmulas dos índices; e a Gerlândia que me ajudou com a transcrição de algumas entrevistas.

TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA A PARTIR DO USO DE INDICADORES: um estudo desenvolvido em comunidades do Nordeste brasileiro**. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2019. 205 p.**

RESUMO

O Turismo de Base comunitária (TBC) representa um modelo alternativo ao turismo convencional ou de Massas diante da insustentabilidade já constatada deste. São características do TBC o protagonismo dos membros da própria comunidade no processo de desenvolvimento e tomadas de decisões, a distribuição equitativa da renda, a solidariedade, valorização da cultura e identidades locais bem como a preservação dos recursos naturais da comunidade. Os Indicadores de Sustentabilidade têm sido apontados como instrumentos capazes de auxiliar no processo de busca de um turismo mais sustentável através da mensuração de aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais. O objetivo principal desta pesquisa foi analisar o nível de sustentabilidade do TBC nas comunidades de Ponta Grossa (Icapuí/CE) e Chã de Jardim (Areia/PB) a partir do uso de indicadores. Para tanto, realizou-se uma adaptação do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo (SISDTur) proposto por Hanai (2009) à realidade de pequenas comunidades onde se desenvolve o TBC, como forma de tornar esse sistema mais simplificado e viabilizar o monitoramento dos aspectos da sustentabilidade nessas comunidades. Para o alcance dos objetivos propostos, desenvolveu-se, metodologicamente, uma triangulação de abordagens quantitativas e qualitativas. Entre os instrumentos de coleta de dados foi elaborado e aplicado junto às comunidades um questionário contendo além de questões para a elaboração do perfil sociodemográfico de cada comunidade, as escalas dos índices de Satisfação com a Vida (*Satisfaction With Life Scale*- SWLS-BP) e Qualidade de Vida (WHOQOL-BREF) e se produziu uma escala para gerar o Índice de Percepção em Relação ao TBC. Foram realizadas entrevistas com os líderes comunitários para a verificação do atendimento aos princípios do TBC. Na sequência, foram realizados testes estatísticos através do Software SPSS com os dados obtidos através dos questionários aplicados para verificação da confiabilidade e estabelecimento de suas correlações. Produziram-se, ainda, índices relacionados ao Abastecimento de Água, Tratamento de Esgotos e Coleta de Resíduos Sólidos nas duas comunidades a partir de dados dos setores censitários do Censo do IBGE 2010. Para a realização da adaptação do SISDTur (Hanai,2009) ao TBC, foram realizados três processos de triagens dos indicadores, sendo o primeiro junto aos especialistas em TBC no Brasil, o segundo a partir de curso e oficina junto às comunidades e a terceira triagem para simplificação e aproximação à realidade de pequenas comunidades. O novo sistema denominado SISDTBC foi aplicado junto a atores sociais das duas comunidades investigadas e os resultados obtidos para todos os índices para a comunidade de Ponta Grossa foram mais altos que os da comunidade de Chã de Jardim. Os resultados obtidos para os de índices de Percepção em Relação ao TBC, Satisfação com a Vida e o de Qualidade de Vida junto aos moradores dessas comunidades sugerem que esses moradores encontram-se satisfeitos com a vida que tem e avaliam o nível de qualidade de vida que possuem como satisfatórios, mesmo não tendo algumas de suas necessidades mais básicas atendidas como acesso à saúde, educação, água, empregos, tratamento de esgotos e coleta de resíduos sólidos. A partir da aplicação do SISDTBC foram gerados os Índices de Sustentabilidade do TBC em cada comunidade e verificou-se que em Chã de Jardim este índice foi considerado parcialmente sustentável enquanto o Índice de Sustentabilidade do TBC em Ponta Grossa foi considerado sustentável. Por fim, são apresentadas as contribuições gerenciais do estudo, limitações da pesquisa e algumas sugestões de estudos futuros.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Indicadores de Sustentabilidade; Qualidade de Vida; Comunidades.

TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes. SUSTAINABILITY ANALYSIS OF COMMUNITY-BASED TOURISM THROUGH INDICATORS: A study conducted in communities in northeastern Brazil. **Doctoral Thesis of the Postgraduate Program in Development and Environment – PRODEMA, Federal University of Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2019. 205 p.**

ABSTRACT

Community-based tourism (TBC) represents an alternative model to conventional or mass tourism because the last one is unsustainable. The TBC is characterized by the protagonism of community members in the development and decision-making process, by the equitable distribution of income, and by solidarity, enhancement of local culture and identities, as well as by the preservation of the community's natural resources. The Sustainability Indicators have been used as tools capable of assisting in the process of searching for more sustainable tourism through the measurement of economic, cultural, social and environmental aspects. Thus, the main objective of this study was to analyze the sustainability level of TBC in the communities of Ponta Grossa (Icapuí/CE) and Chã de Jardim (Areia/PB) from the use of indicators. For this purpose, the Sustainability Indicator System for Tourism (SISDTur), proposed by Hanai (2009), was adapted to the reality of small communities where TBC occurs, as a way of making this system more simplified and making possible the monitoring of sustainability aspects in these communities. To achieve the proposed objectives, a triangulation of quantitative and qualitative approaches was methodologically performed. For the data collection, a questionnaire was applied addressing questions for the elaboration of a sociodemographic profile of each community and the Satisfaction With Life Scale (SWLS-BP) and Quality of Life (WHOQOL-BREF) and a scale was created to generate the TBC perception index. Interviews were conducted with community leaders to verify compliance with TBC principles. Subsequently, statistical analyses were performed using the SPSS Software with the data obtained from the questionnaires applied to verify the reliability and establish their correlations. Water supply, sewage treatment, and solid waste collection indexes were also established in the two communities based on census data from the IBGE (2010). To adapt the SISDTur (Hanai, 2009) to the TBC, three indicator screening processes were carried out. The first one with the TBC specialists in Brazil, the second one from a course and workshop with the communities and the third screening was performed for simplification and approximation to the reality of small communities. The new system called SISDTBC was applied to social actors in the two communities investigated. The results obtained for all indexes in the community of Ponta Grossa were higher than those obtained in the community of Chã de Jardim. The results of TBC perception, Satisfaction with Life and Quality of Life indexes obtained from the interviews with residents of these communities suggest these people are satisfied with their lives and classified their level of quality of life as satisfactory, even though some of their basic needs are not met, such as access to health, education, water, jobs, sewage treatment, and solid waste collection. From the application of the SISDTBC, the TBC sustainability index was generated in each community. This index in Chã de Jardim was considered partially sustainable whereas in Ponta Grossa it was considered sustainable. Finally, the management contributions and limitations of this research and some suggestions for future studies are presented.

Keywords: Community-Based Tourism; Sustainability Indicators; Quality of life; Communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Divisão e Dimensões do SISDTur (Hanai 2009)	**43**
Figura 02	Estrutura de Aplicação do SISDTur	**45**
Figura 03	Mapa de localização da comunidade de Ponta Grossa, município de Icapuí-CE .	**53**
Figura 04	Foto das Dunas e falésias da Praia de Ponta Grossa, município de Icapuí, Ceará	**53**
Figura 05	Foto das Dunas e falésias da Praia de Ponta Grossa, município de Icapuí, Ceará	**53**
Figura 06	Mapa com a localização da Comunidade de Ponta Grossa, município de Icapuí - CE	**54**
Figura 07	Mapa de localização da comunidade Chã de Jardim, município de Areia-PB	**55**
Figura 08	Mapa Social da Comunidade de Ponta Grossa, Icapuí-CE	**74**
Figura 09	Ladeira de acesso à praia e à "parte de baixo" da comunidade de Ponta Grossa	**75**
Figura 10	Rua principal da "parte de baixo" onde estão localizadas as "barracas", chalés, locais onde são servidos os cafés-da-manhã e as pousadas.	**75**
Figura 11	Casas da Vila de Chã, na comunidade Chã de Jardim, construídas para realojar as famílias retiradas da área do Parque Estadual Mata do Pau Ferro.	**77**
Figura 12	Vista frontal do Restaurante Rural e Bodega Vó Maria, na comunidade Chã de Jardim, Areia-PB.	**78**
Figura 13	Vista da entrada do *Camping* recentemente inaugurado em Chã de Jardim	**79**
Figura 14	Foto da "Barraca Pantanal" na comunidade de Ponta Grossa	**113**
Figura 15	Foto da "Barraca Canaã" na comunidade de Ponta Grossa	**113**
Figura 16	Oficina realizada junto a integrantes d a comunidade de Ponta Grossa	**145**
Figura 17	Oficina realizada junto a integrantes da comunidade de Chã de Jardim	**146**

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Setores Censitários das comunidades em estudo	**62**
Quadro 02	Lista dos e-mails dos especialistas em TBC no Brasil obtidos	**64**
Quadro 03	Informações sobre os especialistas em TBC participantes da Consulta Delphi	**66**
Quadro 04	Distribuição das faixas das médias por indicadores	**69**
Quadro 05	Distribuição das faixas dos índices de sustentabilidade das dimensões	**70**
Quadro 06	Quadro com os princípios do TBC e as palavras-chave retiradas dos princípios	**80**
Quadro 07	Resumo da análise sobre a adequação do Turismo em Ponta Grossa aos princípios do TBC	**89**
Quadro 08	Resumo da análise sobre a adequação do Turismo em Chã de Jardim aos princípios do TBC	**97**
Quadro 09	Resultado do Teste de Mann-Whitney (resumo de Teste de Hipótese)	**118**
Quadro 10	Estatística descritiva das pontuações obtidas nas duas comunidades em estudo	**119**
Quadro 11	Resultados do Teste de Correlação de *Spearman* para a comunidade de Chã de Jardim	**120**
Quadro 12	Resultados do Teste de Correlação de *Spearman* para a comunidade de Ponta Grossa	**121**
Quadro 13	Cálculo dos índices de Percepção do TBC, de Satisfação com a Vida e Qualidade de Vida para as duas comunidades em estudo	**123**
Quadro 14	Dados por Setores Censitários obtidos sobre o Abastecimento de Água	**126**
Quadro 15	Legendas dos dados obtidos sobre o Abastecimento de Água	**127**
Quadro 16	Dados Finais por Setores Censitários obtidos sobre o Abastecimento de Água	**128**
Quadro 17	Pesos atribuídos aos tipos de Abastecimento de Água	**128**
Quadro 18	Dados por Setores Censitários sobre os tipos de tratamentos de esgotos	**130**
Quadro 19	Legendas dos dados obtidos sobre o Abastecimento de Água	**130**
Quadro 20	Dados por Setores Censitários obtidos sobre o Tratamento de Esgotos	**132**
Quadro 21	Pesos atribuídos aos tipos de Tratamento de Esgotos	**132**
Quadro 22	Legenda dos dados obtidos sobre a Coleta de Resíduos Sólidos	**133**
Quadro 23	Dados do IBGE sobre os tipos de Coleta de Resíduos nas comunidades estudadas	**134**
Quadro 24	Dados Finais do IBGE sobre os tipos de Coleta de Resíduos nas comunidades estudadas	**134**
Quadro 25	Pesos atribuídos aos tipos de Coleta de Resíduos	**135**
Quadro 26	Resultado Geral dos Índices gerados nas duas comunidades em estudo	**136**
Quadro 27	Classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade	**136**
Quadro 28	Lista de indicadores de sustentabilidade de turismo em locais de visitação submetidos à seleção dos especialistas em TBC no Brasil	**137**

Quadro 29	Lista de indicadores de sustentabilidade da gestão municipal de turismo na região submetidos à seleção	**138**
Quadro 30	Indicadores de sustentabilidade selecionados e eliminados a partir da triagem com especialistas	**140**
Quadro 31	Indicadores de sustentabilidade eliminados a partir da consulta aos especialistas	**140**
Quadro 32	Indicadores de sustentabilidade de turismo em locais de visitação selecionados pelos especialistas em TBC do Brasil.	**142**
Quadro 33	Lista de indicadores de sustentabilidade da gestão municipal de turismo na região selecionados pelos especialistas em TBC do Brasil	**143**
Quadro 34	Lista com os participantes do curso e oficina na comunidade de Ponta Grossa	**144**
Quadro 35	Lista com os participantes do curso e oficina na comunidade de Chã de Jardim	**145**
Quadro 36	Indicadores eliminados na comunidade de Ponta Grossa	**146**
Quadro 37	Indicadores eliminados na comunidade de Chã de Jardim	**147**
Quadro 38	Lista final dos Indicadores de Sustentabilidade do TBC	**150**
Quadro 39	Quadro com os indicadores e as respectivas afirmativas para a consulta junto aos atores sociais	**151**
Quadro 40	Quadro do SISDTBC com a lista final dos Indicadores e respectivas formas de medição, tipos de unidades de medidas e critérios de análise	**153**
Quadro 41	Atores sociais que avaliaram os indicadores na comunidade de Ponta Grossa	**158**
Quadro 42	Atores sociais que avaliaram os indicadores na comunidade de Chã de Jardim	**158**
Quadro 43	Distribuição das faixas das médias por indicadores	**159**
Quadro 44	Distribuição das faixas dos índices de sustentabilidade das dimensões	**160**
Quadro 45	Médias, Índices e avaliações dos atores sociais da Dimensão Ambiental na comunidade de Chã de Jardim	**161**
Quadro 46	Médias e avaliações dos atores sociais da Dimensão Ambiental na comunidade de Ponta Grossa	**162**
Quadro 47	Médias e avaliações dos atores sociais da Dimensão Social na comunidade de Chã de Jardim	**163**
Quadro 48	Médias e avaliações dos atores sociais da Dimensão Social na comunidade de Ponta Grossa	**164**
Quadro 49	Médias e avaliações dos atores sociais da Dimensão Cultural na comunidade de Chã de Jardim	**165**
Quadro 50	Médias e avaliações dos indicadores da Dimensão Cultural na comunidade de Ponta Grossa	**166**
Quadro 51	Médias e avaliações dos indicadores da Dimensão Turística e Institucional na comunidade de Chã de Jardim	**167**
Quadro 52	Médias e avaliações dos indicadores da Dimensão Turística e Institucional na comunidade de Ponta Grossa	**168**
Quadro 53	Médias e avaliações dos indicadores da Dimensão Econômica na comunidade de Chã de Jardim	**169**
Quadro 54	Médias e avaliações dos indicadores da Dimensão Econômica na comunidade de Ponta Grossa	**169**

Quadro 55	Resumo das avaliações dos indicadores por dimensão na comunidade de Chã de Jardim	**175**
Quadro 56	Avaliações dos índices por dimensão e geral na comunidade de Chã de Jardim	**175**
Quadro 57	Resumo das avaliações dos indicadores por dimensão na comunidade de Ponta Grossa	**177**
Quadro 58	Avaliações dos índices por dimensão e geral na comunidade de Ponta Grossa	**177**
Quadro 59	Resumo geral dos Índices e Análises das Dimensões da Sustentabilidade do TBC	**178**
Quadro 60	Resumo Geral dos Índices produzidos	**180**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Gênero dos respondentes na comunidade de Chã de Jardim (PB)	**99**
Gráfico 02	Gênero dos respondentes na comunidade de Ponta Grossa (CE)	**100**
Gráfico 03	Faixa Etária dos respondentes na comunidade de Chã de Jardim (PB)	**100**
Gráfico 04	Faixa Etária dos respondentes da comunidade de Ponta Grossa (CE)	**101**
Gráfico 05	Grau de Escolaridade dos respondentes em Chã de Jardim	**101**
Gráfico 06	Grau de Escolaridade dos respondentes da comunidade de Ponta Grossa (CE)	**102**
Gráfico 07	Estado Civil dos respondentes na comunidade de Chã de Jardim (PB)	**103**
Gráfico 08	Estado Civil dos respondentes na comunidade de Ponta Grossa (CE)	**103**
Gráfico 09	Quantidade de filhos dos respondentes da pesquisa na comunidade de Chã de Jardim (PB)	**104**
Gráfico 10	Quantidade de filhos dos respondentes da pesquisa na comunidade de Ponta Grossa (CE)	**104**
Gráfico 11	Atividades econômicas dos respondentes na comunidade de Ponta Grossa (CE)	**105**
Gráfico 12	Atividades econômicas dos respondentes na comunidade de Chã de Jardim (PB)	**106**
Gráfico 13	Principais atrativos turísticos da comunidade de Ponta Grossa (CE)	**110**
Gráfico 14	Principais atrativos turísticos da comunidade de Chã de Jardim (PB)	**111**
Gráfico 15	Sugestões dos respondentes de ações/áreas para melhoria do Turismo na comunidade de Ponta Grossa (CE)	**114**
Gráfico 16	Sugestões dos respondentes de ações/áreas para melhoria do Turismo na comunidade de Chã de Jardim (PB)	**114**
Gráfico 17	Sugestões dos respondentes de ações/áreas para melhoria da Qualidade de Vida da comunidade de Ponta Grossa (CE)	**115**
Gráfico 18	Gráfico com as sugestões dos respondentes de ações/áreas para melhoria da Qualidade de Vida da comunidade de Chã de Jardim (PB)	**116**
Gráfico 19	Ocorrência de problemas com turistas da comunidade de Ponta Grossa (CE)	**117**
Gráfico 20	Ocorrência de problemas com turistas da comunidade de Chã de Jardim (PB)	**117**

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**18**
2	**REFERENCIAL TEÓRICO**	**23**
2.1	**Desenvolvimento Sustentável e Turismo Sustentável**	**23**
2.2	**Comunidades e Territórios**	**28**
2.3	**Turismo de Base Comunitária: Conceitos e Princípios**	**31**
2.4	**Redes de TBC no Brasil e na América Latina**	**34**
2.5	**Indicadores de Sustentabilidade**	**36**
2.6	**Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo**	**38**
2.7	**O SISDTUR – Sistema de Indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico**	**42**
2.8	**Qualidade de Vida e Satisfação com a Vida**	**46**
3	**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**	**50**
3.1	**Seleção e delimitação das áreas de estudo**	**51**
3.1.1	Comunidade de Ponta Grossa, município de Icapuí (CE)	**52**
3.1.2	Comunidade Chã de Jardim, município de Areia (PB)	**54**
3.2	**Elaboração dos instrumentos de coleta de dados**	**55**
3.3	**Seleção dos participantes das entrevistas**	**55**
3.4	**Cálculo das amostras nas duas áreas de estudo**	**57**
3.5	**Seleção dos respondentes dos questionários**	**58**
3.6	**Testes Estatísticos**	**58**
3.7	**Análise das Entrevistas**	**59**
3.8	**Cálculo dos Índices**	**60**
3.8.1	Índice de Percepção da comunidade em relação ao TBC	**61**
3.8.2	Índice de Satisfação com a Vida (*Satisfaction With Life Scale)*	**61**
3.8.3	Índice de Qualidade de Vida (WHOQOL-BREF)	**61**
3.8.4	Índices gerados a partir dos dados obtidos junto ao IBGE	**62**
3.8.5	Índice de Sustentabilidade do TBC	**63**
3.8.5.1	Adaptação do Sistema de Indicadores de sustentabilidade aplicado ao contexto do desenvolvimento turístico (SISDTUR), desenvolvido por Hanai (2009)	**63**
3.8.5.2	Primeira triagem dos indicadores: consulta aos especialistas em TBC no Brasil através do uso da Técnica Delphi	**63**
3.8.5.3	Segunda triagem dos Indicadores: Através de Oficinas junto às comunidades em estudo	**66**
3.8.5.4	Terceira triagem: análise dos resultados da triagem anterior, junção das duas tabelas em uma e nova eliminação de indicadores	**67**

3.8.5.5	Operacionalização do SISDTBC e cálculo do Índice de Sustentabilidade do TBC	**67**
4	**DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**	**72**
4.1	**Breve histórico e diagnóstico turístico das comunidades em estudo**	**72**
4.1.1	Comunidade de Ponta Grossa (CE)	**72**
4.1.2	Comunidade de Chã de Jardim (PB)	**76**
4.2	**Análise das Entrevistas**	**80**
4.1.1	Entrevistados de Ponta Grossa	**80**
4.1.2	Entrevistados de Chã de Jardim	**90**
4.3	**Descrição e análise dos dados obtidos através dos questionários**	**99**
4.3.1	Perfil Sócio demográfico dos Respondentes nas duas áreas de pesquisa	**99**
4.3.2	Percepção dos moradores das duas áreas de estudo sobre os possíveis impactos do turismo em suas comunidades	**106**
4.4	**Descrição dos Resultados dos Testes Estatísticos**	**118**
4.4.1	Resultado do Teste Coeficiente Alfa de *Cronbach*	**118**
4.4.2	Resultados do Teste de Normalidade de *Shapiro-Wilk*	**118**
4.4.3	Resultados do Teste de *Mann-Witney*	**118**
4.4.4	Resultados do Teste de Correlação de *Spearman*	**119**
4.5	**Descrição dos Cálculos dos Índices**	**122**
4.5.1	**Índices obtidos a partir dos questionários aplicados junto às comunidades**	122
4.5.1.1	Índice de Percepção da comunidade em relação ao TBC	122
4.5.1.2	Índice de Qualidade de Vida	123
4.5.1.3	Índice de Satisfação com a Vida	123
4.5.2	**Índices gerados a partir dos dados obtidos junto ao IBGE**	125
4.5.2.1	Índice de Abastecimento de Água	126
4.5.2.2	Índice de Tratamento de Esgotos	129
4.5.2.3	Índice de Coleta de Resíduos Sólidos	133
4.5.3	**Índice de Sustentabilidade do TBC**	136
4.5.3.1	Primeira Triagem dos indicadores: junto aos especialistas em TBC no Brasil (abordagem *Top-Down*)	136
4.5.3.2	Segunda Triagem dos Indicadores de Sustentabilidade: junto às Comunidades (Abordagem *Bottom-Up*)	143
4.5.3.3	Terceira Triagem dos Indicadores de Sustentabilidade: União das duas tabelas de indicadores em apenas uma e nova seleção baseada na realidade das comunidades	148

4.5.4	**Aplicação do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária– SISDTBC**	**156**
4.5.4.1	Dimensão Ambiental	160
4.5.4.2	Dimensão Social	163
4.5.4.3	Dimensão Cultural	164
4.5.4.4	Dimensão Turística e Institucional	166
4.5.4.5	Dimensão Econômica	168
4.5.4.6	**Discussão e análise dos resultados dos Índices das Dimensões da Sustentabilidade do TBC**	**169**
4.5.4.7	**Nível de Sustentabilidade do TBC**	**173**
4.5.4.8	**Nível de Sustentabilidade do TBC em Ponta Grossa**	173
4.5.4.9	**Nível de Sustentabilidade do TBC em Chã de Jardim**	176
4.5.5	**Discussão e análise dos Níveis de Sustentabilidade do TBC nas duas comunidades em estudo**	**176**
4.5.6	**Análise comparativa entre o índice de Sustentabilidade do TBC e demais índices**	**178**
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**184**
	REFERÊNCIAS	**191**
	APÊNDICE A – Modelo do Questionário de Pesquisa aplicado nas duas áreas de estudo	**200**
	APÊNDICE B – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	**203**
	APÊNDICE C - Modelo do formulário aplicado junto aos diversos atores sociais atuantes na atividade turística local	**204**
	ANEXO A - Parecer de Aprovação Comitê de Ética da UFPB	**207**

1 INTRODUÇÃO

A expansão da atividade turística, focada em aspectos econômicos e impulsionada com os avanços tecnológicos e pelo processo de globalização das últimas décadas, resultou em um modelo de turismo ao qual se convencionou chamar de Turismo de Massa, alinhado aos sistemas de produção hegemônicos globais e baseado em seus modos convencionais de produção e consumo, que atende especialmente aos interesses de grupos sociais majoritários (SÁ; LOPES, 2012).

Entretanto, já se sabe que esse turismo, bem como o atual modelo de desenvolvimento econômico ao qual ele pertence, não são capazes de se sustentar em longo prazo, pois têm provocado diversos impactos negativos, tanto ao ambiente quanto às populações locais e suas culturas, extrapolando os limites biológicos do planeta e contribuindo para aumentar as desigualdades sociais. Lage e Milone (2001) concordam com tal perspectiva e acrescentam ainda que o turismo convencional tem parcialmente um grande número de custos sociais e culturais.

A oferta do turismo de massa privilegia o lucro imediato e de grande escala e, com isso, destrói a qualidade relativa dos sítios turísticos. De acordo com Zaqual (2009, p.57), através de suas observações empíricas, a demanda cada vez mais "vira as costas" ao turismo de massa e de grande distância.

Desde a década de 1970, tem-se percebido um processo de tomada de consciência por parte da sociedade em relação a essa crise instaurada e sua relação com o modelo de desenvolvimento vigente. Tais processos fizeram emergir, em contraponto ao modelo de desenvolvimento focado apenas nos aspectos econômicos, uma nova proposta de desenvolvimento que minimize tais impactos, baseada no tripé atividade econômica, bem estar da sociedade e meio ambiente. A esse novo modelo de desenvolvimento atribuiu-se o nome de Desenvolvimento Sustentável. Refere-se a um desenvolvimento harmônico que respeite as limitações ecológicas do planeta e que se preocupa também com a qualidade ambiental e de vida das gerações futuras. Apresenta como dimensões principais: a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade sociocultural. Propõe-se ser um modelo de desenvolvimento capaz de estabelecer um equilíbrio entre tecnologia e meio ambiente, buscando equidade e justiça social.

Com base nessa nova proposta de desenvolvimento mais sustentável e alinhada ao paradigma do ambientalismo renovado, que considera tão importante quanto os aspectos econômicos, as dimensões social, cultural e ecológica, surgem novas alternativas para o desenvolvimento da atividade turística, que visam diminuir os impactos negativos impulsionados com o turismo de massa, como é o caso do Turismo Sustentável.

Corroborando com essa perspectiva, Irving (2009, pg.108) reforçou a necessidade de se questionar as bases do Turismo Convencional, encontrando novos caminhos para a atividade, ressalvando que, apesar de o fenômeno turístico e o processo de globalização serem considerados irreversíveis, o desafio para um horizonte desejável encontra-se na busca por desenvolver alternativas criativas e inovadoras por meio de um turismo que "internalize a variável local e as identidades envolvidas".

Faz-se relevante destacar que, de acordo com o Ministério do Turismo (2004), o Turismo Sustentável não deve ser considerado como mais uma modalidade de turismo. Ao invés disso, os princípios do Turismo Sustentável devem ser aplicáveis e devem servir de premissa a todos os tipos de turismo em quaisquer destinos. É nesse contexto que se insere a discussão sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC), que se apresenta inicialmente como uma alternativa de turismo alicerçada na diversidade, nas estruturas locais e nas forças endógenas (SANSOLO; BURSZTYN, 2009; SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

De acordo com Maldonado (2009), Irving (2009), Coriolano (2006; 2012), Sampaio (2009; 2014), Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), o TBC se propõe a ser uma atividade turística que gera menor impacto negativo ao meio ambiente, à sociedade e à economia. Dessa forma, percebe-se que o TBC surge como uma proposta de turismo baseada nos preceitos do Turismo Sustentável, que tem feito emergir experiências inovadoras de incentivo ao desenvolvimento local, baseando-se em princípios como a solidariedade, democracia participativa, liberdade, autonomia e autogestão (MARIANI, 2012).

Coriolano (2006, p. 201) conceituou o TBC como aquele turismo no qual "as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo". Já de acordo com Irving e Azevedo (2002), o TBC tem como condição essencial o "encontro" entre identidades, e esse só é possível quando a comunidade local e os turistas são, concomitantemente, agentes, sujeitos e objetos no processo. Assim, esse turismo vai de encontro à lógica consumista e exploradora propagada no turismo convencional (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009), ao menos é o que vem sendo propagado na literatura nacional e internacional.

Assim, o turismo comunitário é compreendido pelos integrantes da Rede Tucum (2018) como uma "estratégia de garantia de território e uma oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, estruturas e serviços turísticos propostos".

Assim, para realização da pesquisa empírica deste estudo, as duas áreas selecionadas foram a comunidade de Ponta Grossa, localizada no município de Icapuí do litoral Leste do estado do Ceará, e a comunidade de Chã de Jardim, localizada no município de Areia, estado da Paraíba.

A escolha da comunidade de Ponta Grossa se deveu ao fato de que esta comunidade desponta como referência em TBC no Brasil, especialmente na região litorânea do Nordeste, por suas práticas de TBC e suas contribuições para as discussões acerca do tema e pelo fato de que as práticas ali desenvolvidas estão em consonância com os discursos e teorias desse tipo de turismo. A comunidade de Ponta Grossa integra a Rede de Turismo Comunitário do Ceará (Rede Tucum) e participa dos fóruns e espaços de construções coletivas sobre o TBC.

A Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC) foi criada no ano de 1998, em um contexto de luta da comunidade pelo direito ao seu território e tem como principal foco o turismo de base comunitária, que nessa comunidade é desenvolvido de forma integrada à questão ambiental e cultural. Para tanto, não apenas as belezas naturais são consideradas como atrativos turísticos, como também a cultura pesqueira e o próprio histórico de organização comunitária (BRAGA, 2015).

Já no estado da Paraíba, o turismo comunitário tem como referência o que tem sido desenvolvido pela comunidade Chã de Jardim, no município de Areia, coordenado pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Chã de Jardim (ADESCO). Essa associação foi fundada, em 2006, por um grupo de 20 jovens que viram no turismo comunitário e sustentável, na produção de polpas de frutas e artesanato com folha de bananeira e, posteriormente, na criação de um restaurante comunitário e *camping*, como alternativas de engajamento e desenvolvimento econômico para a melhoria da qualidade de vida de cerca de 200 famílias dessa comunidade. Este projeto desenvolvido em Chã de Jardim pela ADESCO também já teve reconhecimento nacional por meio de diversas premiações nacionais recebidas e aparições em diversos programas de televisão.

O que se pode observar em comum, tanto no caso da comunidade de Ponta Grossa como na comunidade de Chã de Jardim é que o desenvolvimento do turismo comunitário

surgiu para oferecer a essas comunidades alternativas econômicas através do turismo, visando a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade do ambiente onde estão localizadas.

Assim, por suas representatividades em âmbito nacional e regional, as comunidades de Ponta Grossa (Icapuí/CE) e a comunidade de Chã de Jardim (Areia/PB) foram escolhidas para ser objeto de estudo desta pesquisa, que visa investigar e refletir sobre se o Turismo de Base Comunitária (TBC) tem se revelado na prática como sustentável, representando uma alternativa de pensar e fazer turismo, e não apenas se restringido a mais um discurso mercadológico. Outros questionamentos surgiram como: Os pressupostos do TBC, na prática, estão alinhados às premissas do turismo sustentável? O turismo de base comunitária pode realmente ser considerado uma nova proposta de atividade que visa à sustentabilidade ecológica, econômica e sociocultural? O TBC pode contribuir para a sua sustentabilidade das comunidades envolvidas? O TBC afeta positivamente a qualidade de vida e a satisfação com a vida dos moradores das comunidades onde o TBC tem sido desenvolvido? Todas essas reflexões fizeram emergir a questão que se busca responder nesta pesquisa: **Qual o nível de sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária (TBC) desenvolvido nas comunidades de Ponta Grossa (CE) e Chã de Jardim (PB)?**

Para tornar possível essa reflexão, fez-se uso de Indicadores de Sustentabilidade, pois esses são apontados desde a Rio-92 como ferramentas capazes de contribuir com o processo de planejamento e monitoramento do Desenvolvimento Sustentável (FALCÃO; GÓMEZ, 2010). Esse monitoramento deve envolver necessariamente coletas e medições regulares das condições ambientais, sociais e econômicas, que, por sua vez, forneçam informações indispensáveis para avaliar as mudanças ocasionadas numa localidade (HANAI, 2009). A importância do uso de indicadores na atividade turística é tão significativa, que Twining-Ward e Butler (2002) chegaram a afirmar que o estabelecimento de indicadores é considerado uma prioridade máxima para o planejamento e organização do turismo, pois, sem indicadores o termo sustentável ficaria sem sentido.

Assim, pretende-se fazer uso dos indicadores de sustentabilidade no contexto do Turismo de Base Comunitária, propondo um novo modelo a partir da adaptação do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo de Hanai (2009), tendo em vista que esse trabalha com o turismo de maneira mais geral.

Portanto, como objetivos gerais da presente pesquisa, têm-se o de identificar e avaliar o nível de sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária (TBC) desenvolvido nas comunidades de Ponta Grossa (Icapuí/CE) e Chã de Jardim (Areia/PB) a partir do uso de indicadores. Para o alcance deste objetivo, são apresentados os objetivos específicos

subsequentes: Diagnosticar como a atividade turística de base comunitária tem sido desenvolvida nas comunidades de Ponta Grossa (CE) e Chã de Jardim(PB);Verificar se o Turismo atualmente desenvolvido nas duas comunidades se encaixa nos princípios do Turismo de Base Comunitária; Criar um sistema de indicadores de sustentabilidade para o TBC a partir do SISDTur proposto por Hanai (2009); Gerar um índice de sustentabilidade para o Turismo de Base Comunitária nas comunidades de Ponta Grossa (CE) e Chã de Jardim(PB); Gerar os índices de Percepção em Relação ao TBC, Satisfação com a Vida e o de Qualidade de Vida junto aos moradores dessas comunidades e Analisar a relação do Índice de sustentabilidade do TBC com os índices de Percepção em Relação ao TBC, Satisfação com a Vida e com o Índice de Qualidade de Vida dessas comunidades.

No próximo capítulo deste trabalho será discutido o Referencial Teórico que embasa este estudo (capítulo 2) e em seguida serão explicitados os procedimentos metodológicos (capítulo 3) utilizados no decorrer de toda a pesquisa. No capítulo 4 serão apresentados os resultados obtidos a partir desta pesquisa e, por fim, apresentaremos as considerações finais, referências utilizadas, apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Sustentável e Turismo Sustentável

O conceito de Desenvolvimento foi por muito tempo utilizado como sinônimo de crescimento econômico de maneira equivocada, pois o termo desenvolvimento em sua essência abrange além dos aspectos econômicos indicadores que possam refletir melhorias nas condições de vida das pessoas como saúde, educação, segurança e qualidade ambiental. Para Sachs (2004, p.13), "o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo) para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos".

Esse entendimento da essência do termo desenvolvimento foi fortalecido quando o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) através do "Relatório do Desenvolvimento Humano" lançou o "Índice de Desenvolvimento Humano" (IDH). De acordo com Veiga (2005), a criação deste índice e do próprio PNUD teve como cerne o entendimento de que o crescimento econômico obtido por alguns países na década de 1950 não trouxeram consigo os resultados sociais tão satisfatórios quanto os obtidos em outros países considerados desenvolvidos.

No ano de 1992 a Organização das Nações Unidas – ONU realizou, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), que ficou mais conhecida como Rio-92. Na ocasião, um programa de ação denominado Agenda 21 Global foi assinado pelos 179 países participantes, que expressava o reconhecimento da necessidade de mudanças em direção ao Desenvolvimento Sustentável(DS).

Embora este evento tenha marcado a conceituação do DS, este termo representou uma evolução de conceitos anteriormente elaborados como o de "ecodesenvolvimento", que vinha sendo defendido desde 1972, que foi o ano de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (SACHS, 2004, p. 36).

Os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e de Sustentabilidade são considerados recentes e encontram-se em constante discussão para sua melhor delimitação enquanto campo de saber. Enquanto isso, os políticos e grandes empresários, por sua vez, têm se apropriado desses conceitos de maneira equivocada, distorcida e vazia, tornando-os termos desgastados e diminuindo a sua credibilidade.

São, portanto, conceitos que ainda possuem fragilidades. A esse respeito, Bellen (2006) *apud* Dahl (1997) que afirmou que o termo Desenvolvimento Sustentável é um "conceito carregado de valores", claramente relacionado a princípios éticos, de crenças e valores que fundamentam uma sociedade e sua concepção de sustentabilidade. Este autor pondera ainda que um dos problemas do conceito de Desenvolvimento Sustentável é que este pressupõe que a sociedade inicialmente saiba para onde quer ir e apenas depois disso seria capaz de medir se esses objetivos estão sendo seguidos e alcançados.

Van Bellen (2006, p.33) afirmou ainda que o fato de existirem essas diferentes concepções ambientalistas sobre a ideologia do DS explicaria a existência de tantas definições desse conceito e, concomitantemente, a aparente impossibilidade de se ter um conceito único. Fala ainda que devido a essas variadas concepções, o conceito de DS "não pode ser operacionalizado, o que prejudica a implementação e a avaliação dos processos desse novo modelo de desenvolvimento".

Mas ainda há aqueles estudiosos que o defendem como alternativa de desenvolvimento capaz de apontar caminhos que contribuam para mitigar problemas da crise ambiental que vivenciamos, oferecendo mecanismos que permitam diminuir os impactos ambientais e suas consequências em médio e longo prazo. Dessa forma, suas bases conceituais se apoiam na necessidade de um crescimento econômico mais justo, capaz de satisfazer as necessidades sociais, a preservação da qualidade dos sistemas ecológicos e a equidade entre as gerações presentes e futuras.

Para Sachs (2004, p. 36), por exemplo, o conceito do desenvolvimento sustentável "obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras e exige a explicitação de critérios de sustentabilidades social e ambiental e de viabilidade econômica".

Assim, de fato verifica-se que as bases da sustentabilidade como conceito extrapolam preocupações específicas como a racionalização do uso de energia e possuem um forte apelo ético, visto que lançam mão de um olhar sobre os direitos das próximas gerações, ou seja, do outro, não importando quem ele seja. A esse respeito, Fraga (2003) *apud* Moura (2008) afirmou que com o conceito de Desenvolvimento Sustentável "a noção de desenvolvimento humaniza-se, ao incluir a preocupação com as gerações futuras".

De acordo com Sachs (2004) os cinco principais pilares do desenvolvimento sustentável são os seguintes: Social, Ambiental, Territorial, Econômico e Político. Para que o DS seja alcançado todas essas dimensões precisam ser consideradas. O que se convencionou chamar de tripé da Sustentabilidade representa o agrupamento das cinco dimensões de Sachs

(2004) em três dimensões principais que envolvem os aspectos econômicos, socioculturais e ambientais ou ecológicos, também compreendido por atitudes ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis.

A polêmica em torno desse tema, além do uso equivocado pelos políticos e grandes empresários já mencionados, deve-se ao fato de que na prática, se sabe que as classes dominantes do sistema capitalista vigente e os detentores do poder não estão dispostos a abrir mão do que possuem em nome da equidade e justiça social, por exemplo. Ao contrário, sob a lógica da acumulação e consumo, características desse modelo hegemônico, estariam apenas dispostos a manter as bases desse sistema que os privilegia, e precisariam, para isso, usar os recursos que dispõem de maneira mais ordenada, sob a nova roupagem de serem "ecologicamente corretos" e socialmente responsáveis, ganhando com isso pontos positivos em sua imagem diante dos seus consumidores. Para estes autores, o desenvolvimento sustentável seria, portanto, um "esverdeamento" do capitalismo (MOURA, 2008).

Assim, por ainda apresentar lacunas significativas em sua base teórica em meio a tantos significados e impasses, faz-se necessário e urgente que os pesquisadores do tema Desenvolvimento Sustentável se debrucem exaustivamente para suprir as lacunas teóricas ainda existentes, para que não se perca de vista as reais potencialidades desse conceito. A ideia relacionada ao conceito deve guiar mudanças necessárias para a qualidade ambiental do planeta em que vivemos e das populações nele existentes, incluindo a humana, pois a busca dessa preservação decorrente desse discurso é absolutamente justa e necessária para a manutenção do equilíbrio ecológico que sustenta a vida.

Dessa forma, faz-se necessário que se desenvolva cada vez mais as bases do Desenvolvimento Sustentável. Para que se atinjam seus objetivos, esse conceito precisa ir além de ideias vagas. Nesse contexto, surge a ideia de se trabalhar com Indicadores de Sustentabilidade como ferramentas que auxiliem na gestão e se propõem a medir e facilitar o alcance dos objetivos relacionados à sustentabilidade de comunidades. Fraser *et al* (2005) afirmaram que a literatura moderna sobre gestão ambiental reforça a necessidade de identificar indicadores para monitorar o progresso com vistas ao desenvolvimento sustentável e objetivos ambientais.

Trazendo a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável para o contexto do turismo, pode-se perceber que tais reflexões tem se tornado cada vez mais presentes no tocante ao processo de planejamento e monitoramento da atividade turística visando alcançar à minimização dos problemas ambientais e culturais decorrentes da atividade, acreditando na

potencialidade do turismo em contribuir para o bem-estar da população nativa (ARCHER & COOPER, 1998).

O Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável (CBTS) definiu sete princípios básicos para o Turismo Sustentável no Brasil, que são os seguintes: respeitar a legislação vigente; garantir os direitos das populações locais; conservar o meio ambiente natural e sua diversidade; considerar o patrimônio cultural e valores locais; estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes; e estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis (Brasil, 2007).

A *United Nations Environment Programme* (UNEP) e a *World Tourism Organization* (WTO) recomendam para o planejamento em turismo sustentável: a otimização dos recursos ambientais; Respeito à autenticidade sociocultural das comunidades; e geração de benefícios econômicos direcionados às comunidades de destino. (HANAI e ESPÍNDOLA, 2012).

Mais recentemente, o Ministério do Turismo (2016) definiu o Turismo Sustentável como sendo

> a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro" (Ministério do Turismo, Brasília, 2016).

Um aspecto interessante a ser destacado neste último conceito é que, ao contrário dos conceitos anteriores de Turismo Sustentável neste, as comunidades receptoras recebem maior atenção e não apenas os visitantes, afinal, não há como se pensar em sustentabilidade na atividade turística caso a comunidade receptora, suas necessidades e as necessidades do ambiente natural e cultural não forem interpretadas como um todo ou deixadas em segundo plano.

Essa marginalização das comunidades receptoras no processo de promoção e planejamento de um destino turístico foi muito comum durante décadas, pois durante muito tempo o turismo foi estudado e supervalorizado apenas sob uma perspectiva econômica pois ao se tratar dos benefícios implicações dessa atividade para um destino os argumentos mais comuns se referiam à sua capacidade de "geração de emprego e renda", ou "traz divisas do exterior" bem como "é bom para economia".

De acordo com Jafar Jafari (1994), o conhecimento em turismo surgiu com a "*advocacy platform*", isto é, a plataforma de defesa. Nesse período, eram destacados apenas os aspectos positivos do turismo, com ênfase nos impactos econômicos da atividade. Anos depois, os críticos do turismo fizeram emergir a "*cautionary platform*", aqui no Brasil

conhecida como a plataforma de advertência, quando o turismo passou a ser visto com "destruidor da cultura local e dos recursos naturais", com foco apenas nos interesses dos turistas, "esquecendo-se das necessidades da comunidade local", ou seja, um "causador de conflitos" (LOHAMANN; PANOSSO NETO, 2008, p. 45).

Analisar a atividade turística a partir de um desses extremos é sem dúvidas apresentar uma visão reducionista do fenômeno, inclusive, devido a isso, surgiu logo depois a plataforma da adaptação, período em que se buscou compreender tantos os impactos positivos quanto negativos da atividade turística. No entanto, no período da plataforma da advertência foram realizados estudos relevantes sobre as implicações negativas oriundas do turismo. Apesar de bastante alarmistas, foram por meio desses estudos que se passou a ter consciência dos impactos negativos da atividade e assim passou a se buscar soluções que minimizassem esses efeitos.

Naquela época (década de 1980), já se vislumbrava o interesse em promover um turismo "suave" e humano, fundamentado na criação de condições para uma troca equitativa e igualitária, buscando a conciliação entre as necessidades e os interesses do turista e da população local (LOHAMANN; PANOSSO NETO, 2008).

Mais de 30 anos se passaram e essas discussões permanecem atuais, pois a preocupação em fazer um turismo mais justo, sustentável, alinhando a qualidade dos serviços ofertados aos turistas à qualidade de vida dos anfitriões continua sendo tema de reflexões e debates na atualidade (CORIOLANO 2012).

Para Okazaki (2008), para se alcançar o turismo sustentável, faz-se necessária a participação das comunidades no processo de desenvolvimento turístico.

Assim, seguindo os preceitos do Turismo Sustentável, diversas comunidades do mundo, tanto em espaços urbanos como em rurais, têm se mobilizado e unido forças para resistir aos processos homogeneizantes no intuito de garantir seus interesses no plano local. Essas experiências têm sido chamadas de Turismo de Base Local ou Turismo de Base Comunitária (TBC) (LOPES; SÁ, 2012).

De acordo Sampaio e Coriolano (2009), essas iniciativas têm seu *locus* principal nos países de economia emergente e regiões com desigualdades históricas, a exemplo da África e da América Latina e visam a mitigação dos "efeitos nefastos do modelo turístico vigente".

É nesse contexto, citado por Coriolano (2012), Lopes & Sá (2012) e Sampaio e Coriolano (20019) que surgem os conceitos de Turismo de Base Local (TBL) e Turismo de Base Comunitária (TBC), possuindo entre si uma estreita relação em seus princípios e definições.

Enquanto o TBC possui suas práticas mais direcionadas à geração de trabalho e renda e na "oportunidade de inserção dos atores sociais e econômicos de assumirem o papel ativo nas organizações da oferta de produtos, serviços e destinos turísticos" (BRASIL, 2010, p.11), por outro lado, o TBL representa um modelo centrado no aproveitamento da diversidade territorial de forma inclusiva, mostrando-se como um veículo efetivo para a melhoria da qualidade de vida da população local de forma participativa e integrada, uma vez que a própria comunidade se responsabiliza tanto pela concepção como pela gestão da atividade turística (CORIOLANO 2005).

Assim, em virtude das diversas semelhanças entre os conceitos de TBC e TBL, para o desenvolvimento deste trabalho, a pesquisa adotará a partir de então os conceitos de Turismo de Base Local e Turismo de Base Comunitária com o mesmo significado, utilizando como referencia o conceito de Turismo de Base Comunitária.

2.2 Comunidades e Territórios

De acordo com Bauman (2003, p. 7), a palavra comunidade é uma daquelas que além de significados carrega consigo sensações e sugere "coisa boa", pois "o que quer que "comunidade" signifique, é bom "ter uma comunidade," "estar numa comunidade"".

> [...] a comunidade é um lugar "cálido", um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar - estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros. E ainda: numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez. (BAUMAN, 2003, p. 7)

Porém, este mesmo autor fala que existe uma diferença entre essa "comunidade de nossos sonhos" e o que ele chama "comunidade realmente existente".

Lemos (2009) lembra que o processo de globalização que temos vivido nas últimas décadas "colocou em xeque as fronteiras culturais tradicionais" e com isso tornou ainda mais complexa a definição de comunidade que, para esta autora, "tornou-se uma palavra-chave usada para descrever unidades sociais que variam de aldeias, conjuntos habitacionais e vizinhanças até grupos étnicos, nações e organizações internacionais".

Para Bottomore (1996, p. 115) *apud* Lemos (2009, p. 202), o termo comunidade "geralmente indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada, que

interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração".

Como visto no conceito citado, o conceito de comunidade costuma estar relacionado à questão da área geográfica e, portanto, ao conceito de território. Araújo *et al* (2017, p. 11) consideram que o território é o "componente essencial da comunidade, de cuja vida social, econômica e política é matriz".

Para Raffestin (1993, p. 144), o território corresponde ao "um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder". A territorialidade adquire, dessa forma, "um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral". Este mesmo autor acrescenta ainda que falar de território é "fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 10). Assim, "toda comunidade deve ter o controle do seu território; isto importa em definir a superfície que lhe corresponde, em estabelecer os seus limites" (ARAÚJO *et al*, 2017, p. XX).

Portanto, o território pode ser compreendido como a soma dos sistemas naturais de tanto de um determinado país como de determinada área de extensões bem menores, com as "realizações introduzidas pelos homens" enquanto a territorialidade expressa-se no "exercício de poder social, político e econômico em um contexto local ou nacional que resulta do processo de valorização do espaço geográfico". (CASTILHO; ARENHARDT; BOURLEGAT, 2009, p.163).

Neste estudo optou-se por trabalhar em duas comunidades sendo uma delas considerada rural, que é a comunidade de Chã de Jardim, no município de Areia, Paraíba e a segunda comunidade é a de Ponta Grossa, localizada no litoral leste cearense, com tradição pesqueira, especialmente da lagosta. Assim, esta última comunidade pode ser considerada como uma comunidade tradicional tendo em vista que, de acordo com o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, considera-se Comunidades Tradicionais aqueles

> grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Em comum, além de viverem atualmente experiências relacionadas ao turismo dito comunitário, as duas comunidades também sofreram com processos de disputa pelo território onde se situam e a de Chã de Jardim, especialmente, passou por um processo de "desterritorialização" quando da criação do Parque Estadual da Mata do Pau Ferro. A criação desta Unidade de Conservação teve como objetivo preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais por se tratar de um resquício de um tipo específico de Mata Atlântica, denominada mata de brejos de altitude e também por sua área ser considerada importante para preservação de aves e proteger mananciais de afluentes da bacia do rio Mamanguape, assim como a barragem Vaca Brava, que abastece parte da região do brejo paraibano. A retirada das famílias da área onde foi ciado o Parque seguiu o modelo americano de criação de unidades de conservação em que seus moradores são retirados porém, de acordo com Diegues e Nogara (2005), essa "desterritorialização" acontece de maneira equivocada e sem a devida contextualização para a realidade brasileira, provocando diversos impactos sociais, culturais e também econômicos para as comunidades retiradas de seus territórios, dificultando muitas vezes sua sobrevivência.

A comunidade cearense de Ponta Grossa também foi retirada de seu território, mas se organizaram coletivamente e, após uma série de manifestos e acampamentos, conseguiram o direito de retornar a viver na mesma área onde viviam historicamente.

De acordo com Coriolano (2009, p. 277), o que a comunidade de Ponta Grossa viveu foi um processo comum na costa nordestina que sofreu um processo de transformação com a segregação e expropriação das populações nativas e tradicionais "em face dos reordenamentos necessários à ocupação turística que se apropria dos melhores lugares, aqueles considerados mais belos e atrativos".

Sabe-se que comunidades de pescadores, de maneira mais específica, tem sofrido uma forte pressão nas últimas décadas devido à supervalorização das áreas de praia, muitas vezes motivadas pelo crescimento do turismo e pela especulação imobiliária, que, de acordo com Rodrigues (2004) representam os principais agentes de transformação das paisagens de praia substituindo o ambiente próprio dos pescadores

> [...] de casas rudimentares por residência de veraneio com estrutura de alvenaria, piscinas, decks, jardins e veículos de última geração trafegando por caminhos as vezes ainda de chão. Em locais que antes havia culturas dos coqueirais é possível encontrar grandes hotéis, parques aquáticos, resorts com quadra de esportes para todo tipo de modalidades, piscinas, restaurantes, toda estrutura disponível para atender o turismo interno e externo, contrastando com seus vizinhos pescadores que foram relegados a minúsculos espaços (RODRIGUES, 2004, p. 46).

Coriolano afirmou que as comunidades de Jericoacoara e Canoa Quebrada, sendo esta última vizinha da comunidade de Ponta Grossa, tiveram seus territórios voltados às demandas internacionais e são alvo de forte presença de empreendedores estrangeiros. “As duas comunidades pesqueiras, além de serem expropriadas de suas terras, tiveram seus espaços descaracterizados pela construção de novos empreendimentos, de enormes projetos turísticos” (CORIOLANO, 2009, p. 277).

Na teoria, o TBC vai de encontro a esse tipo de transformação radical e massificada dos territórios, da retirada das comunidades tradicionais de seus espaços, pois reconhece que dele necessitam para continuidade de sua reprodução cultural e econômica. Para tanto, em um de seus princípios defende a não substituição das atividades econômicas tradicionais e apresenta o turismo como alternativa de incremento da renda nessas comunidades para a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde se desenvolva.

2.3 Turismo de Base Comunitária: Conceitos e Princípios

O turismo de massa ou convencional é aquele responsável pelo deslocamento de grande número de indivíduos geralmente nos mesmos períodos do ano para destinos normalmente consagrados (GUZZATTI, SAMPAIO E CORIOLANO, 2013). Para Bursztyn *et al* (2009, p.77), esse tipo de turismo “compromete as condições sociais, prejudica as condições ambientais e descaracteriza as heranças culturais de comunidades tradicionais”.

Nesse tipo de turismo o aumento exorbitante do fluxo turístico normalmente

> gera, reforça ou intensifica as injustiças socioculturais pré-existentes. [...] São poucos os que se beneficiam do patrimônio natural e cultural de todos; enquanto a maioria, especialmente a população receptiva, não se beneficia e vive um processo de exclusão social e desterritorializacao espacial (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006C, p.9)

A inclusão das comunidades locais na literatura turística no mundo remete à década de 1980 e se deu quando os moradores locais passaram a ser vistos como um recurso-chave na manutenção do produto turístico (HARDY, BEETON, & PEARSON (2002) *apud* SEBELE (2010).

De acordo com Coriolano (2009, p. 280), o processo de organização do turismo comunitário surgiu pela necessidade de defesa e de reação dos moradores de tais áreas ao turismo “invasor de comunidades”, que, segundo esta autora, “tem revelado o abuso de poder

econômico no processo de especulação das terras para o lazer, sendo a problemática da expropriação de terras um dos fatores de exploração econômica da renda e da força de trabalho". Assim, o TBC surgiu como "contraposição ao chamado turismo de *resort*s e dos megaempreendimentos e como forma de evitar que empreendedores externos dominem as comunidades".

Nesse contexto, o turismo de base comunitária (TBC) é tido como "uma prática turística diferenciada do turismo convencional que visa à promoção da participação de todos os membros da comunidade envolvidos na atividade". (BURGOS e MERTENS, 2016, p.18). A produção dos espaços também acontece de maneira diferente no TBC em relação ao turismo de massa já relatado pois, de acordo com Fabrino, Nascimento e Costa (2016, p. 184), no TBC "não existe uma paisagem construída para o turismo, o visitante se integra a uma paisagem social preexistente que independe de sua presença".

Como já se pode observar, a abordagem do TBC vale-se fortemente do conceito de território tendo em vista que defende um desenvolvimento do turismo a partir de critérios e prioridades pautadas nos interesses das comunidades, induzindo a construção de sistemas produtivos localizados através do fortalecimento de atividades tradicionais. Ela contesta o discurso oficial que expressa concepções idealizadas dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do turismo, mascarando ou minimizando os impactos socioculturais e ambientais destes processos (IRVING, 2005).

De acordo com Coriolano & Perdigão (2013, p. 100), os territórios são "meios e produtos das relações de força e de poder que se estabelecem de forma contraditória e articulada, criando regiões e lugares diferenciados". Ainda de acordo com esses autores, as atividades humanas têm como pressuposto fundamental a comunidade e os territórios, que representam lugares de pequena dimensão e que, portanto, por tais características, oferecem as condições necessárias para a existência do que chamaram de solidariedade orgânica.

Assim, verifica-se que os conceitos de território e comunidades são bastante presentes nos princípios de TBC. No tocante às atividades turísticas comunitárias, Coriolano e Perdigão (2013, p. 108) afirmaram que estas devem estar associadas

> [...] às demais atividades econômicas com iniciativas que fortalecem agricultura, pesca e artesanato, fazendo-os atividades preexistentes ao turismo. Prioriza a geração de trabalho de residentes, pequenos empreendimentos, dinamização do capital local, a garantia da participação de todos. Assegura a participação de pessoas de comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela regulamentação fundiária de terras litorâneas, muitas de marinha, pela garantia de posse pelas populações indígenas, pesqueiras, chamadas comunidades nativas.

Assim, o turismo alicerçado no envolvimento e na gestão comunitária, aqui tratado como Turismo de Base Comunitária (TBC), representa um processo de desenvolvimento turístico alicerçado em temas como autonomia decisória, participação, governança compartilhada, território e solidariedade (BURGOS e MERTENS, 2016).

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) os princípios comuns ao TBC devem ser

> [...] a autogestão, o associativismo e cooperativismo, a democratização de oportunidades e benefícios, a centralidade da colaboração, parceria e participação, a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística. (BRASIL, 2010)

Já de acordo com a Rede de Turismo Comunitário do Ceará (TUCUM), pode-se sintetizar os princípios do TBC em 8 (oito), quais sejam:

1. As atividades de turismo são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos, de base familiar;
2. O turismo se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais;
3. O planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local;
4. O turismo comunitário baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes;
5. O turismo comunitário promove a geração e a distribuição equitativa da renda na comunidade;
6. O turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais;
7. O turismo comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si;
8. O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade socioambiental. (TUCUM, 2018).

Dentre os principais pesquisadores do fenômeno do TBC, pode-se citar Maldonado (2009), Irving (2009), Coriolano (2006; 2012), Sampaio (2009; 2014), Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009) e Mielke e Pegas (2013). Maldonado (2009), o qual tem estudado os movimentos baseados em comunidades no contexto da América Latina, define-o como uma forma de organização empresarial sustentada na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários baseada em práticas de cooperação e equidade no trabalho e na

distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (MALDONADO, 2009, p. 31).

De acordo com Sampaio *et al*. (2014), o TBC se refere a uma prática social de resistência e de (re)afirmação dos grupos tradicionais frente a práticas e pressões dos atores hegemônicos através de uma atividade econômica – neste caso, o turismo – que possibilite a sua permanência e a manutenção de sua identidade. Outro aspecto do TBC que é destacado por Coriolano (2013) é a importância da posse do território pela comunidade nativa para o fortalecimento da sua identidade e viabilidade dessa prática turística, pois somente através dessa posse é que a geração de trabalho priorizará os residentes e contribuirá com a formação da consciência coletiva da vida em comum.

Complementando essa ideia de coletividade no TBC, Irving (2009, p. 111) o apresenta como um turismo que "favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento". Observa-se que o principal vínculo entre os conceitos apresentados é o envolvimento comunitário de maneira ativa, como protagonistas do processo e não apenas como coadjuvantes.

De acordo com Almeida (2016), ainda não se tem um mapeamento consolidado de iniciativas de turismo alicerçadas sob a denominação de TBC no Brasil, mas a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS) destaca a atuação de trinta e sete destinos ou experiências de TBC no Brasil. De acordo com Lopes e Sá (2012), os estados do Ceará e do Rio de Janeiro concentram o maior número de experiências de TBC no Brasil. Esses mesmos autores destacam ainda que, apesar do número dessas experiências virem se multiplicando nos últimos anos, o processo de construção e consolidação do TBC enfrenta muitos desafios e obstáculos, entre os quais citam: o controle efetivo da terra pela comunidade ante a especulação imobiliária; a participação efetiva das comunidades nas práticas turísticas no local, desde a concepção até sua implantação; e o enquadramento do turismo como atividade complementar e não substitutiva de outras atividades econômicas já desenvolvidas, a exemplo da agricultura e da pesca (CORIOLANO, 2003; SAMPAIO *et al*, 2008; LOPES; SÁ, 2012).

É importante destacar que o turista que se propõe à experiência do TBC não deve criar a expectativa de encontrar nas comunidades onde este tipo de turismo é desenvolvido as mesmas estruturas relacionadas à hospedagens e alimentação do turismo convencional tendo em vista que estas são construídas com os recursos limitados dos moradores que muitas vezes não tem acesso à linhas de crédito acessíveis. Dessa forma, de acordo com Coriolano (2009,

p. 282), no TBC tais estruturas costumam priorizar “o rústico e não o luxo” e associam “a atividades que dizem respeito à sustentabilidade socioespacial, priorizando valores culturais e descobrindo formas inteligentes de participação da cadeia produtiva do turismo, com produtos diferenciados”**.** A própria visão de lugar, de lazer e turismo também precisa ser totalmente diferente no TBC em relação ao turismo de massa pois se trata de um turismo que não é voltado apenas ao consumo, mas à “troca de experiências, fortalecimento de laços de amizade e valorização cultural.”

2.4 Redes de TBC no Brasil e na América Latina

De acordo com Maldonado (2007), o fortalecimento das redes de turismo comunitário é imprescindível para que as comunidades consigam aumentar seu poder de barganha e assim consigam promover políticas públicas que apoiemos projetos produtivos de cada comunidade, possibilitando também, a partir dessa união de forcas, a assinatura de acordos justos com operadoras turísticas nacionais e internacionais.

A organização das comunidades em redes de cooperação também pode ajudá-las a enfrentar os desafios da promoção do uso sustentável dos patrimônios dessas comunidades bem como na busca de uma oferta de serviços eficiente e uma inserção competitiva no mercado (MALDONADO, 2007).

Conforme Urano, Siqueira e Nóbrega (2016, p. 201), as Redes de Turismo de Base Comunitária

> constituem redes sociais de contrapoder constituídas por diferentes níveis de colaboração. Nelas, as conexões ocorrem por meio de um processo de comunicação que cria um contexto de significados e valores comuns que permite que os diversos nós envolvidos construam um sentimento de identidade e pertencimento enquanto membro da rede, fortalecendo a luta por um outro modelo de organização do turismo.

Assim, compreende-se que as redes de TBC agrupam comunidades que tem como objetivo comum tanto o intercâmbio de suas experiências como o fortalecimento entre elas na busca por uma atividade turística que seja mais sustentável que o turismo de massa ou convencional por meio da valorização da sua identidade, recursos naturais e pertencimento enquanto grupo.

A Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS) tem se destacado por sua luta pelo fortalecimento do Turismo de Base Comunitária. Trata-se de uma “rede de

comunidades, instituições de apoio e recursos humanos que compartilham de uma visão de desenvolvimento sustentável do turismo". Como se pode ler em seu site, entre os objetivos da REDTURS estão a busca de eficiência econômica com os princípios de equidade social identidade cultural e preservação dos recursos naturais. Tem como missão principal "apoiar os processos de formação e fortalecimento de redes de turismo comunitário na América Latina", diversificando suas fontes de emprego, valorizando sua cultura e incentivando a coesão social (REDETURS, 2019).

No Brasil temos a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede TURISOL) que foi formada em 2003 e representa diversas organizações que desenvolvem o um turismo que favorecem a união e troca de experiências entre comunidades que buscam um turismo diferenciado. (TURISOL, 2010). De acordo com Urano, Siqueira e Nóbrega (2016), essa rede se consolidou em 2007 e em 2008 teve seu projeto aprovado por edital do Ministério de Turismo que visava apoiar iniciativas de TBC com o nome de Projeto Bagagem. Em agosto de 2015 foi realizado o II Encontro da Rede Turisol, em Brasília participaram comunidades de diversas regiões do país e também ONGs, representantes das universidades, agências e operadoras (TURISOL, 2019).

Já a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM) foi formada em 2008 e integra atualmente 12 comunidades da zona costeira do estado, que tem como princípio comum o Turismo Comunitário, que são: Assentamento Coqueirinho, Assentamento Maceió, Curral Velho, Caetanos de Cima, Jenipapo-Kanindé, Batoque, Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa, Tremembé, Centro de Formação Frei Humberto (MST), Tatajuba e Vila da Volta.

Assim, esta rede agrupa tanto comunidades litorâneas como ribeirinhas, assentamentos rurais, tribos indígenas e Reservas Extrativistas, visando valorizar suas especificidades. Todas têm em comum a luta pela terra, a afirmação de suas identidades e a resistência à apropriação de seus territórios seja por grupos hoteleiros, equipamentos turísticos ou viveiros de camarão (URANO, SIQUEIRA E NÓBREGA, 2016).

O objetivo da Rede Tucum é a mobilização das comunidades integrantes pela "garantia dos territórios tradicionais das populações costeiras com justiça socioambiental e autonomia econômica" através do respeito aos modos de vida e ambientes locais. Para tanto, esses grupos comunitários procuram desenvolver o Turismo Comunitário por considerarem esse tipo de turismo como aquele capaz de promover "trocas culturais e valorizar as diversidades culturais, fortalecendo atividades tradicionais como a agricultura e a pesca artesanais" (TUCUM, 2018).De acordo com Urano, Siqueira e Nóbrega (2016) esta rede conta com assessoria institucional de três ONGs que são: a Associação Caiçara de Promoção

Humana, Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal e Associação para o Desenvolvimento Local Coproduzido (ADELCO).

2.5 Indicadores de Sustentabilidade

Reed *et al* (2006, p.406) definiram os Indicadores de Sustentabilidade como uma "coleção de características mensuráveis específicas que abordam a qualidade dos aspectos econômicos, sociais e ambientais de uma sociedade."

De acordo com Silva e Wiens (2010, p.58), os indicadores de sustentabilidade "fornecem uma visão geral da saúde de uma comunidade, da mesma forma que a temperatura e pressão arterial apresentam uma visão geral da saúde de uma pessoa" e, quando projetados de maneira adequada "podem prevenir uma comunidade sobre um problema potencial ou uma tendência negativa antes que seus efeitos se tornem irreversíveis".

Já Silva e Candido (2016, p. 479) defenderam que os sistemas de indicadores de sustentabilidade "correspondem aos mecanismos que são adotados para avaliar o nível do desenvolvimento sustentável de um dado espaço territorial ou de uma dada atividade econômica". Já o conjunto de indicadores agregados costuma-se denominar como índices. De acordo com Hanai (2009, p. 367), um Índice é o "conjunto de parâmetros ou de indicadores agregados, ponderados ou de funções de variáreis que descrevem uma situação observada, possíveis de serem quantificadas e comparadas".

O objetivo principal dos indicadores, na opinião de Van Bellen (2006), é o de "agregar e qualificar informações de maneira que sua significância fique mais aparente". Para este mesmo autor, uma das principais contribuições dos indicadores é a simplificação das "informações sobre fenômenos complexos, melhorando o processo de comunicação e gestão".

É importante salientar que um indicador de sustentabilidade (ou de insustentabilidade) deve ser mensurável através da variável tempo, estabelecendo limites ou metas a serem atingidas. Assim, com a adoção dessa variável temporal, os indicadores de sustentabilidade devem permitir uma análise mais objetiva das condições atuais e situações desejáveis, mostrando tendências ao longo do tempo e permitindo às partes interessadas reduzir a possibilidade de más decisões (Organização Mundial do Turismo, 2005).

Reed *et al* (2006) acrescentaram ainda a importância de se formular tais indicadores de sustentabilidade com a participação ativa da população para que as próprias comunidades definam o que é sustentável para si, não ignorando questões contextuais e sem que lhes pareçam imposições externas.

De acordo com Hanai (2009), as abordagens *Top-Down* (de cima para baixo) e a *Bottom-up* (de baixo para cima) tem relação com duas concepções metodológicas distintas onde a primeira, conduzida por especialistas, é reducionista enquanto a segunda é participativa e encontra-se fundamentada na comunidade.

Visando possibilitar uma melhor compreensão da realidade ambiental de cada comunidade e também uma aplicação mais eficaz dos indicadores de sustentabilidade, Reed *et al* (2006) sugeriram a integração das duas abordagens metodológicas *bottom-up* e *top-down*, a partir dos pontos fortes de ambas.

Um conjunto de princípios para o desenvolvimento sustentável foi desenvolvido pela Fundação Rockefeller, em 1996, e ficou conhecido como "**Os Princípios de Bellagio**". Tais princípios agrupam o processo da avaliação do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável em quatro principais aspectos, enumerando metas claras para a sustentabilidade e definições práticas daqueles termos; buscando mesclar o sentido de um sistema abrangente com uma escala específica e problemas pequenos na avaliação de processos e monitoramento. (BLOYER, GUSTKE e Y. LEUNG, 2004).

Percebe-se que a necessidade de monitoramento é defendida por diversos autores. Este processo envolve as coletas e medições regulares das condições ambientais, sociais e econômicas, e, para esse fim, utiliza-se de indicadores, que fornecem informações indispensáveis para avaliar as mudanças ocasionadas numa localidade (HANAI e ESPÍNDOLA, 2012).

A importância do monitoramento no processo de estabelecimento de indicadores de sustentabilidade é tanta que, de acordo com Twining-Ward e Butler (2002), esta etapa é crucial para todas as estratégias de desenvolvimento sustentável, pois lhes permite ter a oportunidade de "avaliar a eficácia das políticas e ações, identifica os indicadores mais bem sucedidos e apropriados e chama a atenção para as áreas problemáticas para que as respostas de gerenciamento apropriadas sejam ativadas".

Para que esse monitoramento seja eficaz, é importante também que se selecionem indicadores adequados a cada realidade. Nesse sentido, Hanai (2009, p. 68) destacou os critérios principais para a seleção prática dos indicadores como os seguintes: a sua relevância, a facilidade de medição e obtenção dos dados e a sua aplicabilidade e utilidade no contexto local. Esses critérios devem nortear todos os sistemas de indicadores que se pretendam ser eficazes e contribuir para a sustentabilidade.

2.6 Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo

O uso dos indicadores de sustentabilidade tem sido apontado, desde a Conferência Rio-92, como ferramenta capaz de auxiliar no processo de busca de um turismo mais compatível com o modelo de desenvolvimento sustentável. No documento da Agenda 21, produzido nesse evento, foi registrada a ideia e, portanto, a perspectiva de se desenvolver indicadores de sustentabilidade que definam, mensurem, monitorem e avaliem padrões sustentáveis de desenvolvimento, considerando tanto os aspectos ambientais quanto os econômicos, sociais, éticos e culturais (SILVA; WIENS, 2010).

A busca de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística também tem sido preconizada desde que a OMT elaborou e divulgou, em 1995, sua "Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo". Neste documento, a organização indica que os Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo (IDST´s) devem ser simples e práticos, relacionados com dados que podem ser facilmente coletados.

> Os indicadores podem ter uma influência determinante no processo de desenvolvimento sustentável do turismo de três formas principais: por meio da informação que geram; da mobilização que criam (associações e envolvimento setorial); e das ações que promovem (OMT, 2005).

Em 1995, a própria OMT divulgou um guia de indicadores do turismo, porém, este foi bastante criticado por abordar quase que exclusivamente a dimensão econômica da sustentabilidade. Após este, diversos outros estudos que vinculam o turismo e a proposição de indicadores têm surgido em todo o mundo, mas a maioria ainda se concentra em grandes escalas, revelando a necessidade de se pensar em indicadores em âmbito local e regional (HANAI; ESPÍNDOLA, 2012). Alguns dos Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade que têm sido desenvolvidos no mundo podem ser observados no Quadro 01 elaborado por SANTOS (2013).

Quadro 01: Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo

ANO	INSTITUIÇÃO/AUTOR	DESCRIÇÃO
1995-1996	Organização Mundial do Turismo (OMT)	Publicou um primeiro guia prático sobre Indicadores de Sustentabilidade do Turismo, embora já desenvolvesse trabalhos nesta matéria desde 1992.
1998	Cadeia Hoteleira de Âmbito Mundial (ACCOR)	Realizou-se um trabalho concreto e prático no sentido de dotar os hotéis de indicadores ambientais que permitissem descrever a sua situação e

		compará-la com a dos outros.
2001	Agência Americana para a Proteção do Ambiente (EPA)	Estabeleceu um método de construção de indicadores que medissem o impacto econômico e ambiental de vários subsetores do turismo (alojamento, restaurantes, transportes e outras atividades ligadas ao turismo como desportos náuticos, golfe, congressos, parques temáticos, etc).
2002	Ministério do Ambiente da Espanha	Reuniu especialistas para discutir assuntos relacionados com impacto, responsabilidade do setor do turismo, grau de reversibilidade e extensão do impacto, tendo produzido indicadores ambientais relacionados com turismo, ao nível nacional e para zonas específicas com peso significativo no setor do turismo.
2004	World Tourism Organization – WTO	Volta a publicar um guia sobre indicadores de sustentabilidade do Turismo, intitulado: "*Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: a Guidebook"*, que contou com a colaboração de cerca de 60 autores de 20 países, criando uma rede de especialistas na matéria, a nível mundial.
2005	Organização Mundial do Turismo - OMT	Recomenda 12 indicadores principais para avaliar a sustentabilidade do turismo, quais sejam: Satisfação local com o turismo; Efeitos do turismo nas comunidades; Satisfação sustentável do turista; Sazonalidade do turismo; Benefícios econômicos do turismo; Gerenciamento da energia; Disponibilidade e consumo de água, etc.
2006	Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia (ELAVAI et al., 2006)	Este estudo foi resultado de um projeto conjunto entre os Institutos de Estatística dos Açores, Madeira e Canárias, cujo objetivo foi desenvolver um Sistema de Indicadores Estatísticos do Turismo, através do qual se possa medir e acompanhar a evolução da sustentabilidade do turismo em cada uma das regiões. Foram selecionados 36 indicadores distribuídos nas dimensões: econômica, atividade turística, sociedade e cultura, meio ambiente e institucional.
2007	Estudos da Competitividade e as Propostas de Indicadores do Ministério do Turismo.	Este estudo tem por objetivo propor um conjunto de indicadores de sustentabilidade para os diversos tipos de turismo que podem ser utilizadas em diferentes regiões. Tem como fragilidade a ausência de critérios de seleção e de análises como também não define parâmetros para as análises.
2009	HANAI	O estudo elaborou, a partir de uma abordagem participativa, um conjunto de indicadores para o turismo distribuído nas seguintes dimensões: ambiental, social, cultural, turística institucional e econômica. Cada um desses indicadores apresenta os métodos de análise e ponderação.
2010	FALCAO	Este estudo tem por objetivo ampliar e discutir o TALC adequando tal modelo teórico às dimensões da sustentabilidade verificando a aplicação dessa adequação no Arquipélago de Fernando de Noronha. A sustentabilidade foi analisada a partir de seis dimensões: social, econômica, cultural, ecológica, espacial e política.
2010	RUSCHMANN	Apresenta 98 indicadores de sustentabilidade, considerando-se os componentes ambiental, social e econômico, aplicados a diversas unidades de conservação no Brasil.

Fonte: SANTOS (2013, p. 47)

De acordo com Bloyer, Gustke & Y. Leung (2004) na década de 1990 e início dos anos 2000, diversos planos para destinos turísticos foram criados a partir do que se convencionou chamar de "planejamento para o desenvolvimento sustentável do turismo". A partir desses planos foram descritas intenções de se utilizar os indicadores de sustentabilidade para monitorar o desenvolvimento e manter a sustentabilidade desses destinos. Porém, tais planos raramente foram operacionalizados de forma eficaz, pois ainda não se tinha um acordo

sobre o que exatamente significava “desenvolvimento sustentável do turismo”. Assim, o desafio que se teriam os planejadores em turismo se devia à confusão sobre a criação de indicadores para um conceito indefinido. (BLOYER, GUSTKE & Y. LEUNG, 2004)

Assim, a definição de um sistema de indicadores assim como a elaboração de instrumentos e técnicas para sua medição, tornou-se prioritária e um componente fundamental para os processos de planejamento e gestão de destinos turísticos, exigindo bases e aplicação práticas de modelos propostos (Hanai, 2009).

Na atividade turística o monitoramento representa um instrumento essencial a qualquer processo de planejamento ou gestão dessa atividade e é fundamental para o estabelecimento das devidas estratégias de desenvolvimento sustentável.

Outros aspectos a serem aprimorados em relação aos indicadores de sustentabilidade do turismo se referem à confiabilidade e utilidade desses sistemas de indicadores. É preciso elaborá-los melhor em termos de rigor técnico e científico para que se possa aumentar também a sua “coerência, a sua representatividade, o seu poder de comparação e, finalmente, a sua aceitação política e social” (VERA REBOLLO; IVARS BAIDAL, 2003).

Tais aprimoramentos dos indicadores de sustentabilidade do turismo se fazem imprescindíveis para que sirvam efetivamente como “instrumento prático para a gestão e o controle da atividade turística em uma localidade ou região, sendo sua seleção e seu monitoramento periódico, componentes fundamentais para o planejamento e desenvolvimento local” (HANAI; ESPÍNDOLA, 2012, p. 298).

No tocante à avaliação da sustentabilidade dos destinos turísticos de forma eficaz, Lacerda (2011, p.18) defendeu que se deve

> buscar uma visão holística dos efeitos causados em todas as dimensões que sofrem impactos com a atividade turística como a dimensão ambiental, cultural, social, econômica, institucional e a própria dimensão turística. Para tanto, é de suma importância que se tenha a inclusão da efetiva participação e envolvimento da sociedade local nos processos de planejamento e definição dos indicadores.

A Lei Geral do Turismo regulamenta a Política Nacional do Turismo e, em seu artigo 5º, dispõe que “o turismo deve ser planejado nos territórios de forma sustentável e segura o envolvimento e efetiva participação das comunidades receptoras dos benefícios da atividade turística”(Brasil, 2008). Verifica-se, portanto, que a inclusão das comunidades no processo de planejamento turístico já é assegurada por lei. Entretanto, ressalta-se ainda que, de acordo com (LACERDA, 2001), a participação ativa da comunidade receptora também tem

influência direta no processo de avaliação da sustentabilidade de um destino turístico pois afirma que "quanto melhor for a mensuração da sustentabilidade turística com a participação dos atores sociais locais maior será a consistência da sua avaliação".

Para tanto, recomenda-se que os indicadores sejam selecionados e definidos a partir da visão e características da própria comunidade, a fim de torná-los aplicáveis e coerentes com a realidade local, tendo em vista que a integração de indicadores como instrumento de um "planejamento participativo contribui ainda para uma maior conscientização, compromisso e para melhores expectativas de aplicação das atuações conduzidas ao desenvolvimento turístico sustentável" (LACERDA, 2011).

Se seguidos tais princípios e os indicadores de sustentabilidade passarem a fazer parte de um efetivo monitoramento dos efeitos do turismo, pode-se acreditar que o turismo irá além de estatísticas e contribuirá de maneira positiva para a redefinição da realidade de comunidades receptoras, incluindo-as em um processo de desenvolvimento que valorize os aspectos ambientais e socioculturais do desenvolvimento sustentável do turismo e não apenas os indicadores econômicos.

Após análise dos Sistemas de Indicadores para o Turismo existentes, percebeu-se que a maioria não contempla a diversidade e complexidade das dimensões da sustentabilidade e também não apresentam os parâmetros e critérios de análise. De acordo com Santos (2013, p. 50) os esses sistemas de indicadores compreendem o fenômeno turístico de forma pontual e incompleta. "Além disso, os modelos não levam em consideração a participação dos atores sociais locais, sendo selecionados indicadores pelos pesquisadores e aplicados a localidade sem ao menos a escolha e ponderação dos atores locais".

Assim, a escolha de se criar um novo Sistema de Indicadores de Sustentabilidade mais adaptado à realidade do Turismo de Base Comunitária a partir do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo – SISDTur proposto por Hanai e Espindola (2012) se deveu ao fato de que este apresenta uma maior abrangência no tocante às dimensões da sustentabilidade e também pelo fato de que este possui uma abordagem participativa como poderemos conhecer melhor e verificar no próximo tópico deste referencial.

2.7 O SISDTUR – Sistema de Indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico

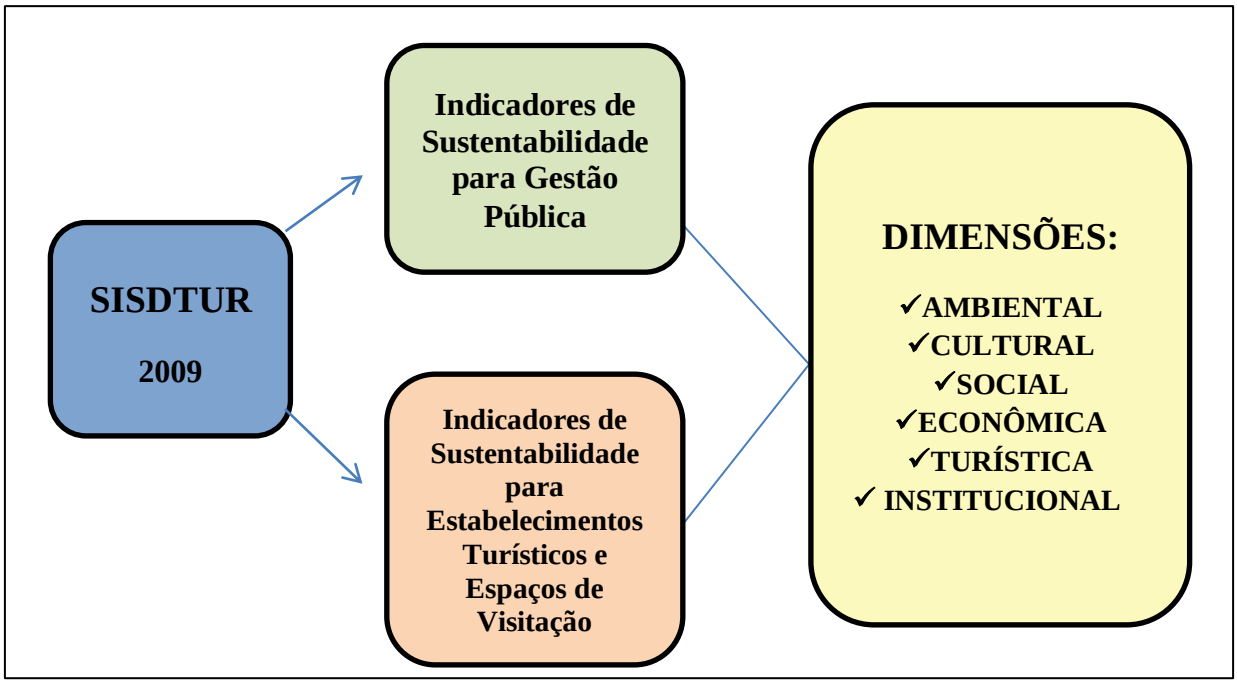
Hanai (2009) desenvolveu uma metodologia para auxiliar no processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico, baseando-se no enfoque participativo da sociedade local ao qual denominaram como

Sistema de Indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico (SISDTUR).

Lacerda (2011, p.21) afirmou que entre as vantagens principais deste modelo é sua consistência por "apresentar critérios de seleção dos indicadores, parâmetros, critérios de análises e por envolver a participação da comunidade local na análise dos indicadores".

Esse sistema abrange dois grupos de indicadores de sustentabilidade divididos em: indicadores para estabelecimentos turísticos e espaços de visitação e indicadores relacionados à gestão municipal do turismo (ver Figura 01), que foram agrupados em 6 dimensões de Sustentabilidade: Ambiental, Cultural, Social, Econômica, Turística e Institucional.

Figura 01: Divisão e Dimensões do SISDTur (Hanai 2009).



Fonte: Hanai (2009); Santos (2013).

Na **Dimensão Ambiental** os indicadores têm o objetivo de diagnosticar a relação entre o turismo e o meio ambiente, evidenciando impactos provocados pela atividade turística nos destinos. Já os indicadores da **Dimensão Cultura**l se propõem a abranger os aspectos relacionados à preservação da identidade cultural do destino turístico, revelando possíveis impactos causados pelo turismo na cultura da região. Por sua vez, os indicadores da **Dimensão Social** visam analisar como o turismo tem contribuído para a inserção socioeconômica dos residentes e sua satisfação com o turismo. A **Dimensão Econômica** abrange indicadores que pretendem caracterizar os impactos econômicos do turismo, sua

estrutura econômica e as relações estabelecidas entre os diferentes setores da economia local. Por fim, as **Dimensões Turística e Institucional** agregam indicadores que visam analisar a capacidade da gestão turística tanto em oferecer infraestrutura adequada aos turistas bem como o esforço da gestão publica em ordenar o planejamento turístico local. (SANTOS, 2013; NUNES e MARTINS, 2019).

A abrangência do sistema nas dimensões citadas está em consonância com o que é preconizado pelo Ministério do Turismo (2007), quando explicita a necessidade de que os indicadores de sustentabilidade para o turismo devem "medir as mudanças na estrutura, os fatores internos e externos do turismo e os impactos. Portanto, os indicadores devem mensurar a sustentabilidade em todas as dimensões da atividade turística".

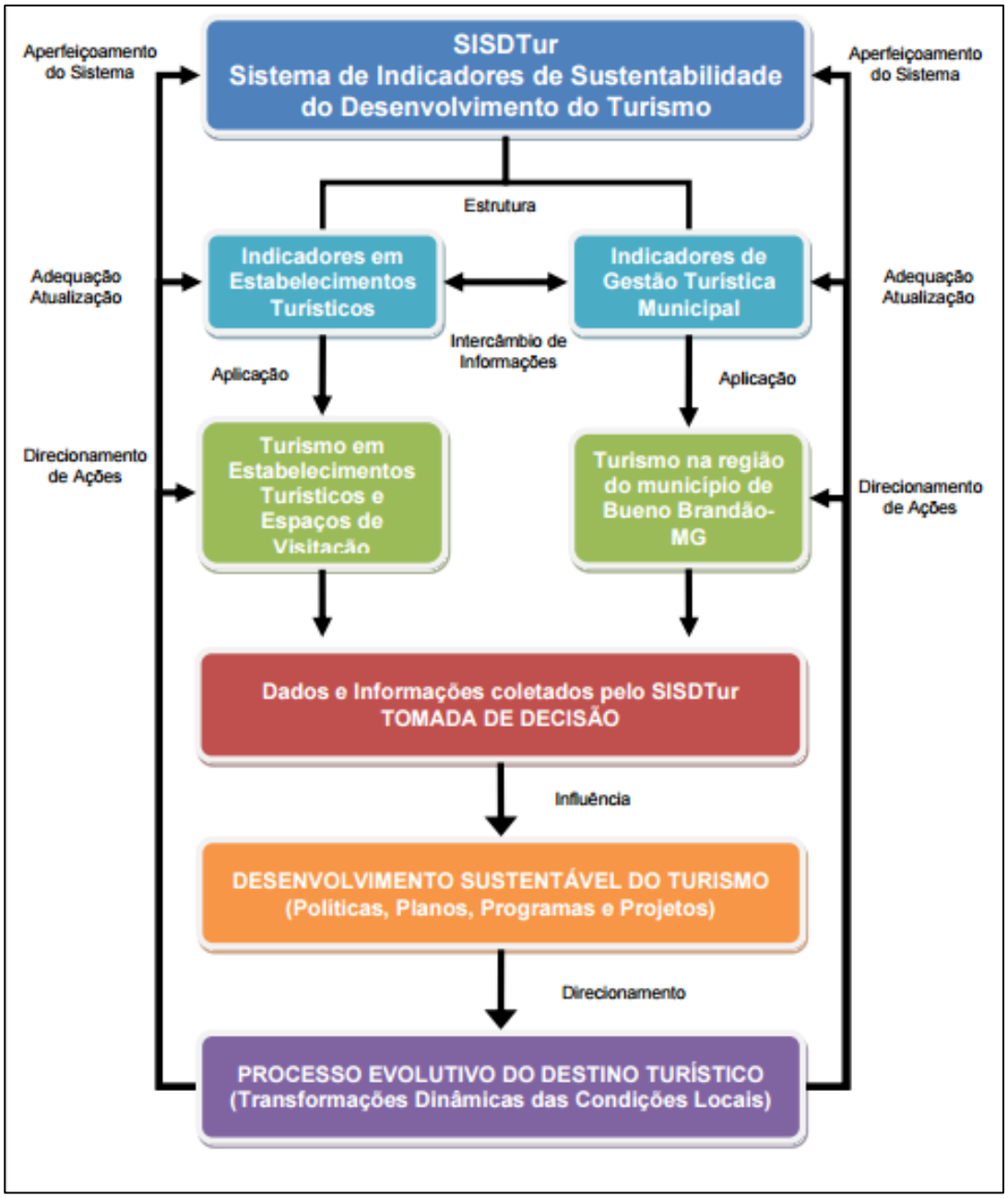
Ressalta-se ainda, a partir da Figura 02, a importância e a influência da geração dos indicadores de sustentabilidade para o processo de tomada de decisão dos gestores tanto no processo de desenvolvimento sustentável do turismo quanto na elaboração de planos, políticas públicas, programas e projetos relacionados ao desenvolvimento de um destino turístico.

Corroborando com esta afirmação, Silva e Candido (2016) afirmaram que uma considerável contribuição desse sistema de indicadores é que ele considera

> a necessidade prioritária de investigar cientificamente procedimentos e indicadores para a análise do processo de desenvolvimento do turismo, no sentido de propiciar a elaboração de instrumentos técnicos e científicos para a sua medição, auxiliando a tomada de decisões e a gestão sustentável da atividade turística, assim como, a definição e o estabelecimento de indicadores que não somente avaliem os impactos da atividade econômica, mas também identifiquem as ações e as iniciativas que evitem os possíveis impactos negativos relacionados ao desenvolvimento do turismo numa dada localidade. (SILVA E CANDIDO, 2016)

Vale destacar que, de acordo com Hanai (2009), o SISDTur não é apenas uma coletânea de indicadores selecionados, mas um "sistema operacional que compreende os objetivos de cada descritor e indicador, os parâmetros a serem medidos, as orientações e os procedimentos técnicos para obtenção dos dados (forma e frequência de medição), assim como os tipos e as unidades de medida dos parâmetros e indicadores".

Figura 02: Estrutura de Aplicação do SISDTur.



Fonte: Hanai e Espíndola (2012).

Seguindo as recomendações de Hanai (2009), nos estudos de Lacerda (2011) e Santos (2013) foram realizadas as adaptações metodológicas e aplicações sugeridas nos municípios do Conde (PB) e em Porto de Galinhas (Ipojuca - PE), respectivamente, sendo esses dois locais destinos turísticos importantes para os Estados aos quais pertencem, mas que, em termos de sustentabilidade, apresentam alguns problemas tanto na dimensão ambiental, como na social e econômica.

Em sua aplicação do SISDTur de Hanai (2009) no município de Conde, estado da Paraíba, Lacerda (2011) apenas trabalhou com os indicadores de para estabelecimentos

turísticos e espaços de visitação. Já Santos uniu os indicadores para estabelecimentos turísticos e espaços de visitação e os indicadores relacionados à gestão municipal do turismo em um único grupo, eliminando os indicadores que se repetiam nos dois grupos e ainda acrescentou outros indicadores apontados em sua pesquisa de campo em Porto de Galinhas, sendo estes mais voltados a destinos turísticos praieiros.

Assim, no estudo de Santos (2013) se chegou ao total de 76 indicadores, onde 47 deles foram avaliados como insustentáveis e 14 como parcialmente insustentáveis. Já no estudo realizado por Lacerda (2011), chegou-se ao total de 41 indicadores, onde 26 deles foram considerados como insustentáveis ou parcialmente insustentáveis.

Nos dois estudos, a maioria das dimensões apresentou-se desfavorável à sustentabilidade e apenas a dimensão econômica apresentou a maioria dos indicadores satisfatórios, revelando a insustentabilidade do modelo vigente de desenvolvimento da atividade turística que se tem praticado nessas localidades e a urgência de se repensar o futuro não apenas da atividade, mas do bem-estar das populações residentes e do ambiente.

Como podemos perceber, o SISDTur é voltado ao turismo de modo mais amplo e geral. Dessa forma, este estudo parte da premissa de que para que este sistema de indicadores possa ser aplicável à realidade do TBC ele precisaria de uma adaptação à realidade de comunidades bem menores com características mais específicas com vistas a possibilitar o monitoramento exequível buscando a sustentabilidade desse tipo de turismo.

Mielke e Pegas (2013) reforçaram a importância de se dar atenção ao monitoramento de processos e resultados em projetos de TBC, pois, de acordo com esses autores, isto infelizmente não tem sido uma prática frequente, o que prejudica a sustentabilidade desses projetos. Acrescenta ainda que não seja recomendável que estabelecimento de indicadores para o TBC sejam aplicados a todos os casos, tendo em vista as peculiaridades e divergências entre culturas que, por sua vez, determinam comportamento igualmente distintos. Assim, recomenda a adaptação às realidades locais, como o que se pretende realizar nesta pesquisa.

2.8 Qualidade de Vida e Satisfação com a Vida

O termo qualidade de vida é bastante utilizado nos dias atuais. Como citou Almeida (2012, p. 15), na sociedade contemporânea parece existir “um consenso de que é algo bom falar em qualidade de vida”. Sabe-se que este termo ganhou maior notoriedade após a Segunda Guerra Mundial **e** costumava estar associado ao conceito de saúde. Porém, com o

desenvolvimento da literatura a respeito do tema se passou a perceber a qualidade de vida como um conceito bem mais abrangente que o de saúde, ainda que este continue sendo considerado como seu principal domínio.

Llobet *et al.* (2011) destacou que o conceito de qualidade de vida passou por um processo de evolução nos últimos anos, tendo passado da concepção materialista que primava pelos aspectos objetivos da vida a uma perspectiva onde os aspectos subjetivos passaram a representar seu elemento fundamental.

Gonçalves e Vilarta (2004) definiram qualidade de vida como a maneira que as pessoas "vivem, sentem e compreendem seu cotidiano". Dessa forma, o termo qualidade de vida envolve aspectos relacionados à saúde como também à educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões da sua própria vida e comunidade.

Assim, acredita-se atualmente que as definições de qualidade de vida devem abranger a complexidade intrínseca ao termo, tendo em vista que é uma experiência subjetiva e que depende tanto das percepções quanto dos sentimentos individuais. Couto (2012) afirmou que existem mais de 100 definições e modelos de qualidade de vida e, ainda segundo esta autora, já existe o consenso de que este termo representa um "constructo multidimensional e interativo", pois abrange diversos aspectos da vida das pessoas e seus ambientes.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu a qualidade de vida como a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores em que está inserido, e em relação às suas expectativas, objetivos e preocupações (OMS, 1997). Acrescenta ainda, que é um conceito complexo influenciado por aspectos como a saúde física, o estado psicológico, o nível de independência, as relações sociais, as crenças pessoais.

Almeida (2012) ressaltou que os estudos relacionados à qualidade de vida devem focar na busca de alternativas para a melhoria do nível de vida do maior número de pessoas. Por isso, esses estudos devem considerar a multiplicidade de questões que envolvem o universo da qualidade de vida, envolvendo tanto parâmetros sociais como também parâmetros de saúde ou econômicos. Para tanto esses indicadores precisam ser analisados por estudiosos de "diferentes áreas de conhecimento, com referenciais e procedimentos diferentes, sendo vinculadas definições e concepções variadas" (ALMEIDA, 2012, p. 17).

Inúmeros conceitos têm sido utilizados como sinônimos de qualidade de vida como o bem-estar, felicidade, satisfação com a vida. O conceito de satisfação com a vida, por exemplo, é tido como "a forma como o individuo avalia positivamente a sua qualidade de vida em geral como um todo e de acordo com os seus próprios critérios" (PAVOT e DIENER,

2008). Segundo esses mesmos autores a Satisfação com a vida constitui um bom indicador social subjetivo, influenciado por fatores contextuais que determinam a informação cognitiva acessível ao indivíduo durante a resposta.

Entende-se que uma pessoa tem alto bem-estar subjetivo quando está satisfeita com sua vida e a vive de forma positiva. Por outro lado, uma pessoa com bem-estar subjetivo baixo está insatisfeita com a vida, e vive as emoções negativas como ansiedade e/ou depressão.

Percebe-se, portanto, que os conceitos de Qualidade de Vida costumam abranger aspectos objetivos e subjetivos enquanto os conceitos de Satisfação com a Vida costumam se referir apenas aos aspectos subjetivos.

Assim, a busca pela mensuração de conceitos tão complexos e subjetivos como o de qualidade de vida advém de um crescente movimento dentro das ciências humanas e biológicas que visam valorizar parâmetros mais amplos que o controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou o aumento da expectativa de vida. (FLECK, LEAL, LOUZADA, *et al*, 1999).

Nesse contexto, surge a importância de se produzir instrumentos que visem mensurar a Qualidade de Vida e a Satisfação com a Vida abrangendo seus diversos aspectos. Foi então que a Organização Mundial de Saúde desenvolveu o instrumento denominado como WHOQOL-100, composto por 100 itens distribuídos em seis domínios. Por se caracterizar como um instrumento ainda extenso foi desenvolvido posteriormente o WHOQOL-*Bref*, uma versão abreviada do primeiro, com o objetivo de facilitar a sua aplicação contendo 26 itens, sendo as duas primeiras questões gerais sobre a qualidade de vida e as demais 24 facetas abrangendo aspectos físicos, psicológicos, religiosos, ambientais e sociais. De acordo com Fleck (2000), essa versão abreviada preservou a abrangência do construto do primeiro instrumento, pois permaneceu com as 24 facetas e representa uma alternativa útil para situações em que seja difícil aplicar a versão mais longa desse instrumento.

Já o índice proposto pelo instrumento *Satisfaction With Life Scale* (SWLS-BP), versão traduzida e validada para o português, é considerada uma medida válida e confiável do componente "cognitivo-crítico do bem-estar subjetivo". Os pesquisadores que validaram a versão em português desta escala atestam que essa esta é eficaz na mensuração da satisfação com a vida em amostras brasileiras (GOUVEIA et al, 2009, p. 274).

A opção por se gerar esses dois índices nessa pesquisa (Qualidade de Vida e Satisfação com a Vida) se deveu à possibilidade de se discutir a relação entre esses e o índice de Sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo contempla o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa e construção da presente tese e também procura explicitar os métodos e técnicas utilizados nas diversas etapas da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram divididos em diversas etapas. As pesquisas documentais e bibliográficas vêm sendo aprofundadas desde o início deste estudo sobre os temas: Turismo, Sustentabilidade, Turismo de Base Comunitária, Indicadores de Sustentabilidade e sobre as áreas de estudo onde está sendo desenvolvida a pesquisa empírica deste estudo.

Para o alcance dos objetivos propostos com este estudo, foi realizada uma triangulação de métodos quantitativos e qualitativos, por se acreditar que essas abordagens são complementares, pois, como afirmam Gerhardt e Silveira (2009, p.36), os "elementos fortes de um complementam as fraquezas do outro, fundamentais ao maior desenvolvimento da Ciência".

Para o alcance dos objetivos de diagnosticar como a atividade turística de base comunitária tem sido desenvolvida nas comunidades de Ponta Grossa (CE) e Chã de Jardim(PB), identificar a percepção dos moradores dessas comunidades sobre a atividade turística nela desenvolvida e também verificar se o turismo atualmente desenvolvido nas duas comunidades se encaixa nos princípios do Turismo de Base Comunitária, utilizou-se da abordagem descritiva de caráter qualitativo. Segundo Gil (2010, p.42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis”.

Assim, nesta parte da pesquisa, a abordagem qualitativa foi imprescindível, pois teve a intenção de tentar explicar o fenômeno estudado em profundidade e, como sugerido por Oliveira (2005, p.66), “o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem mensuração quantitativa de características ou comportamento”.

De acordo com Alves (2011, p. 600), “a escolha do método qualitativo tem como justificativa o reconhecimento de que o conhecimento é uma construção coletiva que parte da realidade dos sujeitos, mediados por processos de reflexão e desvelamento da realidade estudada”.

Já a abordagem quantitativa nesta pesquisa foi utilizada especialmente para atender aos objetivos de adaptar o sistema de indicadores de sustentabilidade proposto por Hanai e Espíndola (2012) para o TBC, gerar um índice de sustentabilidade para o turismo de base comunitária nas comunidades de Ponta Grossa (CE) e Chã de Jardim (PB) e analisar a relação de sustentabilidade do TBC com a satisfação com a vida e com o índice de qualidade de vida dessas comunidades.

Assim, também integrando a abordagem quantitativa desta pesquisa, para que estas relações sejam estabelecidas, serão necessárias diversas análises estatísticas como testes e validações que tornarão exequíveis além da geração desses índices o estabelecimento das correlações possíveis entre os índices de satisfação com a vida, de qualidade de vida, percepção da comunidade em relação ao TBC e o índice de sustentabilidade de cada comunidade.

Gerardt e Silveira (2009, p.33) afirmaram que a pesquisa quantitativa faz uso da linguagem matemática tanto para descrever as causas de um fenômeno como as relações entre variáveis. Defendem ainda que "A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente".

Assim, decidiu-se por utilizar nesse estudo as abordagens quantitativas e qualitativas conjuntamente, porquanto os indicadores de sustentabilidade podem ser tanto quantitativos quanto qualitativos e uma abordagem tende a complementar a outra. Scott e Marsden (2003) *apud* Silva, Selig e Morales (2012, p.79) explicam que os indicadores quantitativos são mais úteis "uma vez que geram dados reais e tangíveis"; entretanto, destaca ainda que indicadores qualitativos "não devem ser desprezados, pois talvez sejam os únicos disponíveis e podem transmitir informações valiosas".

3.1 Seleção e delimitação das áreas de estudo

Os critérios para escolha das áreas de pesquisa de campo nesta pesquisa foram a relevância dos projetos de Turismo de Base Comunitária tendo em vista que a pesquisa de campo serviria, entre outras formas, para tornar possível a posterior adaptação da metodologia de indicadores de sustentabilidade para o Turismo de Base Comunitária.

Foi então que se pesquisou sobre os projetos de Turismo de Base Comunitária no Nordeste e se entrevistou, informalmente, duas pesquisadoras em TBC para fazer a escolha das comunidades que participariam deste estudo. A primeira entrevistada foi a professora Vanice Selva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que vem trabalhando com o

TBC em diversas comunidades do Nordeste. Após essa entrevista e a partir das informações obtidas com Braga (2015), verificou-se que dentre as experiências de TBC no Nordeste, a que se encontra melhor estruturada é a comunidade de Ponta Grossa, no município de Icapuí, Ceará. Assim, em março de 2018, a autora deste estudo visitou a comunidade de Ponta Grossa para conhecer o projeto de TBC ali desenvolvido e, na ocasião, já realizou as primeiras entrevistas desse estudo.

Optou-se por definir a segunda área de pesquisa em um ambiente diferente do litoral em uma comunidade que estivesse desenvolvendo um projeto de Turismo Comunitário no estado da Paraíba que já tivesse reconhecimento nacional como sendo um projeto exitoso. Foi aí que se entrevistou a professora Fabiana Nagabe, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que tem desenvolvido pesquisas em diversas áreas de TBC na localidade em comento e se obteve a informação que havia nesse estado o projeto melhor estruturado é o que vem sendo desenvolvido na comunidade de Chã de Jardim, município de Areia. Definiu-se, assim, a segunda comunidade para realização desta pesquisa. A seguir serão delimitadas e caracterizadas de cada uma dessas áreas de estudo.

3.1.1 Comunidade de Ponta Grossa, município de Icapuí (CE)

A comunidade de Ponta Grossa está localizada no município de Icapuí, extremo leste do Ceará distando cerca de 200 quilômetros de Fortaleza (Figura 03). A população estimada em 2018 do município foi de 19.804 habitantes e seu Índice de desenvolvimento humano municipal (IDMH) foi calculado em 0,616 (IBGE, 2019).

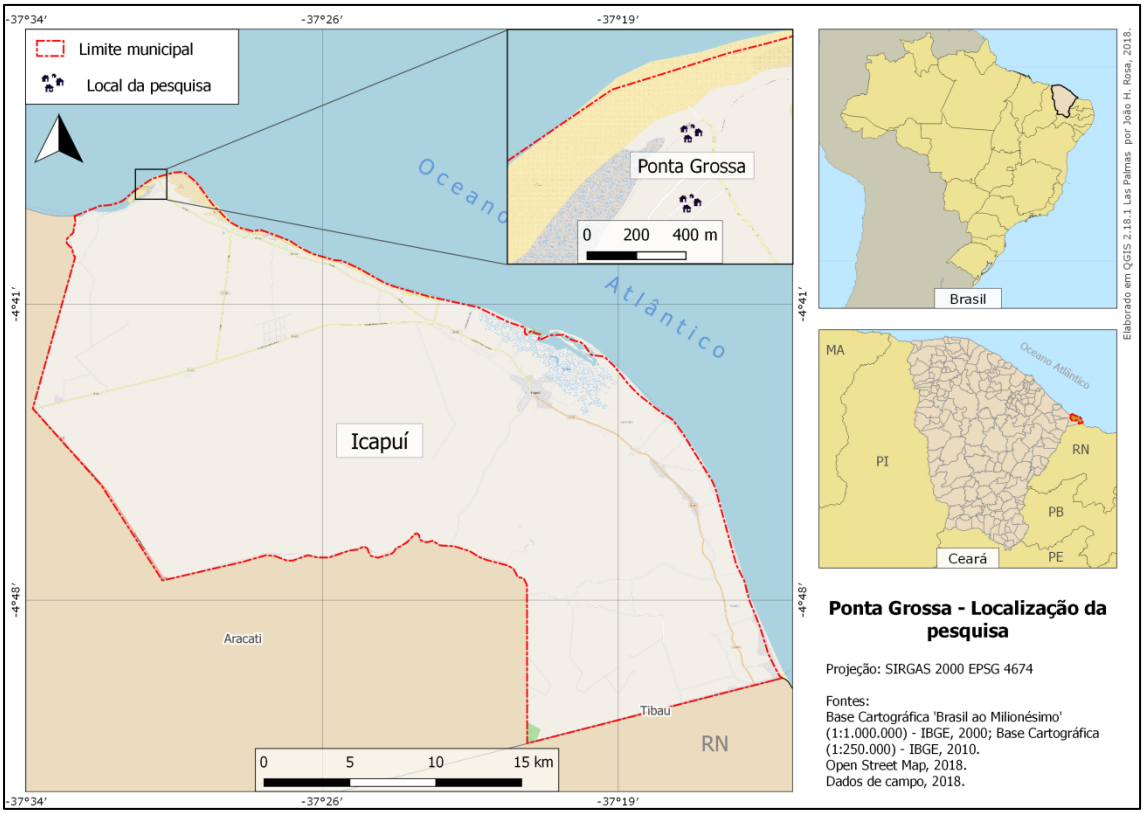
A economia local da comunidade está baseada principalmente na pesca da lagosta, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (IPEA, 2013). Também tem participação na economia local a agricultura, o extrativismo vegetal e a mineração, com destaque para a exploração de petróleo, pela PETROBRAS. Sua população se concentra na zona litorânea, onde encontramos tanto a sede do município como diversas comunidades praieiras (BRAGA, 2015).

O relevo do município apresenta dunas móveis e fixas e tabuleiros com falésias que, de acordo com a Secretaria de Meio Ambiente do Ceará constitui o maior conjunto de falésias da América do Sul (SEMACE, 2014).

Em se tratando especialmente na praia de Ponta Grossa, comunidade praieira objeto do presente estudo, o conjunto formado por suas falésias e dunas (Figura 04 e 05) chama a atenção dos visitantes, pois tais características paisagísticas fizeram com que essa praia tenha

sido eleita por diversas vezes como a mais bonita do Ceará (Jornal O Povo *on line* 2014; Portal SBC Brasil, 2015). A figura 06 mostra tanto as unidades geoambientais da região onde está localizada a comunidade de Ponta Grossa como a própria localização das residências e empreendimentos locais.

Figura 03: Mapa de localização da comunidade de Ponta Grossa, município de Icapuí-CE.

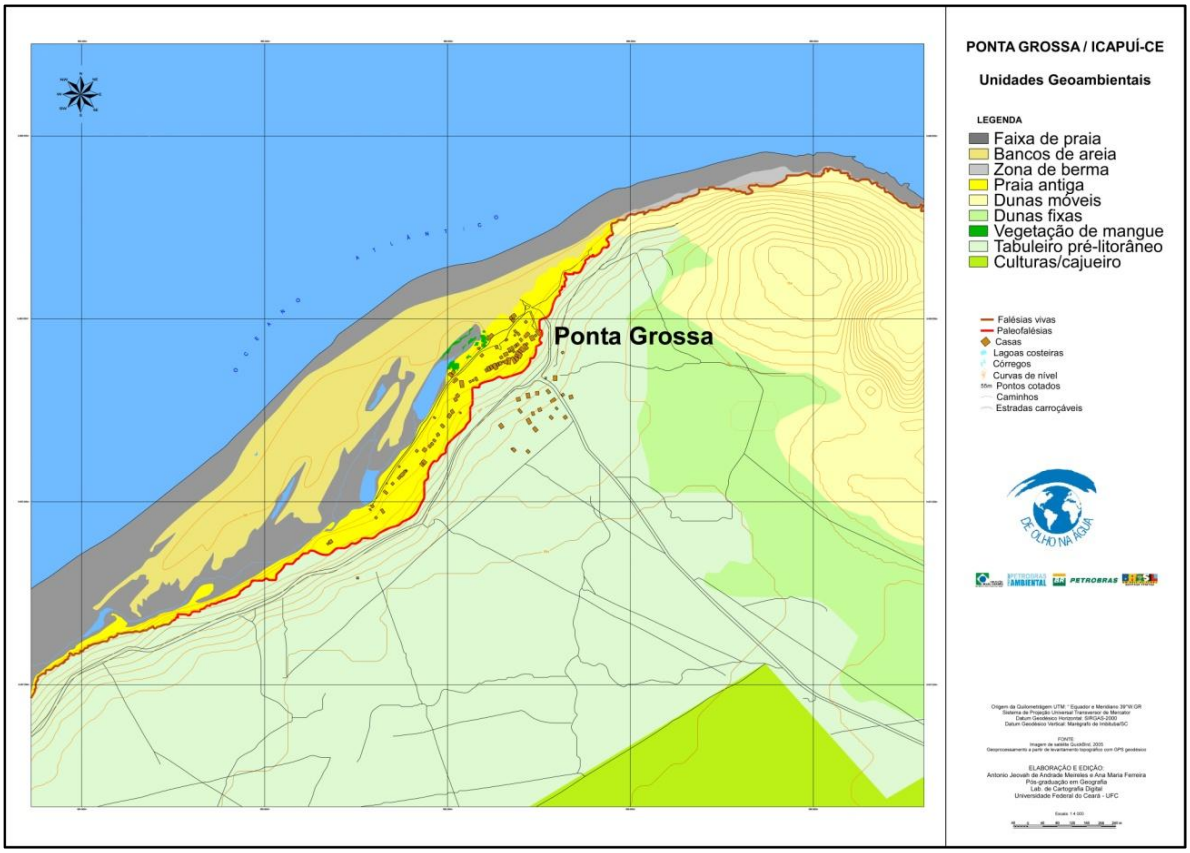


Fonte: Elaborado por João Rosa (2018).

Figura 04 e 05: Fotos das Dunas e falésias da Praia de Ponta Grossa, município de Icapuí, Ceará.

Fonte: Joelma Abrantes (2018).

Figura 06: Mapa com a localização da Comunidade de Ponta Grossa, município de Icapuí-CE.



Fonte: Meirelles - Atlas de Icapuí (2012).

3.1.2 Comunidade Chã de Jardim, município de Areia (PB)

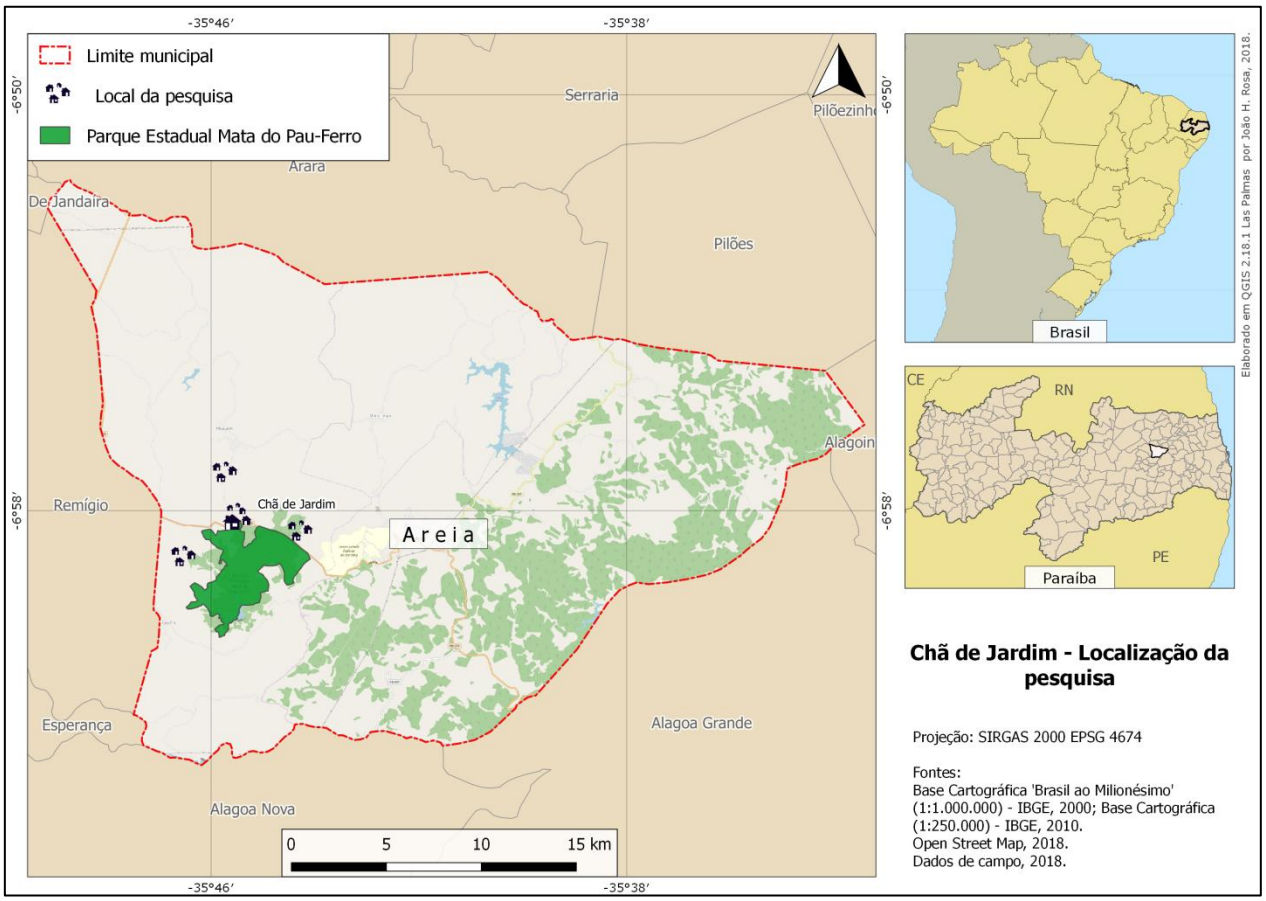
A comunidade de Chã de Jardim está localizada na zona rural do município de Areia, nas proximidades do Parque Estadual Mata do Pau Ferro e é cortada pela Rodovia PB-079, que interliga as sedes dos municípios de Areia, a 7 km de distância, e Remígio, a 6 km (Ver Figura 07).

A cidade de Areia está localizada na microrregião do brejo paraibano, distando cerca de 130 quilômetros da capital paraibana, João Pessoa, e a 50 quilômetros da cidade de Campina Grande. Apresenta temperatura média anual de 22º, considerada amena para os padrões nordestinos. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2018 a população de Areia era estimada em 22.978 habitantes, a área do município é de 269 km² e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDMH) é de 0,594 (IBGE, 2019).

A economia de Areia teve seu auge no período do cultivo de cana-de-açúcar, mas, com a decadência dessa atividade, no final do século XIX, os engenhos passaram a se dedicar à

produção de aguardente, mel e rapadura, produtos atualmente exportados para outras regiões do estado e estados vizinhos.

Figura 07: Mapa de localização da comunidade Chã de Jardim, município de Areia-PB.



Fonte: Elaborado por Joao Rosa (2018).

3.2 Elaboração dos instrumentos de coleta de dados

Foram elaborados dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro instrumento foi um roteiro para as entrevistas semiestruturadas junto às lideranças comunitárias de cada área de estudo. O segundo instrumento de coleta de dados elaborado foram os questionários aplicados com membros da comunidade. Este foi segmentado em cinco principais seções temáticas: 1) Dados Sócio demográficos dos respondentes; 2) Informações específicas para os que trabalham com o turismo; 3) Percepção da comunidade em relação ao turismo; 4) Índice de Satisfação com a Vida; e 5) Índice de Qualidade de Vida. O objetivo deste instrumento foi captar o perfil sócio demográfico dos respondentes, suas percepções a respeito do turismo praticado em suas respectivas comunidades e também poder gerar, gerar o índice de

Percepção em relação ao TBC e, através das escalas já existentes e validadas internacionalmente, os índices de Satisfação com a Vida e o de Qualidade de Vida (Nome da escala) de cada comunidade.

A escala utilizada para gerar o Índice de Satisfação com a Vida (ISV) foi a versão em português do Brasil da *Satisfaction With Life Scale* (SWLS-BP), contendo apenas cinco afirmações que seguem uma escala do tipo Likert de 1 a 7, que vai do "Discordo Totalmente" ao "Concordo Totalmente".

A escala utilizada para gerar o índice de Qualidade de Vida das duas comunidades foi a do módulo WHOQOL-BREF, que é uma versão abreviada do WHOQOL-100, constituído de 26 perguntas cujas respostas seguem uma escala do tipo Likert (de 1 a 5, quanto maior a pontuação melhor a qualidade de vida). Divididas em quatro domínios que são: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente.

A ideia de gerar esses três últimos índices neste estudo teve como objetivo possibilitar a análise comparativa entre esses índices e o Índice de Sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária a ser gerado também a partir deste estudo. Pretende-se analisar, portanto, qual seja a relação entre a percepção em relação ao TBC, a satisfação com a vida e a qualidade de vida e o nível de sustentabilidade das comunidades em estudo.

3.3 Seleção dos participantes das entrevistas

Sobre a seleção e definição da quantidade de entrevistados, Taylor e Bogdan (1992) *apud* ALVES (2011) afirmaram que não é fácil determinar quantas pessoas se devem entrevistar em um estudo qualitativo. Diversos fatores devem ser considerados como "a qualidade e a potencialidade demonstradas pelas pessoas a serem entrevistadas e a "natureza do objeto de estudo, tendo como guia o marco teórico que ajuda o investigador no desenvolvimento das compreensões teóricas sobre a área estudada da vida social".

Na comunidade de Ponta Grossa, a seleção dos entrevistados foi feita da seguinte forma: já se sabia, por informações anteriores fornecidas pela Professora Vanice Selva da UFPE, que o coordenador do turismo local era o Sr. Eliabe Crispim, com quem se manteve contato para agendamento de hospedagem e pedido de autorização para a realização da pesquisa.

Assim, na primeira visita à comunidade, quando a autora deste estudo chegou no mês de março de 2018 ao local e disse que gostaria de realizar uma entrevista com a liderança local, o próprio Sr. Eliabe sugeriu os nomes dos demais entrevistados e os convidou para um

encontro na manhã seguinte. Sendo assim, apenas um dos participantes indicou os nomes dos demais participantes e os convidou a participar da entrevista, que aconteceu de forma coletiva e teve um tom de conversa. O áudio foi gravado com autorização prévia dos participantes, para posterior transcrição e análise.

Já na comunidade de Chã de Jardim, as entrevistas foram realizadas separadamente. A primeira entrevistada foi a idealizadora do projeto de Desenvolvimento e Turismo local, Luciana Balbino. Após essa entrevista, a pesquisadora participou de uma das reuniões da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade da Chã de Jardim (ADESCO) e em seguida realizou entrevista com o atual presidente da Associação, Josemar Ribeiro.

3.4 Cálculo das amostras nas duas áreas de estudo

Para o cálculo da amostragem ideal das duas áreas de estudo foi utilizado o site: http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral/. Nesse site, a pesquisadora inseriu as informações relativas ao número de indivíduos adultos, o nível de confiança da amostragem e a porcentagem da margem de erro e o próprio site realizou o cálculo da amostra ideal.

Para a comunidade de Ponta Grossa, a referência do tamanho da população foi baseada em Braga (2015) e confirmada localmente com o representante do turismo dessa comunidade. Assim, foi considerada a população total da comunidade de Ponta Grossa como sendo de 250 indivíduos (entre adultos e crianças). Assim, para o número de 125 adultos (com 95% de confiança e 5% de erro) o resultado obtido foi de que a amostra deveria ser de no mínimo 95 indivíduos.

Já na comunidade Chã de Jardim, de acordo Oliveira (2015), que por sua vez citou dados oficiais do IBGE (2015), existem 94 unidades familiares habitadas nas seis unidades territoriais mencionadas como integrantes da Comunidade Chã de Jardim, totalizando 352 residentes (entre adultos e crianças). Assim, o número utilizado como base para o cálculo da amostragem dos questionários junto aos moradores da comunidade Chã de Jardim foi de 176 adultos (com 95% de confiança e 5% de erro), obtendo-se como resultado que a amostra deveria ser de no mínimo 121 indivíduos.

3.5 Seleção dos respondentes dos questionários

O processo de seleção dos respondentes dos questionários se deu de forma não probabilística, tendo em vista que a pesquisadora foi abordando os moradores das duas localidades em suas casas e também nas ruas das comunidades e também porque não foi seguido nenhum modelo aleatório específico. Os critérios para participação na pesquisa foram apenas o fato de ser morador das comunidades em estudo e ter a idade acima de 17 anos.

Assim, na comunidade de Ponta Grossa, foram aplicados 97 questionários no período de 4 a 8 de junho de 2018. Já na comunidade de Chã de Jardim foram aplicados 123 questionários, sendo que os primeiros 70 foram aplicados no período de 30 de julho a 02 de agosto e os 53 restantes foram aplicados de 18 a 19 de agosto de 2018.

3.6 Testes Estatísticos

Para o alcance dos objetivos relacionados à abordagem quantitativa desta pesquisa e viabilização das análises dos dados coletados, fez-se uso do Software Estatístico SPSS, Versão 21. Este software de análise estatística permite o tratamento dos dados, sua melhor visualização, estabelecimento de relações entre diversas variáveis e até mesmo a verificação de hipóteses.

Dessa forma, os dados coletados através dos questionários aplicados nas duas comunidades foram primeiramente tabulados e posteriormente inseridos no referido software para realização das análises propostas através de vários testes.

O primeiro teste realizado foi o COEFICIENTE ALFA DE CRONBACH**,** que teve como objetivo avaliar a consistência interna das três escalas presentes no questionário aplicado (Percepção em relação ao TBC, Satisfação com a Vida e Qualidade de Vida). De maneira resumida, pode-se dizer que este teste analisa a confiabilidade das medidas utilizadas, ou seja, verifica se o instrumento aplicado consegue medir aquilo para o qual foi proposto. Além disso, de acordo com Pasquali (2003, p.192), o alfa de Cronbach é uma ferramenta estatística que quantifica, "numa escala de 0 a 1, a confiabilidade de um questionário". Dessa forma, o 0 indicaria a ausência total de consistência interna dos itens enquanto o 1 representaria a "consistência de 100%", ou seja, quanto mais se aproximar de 1, maior o "coeficiente de fidedignidade". Admite-se, portanto, que o valor mínimo aceitável para se considerar um questionário confiável é 0,7 (PASQUALI, 2003). "Em outras palavras, o alfa

de Cronbach é a média das correlações entre os itens que fazem parte de um instrumento" Streiner (2003) *apud A*lmeida, Santos e Costa (2010).

Em seguida, foi realizado o TESTE DE NORMALIDADE DE SHAPIRO-WILK que tem por objetivo verificar a normalidade dos dados amostrais. Os testes de normalidade indicam qual o tratamento estatístico mais apropriado a ser aplicado aos dados, ou seja, se os dados forem considerados "normais" deverão ser aplicados os testes paramétricos e se forem considerados "não normais" deverão ser aplicados testes não paramétricos.

Na sequência, para a realização dos testes de comparação entre grupos (localidade e sexo) foi utilizado o TESTE DE MANN-WHITNEY, que de acordo com Ayres, Ayres Junior e Santos (2007, p. 135) é "uma prova não paramétrica destinada a comparar duas amostras independentes do mesmo tamanho ou desiguais, cujos escores tenham sido mensurados pelo menos a nível ordinal".

Além dos testes citados, foi realizado o TESTE DE CORRELAÇÃO DE SPEARMAN, compreendendo as variáveis sociodemográficas idade e escolaridade e, também, os scores das escalas: percepção do turismo, satisfação com a vida e qualidade de vida. Ademais, o teste de Correlação de *Spearman* é "uma prova não paramétrica com a finalidade de determinar o grau de associação entre duas variáveis mensuradas, pelo menos, a nível ordinal e dispostas em postos ordenados em duas séries: X e Y". (AYRES, AYRES JUNIOR e SANTOS, 2007, p. 94).

Por fim, os resultados obtidos entre as comparações dos grupos e também os obtidos através das correlações entre os resultados das escalas serão descritos e analisados no capítulo denominado "Resultados" dessa pesquisa.

3.7 Análise das Entrevistas

Para a análise das entrevistas foi utilizada a técnica de Análise de Discurso, por se tratar de

> uma metodologia voltada especialmente à análise qualitativa e baseada nos princípios da concepção múltipla da realidade, que busca as relações e correlações, que interrogue sobre a intencionalidade das ações e leve a uma pesquisa participativa e participante, apreende mais a realidade e aproxima-se mais do real (CORIOLANO, 2005, p.51).

Ainda em concordância com esta mesma autora, acredita-se que a análise de discurso permite uma "escuta sensível" ao pesquisador e trabalha nele a sua sensibilidade, permitindo maior coerência no processo de análise das falas dos entrevistados.

Ainda para Coriolano (2015), a atividade turística tem um discurso próprio, pois são os representantes dos governos, dos empresários e das comunidades que o formulam. Assim, a utilização da análise de discurso no turismo de Base Comunitária teve como objetivo procurar compreender o discurso dos líderes comunitários das áreas em estudo tendo em vista que até mesmo as "comunidades anfitriãs contêm mensagens a serem decodificadas e sentidos que os pesquisadores precisam apreender".

Também visando auxiliar o processo de análise das entrevistas, optou-se por utilizar como eixo estruturante nas discussões, os 8 (oito) princípios do TBC propostos pela Rede TUCUM. Ainda como forma de facilitar o processo, retirou-se as palavras-chave de cada princípio e optou-se por utilizá-los assim na análise.

3.8 Cálculo dos Índices

Para a padronização do cálculo dos índices de Percepção do TBC, de Satisfação com a Vida, de Qualidade de Vida, de Abastecimento de Água, Tratamento de Esgotos, Coleta de Resíduos e o de Sustentabilidade do TBC, utilizou-se do dimensionamento MIN-MAX, também chamado de "normalização". Nessa abordagem, os dados são escalados para um intervalo fixo, normalmente de 0 a 1.

A opção de gerar todos os índices nesse mesmo dimensionamento e intervalo (entre 0 e 1) se deve à possibilidade de se obter índices numa mesma padronização e, assim, se ter condições de estabelecer as devidas análises e comparações.

O dimensionamento Min-Max geralmente é feito por meio da seguinte equação:

$$X_{norm} = \frac{X - X_{min}}{X_{max} - X_{min}}$$

FONTE: https://sebastianraschka.com/Articles/2014_about_feature_scaling.html.

De acordo com Raschka (2014), a normalização Min-Max representa uma abordagem alternativa para a padronização da pontuação Z. O custo de ter esse intervalo limitado é que, diferentemente do que ocorre com a padronização, tem-se uma diminuição dos "desvios padrão menores, o que pode suprimir o efeito de *outliers*".

3.8.1 Índice de Percepção da comunidade em relação ao TBC

Fazendo uso do dimensionamento Min-Max, a Fórmula a ser utilizada para o cálculo do índice de Percepção do TBC ficou da seguinte forma:

$$\textbf{Índice Percepção do TBC} = \frac{(\textbf{pontuação do entrevistado} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

3.8.2 Índice de Satisfação com a Vida (*Satisfaction With Life Scale)*

Fazendo uso do mesmo dimensionamento Min-Max, a Fórmula para o cálculo do índice de Satisfação com a Vida fica da seguinte forma:

$$\textbf{Índice Satisfação com a Vida} = \frac{(\textbf{pontuação do entrevistado} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

3.8.3 Índice de Qualidade de Vida (WHOQOL-BREF)

Também fazendo uso do dimensionamento Min-Max, a Fórmula utilizada para o cálculo do índice de Qualidade de Vida ficou assim:

$$\textbf{Índice Qualidade de Vida} = \frac{(\textbf{pontuação do entrevistado} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

Os resultados da aplicação dessas fórmulas para os três índices serão apresentados no capítulo 4 desse estudo denominado “Resultados”.

3.8.4 Índices gerados a partir dos dados obtidos junto ao IBGE

Visando à obtenção de informações e dados mais específicos das comunidades recorreu-se aos setores Censitários que abrangem as comunidades em estudo no Banco de Dados do último Censo do IBGE realizado no ano de 2010.

Setores Censitários são, de acordo com IBGE (2019), a “unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento

por um recenseador". Dessa forma, cada profissional que esteja fazendo a coleta de dados é designado e tem como meta a cobertura de um desses setores.

Assim, procedeu-se à identificação dos setores Censitários das comunidades objeto deste estudo. Na de Ponta Grossa, verificou-se que esta se encontra inserida no setor de número **230535705000007**. Já a comunidade de Chã de Jardim encontra-se distribuída entre dois setores que foram os seguintes: **2501100410000002** (que abrange as áreas do- Distrito de Cepilho = Sítio Jardim + Cachoeira e Curva dos Noivos), **2501100420000008** (que abrange o Distrito de Muquém, pois parte da comunidade encontra-se na Estrada pra Muquém).

Quadro 01: Setores Censitários das comunidades em estudo

COMUNIDADE	SETORES CENSITÁRIOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS
CHÃ DE JARDIM	67 (2501100420000008) + 133 (2501100410000002)	200
PONTA GROSSA	230535705000007	174

Fonte: Elaboração própria (2019).

A partir da identificação dos setores censitários que seriam trabalhados, se realizou a busca na plataforma do IBGE sobre quais informações teríamos disponíveis sobre cada setor. Entretanto, só se conseguiu obter dados sobre três aspectos de cada comunidade que foram: Abastecimento de Água, Tratamento de Esgotos e Destino dos Resíduos Sólidos. Tendo em vista a relevância dessas informações optou-se por gerar um indicador/índice para cada um desses itens.

Para tornar possível o cálculo desses **índices/indicadores** foi necessário realizar uma ponderação para cada um desses itens e o critério estabelecido para a atribuição de pesos foi a sustentabilidade de cada alternativa. Assim sendo, a ponderação realizada nessa análise para o posterior cálculo dos Índices referentes ao "Abastecimento de água", "Tratamento de Esgotos" e "Destino dos Resíduos Sólidos" foi estabelecido que **quanto maior o valor maior a sustentabilidade** do item analisado.

A fórmula utilizada para o cálculo desses índices também foi a do dimensionamento Min-Max também utilizada para os índices anteriores de percepção em relação ao TBC, Satisfação com a Vida e Qualidade de Vida. Assim, todos os índices gerados apresentarão valores com variação entre 0 e 1.

Dessa forma, as fórmulas utilizadas para o cálculo desses três índices/indicadores foram as seguintes:

$$\textbf{Índice de Abastecimento de Água} = \frac{(\textbf{peso da residência} - \textbf{peso mínimo})}{(\textbf{peso máximo} - \textbf{peso mínimo})}$$

$$\textbf{Índice de Tratamento de Esgotos} = \frac{(\textbf{peso da residência} - \textbf{peso mínimo})}{(\textbf{peso máximo} - \textbf{peso mínimo})}$$

$$\textbf{Índice de Coleta de Resíduos} = \frac{(\textbf{peso da residência} - \textbf{peso mínimo})}{(\textbf{peso máximo} - \textbf{peso mínimo})}$$

A pontuação de cálculo do índice é realizada da seguinte forma: A menor pontuação possível obtida equivale ao início da contagem do índice, que é zero, e a maior pontuação obtida equivale ao máximo do índice, ou seja, 1 (um).

Depois de calculado o índice de cada residência, foi calculada a média de todos os resultados, chegando ao índice geral de cada comunidade estudada.

As ponderações realizadas e os resultados desses índices serão apresentados no Capítulo de Resultados desse trabalho.

3.8.5 Índice de Sustentabilidade do TBC

3.8.5.1 Adaptação do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade aplicado ao contexto do Desenvolvimento Turístico (SISDTUR), desenvolvido por Hanai (2009)

Para que fosse possível a análise do nível de sustentabilidade do TBC das comunidades de Ponta Grossa e Chã de Jardim, realizou-se, neste estudo, uma adaptação da metodologia para indicadores de sustentabilidade no turismo conhecida como Sistema de Indicadores de Sustentabilidade aplicado ao Contexto do Desenvolvimento Turístico (SISDTUR), desenvolvido por Hanai (2009), que trabalha com o turismo de maneira mais geral. As etapas seguidas para a referida adaptação e produção do novo modelo são as seguintes:

3.8.5.2 Primeira triagem dos indicadores: consulta aos especialistas em TBC no Brasil através do uso da Técnica Delphi

A etapa de consulta aos especialistas em TBC no Brasil foi realizada a partir do uso da Técnica Delphi, que consiste em um painel com especialistas. Sobre essa técnica, Marques e De Freitas (2018) afirmaram se tratar de um método rico, pois permite a consulta a opiniões diversas de pessoas geograficamente distantes, favorece a escuta de forma anônima de especialistas, evitando constrangimentos e conflitos.

O método Delphi é definido como "um método para estruturar um processo de comunicação coletiva de modo que este seja efetivo, ao permitir a um grupo de indivíduos, como um todo, lidar com um problema complexo" (LINSTONE & TUROFF, 2002, p. 3).

Assim, como o primeiro passo para aplicação da técnica Delphi consiste na seleção dos respondentes. Para a seleção de quem seriam os especialistas a serem consultados nesta etapa da pesquisa, foi realizada uma primeira consulta a duas professoras de turismo, nordestinas e especialistas em TBC às quais a pesquisadora tinha acesso, que foram as professoras Vanice Selva da UFPE e Luzia Neide Coriolano da UECE.

Quadro 02: Lista dos e-mails dos especialistas em TBC no Brasil obtidos.

	Num.	e-mail
E-mails dos Especialistas em TBC enviados pela professora Vanice Selva	01	acfratucci@turismo.uff.br
	02	portuguez.andersonpereira@gmail.com
	03	camirural@gmail.com
	04	carlaborbasilveira@gmail.com
	05	cdennys@gmail.com
	06	cacauceara@gmail.com
	07	edwaldo.sergio@yahoo.com.br
	08	fcapaula@gmail.com*
	09	gtsilva@uea.edu.br
	10	gmwidmer@uol.com.br
	11	fariaivani@gmail.com
	12	jmggandara@yahoo.com.br
	13	isamorais_@hotmail.com
	14	ltv@fct.unl.pt,jcrf@fct.unl.pt
	15	ludeholanda@gmail.com
	16	luis_rce@yahoo.com.br
	17	marcello@turismo.uff.br
	18	mariagg29@gmail.com
	19	marianafalca@gmail.com
	20	mgdealmeida@gmail.com
	21	marlene@novaesconsultoria.com
	22	miltmari@terra.com.br
	23	odaleiaq@terra.com.br

	24	sandrocamposneves@yahoo.com.br
	25	ssimonetti@uea.edu.br
	26	eduardo.dubeux@hotmail.com
	27	luzianeidecoriolano@gmail.com
E-mails dos Especialistas em TBC enviados pela professora LUZIA NEIDE Coriolano	28	carlos.cioce@gmail.com
	29	floresesilva.yolanda907@gmail.com
	30	lucianana1712@gmail.com **
	31	vanice.selva@gmail.com
	32	fcapaula@gmail.com *

Fonte: Elaboração própria (2018).

Como a professora Vanice indicou em sua lista o email da professora Luzia Neide e vice-versa, o email da fcapaula@gmail.com foi indicado nas duas listas e o e-mail "lucianana1712@gmail.com" retornou. Ao todo participaram da pesquisa 30 especialistas em TBC no Brasil.

Foi preparado um formulário com a ferramenta GOOGLE FORMS e enviado por e-mail para a lista de e-mails final de 30 especialistas em TBC no Brasil. O referido formulário continha os 84 indicadores de sustentabilidade para o Turismo do SISDTur de Hanai e Espíndola (2012). Essa lista de indicadores foi também a lista que os próprios autores do SISDTur submeteram ao processo de seleção que realizaram.

Os indicadores dessa lista encontram-se divididos entre os grupos de Indicadores para Equipamentos e Espaços de Visitação e Indicadores para a Gestão municipal, sendo cada um desses grupos subdividido em seis dimensões: Ambiental, Social, Cultural, Econômica, Turística e Institucional. Cada especialista respondente deveria julgar cada um dos indicadores como "adequado à realidade do TBC" ou "Não se adequa à realidade do TBC".

Após o período de três meses de consulta (de 16 de julho a 16 de outubro de 2018), as respostas foram compiladas e a tabulação dos resultados foi realizada. Foram obtidas ao final 17 respostas ao formulário do *Google Forms* de maneira anônima, não sendo possível identificar de quem foi cada resposta. Porém, a pesquisadora solicitou no próprio e-mail que os respondentes lhe enviassem apenas o seu nome completo e o nome da instituição a qual estivessem vinculados, para que, ainda que não se saiba quais foram as respostas de cada especialista, fosse possível saber os nomes dos participantes. Entretanto, dos 17 respondentes, apenas 11 enviaram seus dados, conforme constam no quadro 02 a seguir:

Quadro 03: Informações sobre os especialistas em TBC participantes da Consulta Delphi.

NUM.	NOME DO ESPECIALISTA EM TBC QUE RESPONDEU À PESQUISA	INSTITUIÇÃO A QUAL ESTÁ VINCULADO(A)
01	Luís Souza	Departamento de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco
02	Carlos Eduardo Pimentel	Departamento de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco
03	Edson Vicente da Silva	Departamento de Geografia e PRODEMA da Universidade Federal do Ceará
04	Vanice Selva	Universidade Federal de Pernambuco/PRODEMA
05	José Manoel Gândara	Universidade Federal do Paraná
06	Suzy R. Simonetti	Universidade do Estado do Amazonas
07	Aguinaldo César Fratucci	Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense
08	Luciana Holanda	Departamento de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco
09	Luzia Neide Coriolano	Universidade Estadual do Ceará
10	Yolanda Flores e Silva	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
11	Francisca de Paula Santos da Silva	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Fonte: Elaboração própria (2018).

Como critério para a seleção de quantas respostas marcadas pelos especialistas como "Adequadas à realidade do TBC" seriam consideradas para a seleção dos indicadores neste estudo, tomou-se como inspiração o "Diagrama de Pareto- 80/20", inspirado na **"**Lei de Pareto" que sustenta o argumento de que **"**80% das consequências decorrem de 20% das causas".

De acordo com Moreira (1992), o diagrama de Pareto objetiva a priorização das causas com relação a sua participação nos problemas. Assim, seguindo este princípio, 80% dos problemas encontrados advêm de apenas 20% das causas. Portanto, a priorização de Pareto, como também ficou conhecido seu diagrama, contribui para que uma possível intervenção possa ser mais eficaz na solução de problemas, tendo em vista que este permite que se mantenha o foco nos problemas principais (TEMOTEO, DE LIMA e NISHIDA, 2012, p.23).

Dessa forma, a partir da citada inspiração no princípio de Pareto, foram selecionados os indicadores que obtiveram acima de 14 "votos favoráveis", ou seja, acima de 80% (oitenta por cento) dos respondentes consideraram o indicador como "Adequado à realidade do TBC".

3.8.5.3 Segunda triagem dos Indicadores: Através de Oficinas junto às comunidades em estudo

Para tornar possível a segunda triagem dos indicadores junto às comunidades objeto desta pesquisa, no primeiro dia foi ministrado um curso a todos que tivessem interesse na

comunidade sobre Turismo Sustentável e de Base Comunitária, bem como sobre a importância do monitoramento para o alcance da sustentabilidade no Turismo e o papel dos Indicadores de Sustentabilidade no planejamento e monitoramento da atividade turística.

Já no segundo dia, foram trabalhados os temas Indicadores de Sustentabilidade no Turismo de Base Comunitária para que, enfim, fosse apresentada a lista com os 50 indicadores de sustentabilidade para o turismo que haviam sido selecionados pelos especialistas na etapa anterior.

Para tanto, os grupos foram divididos em duplas e a pesquisadora foi lendo cada indicador, explicando o que seria cada um deles e, após as explicações, era solicitado que cada dupla discutisse entre si e depois marcassem um "X" em uma das seguintes alternativas: "Se adequa à realidade do TBC" ou "Não se adequa à realidade do TBC". Normalmente, surgia uma discussão na plenária e percebeu-se, nas duas comunidades, a forte influência das lideranças na escolha das alternativas do grupo como um todo.

3.8.5.4 Terceira triagem: análise dos resultados da triagem anterior, junção das duas tabelas em uma e nova eliminação de indicadores

Nessa nova triagem, sentiu-se a necessidade de realizar uma análise da triagem anterior, tendo em vista a geração de uma lista única dos indicadores para facilitar sua aplicação posterior junto às comunidades.

Também com o objetivo de facilitar sua aplicação e compreensão, percebeu-se nessa fase a importância de unir as duas tabelas de indicadores do SISDTur em apenas uma, pois se constatou na etapa anterior que a divisão entre "Indicadores para Equipamentos e Espaços de Visitação" e "Indicadores para a Gestão municipal" tornava os indicadores repetitivos e dificultava a compreensão por parte dos participantes das oficinas.

Dentre os indicadores voltados à Gestão Municipal, verificou-se que alguns deles ainda seriam de difícil análise por parte de pequenas comunidades que trabalham com o TBC. Por esse motivo, utilizou-se desse critério para eliminação de outros indicadores visando uma melhor adequação à realidade das comunidades.

3.8.5.5 Operacionalização do SISDTBC e cálculo do Índice de Sustentabilidade do TBC

Após as triagens realizadas e a consolidação da lista de 38 indicadores considerados mais adequados à realidade do TBC, tornou-se possível a utilização dessa lista e sua aplicação

junto aos atores sociais de cada comunidade para a análise da sustentabilidade do TBC em cada uma delas.

Neste momento, seguindo o mesmo procedimento realizado nos estudos de Lacerda (2011) e Santos (2013), transformou-se os indicadores selecionados em afirmativas para facilitar a compreensão dos respondentes e também fez-se uso de uma adaptação da escala de Likert onde os atores sociais participantes dessa etapa puderam assinalar seu grau de concordância com as referidas afirmativas (indicadores) entre as seguintes opções:

Nível - 1 Discordo totalmente;

Nível – 2 Discordo parcialmente;

Nível - 3 Neutro;

Nível - 4 Concordo parcialmente;

Nível - 5 Concordo totalmente.

Para identificação dos atores sociais que participariam como respondentes dessa fase da pesquisa, foram enviados, em abril de 2019, e-mails contendo o formulário com as 38 afirmativas correspondentes a cada um dos indicadores (Ver Apêndice C) a representantes dos setores do trade turístico de cada comunidade (governo, sociedade civil e associações e iniciativa privada) que foram os seguintes:

- O Secretário de Turismo do município a que pertence cada comunidade;
- O Coordenador de Turismo de cada comunidade;
- Um representante da iniciativa privada de cada comunidade; e
- Um representante de alguma das associações existentes em cada comunidade.

Dessa forma, obteve-se a participação de quatro atores sociais de cada comunidade como respondentes nessa etapa de aplicação do novo sistema de indicadores adaptado ao TBC e para a análise final de cada indicador foram considerados os valores das médias das respostas desses atores sociais, cujas faixas estão demonstradas no Quadro 04 a seguir:

Quadro 04: Distribuição das faixas das médias por indicadores

FAIXAS DAS MÉDIAS DOS ATORES SOCIAIS POR INDICADOR	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE DO INDICADOR DE TBC
1 – 2	INSUSTENTÁVEL
2.1 a 3	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
3.1 a 4	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
4.1 a 5	SUSTENTÁVEL

Fonte: Adaptado de Martins e Candido (2008).

A partir dessa classificação, a análise da sustentabilidade de cada indicador foi realizada de acordo com a seguinte lógica:

- Se o indicador analisado obteve Média entre 1 e 2, foi considerado insustentável;
- Se o indicador analisado obteve Média entre 2.1 e 3, foi considerado parcialmente insustentável;
- Se o indicador analisado obteve Média entre 3.1 e 4, foi considerado parcialmente sustentável; e
- Se o indicador obteve Média entre 04.1 e 5, foi considerado sustentável;

Posteriormente, tendo em vista que os indicadores são agrupados por dimensão, a partir das pontuações médias dos indicadores foram calculados os índices de sustentabilidade cada dimensão, seguindo as seguintes fórmulas:

$$\textbf{Índice da Dimensão Ambiental} = \frac{(\textbf{pontuação média dos indicadores de 1 a 14} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

$$\textbf{Índice da Dimensão Social} = \frac{(\textbf{pontuação média dos indicadores de 15 a 18} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

$$\textbf{Índice da Dimensão Cultural} = \frac{(\textbf{pontuação média dos indicadores de 19 a 25} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

$$\text{Índice da Dimensão Social} = \frac{(\text{pontuação média dos indicadores de 26 a 34} - \text{pontuação mínima})}{(\text{pontuação máxima} - \text{pontuação mínima})}$$

$$\text{Índice da Dimensão Social} = \frac{(\text{pontuação média dos indicadores de 35 a 38} - \text{pontuação mínima})}{(\text{pontuação máxima} - \text{pontuação mínima})}$$

Após o cálculo dos índices de sustentabilidade de cada dimensão, estes foram analisados de acordo com as seguintes faixas (Quadro 05):

Quadro 05: Distribuição das faixas dos índices de sustentabilidade das dimensões

FAIXAS PARA ANÁLISE DOS ÍNDICES (0-1)	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE DO TBC
0,0000 – 0,2500	INSUSTENTÁVEL
0,2501 – 0,5000	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
0,5001 – 0,7500	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
0,7501 – 1,0000	SUSTENTÁVEL

Fonte: Adaptado de Martins e Candido (2008).

Dessa forma,

- Se a Dimensão analisada obteve Índice de Sustentabilidade entre **0 e 0,2500**, foi considerada insustentável;
- Se a Dimensão analisada obteve Índice de Sustentabilidade entre **0,2501 e 0,5000**, foi considerada parcialmente insustentável;
- Se a Dimensão analisada obteve Índice de Sustentabilidade entre **0,5001 e 0,7500**, foi considerada parcialmente sustentável; e
- Se a Dimensão obteve Índice de Sustentabilidade entre **0,7501 e 1**, foi considerada sustentável.

Optou-se por trabalhar com índices das dimensões e não com as médias para que se obtivesse padronização com os demais índices também gerados neste trabalho, permitindo assim a comparação e análise das relações entre eles.

Em seguida foi calculado o índice geral de sustentabilidade do TBC de cada comunidade. Portanto, o cálculo para gerar o Índice de Sustentabilidade do TBC foi realizado

a partir da média das respostas de todos os entrevistados das comunidades. Diante disso, admitiu-se que a pontuação mínima e máxima possível para cada indicador correspondem, respectivamente, a 1 (um) e a 5 (cinco), que são as pontuações mínimas e máximas do instrumento utilizado. Portanto, o cálculo realizado para gerar o índice de sustentabilidade foi de acordo com a seguinte fórmula:

$$\textbf{Índice de Sustentabilidade do TBC} = \frac{(\textbf{pontuação média de todos os entrevistados} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

No capítulo a seguir serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da realização dessa pesquisa.

4 RESULTADOS

4.1 BREVE HISTÓRICO E DIAGNÓSTICO TURÍSTICO DAS COMUNIDADES EM ESTUDO

Conhecer um pouco da história, do projeto de TBC e da estrutura voltada ao turismo de cada comunidade fez-se imprescindível para que os demais objetivos desta pesquisa se tornassem exequíveis. Assim, o primeiro objetivo específico dessa pesquisa foi realizar um breve diagnóstico de como a atividade turística de base comunitária tem sido desenvolvida nas comunidades de Ponta Grossa (CE) e Chã de Jardim (PB).

4.1.1 Comunidade de Ponta Grossa (CE)

O projeto de Turismo de Base Comunitária desta comunidade já nasceu fortemente relacionado ao processo de luta pelo território, pois, desde a década de 1970, teve início o conflito fundiário local, que contribuiu para o fortalecimento comunitário no tocante ao sentido de coletividade.

Relata-se que as terras onde os habitantes da comunidade de Ponta Grossa viviam foram vendidas no ano de 1973 a uma grande empresa, que forçou alguns pequenos proprietários a vender suas terras. No final da década seguinte, a comunidade começou a se organizar pela defesa de seus direitos e junto à municipalidade e, após muitas reuniões e acampamentos, os moradores de Ponta Grosa chegaram a um acordo com os novos proprietários, que consistiu na doação de 18 hectares de terra para uso coletivo, em 1997. A Associação Comunitária de Ponta Grossa (ACPG) surgiu neste processo, em março de 1993 e, em 1998, surgiu a Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC), quando a pesca da lagosta diminuiu e a atividade turística começou a aumentar no local. Nesse contexto a comunidade sentiu a necessidade de se organizar e estruturar o tipo de turismo que eles gostariam que acontecesse ali, quando decidiram que este deveria ser organizado por eles próprios, nascendo assim o projeto de turismo comunitário local (TUCUM, 2018).

É interessante verificar que o fortalecimento do sentido de comunidade que aconteceu na comunidade de Ponta Grossa corrobora exatamente com o que Jeffrey Weeks *apud*

Bauman (2003, p.91) citou quando afirma que “O mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçada e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder”.

De acordo com Braga (2015, p. 123),

> O modo de vida local, caracterizado pela cultura da pesca e a tranquilidade do cotidiano de uma comunidade simples e acolhedora constituem por si só como atrativos turísticos de Ponta Grossa. Muitas pessoas vão visitar a localidade curiosos para conhecer a história da comunidade, por serem uma só família, de evangélicos, descendentes de holandeses, terem uma história de luta pela manutenção do território e por sua organização social, além de terem ali um sítio arqueológico que está sendo pesquisado e cujas peças podem ser apreciadas pelos visitantes.

Esta mesma autora afirma que, atualmente, estima-se que cerca de 40% da população seja envolvida diretamente com o turismo e os outros 60% se beneficie indiretamente da atividade turística, com a venda de peixes, mel produzido na comunidade, mercadinho, entre outros (BRAGA, 2015).

Através da Figura 08, que é um mapa construído através da participação da comunidade, é possível observar aspectos e características do ambiente em que vive essa comunidade.

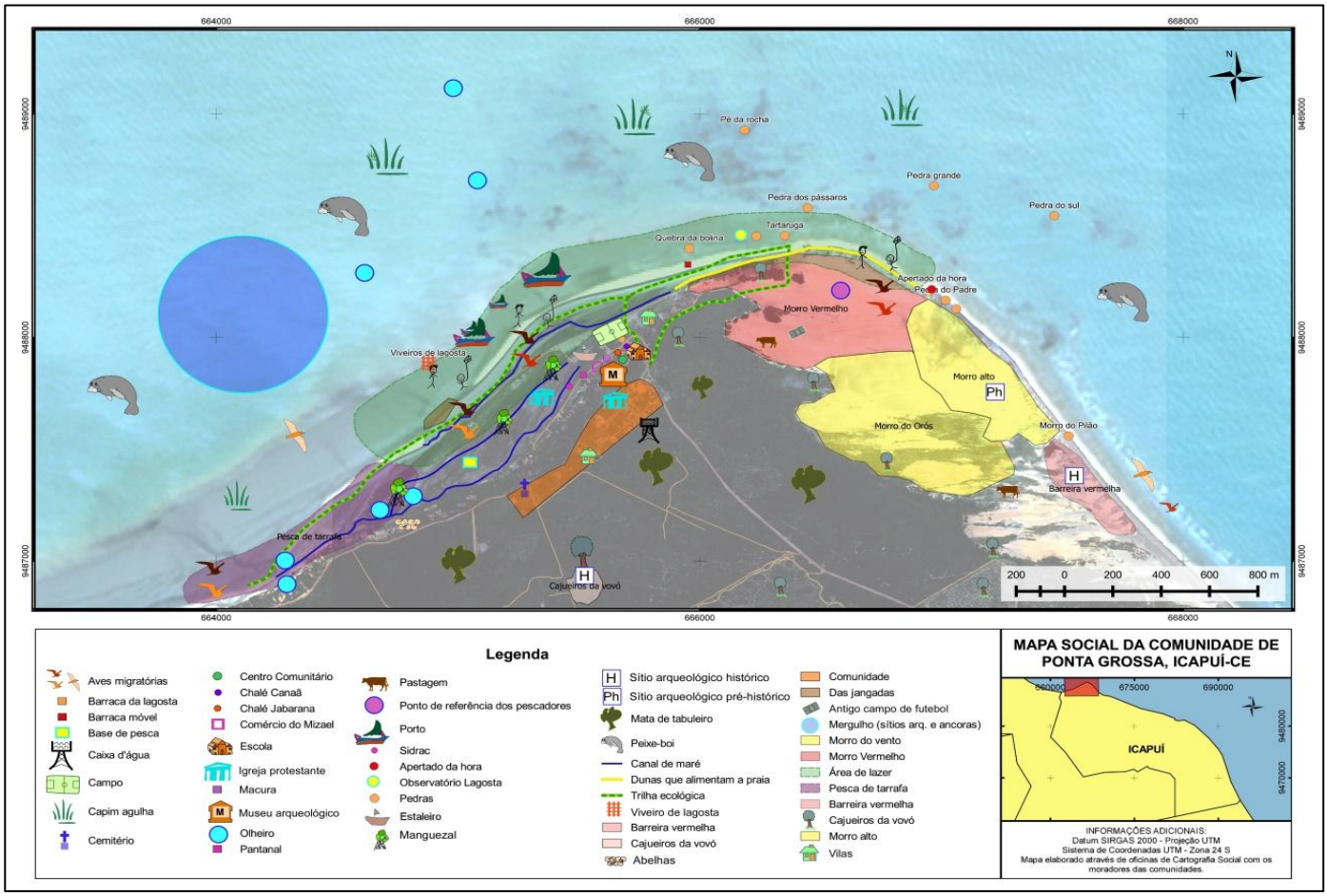
Através da observação desse mapa (Figura 08) pode-se visualizar a localização da comunidade, que está dividida entre o que os moradores costumam chamar de “parte de cima” e “parte de baixo” da comunidade.

A área circulada com azul refere-se a uma área com influência de maré que costuma ficar alagada em alguns períodos. Por essa razão não se pode construir nessa área, que também protegida por legislação específica.

Também é possível visualizar as várias dunas à direita da comunidade, onde os guias locais costumam fazer as trilhas e levar os grupos de turistas para ver o pôr-do-sol na parte superior do morro vermelho bem como se pode ver a localização de um sítio Arqueológico Histórico (no Morro Alto) e do Sítio Arqueológico Pré-Histórico (na Barreira Vermelha). Também é possível ver que na praia dessa área onde a comunidade de Ponta Grossa está localizada se verifica a presença de peixes-boi.

A comunidade está dividida entre o que os moradores costumam chamar de “parte de cima” e “parte de baixo” (Figura 09). A “parte de cima” é basicamente residencial enquanto a “parte de baixo” (Figura 10) é a área onde se concentram os empreendimentos turísticos que são as pousadas, chalés e as barracas, como são chamados os empreendimentos locais que oferecem serviços de alimentação.

Figura 08: Mapa Social da Comunidade de Ponta Grossa, Icapuí (CE).



Fonte: Meirelles - Atlas de Icapuí (2012).

Atualmente, existem três pousadas na comunidade que são: Pousada Canaã, Pousada Crispim e Pousada Ponta Grossa; existem ainda 13 chalés e 5 barracas(restaurantes) que são: Canaã, Macura, Pantanal, Sidrak e Garfo com Letras sendo todos esses pequenos empreendimentos pertencentes a moradores locais. De acordo com Eliabe Crispim, coordenador do turismo local, a comunidade é capaz de receber até 100 pessoas de uma vez, representando assim a quantidade de leitos locais disponíveis aos turistas.

Faz-se relevante destacar que a comunidade de Ponta Grossa integra a Rede Cearense Turismo Comunitário (Rede Tucum), que integra atualmente 12 comunidades da zona costeira do estado, que tem como princípio comum o Turismo Comunitário.

A comunidade de Ponta Grossa também está inserida em uma Área de Proteção Ambiental municipal, denominada APA da Praia de Ponta Grossa. Localizada no litoral nordeste de Icapuí esta APA, foi criada em 1998, pela Lei 262/1998, com área de 558,67 hectares. Entretanto, em 25 de fevereiro de 2014, através da Lei No 633/2014, a área da APA

foi ampliada para 16.053 hectares, passando a abranger também as praias de Retiro Grande e parte de Redonda.

Figura 09: Ladeira de acesso à praia e à “parte de baixo” da comunidade de Ponta Grossa.

Fonte: Joelma Abrantes (2018).

Figura 10: Rua principal da “parte de baixo” onde estão localizadas as “barracas”, locais onde são servidos os cafés-da-manhã e as pousadas.

Fonte: Joelma Abrantes (2018).

De acordo com a Lei N° 633/2014, os objetivos de criação da APA da Praia de Ponta Grossa foram:

- proteger espécies marinhas da fauna ameaçada de extinção, principalmente as áreas de reprodução, alimentação e abrigo do peixe-boi marinho;

- conservar os bens e serviços ambientais costeiros prestados pelos bancos de algas e fanerógamas, praias, fontes de água doce e olhos d'água, dunas e falésias da região, tais como o recrutamento pesqueiro, a segurança alimentar, a manutenção da qualidade da água, a proteção da costa, além dos usos recreacionais e educativos;
- contribuir para a recuperação dos recursos biológicos, para a sustentabilidade das atividades pesqueiras de subsistência e de pequena escala e para o fomento ao ecoturismo de base comunitária praticado pelas comunidades costeiras;
- proteger o patrimônio arqueológico presente na Praia de Ponta Grossa; e proteger a paisagem e beleza cênica.

Como se pode observar os objetivos da criação da APA de Ponta Grossa estão em acordo com os princípios de sustentabilidade e contemplam a conservação dos bens e serviços ambientais locais bem como ressaltam o fomento a TBC como importante nesse processo de conservação e alcance da sustentabilidade local.

4.1.2 Comunidade de Chã de Jardim (PB)

A atividade turística vem sendo explorada na cidade de Areia de forma mais intensa após o tombamento de cerca de 420 imóveis do seu conjunto histórico, que aconteceu em 2006. O Iphan baseou-se no "valor histórico, urbanístico e paisagístico atribuído ao conjunto, pela ativa participação da cidade nas revoluções ocorridas no século XIX. Também se destaca o valor da cidade como remanescente arquitetônico dos séculos XVIII e XIX e da paisagem natural que a circunda". (IPHAN, 2018). Conhecida como capital paraibana da Cultura, a inclusão de Areia nos roteiros turísticos do brejo paraibano destaca especialmente os engenhos abertos à visitação turística, trilhas ecológicas e acesso a balneários, além de um diversificado artesanato e comidas típicas regionais (Areia, 2015).

Na vegetação do município de Areia predominam as características dos brejos de altitude, tendo como remanescente principal a Mata do Pau Ferro (Figura 07), transformada no ano de 1995 no Parque Estadual Mata do Pau Ferro.

A partir da criação dessa unidade de conservação, as famílias que viviam dentro da Mata e sobreviviam principalmente da agricultura de subsistência e pecuária foram retiradas da área e tiveram seu sustento comprometido. Tais famílias foram realocadas em algumas residências construídas às margens da Mata do Pau Ferro e rodovia PB-079 (Figura 11), quando também se construiu, do outro lado da rodovia e a partir de alguns projetos, uma fábrica de polpa de frutas para que tais famílias pudessem retirar dali sua renda. Entretanto, pouco tempo depois, esta fábrica fechou. De acordo com a entrevistada Luciana Balbino, este

fechamento se deu porque os moradores não foram devidamente capacitados para conseguir dar seguimento ao funcionamento da fábrica sozinhos, depois que o projeto de sua criação foi concluído.

Figura 11: Casas da Vila de Chã, na comunidade Chã de Jardim, construídas para realojar as famílias retiradas da área do Parque Estadual Mata do Pau Ferro.

Fonte: Joelma Abrantes (2018).

Foi a partir desse momento que teve início a atuação de um grupo de jovens da igreja católica local que resolveu reativar a antiga fábrica de polpas de frutas e, para tanto, criaram a Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade da Chã de Jardim (ADESCO). A primeira presidente da ADESCO foi Luciana Balbino, que já nesse período despontava como liderança local. A reativação da fábrica de polpas de frutas foi a primeira iniciativa da Associação, mas logo em seguida os jovens continuaram se organizando e, com o apoio de um professor do campus local da UFPB, Carlos Barreto, conseguiram captar e participar de outros cursos de capacitação até que criaram trilhas de ecoturismo e piqueniques dentro da Mata do Pau Ferro, engajando outros jovens da comunidade.

No ano de 2013, foi criado o Restaurante Rural Comunitário Vó Maria (Figura 12), que passou a empregar mais pessoas da comunidade em seu funcionamento e beneficiando indiretamente outras famílias da região que, através do fornecimento do que produzem para o restaurante, tiveram um incremento de suas rendas. Nesse local, ao lado do restaurante, também funciona a “Bodega Vó Maria” onde são vendidos aos visitantes e turistas os produtos da comunidade como as polpas de frutas da fábrica local, doces e cachaças produzidos na região bem como o artesanato produzido com palha de bananeira por mulheres da comunidade.

A iniciativa mais recente de integrantes da ADESCO foi a inauguração de uma área de *camping* na região de Chã de Jardim (Figura 13), às margens da Mata do Pau Ferro, que passou a oferecer uma opção de hospedagem para os visitantes locais.

Figura 12: Vista frontal do Restaurante Rural e Bodega Vó Maria, na comunidade Chã de Jardim, Areia-PB.

Fonte: Joelma Abrantes (2018).

O que se observa na região de Chã de Jardim é que o projeto de turismo comunitário local vem sendo construído de maneira coletiva e tem se consolidado no estado da Paraíba a partir da forte participação da ADESCO, já tendo alcançado reconhecimento tanto regional como nacional através de premiações como o Prêmio BRAZTOA de Sustentabilidade em 2014, recebido em evento ocorrido em Maceió–AL, e o Troféu Waldemar Duarte, da Associação Brasileira de Jornalistas do Turismo na Paraíba (ABRAJET–PB), que busca valorizar as iniciativas na área do turismo, dado à Luciana Balbino de Souza, coordenadora da ADESCO e idealizadora do projeto desenvolvido em Chã de Jardim. Mais recentemente, no ano de 2016, o restaurante comunitário Vó Maria foi premiado pela Agência Nacional de Cultura, Empreendedorismo e Comunicação (ANCEC) com o Selo Referência & Qualidade Empresarial, que é considerado um prêmio de referência nacional em gastronomia.

De acordo com Ribeiro (2018, p. 36) e com base nas informações colhidas junto a indivíduos próximos da liderança comunitária, a base territorial da Comunidade Chã de Jardim é constituída por seis localidades: Sítio Chã do Jardim, Sítio Jardim, Sítio Olho d'Água Seco, Lameiro, Fazenda Riachão e Fazenda Bujari.

Assim, o que hoje é conhecido como “Chã de Jardim” é, na verdade, resultado de uma construção social a partir do projeto de desenvolvimento turístico encabeçado pela ADESCO, pois os participantes do projeto e a própria comunidade passaram a abranger as demais áreas como sendo parte de um “todo” ao qual denominaram Chã de Jardim.

Figura 13: Vista da entrada do *Camping* recentemente inaugurado em Chã deJardim.

Fonte: Joelma Abrantes (2018).

No próximo tópico serão apresentadas as análises das entrevistas realizadas com os líderes comunitários para verificação do atendimento aos princípios do TBC em cada comunidade.

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Com o auxílio da técnica da Análise de Discurso, optou-se por analisar as entrevistas realizadas nas duas áreas de estudo desta pesquisa utilizando como eixo estruturante os princípios do Turismo de Base Comunitária construídos pela Rede TUCUM (2018). Para facilitar esse processo de análise, trabalhar-se-á com as palavras-chave de cada princípio conforme se pode observar no Quadro 06 a seguir:

Quadro 06: Quadro com os princípios do TBC e as palavras-chave retiradas dos princípios.

NUM.	PRINCÍPIOS DO TBC	PALAVRAS-CHAVE
1	As atividades de turismo são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos, de base familiar;	**PROJETO COLETIVO DE BASE FAMILIAR**
2	O turismo se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais;	**NÃO SUBSTITUIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS TRADICIONAIS**
3	O planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local;	**GESTÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**
4	O turismo comunitário baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes;	**RELAÇÕES COMERCIAIS ÉTICAS**
5	O turismo comunitário promove a geração e a distribuição equitativa da renda na comunidade;	**GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DA RENDA NA COMUNIDADE**
6	O turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais;	**VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, CULTURA E IDENTIDADES LOCAIS**
7	O turismo comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si;	**EXPERIÊNCIA TURÍSTICA DIFERENCIADA COM COOPERAÇÃO E PARCERIAS**
8	O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade socioambiental	**VISA À SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Fonte: Rede Tucum (2018) adaptado pela pesquisadora.

4.2.1 Entrevistados de Ponta Grossa

As entrevistas na comunidade de Ponta Grossa aconteceram no dia 27 de março de 2018 e os entrevistados foram os seguintes:

1. Eliabe Crispim, coordenador do Turismo da comunidade e proprietário do Restaurante chamado Barraca Macura;

2. Adaías Crispim, proprietário de um dos restaurantes locais, chamado de Barraca Pantanal.
3. Oséias, pescador, proprietário de Chalé e Guia das trilhas locais;
4. Sr. Josué Pereira Crispim, responsável pela coleta e catalogação do acervo arqueológico local há 30 anos.

Faz-se importante destacar uma limitação na realização desta entrevista que foi a concentração das respostas e falas na pessoa de Eliabe Crispim. Entretanto, os demais entrevistados sempre demonstravam estar em concordância com tais falas e complementavam apenas com "é isso mesmo" ou balançavam suas cabeças como sinal de concordância.

Já no inicio da conversa, após a pesquisadora explicar os objetivos de sua pesquisa e pedir a autorização para gravar a conversa, uma fala de Eliabe Crispim já chamou a atenção da pesquisadora quando disse que "O turismo comunitário ele é uma construção com muitas mãos. E toda construção ela requer reflexões e requer pensamentos, às vezes até olhar um pouquinho para trás e caminhar novamente". A fala exposta se coaduna à compreensão de TBC exposta por Burgos e Mertens (2016) quando afirmaram que o processo de desenvolvimento do TBC em um destino turístico deve envolver a participação de todos os membros da comunidade, pois apenas com a participação de todos os membros de uma comunidade seria possível a construção "com muitas mãos" a que se referiu o entrevistado Eliabe Crispim.

De acordo com os entrevistados, até os anos 1990, a principal fonte de renda da comunidade era a pesca, especialmente a pesca da lagosta e peixe. As poucas pessoas que chegavam a Ponta Grossa o faziam de passagem e, segundo Eliabe Crispim, "não deixavam nada, pois a comunidade não tinha nenhuma forma de intercâmbio ou troca, porque não tinha nenhuma infraestrutura nem hospedagem, nem alimentação."

Mesmo não tendo essa infraestrutura, segundo Eliabe, a comunidade já possuía uma cultura de hospitalidade, pois "as pessoas daqui da comunidade recebiam as pessoas e dava água de coco. Primeira coisa que fazia era derrubar muito coco, descascava e dava. Era a maneira de receber as pessoas".

As belezas naturais locais e o fato de estarem situados em uma localização estratégica, segundo os entrevistados, entre Canoa Quebrada, que é um destino turístico mais consolidado, e Mossoró, no Rio Grande do Norte, fez com que os agentes de Turismo de Canoa Quebrada começassem a levar turistas através de passeios de *buggy* até Ponta Grossa.

É interessante ressaltar que, de acordo com Eliabe Crispim, mesmo que esses visitantes usufruíssem das belezas locais, e tomassem água de coco, eles ainda achavam que não estavam oferecendo "nada", ressaltando que esses visitantes já geravam impacto ambiental negativo quando afirmou "aqui não tinha até então nada para eles... eles só vinham deixava às vezes o lixo na praia e saía embora."

Verifica-se por meio de tal fala ainda uma valorização exacerbada dos impactos econômicos em detrimento dos ambientais. Isto denota uma compreensão há muito apresentada por Jaffar Jafari (1994) em sua plataforma, ou seja, como se estas comunidades ainda estivessem na plataforma de defesa ou "*advocacy platform*", quando eram destacados apenas os aspectos positivos do turismo, com ênfase nos impactos econômicos da atividade (LOHAMANN; PANOSSO NETO, 2008).

A família que é considerada pioneira no Turismo em Ponta Grossa é a do Sr. Sidrak, pois foi ele, segundo os entrevistados, que despertou ainda na década de 1990 para fazer um restaurante familiar, chamados na comunidade de "Barracas". A ideia, para tanto, teria surgido quando o Sr. Sidrak

> viu uma pessoa passar, um casal com mochila nas costas e pediu um prato comer a ele porque não aguentava mais de tanto caminhar e não tinha canto nenhum para comer. Eles pediram comer, aí a partir disso ele despertou que poderia servir na casa dele PF´s, comida para quem passava. Ele puxou uma vela de barco na área da casa dele e botou 3 mesas.

Já em relação à hospedagem, a família pioneira é a da Dona Santana, da Pousada e Barraca Canaã. De acordo com Eliabe,

> ela recebia na casa dela, separou um quarto da casa e começou a receber. Os turistas vinham, dormia, tomava café junto ali na família, sentava, batia um papo, gostava. Depois ela botou outro quarto na casa dela e aí viu que não tinha mais como acomodar na casa. Aí ela começou construir do lado. Fez um quarto fora, depois ela fez outro. Hoje tem uns oito. Foi assim que surgiu a primeira pousada.

A Criação da Associação de turismo, meio ambiente e cultura (ASTUMAC) aconteceu no ano de 1998 com o objetivo de organizar o processo de uso e ocupação do território, o processo da organização de capacitação do pessoal e de promoção. Assim, nota-se que o princípio do TBC que preconiza a "GESTÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA" (princípio de N° 3) é atendido.

De acordo com os entrevistados, a criação desta associação também teve um papel fundamental no processo de sensibilização da comunidade sobre a necessidade de preservação do ambiente e sobre a definição do turismo comunitário como sendo o tipo de turismo que a

comunidade deveria adotar. Porém, Eliabe Crispim faz questão de ressaltar que esse processo do que ele chama de convencimento é continuo tendo em vista que

> Nosso maior produto é a natureza do jeito que tá. E a gente sabe e convence as pessoas de que se mudar, nós não consegue [atrair turistas] porque a pessoa vem para cá pelo natural, pelo jeito que é assim, se mudar a gente não vai né? Porque barraca bonita, pousada confortável tem em todo canto e não nós nem tem dinheiro para fazer isso. Nós tem [sic] como ficar gradativamente fazendo as coisas, mas também em parceria com o meio ambiente"

Percebe-se ainda por essa fala de Eliabe Crispim que o princípio de N° 8de que o TBC "VISA À SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL" parece arraigado à própria história da comunidade.

Outro acontecimento considerado decisivo na organização do Turismo Comunitário em Ponta Grossa foi, na opinião dos entrevistados, foi a realização do Seminário de planejamento do Turismo de Ponta Grossa no ano de 2003, em parceria com os lideranças comunitárias da Prainha do Canto Verde, local onde um projeto de Turismo Comunitário já vinha sendo implantado e também com a participação de representantes da prefeitura, SENAC, SEBRAE, de universidades do entorno e da Fundação Brasil Cidadão.

Nesse seminário que durou três dias foi feito, segundo Eliabe Crispim "um planejamento de qual tipo de turismo a gente queria, qual era o perfil do turista pra vir pra Ponta Grossa e o que é que as famílias de Ponta Grossa esperavam do turismo".

Assim, a partir desse seminário, a comunidade de Ponta Grossa definiu quais tipos de serviços deveriam ser prestados ali e os tipos de turismo que eram desejáveis que seriam o

> turismo de observação da natureza, turismo familiar, turismo para ver o peixe-boi, turismo pra preservar o patrimônio. Um turismo aonde as famílias viessem e as crianças pudessem brincar livre [sic]. Turismo onde não tem aquela coisa de som de paredão de carro que chega incomoda, entendeu? Era essa a linha do turismo aqui de Ponta Grossa, turismo totalmente comunitário e ecológico.

A partir dessas definições o senso de coletividade, tido como um dos princípios do turismo comunitário foi sendo fortalecido, pois a comunidade passou a se ajudar mutuamente com o objetivo de incluir o maior número de famílias no processo de desenvolvimento turístico local quando a comunidade se reuniu para

> ajudar algumas famílias, né? Financiando às vezes a barraquinha, às vezes a fazer o banheiro. E aí um chalé para outra família, sempre beneficiando famílias diferentes pra incluir mais pessoas no processo e fazendo manejamento da comunidade [sic].

Percebe-se fortemente a partir desta fala que o primeiro princípio do TBC de que este deve ser um "PROJETO COLETIVO DE BASE FAMILIAR" está bem presente no processo de desenvolvimento do Turismo na comunidade de Ponta Grossa.

O processo de capacitação dos guias e de organização das trilhas se deu no início no ano de 2006, quando, de acordo com Eliabe, a comunidade já possuía "um produto bem organizado, com várias pousadas e várias famílias participando".

> A gente viu que tinha trilha e a gente foi levando os turistas pra ver o pôr do sol lá de cima. Aí pronto, tornou-se um produto turístico. A gente sinalizou a trilha e capacitou um grupo de 20 guias daqui, junto com a UFC, departamento de geografia pra fazer a trilha, contar como foi a trilha, contar a mata, como é o sistema, o que é que tem, contar a história de ponta grossa, né? E aí é um produto que a gente vende muito bem vendido daqui, a trilha. E aí tem um grupo que a gente reveza também de guia [sic].

Em 2007, outras parcerias de capacitação nas áreas de atendimento para os garçons e de boas práticas para o pessoal que trabalha nas cozinhas começaram a ser realizadas na comunidade de Ponta Grossa através da Fundação Brasil Cidadão, da Universidade Federal do Ceará e também com apoio do governo Municipal de Icapuí.

No ano de 2008, surgiu a Rede Tucum como resultado da articulação de comunidades que já trabalhavam com mesmo propósito de desenvolver o turismo comunitário, no litoral do Ceará e o segundo Seminário Internacional de Turismo Sustentável, em Fortaleza. A partir da criação desta rede e da realização deste último seminário, a promoção e organização do Turismo Comunitário no Ceará foi intensificada e os coordenadores de turismo de cada comunidade foram capacitados.

A criação da Rede Tucum em si também reforça outro principio do TBC que é o de que oferecer uma "EXPERIÊNCIA TURÍSTICA DIFERENCIADA COM COOPERAÇÃO E PARCERIAS" (princípio de N° 7).

Segundo Eliabe Crispim, as comunidades que passaram a integrar a Rede Tucum tinham muita coisa em comum e foram se fortalecendo a partir das "lutas dos outros", pois,o "litoral do Ceará todinho é extremamente ameaçado pela questão da especulação imobiliária (...) São comunidades que estão resistindo, que já foram botado pra correr e voltou".

De fato, em muitas comunidades onde se desenvolvem projetos de TBC a luta pelo direito ao território se faz bastante presente. Fabrino, Nascimento e Costa (2016) chegaram a apontar a propriedade das terras como sendo um dos critérios para que o TBC possa existir e se sustentar tendo em vista que o grau de domínio da comunidade sobre o território pode ser determinante para o êxito desta atividade em uma localidade.

Nesse sentido, uma fala do próprio Eliabe Crispim reforça a importância da autonomia da comunidade sobre o seu território dentro do TBC, quando este justifica a impossibilidade de outras comunidades do entorno de Ponta Grossa participarem do que ele chama de "circuito" de TBC, como podemos observar no trecho a seguir:

> as pessoas perguntavam no começo, acha linda a proposta, acha encantadora a proposta aí fica perguntando: "por que é que outras comunidades não podem participar? Redonda questionou muito porque não entrava no circuito, mas aí a gente analisava e viu que Redonda já tava no processo muito avançado de especulação, já tinha vendido quase a metade da comunidade. Então ele não tinha mais autonomia sobre o território deles, entendeu? E a gente diz que parte de turismo comunitário uma das principais coisas é autonomia no território, a gestão do território. Se você não tem direito ao território você não pode ter Turismo comunitário".

Em Ponta Grossa a conquista do território onde vive a comunidade atualmente também foi fruto de lutas, pois, conforme Eliabe

> A parte de cima não era nossa, a gente acampou, brigou e conquistou de uma empresa aqui do Ceará de um grupo de empresários. E eles doaram para a nossa associação 18 hectares e aí esses hectares tão divididos 20 por 30 pra cada família aqui na serra (parte superior). E a região/a divisão aqui embaixo foi uma divisão assim, como é que se diz? Harmoniosamente por família. Tipo assim: a família de meu pai, o meu avô deu um terreno ele, ele fazia a casa dele aqui e imediatamente ele tem a frente, cada um tem sua cerquinha (...) e aí eles foram distribuindo para as famílias.

A questão da não venda dessas áreas para pessoas que não sejam nativas da comunidade, de acordo com Eliabe, faz parte de um acordo coletivo e de um trabalho contínuo da ASTUMAC e da Associação dos Moradores.

> Primeiro existiu um trabalho de educação ambiental e junto a esse trabalho de educação ambiental muito forte, existe um convencimento do pertencimento, das famílias se sentirem pertencentes. Existe um trabalho feito pela associação ASTUMAC junto com comunidade, com jovens, de várias comunidades aqui, Redondo, Ponta Grossa, Retiro Grande, e esse trabalho levou a juventude a ser os próprios fiscais do meio ambiente e aí a gente (...)a gente tomou umas medidas que não era repressiva, era educativa. Tipo assim, meu pai, minha mãe queimava o lixo na porta de casa, aí eu ia lá e dizia: "mãe, não pode queimar lixo". Aí meu pai fazia não sei o que e tal, "pai não pode fazer isso, não pode matar passarinho". Hoje em dia Ponta Grossa de Icapui é uma das comunidades que não existe morte de passarinho, porque no meu tempo, quando eu era pequeno, existia. E aí existiu um trabalho e foram mudando. Porque eles caçavam, queimavam e matavam.
>
> aí junto com essa questão do meio ambiente veio a questão da conscientização pra não vender, entendeu? Porque assim, se vender Ponta Grossa todinha tá ameaçada.

> Mesmo que a pessoa não tenha um documento, porque aqui é área de marinha também, ele não tem matriz de terreno, não tem o documento oficial, mas mesmo assim o pessoal das outras comunidades ainda vende, entende? Aí o que é que acontece? A gente fez o seguinte, dentro a associação comunitária a gente definiu uma coisa, que era a NÃO VENDA mesmo, proibido 100% a venda de terreno dos nativos de Ponta Grossa. Isso funciona dentro de um acordo coletivo, por consciência, entendeu? E por também, aquilo que te falei, por um sentido de pertencimento, que as pessoas se sentem pertencentes, entendeu? E o que une mais isso é a proposta do turismo comunitário. Porque as pessoas estão ganhando, então elas sabem que se entrar outro aqui o negócio vai ficar diferente. Eles podem se sentir ameaçados. Então, é dando oportunidade, oportunizando as pessoas pra entrar no processo que a gente consegue manter uma ideia mais coletiva, entendeu?
>
> A gente tem que tá sempre alerta. Porque a gente nunca sabe o que passa na cabeça das criaturas 100%. A gente tá sempre alertando, sempre fortalecendo isso. E uma coisa que ajudou a gente a manter isso também é o exemplo de outras comunidades que fizeram o contrário, "vocês tão vendo tá aí", venderam tudo e não podem nem encostar em jangada na praia porque eles privatizam, e quem é que vai conseguir pescar se não puder colocar uma jangada em frente na praia? E aí vai trabalhar, limpar prato pros outros, além de perder o processo cultural natural, ele perde a sua identidade.

Essa fala de Eliabe também vem a corroborar com o que afirmou Coriolano (2009) sobre o que tem acontecido em diversas comunidades nordestinas do turismo e que tem gerado sérios problemas socioambientais devido ao turismo de massa quando

> pescadores transformam-se em garçons, jardineiros, vigilantes; rendeiras em camareiras, garçonetes, renegando as atividades tradicionais mais duras; mas como estas atividades são sazonais, criam dificuldades. Assim, o turismo nas comunidades tem sido uma atividade arriscada, as vezes desagregadora das atividades tradicionais e nem sempre seus resultados são satisfatórios. (CORIOLANO, 2009, p. 281)

Nessa última fala de Eliabe Crispim, percebe-se ainda que de maneira superficial que alguns dos aspectos relacionados à valorização da identidade da comunidade em questão e também sobre a intenção de se preservar traços da sua cultura, mais especificamente no tocante à atividade da pesca artesanal. Tais aspectos permeiam o princípio do TBC que preconiza a "VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, CULTURA E IDENTIDADES LOCAIS" (princípio de N° 6).

Mesmo com a organização em rede, a falta de apoio do governo estadual ao turismo comunitário no Ceará é revelada fortemente em diversas falas do entrevistado Eliabe Crispim quando ele afirma que quando buscaram mais apoio para o projeto da Rede Tucum:

> E aí nós já levemos isso até o governo, sabe o que o governo disse? "Vocês pode ficar nessa linha de turismo comunitário, mas vocês não vão crescer não! Mas nós cresce! [sic] Nós cresce progressivamente, nós não vamos

> crescer de uma hora para outra, BUFF! [sic] Aí acabando, né, com o choque Cultural, acabando com a cultura do lugar, acabando com o meio ambiente, a gente quer assim um processo que dê pra gente sobreviver, que nem nós estamos fazendo, que as famílias tenham as suas atividades, suas funções dentro do turismo e que venha com um dos propósitos da gente que é melhorar a qualidade de vida das pessoas daqui, que dependia só da pesca. E hoje não, mais de 50% das famílias tem renda ligada ao turismo.

O que foi dito por Eliabe nessa fala corrobora com Coriolano (2009), pois, de fato, muitos governos realmente não conseguem apreender que o turismo globalizado ou massificado e o turismo de base comunitária "seguem *pari passo*" e que "em efervescência se contrapõem e se complementam" (CORIOLANO, 2009, p. 281).

Nessa fala de Eliabe Crispim também é possível perceber que, mesmo sem o apoio esperado dos representantes governamentais, Eliabe demonstra muita consciência dos princípios do Turismo Comunitário quando acrescenta ainda que "o turismo comunitário vem dentro dessa filosofia de contrapor essa proposta de turismo convencional, vem dizer que as comunidades do litoral podem fazer seu tipo de turismo, não é só o tipo de turismo que o governo do estado quer fazer, o massificado".

O discurso de Eliabe Crispim está alinhado com o que afirmou Coriolano (2005, p. 54), a respeito da divergência entre os discursos dos governos e grandes empresários com o discurso das comunidades e pequenos empreendedores, quanto essa afirma que

> Os discursos e as práticas políticas dos governos e dos grandes empresários diferem dos discursos das comunidades e dos pequenos empreendedores, porque têm focos de interesses específicos - para os primeiros, o centro é a acumulação de capital e para os outros o enfoque é humanista, baseado na solidariedade entre povos e lugares". (CORIOLANO, 2005, p. 54)

Outro princípio que parece ser bastante respeitado na comunidade de Ponta Grossa é o que reforça a importância da "NÃO SUBSTITUIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS TRADICIONAIS" (princípio de N° 2), pois, de acordo com diversas falas na entrevista com Eliabe, a relação de interdependência entre as atividades da pesca e do turismo é bem clara para os integrantes da comunidade, ou seja, o turismo não se sobrepõe à pesca tendo em vista que, segundo ele

> a cadeia está muito interligada. Quando a gente fala assim: "o pescador vai pescar porque sabe que tem um aqui o mercado para vender o peixe do dia", aí a barraca já fica esperando porque sabe que tem um peixe pra comprar e assim vai movimentando na cadeia do turismo, uma coisa tá ligado a outra, não é dependente da outra.

> quando é no defeso, o turismo tá em cima. Quando começa a pesca durante 2 meses ou 3, a pesca se sobrepõe, a economia da pesca, mas depois o turismo equaliza de novo".
>
> A gente diz no turismo comunitário que uma atividade não extingue a outra. É pra elas dialogarem entre si. Porque já pensou se todo mundo vai pro turismo, aí vem de onde o peixe, a lagosta? Vai ser terceirizado?

Outro princípio intrínseco do TBC e bastante respeitado na comunidade de Ponta Grossa é o que defende a "GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DA RENDA NA COMUNIDADE" (princípio de N° 5). De acordo com Eliabe, quando alguém liga para reservar hospedagem no local o procedimento é o seguinte:

> eu tenho uma lista das pousadas e vou em cada uma ver a disponibilidade. Aí nós não bota numa [sic], por exemplo, a Canaã ela pode receber um, dois ônibus de gente. Mas não botamos o ônibus lá sozinho. Eu boto 4 pessoas no Chalé de Carol, 4 pessoas no chalé de Talita, boto 5 pessoas lá na pousada de Ana, 5 pessoas na Canaã, 5 pessoas lá em Eliseu. Distribuo na comunidade e eles também não tomam café só num local, tomam café em dois locais. Porque cada canto desses, cada chalé desses é de uma família".
>
> Quem hospeda não bota o café da manhã [sic]. O café da manhã já é de outra família. Aí quando sai um ônibus desse, a renda dele não tem centralizado num só, ela tem deixado em várias pessoas um pouquinho. O guia já é outra família. O passeio de barco outra tua família, o *buggy* é outra família. Então esses serviços são prestados por famílias e a gente tenta fazer de forma mais equitativamente distribuído possível, né, pra poder não centralizar.
>
> Não existe aquela onda de todos pegam o serviço pra os outros trabalhar pra ele, não, a gente distribui a renda pra que todos tenham um pouquinho e assim a gente vai crescendo.
>
> Então é uma comunidade que você vê que ela não tem pessoas carentes. É diferente de todo canto de Icapuí. Não tem pessoas ricas, não tem muito dinheiro, mas não precisa de muito dinheiro, a gente precisa só sobreviver.

A partir destas últimas falas do entrevistado Eliabe, verifica-se que o princípio de que "RELAÇÕES COMERCIAIS ÉTICAS E SOLIDÁRIAS" (princípio de N° 4) também parece ser considerado nas relações comerciais da comunidade de Ponta Grossa.

Apesar de não ser um dos princípios citados pela Rede Tucum, a inserção das mulheres e jovens foi destacada por Eliabe Crispim como sendo um princípio básico no turismo comunitário.

> Eu queria acrescentar duas coisas em relação ao turismo comunitário, que é de fundamental importância. Uma é dar oportunidade para as mulheres, entende? e para a juventude, por exemplo, as mulheres não são só da cozinha, elas são donas dos equipamentos também, elas têm lanchonete lá, tem um chalé. Ela não é só empregada ali da cozinha, do fogo não. Então

> elas têm um protagonismo dentro do processo do turismo comunitário e o jovem também. Os jovens eles faz trilha, faz passeio, eles interagem mais pela história da comunidade, da participação do meio ambiente, essa coisa todinha. Desde 15 anos a gente trás pro mutirão de limpeza de praia, envolvendo a juventude e as Crianças todo mundo.
>
> Tem gente aqui sempre vai ser pescador, tem jovem que desistiu do ensino médio e estão pescando porque o pai quer que pesque e ele sobre vive da pesca, entendeu? E outros que já estudam, só estudam, nem faz turismo, nem pesca, faz ensino médio, estão fazendo faculdade, é outro rumo.
>
> **Eliabe** "se não se sentirem contemplados eles saem fora. Mas aqui não.
> **Oséias:** aqui os que vão, estão doido pra voltar."
> **Eliabe:** as mulheres de pescadores eram ociosas. Só tinha o mar e os pescadores iam pescar. Elas ficavam só nas panelas em casa.
> **Oséias:** e fazer filho.
> **Eliabe:** Mas agora elas são empreendedoras.

O protagonismo da comunidade é citado por diversos autores como condição *sine qua non* no Turismo de Base Comunitária. Mas o destaque dado às mulheres e jovens no processo parece revelar a preocupação com a sustentabilidade ao longo do tempo do TBC e a importância do papel feminino na comunidade de Ponta Grossa.

No quadro 07, a seguir, pode-se verificar de maneira reduzida algumas falas dos entrevistados que reforçam a adequação do turismo desenvolvido na comunidade de Ponta Grossa aos Princípios do TBC preconizados pela Rede Tucum (2018).

Quadro 07: Resumo da análise sobre a adequação do Turismo em Ponta Grossa aos princípios do TBC.

PRINCÍPIO DO TBC	PALAVRAS-CHAVE	FALAS DOS ENTREVISTADOS EM PONTA GROSSA
01	**PROJETO COLETIVO DE BASE FAMILIAR**	"Tem que ajudar algumas família, né? Financiando às vezes a barraquinha, às vezes a fazer o banheiro. E aí um chalé para outra família, sempre beneficiando famílias diferentes pra incluir mais pessoas no processo e fazendo manejamento da comunidade".
02	**NÃO SUBSTITUIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS TRADICIONAIS**	"o pescador vai pescar porque sabe que tem aqui o mercado para vender o peixe do dia". Aí a barraca já fica esperando porque sabe que tem um peixe pra comprar e assim vai movimentando na cadeia do turismo, uma coisa tá ligado a outra, não é dependente da outra".
03	**GESTÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**	Através da Associação local (ASTUMAC)
04	**RELAÇÕES COMERCIAIS ÉTICAS**	"Não existe aquela onda de todos pegam o serviço pra os outros trabalhar pra ele, não. A gente distribui a renda pra que todos tenham um pouquinho e assim a gente vai crescendo".

05	**GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DA RENDA NA COMUNIDADE**	"Eu tenho uma lista das pousadas e vou em cada uma ver a disponibilidade. Aí nós não bota numa, por exemplo, a Canaã ela pode receber um, dois ônibus de gente. Mas não botamos o ônibus lá sozinho. Eu boto 4 pessoas no Chalé de Carol, 4 pessoas no chalé de Talita, boto 5 pessoas lá na pousada de Ana, 5 pessoas na Canaã, 5 pessoas lá em Eliseu. Distribuo na comunidade e eles também não tomam café só num local, tomam café em dois locais. Porque cada canto desses, cada chalé desses é de uma família".
06	**VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, CULTURA E IDENTIDADES LOCAIS**	Sempre lembram os exemplos das demais comunidades: "venderam tudo e não podem nem encostar em jangada na praia porque eles privatizam, e quem é que vai conseguir pescar se não puder colocar uma jangada em frente na praia? E aí vai trabalhar, limpar prato pros outros, além de perder o processo cultural natural, ele perde a sua identidade"
07	**EXPERIÊNCIA TURÍSTICA DIFERENCIADA COM COOPERAÇÃO E PARCERIAS**	Através da parceria com a Rede TUCUM, Universidades, projeto Brasil Cidadão (Petrobrás).
08	**VISA À SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**	"Nosso maior produto é a natureza do jeito que tá (...) a pessoa vem para cá pelo natural, pelo jeito que é assim (...) Nós tem como ficar gradativamente fazendo as coisas, mas também em parceria com o meio ambiente"

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

4.2.2 Entrevistados de Chã de Jardim

As entrevistas na comunidade de Chã de Jardim aconteceram em abril de 2018 e os entrevistados foram os seguintes:

1. Luciana Balbino, idealizadora do projeto de Turismo e Desenvolvimento em Chão de Jardim e primeira presidente da ADESCO; e
2. Josemar Ribeiro, atual presidente da ADESCO.

No início das entrevistas, solicitou-se aos entrevistados que contassem um pouco da história do Projeto de Turismo e Desenvolvimento em Chã de Jardim. E o que se percebeu claramente é que essa história se confunde com a história da criação da Associação para desenvolvimento sustentável da comunidade Chã de Jardim, a ADESCO, cuja fundação data de JUNHO de 2006 e com a história do grupo de jovens da igreja católica local.

De acordo com Josemar Ribeiro, a associação surgiu a partir do incentivo do professor Carlos Barreto, que é um professor que mora na cidade de Areia, professor da UFPB. Na época ele vendo o trabalho do grupo de jovens da Igreja Católica ele procurou a líder Luciana

Balbino, também entrevistada, para saber se não o grupo não teria interesse em criar uma associação, tendo em vista que já realizavam diversos trabalhos sociais na comunidade. A ideia do professor Barreto seria formalizar o que já existia. A primeira reação dos jovens foi, de acordo com Josemar, de dúvida, pois não entendiam "pra que fazer associação se a gente é tão jovem e não queremos nos aposentar, então, acho que não precisa fazer essa associação". Foi então que o professor Barreto sugeriu que fizéssemos primeiro o curso de associativismo e cooperativismo e depois desse curso os jovens participantes decidiriam se gostariam de criar uma associação. E então eles fizeram o curso e quando este terminou, de acordo com Josemar

> todo mundo viu que na verdade já éramos uma associação e que só faltava formalizar isso em cartório. E então depois desse curso a gente fez questão de criar a associação pegou a documentação, levou para o cartório aquele trâmite todo, criou o CNPJ e foi fundada a associação.

A partir da formalização da associação que os jovens associados impulsionaram a reativação da antiga fábrica de polpas, construída em 1996 e fechada desde então. A construção da fábrica, segundo Josemar, foi resultado de um projeto da SUDEMA e governo do Estado da Paraíba quando da criação do Parque Estadual Mata do Pau-Ferro. As famílias que moravam dentro da área onde foi criada a reserva foram retiradas do parque e realocadas em uma pequena vila construída juntamente com a fábrica às margens da PB-079. De acordo com Josemar Ribeiro "essas pessoas tiveram que sair da reserva e não podiam mais criar seus roçados e nem criar seus animais porque estavam desmatando, tavam [sic] danificando o meio ambiente". Esse foi certamente o discurso governamental propagado desde essa retirada para justificar tal ação, porém, é importante destacar que, como afirmaram Diegues e Nogara (2005), a ideia de "parques naturais sem moradores" foi transplantada para o Brasil vinda dos Estados Unidos de maneira equivocada e sem a devida contextualização para a realidade brasileira pois

> A transferência da ideia desses espaços naturais vazios, onde não se permite a presença de moradores, entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas são habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolvem aí formas de apropriação comunal dos recursos naturais e seus espaços (DIEGUES e NOGARA, 2005, p. 161).

Assim, no momento da retirada dessas famílias do Parque Estadual Mata do Pau Ferro foram construídas as casas e também a fábrica de polpas, que seria para oferecer uma alternativa de renda e sobrevivência para as famílias realocadas. Entretanto, de acordo com os entrevistados Luciana Balbino e Josemar Ribeiro, não existiu a devida capacitação de

indivíduos dessas famílias naquele momento o que, de acordo com Josemar Ribeiro, provocou seu fechamento pois

> o projeto veio de cima para baixo. Como não capacitaram essas pessoas e quando o dinheiro acabou as pessoas que tavam à frente do projeto foram embora e deixou essas pessoas aí morando às margens da Rodovia, porém sem produzir nenhum 1 kg de polpa de fruta na fábrica.

Então, após a criação da Associação, o professor Carlos Barreto perguntou aos recém-associados se eles não queriam abrir a fábrica de polpa de fruta e coloca-la para funcionar no prédio que estava fechado desde 1996 se depreciando. Os jovens da ADESCO aceitaram a oferta e foi então que o professor Carlos Barreto buscou outras parcerias para trazer cursos de capacitação dos jovens nessa nova empreitada. O primeiro curso foi realizado em parceria com o SENAR e a EMATER que foi o de boas práticas. Após esse curso se começou a se produzir a polpa de fruta. Como não tinham recurso para comprar fruta, nem pra comprar embalagens e material de expediente, os jovens começaram a pedir ajuda de outras pessoas da comunidade que doaram as suas frutas. Também, segundo Josemar, foram feitas algumas rifas e bingos para comprar baldes e material de expediente. Foi assim que as primeiras polpas de frutas da comunidade foram produzidas

> Todo mundo ajudava. Aqui no sítio muita gente tem fruteiras em seus quintais. Um ali tem um pé de cajú, outro tem um pé de acerola, outro tem um pé de manga no seu quintal e a gente saiu pedindo e as pessoas doavam. Eram trazidas, lavadas e beneficiadas. Eu sei que ainda tinham, acho que eram 4 ou era 5 freezers do antigo projeto que ficou tudo cheio de polpa de fruta.

> Após o início da produção de polpas, o desafio passou a ser a venda e distribuição dessas polpas. Josemar disse até que "Fazer foi muito bom, mas agora como é que a gente vai vender? Então teve-se a ideia de pegar um saco de *nilon*, abriu ele, pegou um resto de tinta que tinha e botou "vende-se polpa de fruta" e botou a faixa na frente. E então foi feito isso ai e as pessoas começaram a parar e começaram a levar polpa de fruta e começaram a passar para outras pessoas dizem que os meninos da Chã de Jardim estavam fazendo uma polpa boa, uma polpa sem água, sem produto químico, que isso até hoje a gente produz dessa forma, só com frutas de qualidade e quem comprou uma vez, voltou e (...) a gente começou a conseguir vender os primeiros quilos de polpas de fruta.

Logo em seguida percebe-se a necessidade de registrar a polpa de fruta produzida.

> porque naquela época a gente fazia a polpa, tudo bem e não sabia que precisava de um registro, que precisava de rótulo, que precisava, enfim, de uma arte pra registro do ministério da agricultura, então isso foi com o tempo. Acho que em 2007 demos entrada no registro de estabelecimento,

> que é o primeiro registro e depois que saiu o de estabelecimento aí pode se dar entrada no registro de cada sabor de polpa de fruta que nós temos. Em 2010, depois de três anos foi que saiu os registros das polpas.

Somente após o registro das polpas a associação passou a poder fazer parte do programa de aquisição para merenda escolar (PENAI), fato esse que ajudou bastante, segundo Josemar, a escoar a produção das polpas. O processo de aquisição das embalagens, material de expedientes e EPI's foi viabilizado quando a associação foi contemplada com uma verba governamental: "Então a gente foi agraciado com esse projeto e essa verba permitiu que a gente comprasse também a câmara fria que hoje temos, um carro e os rótulos próprios".

Então, no início do ano de 2014, os associados começaram a vender as polpas produzidas através de programas governamentais e hoje a produção é vendida para a cidade de Areia, cidades vizinhas como Remígio e Pilões. Também tem como clientes algumas pousadas e restaurantes da região.

O início das atividades relacionadas à atividade turística na comunidade Chã de Jardim aconteceu concomitantemente com o início das atividades da fábrica de polpa. A liderança da ADESCO relata que mesmo antes da formalização da associação já existia um fluxo de visitantes na região atraídos pelo Parque Estadual Mata do Pau Ferro, porém sem muita organização ou participação da comunidade nessas visitas, conforme verificamos na seguinte fala de Josemar

> Antes da associação, o turismo era muito vago porque vinham turmas de escolas e da universidade para fazer passeio na mata, isso sem ter um guia local. Eles vinham sem ter agendamento, sem nada. Então essas pessoas entravam na mata, vinham com pessoas da cidade que tinham algum conhecimento e iam embora.

Foi aí que, também com a parceria com o professor Carlos Barreto da universidade, foram oferecidos na comunidade diversos cursos de qualificação para formação dos guias de turismo locais.

> então depois da associação que começou essa aprimoração de ter guias locais, de trazer o curso de guias, de trazer vários e vários cursos, de guias foi mais de três ou quatro cursos, tanto pra guiar na mata, como também pra guiar na cidade, nos casarões ali e enfim.

Após o planejamento das trilhas e envolvimento de diversos jovens para trabalharem como guias, surgiu a ideia, por parte da Luciana Balbino, de oferecerem piqueniques dentro da Mata do Pau Ferro ao final das trilhas, onde seriam oferecidos aos participantes das trilhas produtos alimentícios locais, como bolos, sucos e frutas da própria região. Essa foi outra

maneira encontrada por Luciana para envolver ainda mais pessoas no projeto, pois as senhoras que já eram conhecidas por fazer bolos em suas casas passaram a produzir para serem oferecidos nos piqueniques. Outra atividade incentivada pela ADESCO foi o início da produção do artesanato com a folha da bananeira como estratégia para envolver outras mulheres no projeto de Chã de Jardim. Para tanto, também foram buscados e oferecidos cursos na localidade para aquelas que tivessem interesse e que o fazem até os dias atuais.

A ideia do Restaurante Rural Vó Maria, de acordo com Luciana Balbino, surgiu enquanto esta já estava trabalhando como guia e condutora nas trilhas da Mata do Pau Ferro.

> como condutora eu escutava o povo reclamando dos restaurantes, reclamando que as comidas que eles comiam eram as mesmas que tinham na região deles. Então essa experiência como condutora de turismo me mostrou mais ou menos o que eu deveria fazer num restaurante aqui na comunidade Chã de Jardim e era aquela coisa assim: era o que o povo daqui do sítio come no dia-a-dia, então não tem segredo não.

Com a criação do Restaurante Rural Vó Maria, a missão da Associação foi expandida e, de acordo com a fala do Josemar, essa missão está atualmente em total consonância com dois princípios de TBC que são: "GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DA RENDA NA COMUNIDADE" (princípio de N° 5) e "GESTÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA" (princípio de N°3) como podemos observar nas seguintes falas a seguir:

> nossa missão na verdade é trabalhar pela comunidade, sempre trazer tudo o que a gente puder deixar na nossa comunidade de renda, enfim, de trazer novos cursos para que as pessoas, não só da associação, mas sim da comunidade. Por isso a nossa associação é uma associação para desenvolvimento sustentável da comunidade. É fazendo com que as pessoas sempre estejam unidas e permaneçam na comunidade. Na hora que a gente compra fruta do agricultor que compra macaxeira, que compra batata doce para que essas pessoas plantem mais e sempre tendem a continuar no campo. Não, não pensem em sair do campo para a cidade porque ele sabendo que se continuar ali tem como produzir e tem pra onde vender. (Josemar)

> o projeto no caso, o restaurante, a fábrica de polpa, loja de artesanato, eles contribuem diretamente para distribuição de renda, porque a gente faz questão de servir no restaurante apenas o que a comunidade produz. E a gente ainda incentiva, também, o pessoal a produzir o que a gente precisa. A gente faz questão de comprar, por exemplo, as frutas da fábrica de polpa de fruta na comunidade e todas as pessoas que trabalham conosco também são da comunidade. E hoje a gente ver as pessoas também empreendendo individualmente. Então, por exemplo, o restaurante puxa as pessoas e hoje já tem uma pessoa que vende milho, tem outra que vende docinho. E eles vendem porque as pessoas vem né, ao restaurante.

Tais falas nos revelam ainda que outro dos princípios do TBC é considerado forte na comunidade Chã de Jardim que é aquele que preconiza que "PROJETO COLETIVO DE BASE FAMILIAR" (princípio de N° 1) pois, de acordo com os entrevistados, o projeto desenvolvido nessa comunidade é coletivo, beneficiando diversas famílias da comunidade.

Outro principio do TBC presente nas falas dos entrevistados é o que defende a "NÃO SUBSTITUIÇÃO DASATIVIDADES ECONÔMICAS TRADICIONAIS" (princípio de N° 2), pois o projeto nesta comunidade gera diversas alternativas de renda e valoriza a pequena produção agrícola e pecuária local, quando priorizam as compras dos insumos para o restaurante àqueles produzidos por fornecedores da própria comunidade.

> o turismo influência na agricultura porque, como eu falei, a gente faz questão de servir no restaurante o que a comunidade produz. E então a gente tem pessoas hoje que nunca produziram batata, por exemplo, e começaram a produzir. Pessoas que nunca criaram uma galinha, porco, bode e hoje tão produzindo. Então o restaurante, o fato de a gente comprar as coisas na comunidade, faz com que a agricultura cresça e se desenvolva.

Tais parcerias e relações de cooperação na comunidade evidenciadas nessa última fala também demonstram que o princípio que preconiza que o TBC oferece uma "EXPERIÊNCIA TURÍSTICA DIFERENCIADA COM COOPERAÇÃO E PARCERIAS" (princípio de N° 7) também está sendo devidamente respeitado na comunidade Chã de Jardim.

Para ajudar no processo de comercialização do artesanato produzido pelas mulheres da comunidade e também das polpas e doces produzidos localmente foi organizada, ao lado do restaurante e da fábrica de polpas, a "Bodega Vó Maria". Tais iniciativas promovem ainda mais a valorização da produção local e identidade da comunidade Chã de Jardim e estão em conformidade como princípio do TBC que defende "A VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, CULTURA E IDENTIDADES LOCAIS" (princípio de N° 6). Na fala de Luciana Balbino essa valorização cultural fica ainda mais evidente quando ela afirma que

> hoje todo mundo tem muito orgulho de morar na Chã de Jardim. O fato de tantas pessoas virem de tantos lugares nos conhecer, o fato de a gente ter saído em tantos jornais, o fato de eu ser convidada pra contar a nossa história em outros lugares, mas principalmente a gente ter, assim**, qualidade de vida**, né, **a gente vive com dignidade na zona rural**. Então a gente tem uma renda e a gente tem, assim, elogio e a admiração de muita gente.

A valorização da comunidade e sentimento de pertencimento potencializados pelo projeto ali desenvolvido também influenciou e ampliou a ideia do que é Chã de Jardim atualmente enquanto construção social pois, como afirma Luciana Balbino

> Muita gente hoje se diz que é de Chã, devido a toda importância que ela tem. Os meninos lá de Bujari mesmo, o fato deles trabalharem conosco, então, quando eles chegam nos lugares eles não dizem que são de Bujari, eles dizem que são da Chã. Mas na verdade toda região é chamada de Chã de Jardim porque todos participam da escola, da comunidade e também da capela.

De acordo com a entrevistada Luciana, a relação de propriedade das terras na comunidade de Chã de Jardim ainda é relativamente pacífica, pois, segundo ela, ainda "não existe especulação mobiliaria e a maioria das pessoas tem apenas o chão da casa onde eles moram. Então aqueles que têm as suas pequenas propriedades passam de geração a geração".

De acordo com Oliveira (2018, p. 64) a maioria dos sitiantes em Chã de Jardim é "descendente de pequenos proprietários e/ou posseiros, os quais herdaram as terras dos antepassados, que aí trabalhavam e moravam. Geralmente, os lotes não ultrapassam 10 hectares e na maior parte dos casos são constituídos por 2 ou 3 hectares de terra".

O princípio que preconiza que o TBC "VISA À SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL" (princípio de N° 8) também é visualizado nas práticas e falas dos entrevistados, quando a entrevistada afirma que tanto nas reuniões da Associação, como nas missas e mesmo durante as trilhas pela Mata do Pau Ferro, a preocupação com a preservação da cultura e do ambiente em que vivem é reforçada constantemente. Também afirma que estão sempre lembrando

> [...] pra que as pessoas, por exemplo, não joguem lixo na mata, então isso é uma coisa que não acontece. Mas outra coisa que a gente tá fazendo muito interessante agora é reciclando o lixo, então a gente só coloca para o caminhão levar o lixo orgânico, o restante a gente junta de todas as casas e dos nossos estabelecimentos.

A pesquisadora gostaria ainda de destacar uma das falas mais fortes na entrevista com Josemar Ribeiro, que foi quando ele relatou sua emoção em participar hoje do projeto de Chã de Jardim e através dele poder ajudar a melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas da comunidade.

> A gente fica muito emocionado quando as pessoas vêm dar depoimento. Pessoas tanto que vendem coisas para o restaurante como para a fábrica. Por exemplo, um senhor ele deu depoimento que depois que começou a trazer fruta para a fábrica, todo ano ele traz, nas safras, ele traz de manga, de cajá, de umbu cajá, enfim, todas as frutas que nós recebemos. Ele disse que conseguiu trocar a sua moto, conseguiu comprar uma roupa de chuva, conseguiu comprar um capacete, então a gente ficou muito emocionado quando ele deu esse depoimento. Foi muito emocionante escutar isso aí, que a gente viu o quanto ele tava feliz e ele sempre tá trazendo. E eu digo a ele "quem o senhor conhecer que não escuta o rádio, diga pra trazer as frutas

> também pra que essa pessoa também venha e seja beneficiário desse projeto. Tem gente até de outras regiões, no caso de Alagoa Nova, trazendo fruta e eu penso meu Deus, como as pessoas sabem que tem essa fábrica? (...) foi através de fulano de tal que mora perto lá de casa e veio uma vez e divulgou pra gente. Então eu fico às vezes impressionado de quanto isso já cresceu, da proporção que isso já tomou. Hoje não é mais uma coisa local só. (Josemar Ribeiro, 2018)

Percebe-se nessa fala emocionada de Josemar Ribeiro, o quanto o senso de coletividade, tido como intrínseco ao TBC, é forte entre os associados na comunidade Chã de Jardim. Outra questão a ser ressaltada é a abrangência espacial do projeto como um todo, pois além de beneficiar as cerca de 200 famílias de Chã de Jardim, como mencionado por Josemar, também tem alcançado famílias dos municípios próximos a Areia.

No quadro 08 a seguir poderemos verificar de maneira reduzida algumas falas dos entrevistados que reforçam a adequação do turismo desenvolvido na comunidade de Chã de Jardim aos Princípios do TBC preconizados pela Rede Tucum (2018).

Quadro 08: Resumo sobre a adequação do Turismo em Chã de Jardim aos os princípios do TBC.

PRINCÍPIO DO TBC	PALAVRAS-CHAVE	FALAS DOS ENTREVISTADOS EM CHA DE JARDIM
01	**PROJETO COLETIVO DE BASE FAMILIAR**	"nossa missão na verdade é trabalhar pela comunidade, sempre trazer tudo o que a gente puder deixar na nossa comunidade de renda, enfim, de trazer novos cursos para que as pessoas, não só da associação, mas sim da comunidade. Por isso a nossa associação é uma associação para desenvolvimento sustentável da comunidade. É fazendo com que as pessoas sempre estejam unidas e permaneçam na comunidade". Josemar Ribeiro
02	**NÃO SUBSTITUIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS TRADICIONAIS**	"o turismo influência na agricultura porque a gente faz questão de servir no restaurante o que a comunidade produz. E então a gente tem pessoas hoje que nunca produziram batata, por exemplo, e começaram a produzir. Pessoas que nunca criaram uma galinha, porco, bode e hoje tão produzindo. Então o restaurante, o fato de a gente comprar as coisas na comunidade, faz com que a agricultura cresça e se desenvolva".
03	**GESTÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**	Através da Associação local (ADESCO)
04	**RELAÇÕES COMERCIAIS ÉTICAS**	"começaram a levar polpa de fruta e começaram a passar para outras pessoas dizem que os meninos da Chã de Jardim estavam fazendo uma polpa boa, uma polpa sem água, sem produto químico, que isso até hoje a gente produz dessa forma, só com frutas de qualidade e quem comprou uma vez, voltou e (...) a gente começou a conseguir vender os primeiros quilos de polpas de fruta".
05	**GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DA RENDA NA COMUNIDADE**	"o projeto, no caso, o restaurante, a fabrica de polpa, loja de artesanato, eles contribuem diretamente para distribuição de renda, porque a gente faz questão de servir no restaurante apenas o que a comunidade produz. E a gente ainda incentiva, também, o pessoal a produzir o que a gente precisa." Josemar Ribeiro.

06	**VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, CULTURA E IDENTIDADES LOCAIS**	"hoje todo mundo tem muito orgulho de morar na Chã de Jardim. O fato de tantas pessoas virem de tantos lugares nos conhecer, o fato de a gente ter saído em tantos jornais, o fato de eu ser convidada pra contar a nossa história em outros lugares, mas principalmente a gente ter, assim, qualidade de vida, né, a gente vive com dignidade na zona rural. Então a gente tem uma renda e a gente tem, assim, elogio e a admiração de muita gente" Luciana Balbino.
07	**EXPERIÊNCIA TURÍSTICA DIFERENCIADA COM COOPERAÇÃO E PARCERIAS**	"Todo mundo ajudava. Aqui no sítio muita gente tem fruteiras em seus quintais. Um ali tem um pé de cajú, outro tem um pé de acerola, outro tem um pé de manga no seu quintal e a gente saiu pedindo e as pessoas doavam". Parcerias com professores da Universidade local, SEBRAE, SENAC;
08	**VISA À SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**	Luciana Balbino afirma que tanto nas reuniões da Associação, como nas missas e mesmo durante as trilhas pela Mata do Pau Ferro sempre a preocupação com a preservação da cultura e do ambiente em que vivem é reforçada constantemente.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

4.3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DOS QUESTIONÁRIOS

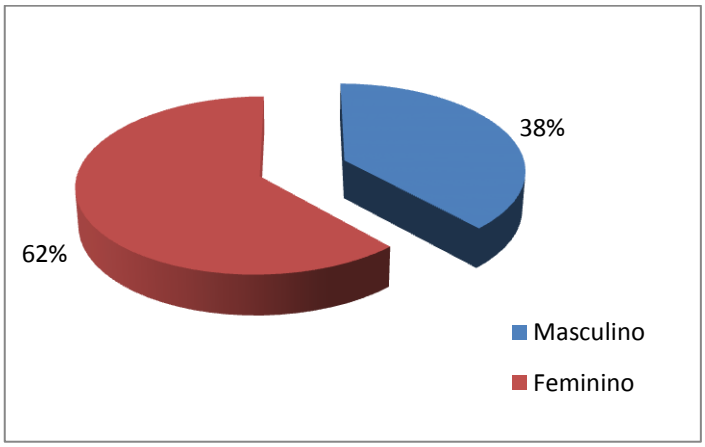
O questionário elaborado e aplicado nas duas comunidades do estudo foi segmentado em cinco principais seções temáticas: 1) Dados para gerar o Perfil Sócio demográficos dos respondentes; 2) Informações específicas sobre a percepção dos indivíduos que trabalham diretamente com o turismo; 3) Índice da Percepção da comunidade em relação ao TBC; 4) Índice de Satisfação com a Vida; e 5) Índice de Qualidade de Vida. Assim, os resultados apresentados a seguir seguirão a mesma divisão.

4.3.1 Perfil Sócio demográfico dos Respondentes nas duas áreas de pesquisa

Conforme cálculo de amostragem explicado e demonstrado nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, foram aplicados 123 questionários na comunidade de Chã de Jardim (PB) e 97 questionários na comunidade de Ponta Grossa (CE).

Em relação à distribuição dos respondentes em relação ao gênero, os gráficos 01 e 02 demonstram separadamente que na comunidade de Chã de Jardim, a maioria dos respondentes (62%) foi do sexo feminino enquanto na comunidade de Ponta Grossa, a maior parte (54%) foi do sexo masculino.

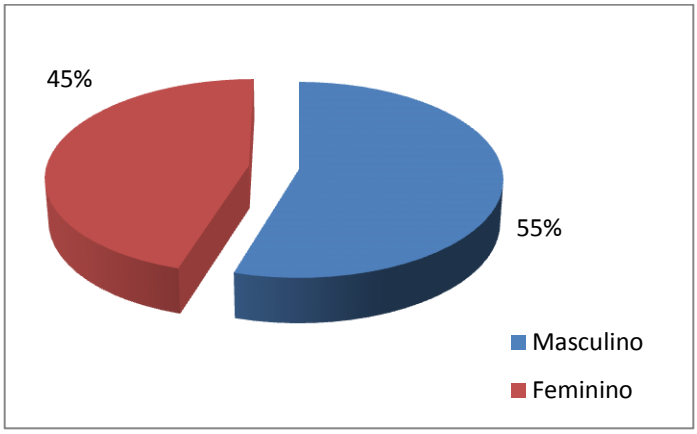
Gráfico 01: Gênero dos respondentes na comunidade de Chã de Jardim (PB)



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

No tocante à faixa etária dos respondentes, verificou-se que a faixa etária que teve o maior número de respondentes nas duas comunidades estudadas foi a de 31 a 40 anos.

Gráfico 02: Gênero dos respondentes na comunidade de Ponta Grossa (CE)

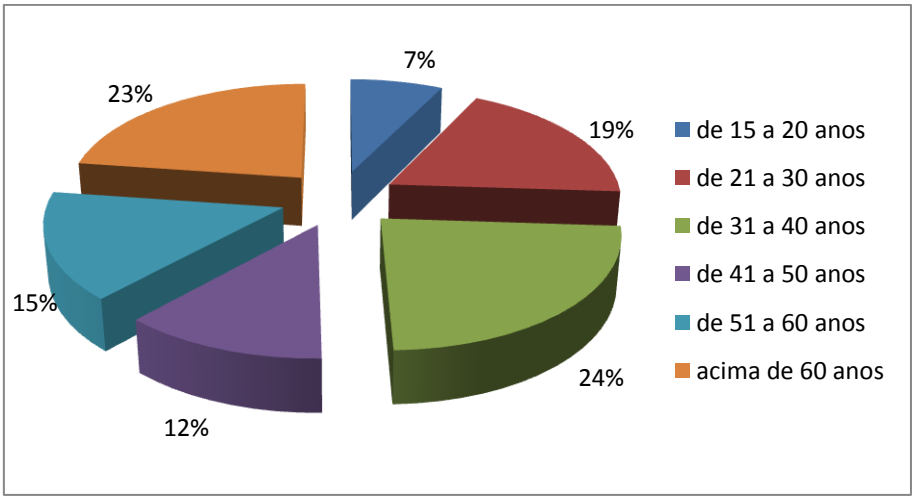


Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Entretanto, como a quantidade de respondentes foi proporcional ao tamanho das comunidades, em termos de porcentagem, a faixa etária de 31 a 40 anos obteve 24% em Chã de Jardim enquanto em Ponta Grossa teve 37% da quantidade de respondentes.

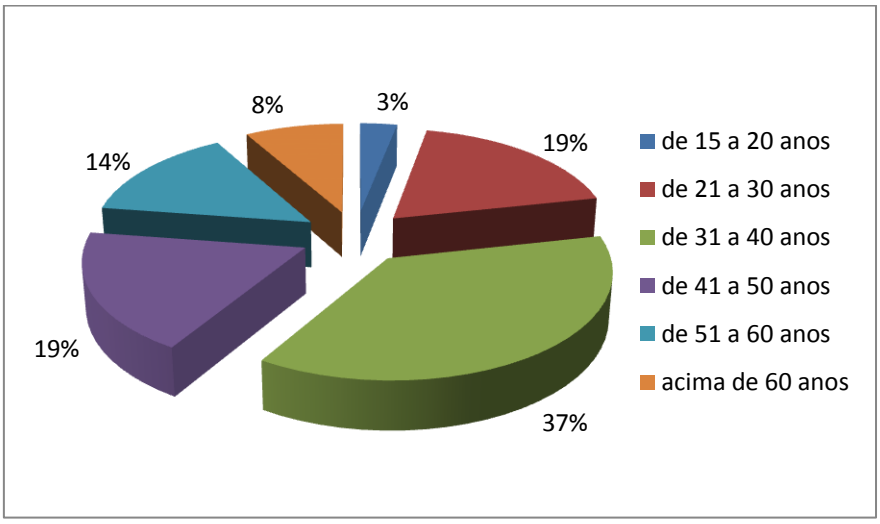
Outro dado a ser destacado é que a diferença na quantidade de respondentes da faixa etária acima dos 60 anos foi bem diferente nas duas comunidades, pois enquanto em Chã de Jardim foi de 23%, na comunidade de Ponta Grossa foi de apenas 8%. Essa diferença talvez pode ser atribuída a características peculiares das próprias comunidades como o fato de Chã de Jardim ser uma comunidade rural ou ao fato de que a pesquisa foi realizada em dias de semana, quando os mais jovens estariam fora de casa trabalhando e os mais idosos, por já estarem aposentados, estariam em casa (Ver Gráficos 03 e 04).

Gráfico 03: Faixa Etária dos respondentes na comunidade de Chã de Jardim (PB).



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

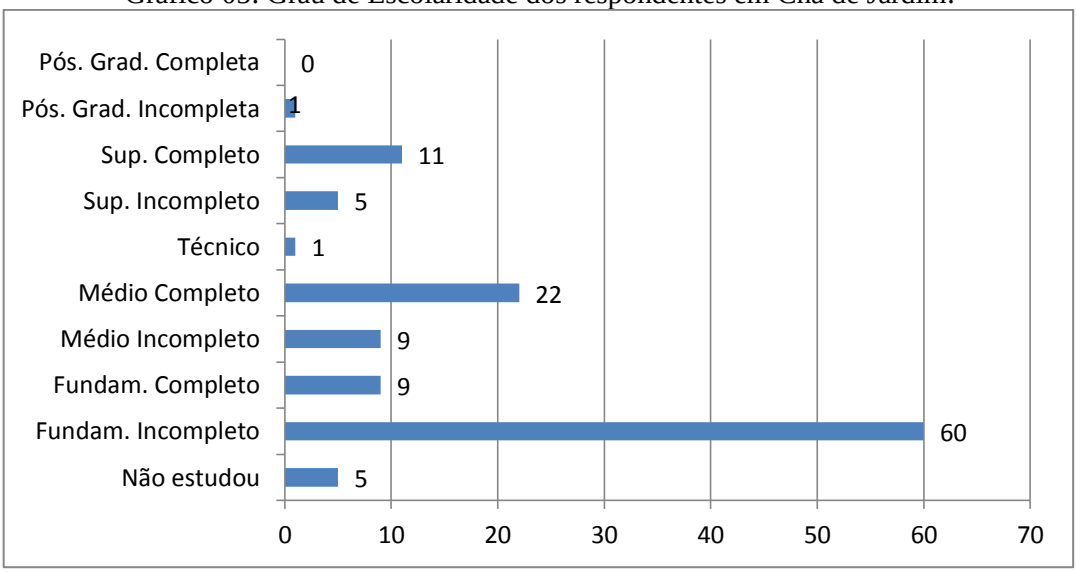
Gráfico 04: Faixa Etária dos respondentes da comunidade de Ponta Grossa (CE).



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O grau de escolaridade dos respondentes também apresentou algumas diferenças expressivas em relação às duas comunidades objeto dessa pesquisa. A partir dos gráficos 05 e 06, podemos verificar que na comunidade de Ponta Grossa, a maioria dos respondentes possui o Ensino Médio Completo (31,96%) e o segundo grau de escolaridade com maior quantidade de indivíduos foi a daqueles com Ensino Fundamental Incompleto, com 30,93% dos respondentes.

Gráfico 05: Grau de Escolaridade dos respondentes em Chã de Jardim.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

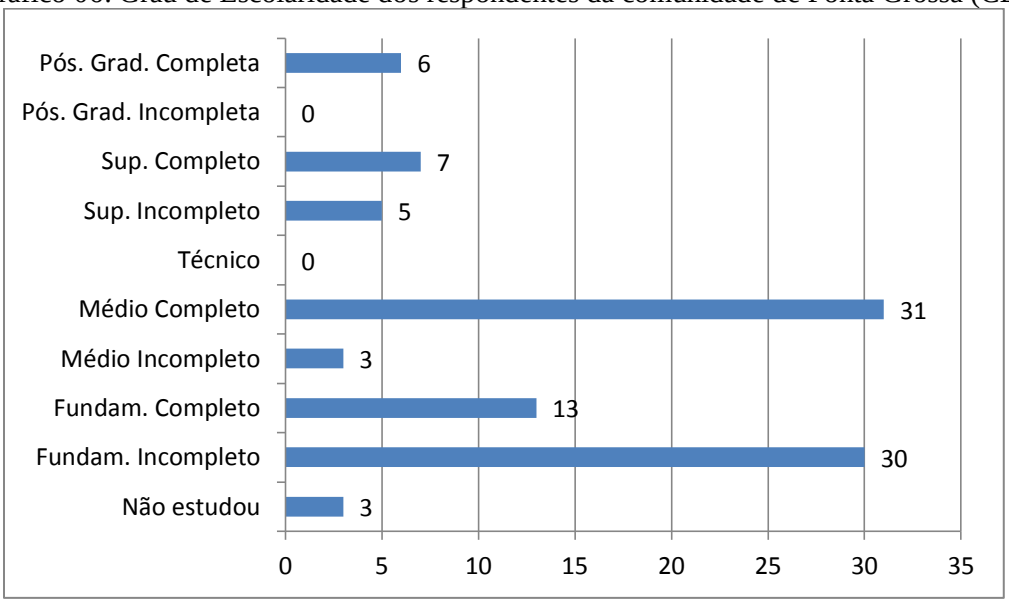
Já na comunidade de Chã de Jardim a maioria dos respondentes apresenta apenas o Ensino Fundamental Incompleto (48,78%). Ou seja, quase metade dos respondentes não

completou o Ensino Fundamental. A diferença para o segundo grau de escolaridade com maior número de indivíduos nessa comunidade foi bem expressiva, pois apenas 17,89% dos respondentes possui o ensino Médio Completo.

Verifica-se, portanto, que o grau de escolaridade da comunidade de Chã de Jardim pode ser considerado realmente baixo, pois praticamente metade dos entrevistados não concluiu o Ensino Fundamental Completo. Esse dado pode estar relacionado ao fato desta comunidade se encontrar em uma zona rural. Porém, *in loco* a pesquisadora verificou que existe uma escola na comunidade então outros fatores podem justificar o baixo índice de escolaridade verificado como a distância das residências até a escola ou mesmo a falta de interesse dos entrevistados em relação aos estudos.

Relacionando o índice de escolaridade com a faixa etária dos entrevistados na comunidade de Chã de Jardim, verificou-se que 38% dos entrevistados nessa comunidade possuem acima de 50 anos. Ou seja, ainda que todos os entrevistados estivessem dentro dessa faixa etária, ou seja, fossem pessoas mais velhas, que porventura não tiveram tanto acesso aos estudos, ainda teríamos 10% de respondentes que não concluíram o Ensino Fundamental entre 15 e 50 anos.

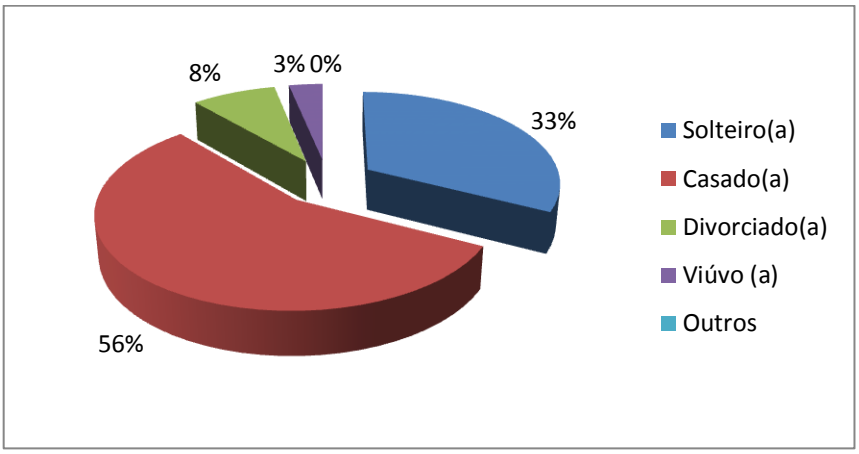
Gráfico 06: Grau de Escolaridade dos respondentes da comunidade de Ponta Grossa (CE).



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observando as figuras 07 e 08 é possível observar que a maioria dos respondentes desta pesquisa nas duas comunidades são casados, correspondendo a 56% em Chã de Jardim e a 64% em Ponta Grossa.

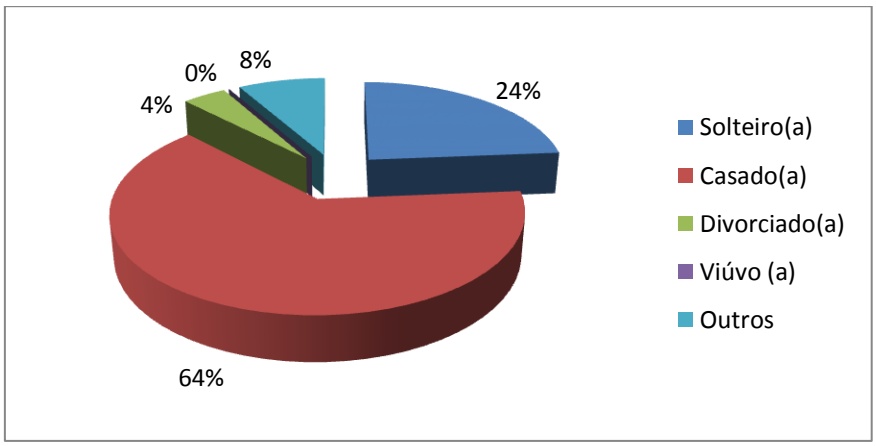
Gráfico 07: Estado Civil dos respondentes na comunidade de Chã de Jardim (PB).



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Também merece destaque o número alto de solteiro (a)s que participaram como respondentes que correspondeu a 32% em Chã de Jardim e a 24% em Ponta Grossa. Conforme se pode visualizar nos gráficos 07 e 08, o número de viúvo (a)s e divorciado (o) foi relativamente baixo nas duas comunidades, merecendo destaque para os que assinalaram a opção "Outros" na comunidade de Ponta Grossa (8%). Acredita-se que, por se tratar de uma comunidade com tradição na religião cristã evangélica, tais indivíduos apesar de viverem com seus respectivos cônjuges, não se consideram ainda casados pelo fato da união não ter sido oficializada em suas igrejas.

Gráfico 08: Estado Civil dos respondentes na comunidade de Ponta Grossa (CE).

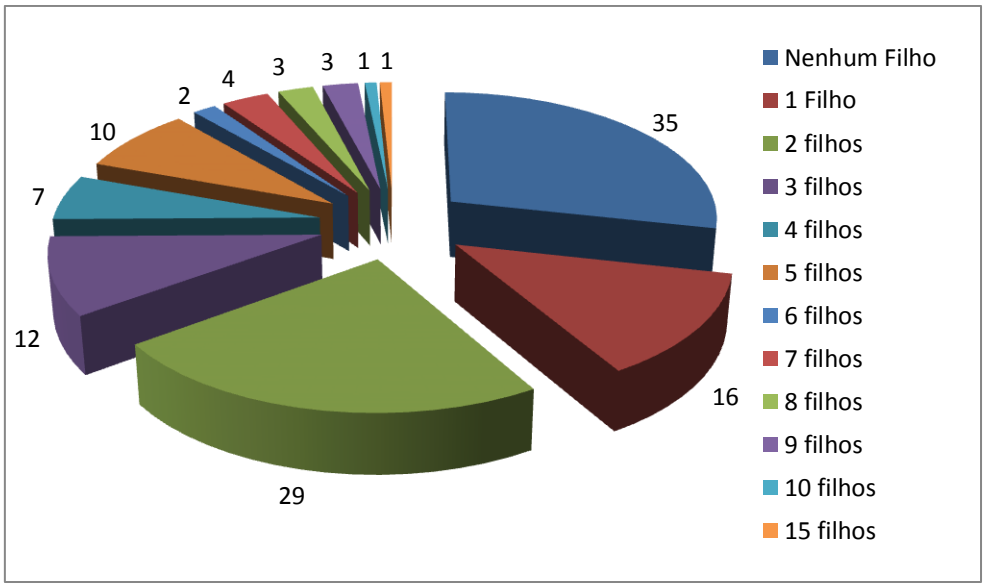


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No tocante à quantidade de filhos percebe-se que nas duas comunidades estudadas a maioria dos respondentes não tem filhos (Gráficos 09 e 10), correspondendo a 35 respondentes em Chã de Jardim e 30 respondentes em Ponta Grossa. Provavelmente, essa

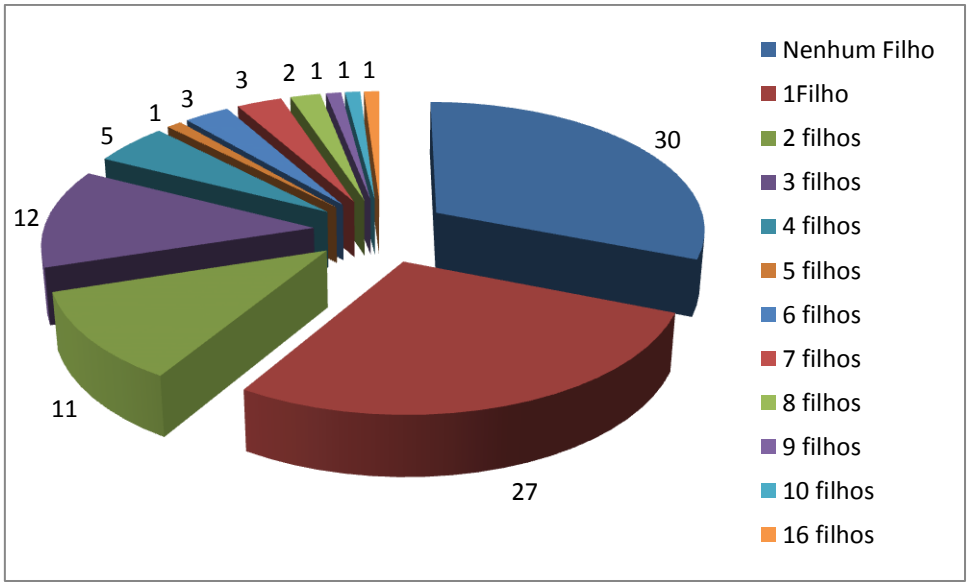
quantidade de respondentes sem filhos pode ser explicada pela quantidade expressiva de solteiro(a)s nas duas áreas de estudo.

Gráfico 09: Quantidade de filhos dos respondentes da pesquisa na comunidade de Chã de Jardim (PB).



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Gráfico 10: Quantidade de filhos dos respondentes da pesquisa na comunidade de Ponta Grossa (CE).



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Em Chã de Jardim, o segundo grupo com maior representatividade foi o dos respondentes que afirmaram que tem apenas um filho (16 indivíduos) e 29 indivíduos possuem dois filhos. Já em Ponta Grossa 27 respondentes afirmaram ter um filho, 12 indivíduos afirmaram ter 3 filhos e 11 responderam ter 2 filhos.

Na comunidade de Ponta Grossa, de acordo com informações obtidas através da entrevista com Eliabe Crispim, a diminuição da quantidade de crianças em Ponta Grossa é evidente nas últimas décadas e acrescenta ainda que a taxa de natalidade

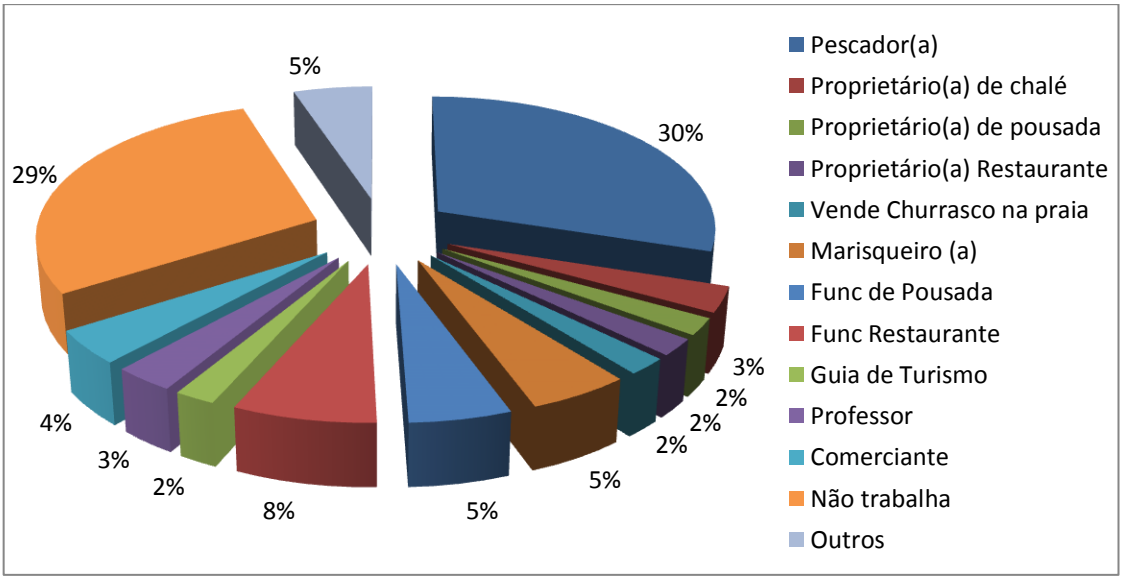
> tava quase zerada. Não tinha muita criança. No tempo dos meus pais se tinha muitos filhos. No tempo de hoje é um filho e olhe. E aí com a conscientização mesmo, preservativo, de se cuidar, de entender que é muito desafiador colocar uma criança no mundo hoje, que não é só como no meu tempo que o pessoal fazia que nem batata, a gente dizia. Mas não existe hoje mais isso. Hoje é um e quando tem.

Já na comunidade de Chã de Jardim, a entrevistada Luciana Balbino afirmou que o fato de as pessoas estarem trabalhando, especialmente as mulheres, teria influência direta na diminuição da quantidade de filhos na comunidade.

Dos 97 respondentes da comunidade de Ponta Grossa, 28 não trabalham e 69 trabalham. Dentre os que 69 que trabalham, apenas 28 afirmaram trabalhar com alguma atividade relacionada ao turismo enquanto 41 disseram que não trabalham com atividades relacionadas ao turismo.

Dentre os respondentes que trabalham, a maioria correspondente a 29 indivíduos são pescadores (30%), confirmando a tradição econômica da comunidade que é pesca. Dentre os respondentes que afirmaram trabalhar com alguma atividade relacionada ao turismo tivemos: 7 funcionários de Restaurante (Barracas), 5 funcionários de Pousadas, 3 proprietários de Chalés, 2 proprietários de Pousadas, 2 proprietários de Restaurantes (Barracas), 2 indivíduos que vendem churrasquinho na praia e 2 Guias de Turismo (Ver Gráfico 11).

Gráfico 11: Atividades econômicas dos respondentes na comunidade de Ponta Grossa (CE).

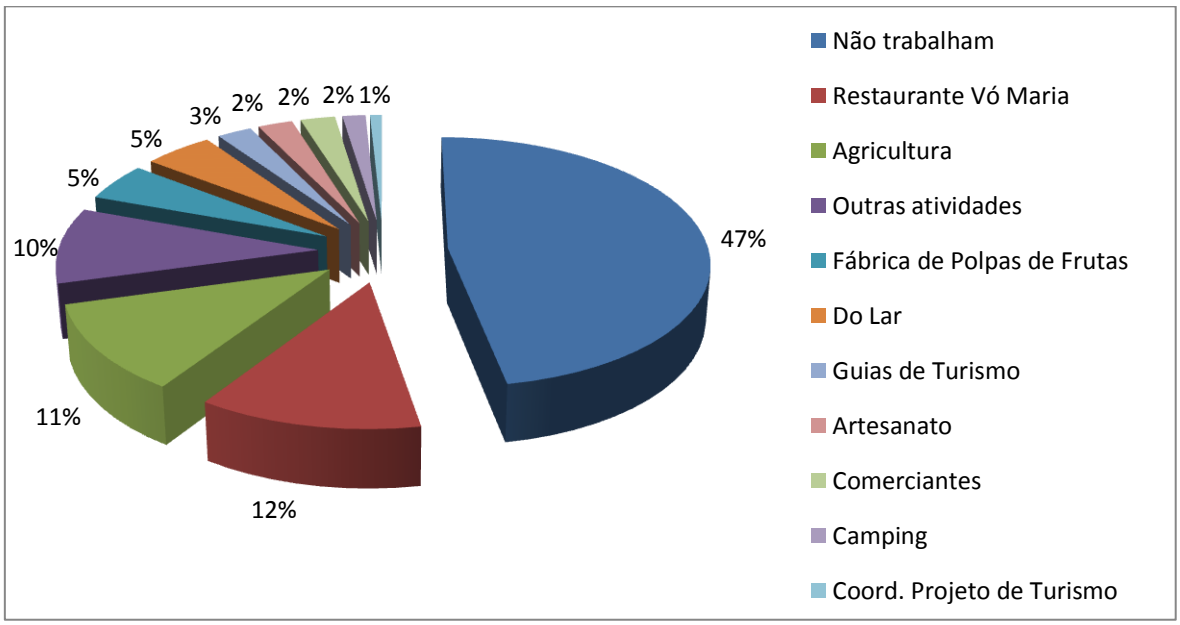


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Já na comunidade de Chã de Jardim, dos 123 respondentes dessa pesquisa, 65 afirmaram que trabalham e 58 disseram que não trabalham. Entre os 65 que trabalham 29 deles afirmaram que trabalham em alguma atividade relacionada ao turismo (Gráfico 12). Esse dado nos revela que o número de pessoas que não trabalham nesta comunidade é bastante alto, representando 47 % dos respondentes.

Dentre os respondentes que trabalham, a maioria correspondente a 15 indivíduos (12%) afirmaram trabalhar no Restaurante Comunitário Vó Maria, 14 trabalham com Agricultura (11%), 6 trabalham na Fábrica de Polpa de Fruta (5%), 3 são guias de Turismo (2%), 3 com artesanato (2%), 3 são comerciantes (2%), 2 trabalham no camping (2%) e 6 dos respondentes afirmaram ser Do Lar (5%) e Outras atividades corresponderam a 12 indivíduos (10%), distribuídos em atividades como costureira, auxiliar de contabilidade, tratorista, proprietário de bar, servente, moto taxista, funcionário público e professor.

Gráfico 12: Atividades econômicas dos respondentes na comunidade de Chã de Jardim (PB).



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se, pelos dados descritos no gráfico 12 que as atividades relacionadas ao turismo local como a do restaurante e a agricultura realmente parecem se complementar na comunidade com a quantidade de respondentes muito próximas.

4.3.2 Percepção dos moradores das duas áreas de estudo sobre os possíveis impactos do turismo em suas comunidades

Também foram inseridos no questionário alguns itens que tinham como objetivo conhecer sobre a percepção dos moradores das duas áreas de estudo sobre os possíveis impactos do turismo em suas comunidades. Assim, perguntou-se aos respondentes se eles acreditavam que sua comunidade teria capacidade para receber mais turistas.

Na comunidade de Ponta Grossa, dos 97 respondentes, 78 deles afirmaram que a sua comunidade teriasim capacidade pra receber mais turistas. 12 respondentes disseram que a comunidade atualmente não tem capacidade para receber mais turistas e 07 não responderam.

Já na comunidade de Chã de Jardim, dos 123 respondentes, 109 afirmaram que acham que a comunidade tem sim capacidade para receber mais turistas; 11 respondentes acham que a comunidade não tem capacidade pra receber mais turistas e 03 indivíduos não souberam responder essa questão.

Em seguida, perguntou-se se na percepção dos respondentes esse possível aumento no número de turistas poderia provocar algum impacto em sua comunidade. No enunciado dessa pergunta fez-se questão de não se perguntar se seriam impactos positivos ou negativos com o objetivo de não induzir respostas aos respondentes, deixando-os mais livres para responder o que lhes viesse à mente.

Na comunidade de Ponta Grossa, apenas 47 dos participantes responderam essa pergunta. Dentre eles, oito disseram que o aumento de turistas em sua comunidade não causaria nenhum impacto; cinco citaram apenas impactos negativos como “Acabar a tranquilidade da comunidade”, “Falta de respeito”, “desorganização da comunidade” e “Mais lixo”.20 respondentes disseram que mais turistas na comunidade gerariam apenas impactos positivos. Dentre esses, as palavras “renda”, emprego, lucro e dinheiro foram citadas 13 vezes sempre no sentido de que quanto maior o número de turistas, mais empregos, dinheiro, lucros e renda seriam gerados para os moradores da comunidade. Vale ressaltar que cinco dos respondentes demonstraram consciência e preocupações pertinentes com os possíveis impactos negativos advindos do aumento do numero de turistas em sua comunidade quando afirmaram que “Tem que preparar a comunidade antes”, “Depende de um aumento gradativo”, “Depende da consciência das pessoas”, “Se controlado, o turismo é bom” e “Quanto mais gente mais impactos”.

Já na comunidade de Chã de Jardim, 85 dos 123 participantes respondentes citaram apenas impactos positivos com o possível aumento no número de turistas em sua comunidade.

Chamou a atenção o fato de que nessa comunidade as palavras “emprego” e “renda” foram citadas 47 vezes. Apenas uma pessoa citou que o aumento no número de turistas em sua comunidade provocaria exclusivamente impactos negativos enquanto 12 pessoas disseram que o aumento no número de turistas não provocaria nenhum impacto e somente três dos respondentes disseram que o aumento no número de turistas poderia gerar impactos tanto positivos quanto negativos. 22 dos participantes não souberam responder essa questão.

Percebe-se, portanto, que os impactos econômicos positivos são ainda os mais vislumbrados e desejados pelos moradores das duas comunidades em estudo, especialmente da comunidade de Chã de Jardim, pois muitas vezes seus moradores ainda ignoram os impactos negativos ambientais e sociais que também podem vir juntamente com o aumento do número de turistas em suas comunidades.

A comunidade de Ponta Grossa ainda apresentou algumas falas que demonstraram um maior nível de consciência dos impactos negativos do turismo. Este fato pode estar associado ao tempo de existência do projeto de TBC em cada comunidade, considerando que o projeto da comunidade de Ponta Grossa tem bem mais tempo que o que vem sendo desenvolvido na comunidade paraibana.

Mais uma vez, os resultados nos revelam que as duas comunidades em estudo parecem ainda estar no período denominado por Jaffar Jafari (1994) como plataforma de defesa ou “*advocacy platform*”, quando eram destacados apenas os aspectos positivos do turismo, com ênfase nos impactos econômicos da atividade (LOHAMANN; PANOSSO NETO, 2008). É como se os impactos negativos ainda fossem ignorados de fato pelos moradores das comunidades, pois antes de pensar em possíveis impactos negativos eles precisam ter suas necessidades básicas atendidas que são emprego e renda para garantir uma sobrevivência digna para si e seus familiares. Dessa forma, o principal objetivo relacionado ao desenvolvimento turístico é de fato elevar suas rendas, ficando outros valores subjetivos e afetivos em segundo plano.

Na parte seguinte do questionário aplicado, buscou-se conhecer algumas informações mais específicas junto aos respondentes que trabalham diretamente com a atividade turística. Para tanto, um dos questionamentos tinha a intenção de conhecer sobre a satisfação com a questão financeira desses trabalhadores. Para isso eles foram questionados se o que eles vinham lucrando com a atividade mensalmente seria suficiente para a satisfação das suas necessidades e da sua família.

Na comunidade de Ponta Grossa, dos 26 que trabalham com o turismo na comunidade de, 22 responderam essa questão. Dentre eles 10 respondentes disseram que o que conseguem

lucrar por mês é suficiente para atender às suas necessidades e da sua família e 12 expuseram que o que recebem por mês não tem sido suficiente para atender às suas necessidades e da sua família enquanto quatro não responderam.

Já na comunidade de Chã de Jardim, 39 dos participantes responderam essa questão. Dentre estes, 29 disseram que o que conseguem lucrar por mês tem sido suficiente para atender às suas necessidades e da sua família e 10 disseram que o que recebem por mês não tem sido suficiente para atender às suas necessidades e da sua família.

Verifica-se entre os respondentes das duas comunidades que, proporcionalmente, os respondentes da comunidade de Chã de Jardim que trabalham diretamente com o turismo parecem estar mais satisfeitos com o que tem conseguido receber mensalmente pelas atividades desempenhadas.

Por mais que se saiba que o TBC vai de encontro à logica consumista e exploradora do turismo convencional (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009), é importante ressaltar que a questão econômica tem um peso significativo também nesse tipo de turismo, pois como vimos anteriormente, os aspectos econômicos positivos como a geração de renda e empregos são consideradas muito relevantes também para os trabalhadores envolvidos com o TBC nas duas comunidades em estudo. Assim, faz-se imprescindível observar quais fatores podem estar levando à insatisfação desses trabalhadores com a questão financeira como forma de fortalecer o TBC nessas comunidades.

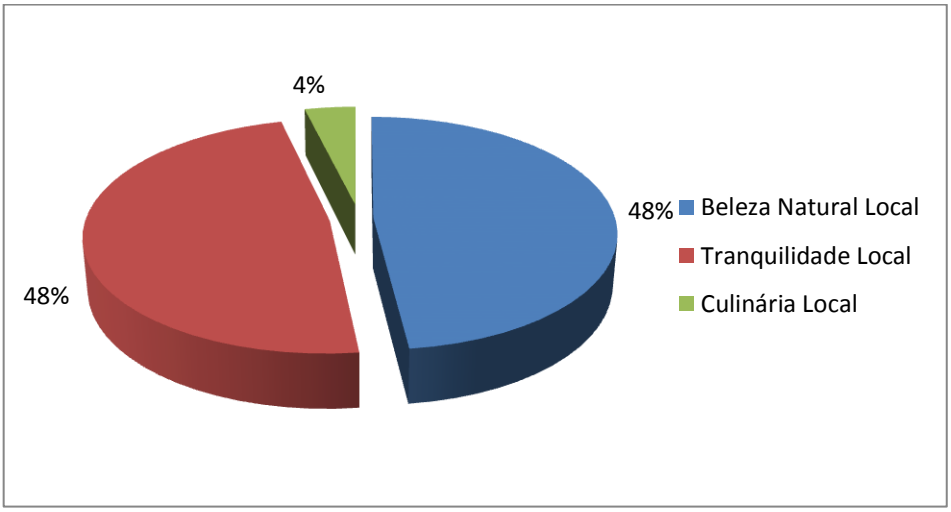
Na sequência, esses grupos de respondentes foram questionados sobre se já fizeram algum curso de capacitação/qualificação na área de turismo.

Na comunidade de Ponta Grossa, dos 28 respondentes, 19 disseram que já fizeram algum curso de capacitação/qualificação enquanto nove responderam que ainda não fizeram nenhum curso de capacitação/qualificação. Dentre os cursos mais citados nessa comunidade tivemos o curso de Guia de Turismo, de Garçom e Manipulação de alimentos.

Já na comunidade de Chã de Jardim, dos 28 respondentes que afirmaram trabalhar em alguma atividade relacionada ao turismo, 18 afirmaram que já fizeram algum curso de capacitação/qualificação, 10 afirmaram que não fizeram nenhum curso de capacitação/qualificação. Chamou atenção que dois dos respondentes dessa comunidade afirmaram que já fizeram mais de 20 cursos de capacitação/qualificação. Dentre os cursos mais citados ali tivemos “Qualidade no Atendimento”, “Boas Práticas” e Artesanato. Verificou-se ainda que as instituições SEBRAE, SENAC e SENAR foram bastante citadas dentre as instituições onde ofereceram e ministraram tais cursos.

No tocante às características de cada comunidade que, na opinião dos respondentes, seriam mais fortemente responsáveis por atrair visitantes às suas comunidades, ou seja, seriam seus principais atrativos turísticos, verificou-se que na comunidade de Ponta Grossa, dos 34 que responderam a esta questão, 25 responderam que acreditam que a "Beleza Natural Local" seria o principal fator de atração e 25 responderam que seria a "Tranquilidade Local". Apenas 2 dos respondentes atribuíram à "Culinária Local" como principal atrativo turístico de Ponta Grossa, como podemos observar no Gráfico 13.

Gráfico 13: Principais atrativos turísticos da comunidade de Ponta Grossa (CE).

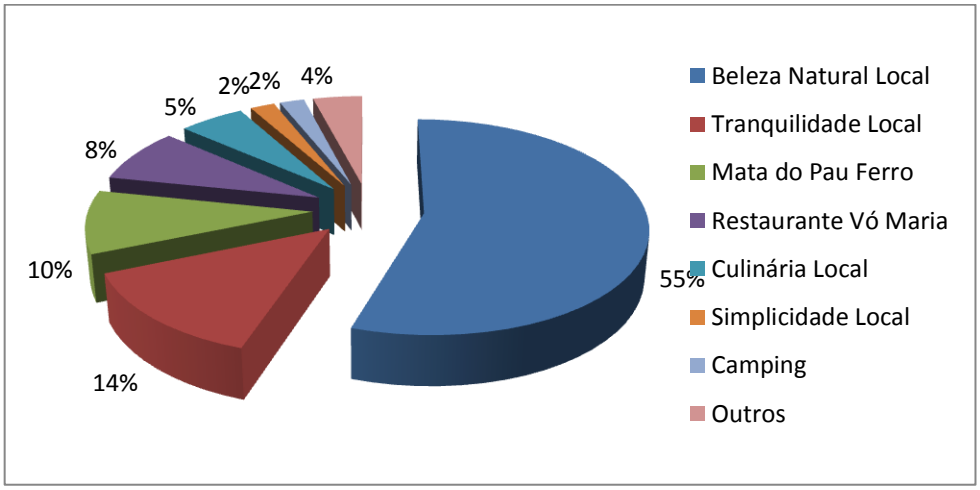


Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Já na comunidade de Chã de Jardim, dos 123 respondentes, 81 afirmaram que o principal atrativo turístico da comunidade seria a "Beleza Natural Local"; 20 respondentes citaram a "Tranquilidade Local" como principal fator de atração de visitantes à comunidade; 14 respondentes disseram que consideram a "Mata do Pau Ferro" o principal atrativo turístico local e 12 respondentes citaram especificamente o "Restaurante Vó Maria" como principal atrativo local e 8 respondentes atribuíram à culinária local o maior interesse dos turistas em sua comunidade, conforme podemos observar no Gráfico 14 a seguir:

Os participantes dessa pesquisa também foram questionados sobre se consideravam os preços cobrados pelos serviços turísticos prestados na comunidade como justos. Na comunidade de Ponta Grossa, 24 responderam a essa questão. Dentre estes, 22 consideram os preços cobrados pelos serviços turísticos locais justos e dois não consideram justos. Dentre os respondentes que não consideraram os preços justos um deles afirmou que "tá caro porque falta qualidade" e outro acredita que os preços são altos por causa dos impostos.

Gráfico 14: Principais atrativos turísticos da comunidade de Chã de Jardim (PB).



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Na comunidade de Chã de Jardim, dos 123 respondentes, 76 consideram justos os valores cobrados pelos serviços turísticos locais; 27 respondentes não consideram justos os valores cobrados pelos serviços turísticos locais e 20 não souberam responder. Dentre os respondentes que não consideraram os preços justos, dois deles disseram que os preços são "justos para o turista, mas caros para a comunidade." Entre os respondentes que acreditam que os preços são justos, um deles afirmou que "não se pode explorar o turista".

Como a comunidade de Chã de Jardim é composta por pessoas mais simples, com baixo grau de escolaridade e cuja maioria é composta por pequenos agricultores com baixo poder aquisitivo, sugere-se cobrar um valor diferenciado para que, os moradores da própria comunidade, tenham acesso aos serviços ali oferecidos, especialmente no restaurante da comunidade.

Tentar ampliar a participação dos moradores na ADESCO (que conta atualmente com menos de 30 associados), a construção de uma pousada comunitária na comunidade juntamente com essa iniciativa pode aproximar ainda mais os comunitários que não estão envolvidos diretamente com a atividade do turismo e gerar uma união ainda maior da comunidade em torno desse projeto, pois se verificou em diversas falas dos respondentes que não se sentem beneficiados com as ações do projeto de turismo comunitário ali desenvolvido, pois, quando os respondentes foram questionados se o aumento do número de turistas poderia melhorar a sua qualidade de vida, dos 123 participantes, 104 disseram que sim, 12 disseram que não e 7 não souberam responder essa questão. Apesar do número dos que disseram que o aumento de turistas não teria influência sobre sua qualidade de vida ter sido relativamente baixo, algumas falas como "só melhoraria a vida de quem tá na zona turística", "Só pra quem tá na ADESCO" ou "Não tenho relação com o turismo" chamaram a atenção da pesquisadora,

pois sugerem que parte da comunidade se sente excluída do processo de desenvolvimento turístico de sua comunidade. Como o TBC deve ser um projeto coletivo da comunidade, inserir mais indivíduos nesse processo faz-se imprescindível.

Quando os participantes dessa pesquisa foram questionados sobre se os turistas que atendiam costumavam reclamar de algo em suas comunidades, na comunidade de Ponta Grossa, obteve-se 23 respostas. Desses, 16 respondentes disseram que não costumam receber nenhuma reclamação dos turistas sobre a sua comunidade e 7 respondentes disseram que já ouviram algumas reclamações de turistas sobre a comunidade de Ponta Grossa, dentre elas 3 pessoas citaram que já ouviram reclamações sobre os preços cobrados nas "barracas" e duas delas disseram que os turistas costumam reclamar da distancia entre as "barracas" e a praia. Vale ressaltar que o que a comunidade chama de "barracas" são os restaurantes locais, pois a maioria realmente tem estruturas bem simples como é possível observar nas figuras 14 e 15.

Já na comunidade de Chã de Jardim, dos 123 respondentes, 110 deles disseram que não costumam receber nenhuma reclamação dos turistas sobre a comunidade local e 13 respondentes disseram que já ouviram algumas reclamações de turistas sobre a comunidade de Chã de Jardim, dentre elas citaram "Falta de bebida alcoólica e refrigerantes no restaurante", a "Falta D´água" e a "Falta de Meios de Hospedagem".

A questão do abastecimento d'água parece ser uma questão bem delicada na comunidade de Chã de Jardim atualmente, pois durante a aplicação dos questionários nessa comunidade a pesquisadora escutou diversos relatos dos respondentes a respeito da escassez de água ali. Na Vila de Chã, por exemplo, onde estão localizadas as casas dos que foram retirados da Mata do Pau Ferro na criação do Parque, não existe abastecimento nenhum de água nem poços artesanais. Então essas pessoas são obrigadas a comprar água para sobreviver e, segundo elas, isso compromete bastante suas finanças bem como sua qualidade de vida. Enquanto isso, alguns moradores de propriedades da própria região têm se dedicado a vender água para os demais.

A questão da não venda de refrigerantes no restaurante local já tem sido bastante discutida, mas a coordenadora do projeto, Luciana Balbino, afirma que essa é uma decisão da ADESCO, pois se eles produzem polpa de frutas ali de "excelente qualidade, sem conservantes e água, nós não vemos motivo para vendermos refrigerante no restaurante, especialmente porque sabemos que faz tanto mal à saúde".

Figuras 14 e 15: Foto da “Barraca Pantanal” e da “Barraca Canaã” na comunidade de Ponta Grossa.

Fonte: Joelma Abrantes (2018).

Em relação à necessidade de construção de uma pousada comunitária em Chã de Jardim, Luciana afirma que existe sim um projeto para expansão dos meios de hospedagem e do turismo na comunidade, pois tem consciência que nem todos que visitam a Chã de Jardim têm o perfil de turista que se dispõe a viver a experiência de dormir em barracas dentro de uma mata. Mas a questão financeira ainda representa um obstáculo, pois precisam de financiamento para um passo bem maior como este.

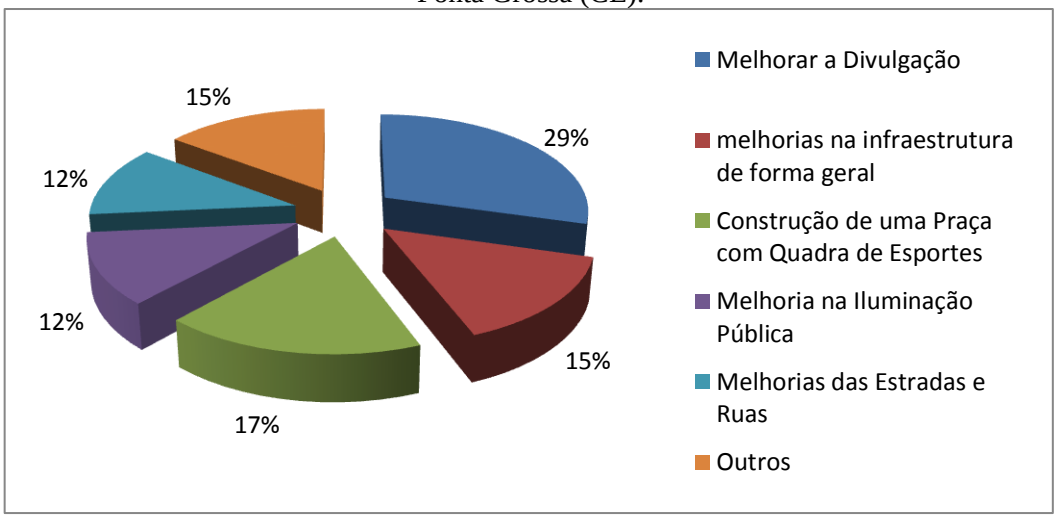
Na sequência, outro questionamento feito aos participantes da pesquisa foi sobre o que eles achavam que poderia ser feito, pelo governo ou pela própria comunidade, para melhoria do TURISMO em sua comunidade.

Na comunidade de Ponta Grossa, apenas 30 participantes responderam essa questão. Dentre eles, 10 afirmaram que a Divulgação precisa melhorar para impulsionar a atividade turística local, 19 citaram que melhorias na infraestrutura são importantes para a melhoria do turismo na comunidade. Dentre essas melhorias, seis respondentes citaram a construção de uma praça com quadra de esportes, cinco citaram melhorias na infraestrutura de forma mais geral, quatro citaram a iluminação publica e quatro fizeram referência específica ao melhoramento das estradas e ruas (Gráfico15).

Na comunidade de Chã de Jardim, 98 responderam a essa questão dentre eles 13 responderam que as melhorias deveriam ser no tocante ao “Abastecimento d´água”, 13 citaram as “estradas”, 13 responderam que as melhorias deveriam ser na “Infraestrutura” de maneira mais geral, 12 responderam que precisava melhorar a oferta de “Emprego”, 8

responderam que para melhorar deveriam ser oferecidos mais “Cursos de Capacitação” e 8 responderam que a “Construção de Pousadas” contribuiriam para a melhoria do Turismo local (Gráfico 16).

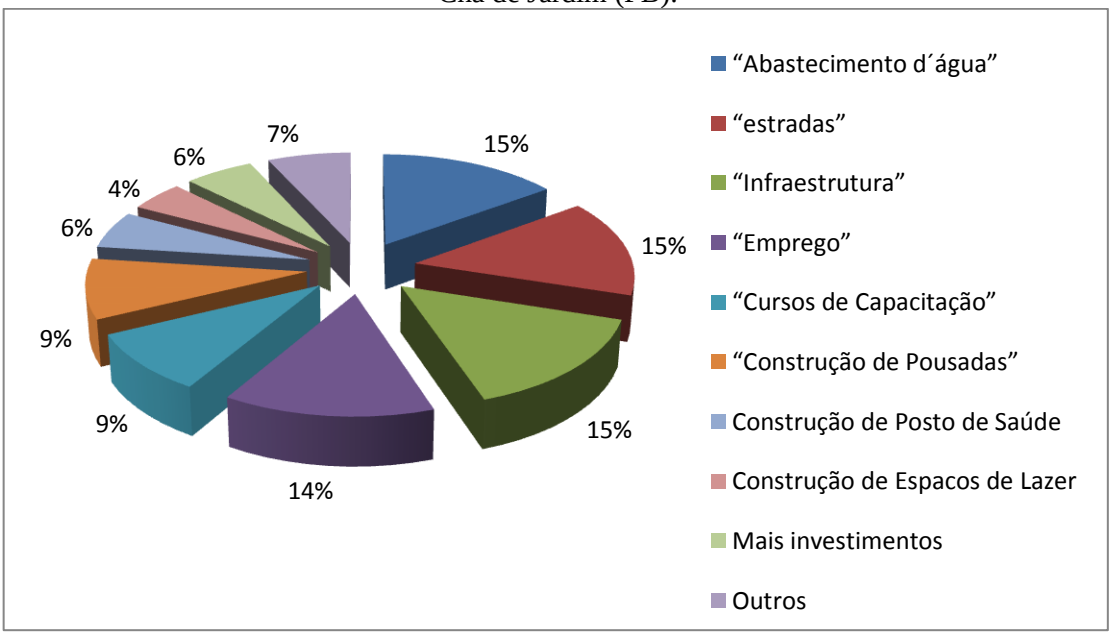
Gráfico 15: Sugestões dos respondentes de ações/áreas para melhoria do Turismo na comunidade de Ponta Grossa (CE).



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Vale destacar que mesmo a questão se referindo a melhorias específicas para a atividade do turismo, como a questão não oferecia alternativas a serem marcadas, como forma de deixar os respondentes mais livres e de induzir menos as suas respostas, a maioria das respostas obtidas nas duas comunidade fez referência, principalmente, a melhorias relacionadas à Infraestrutura de onde vivem.

Gráfico 16: Sugestões dos respondentes de ações/áreas para melhoria do Turismo na comunidade de Chã de Jardim (PB).



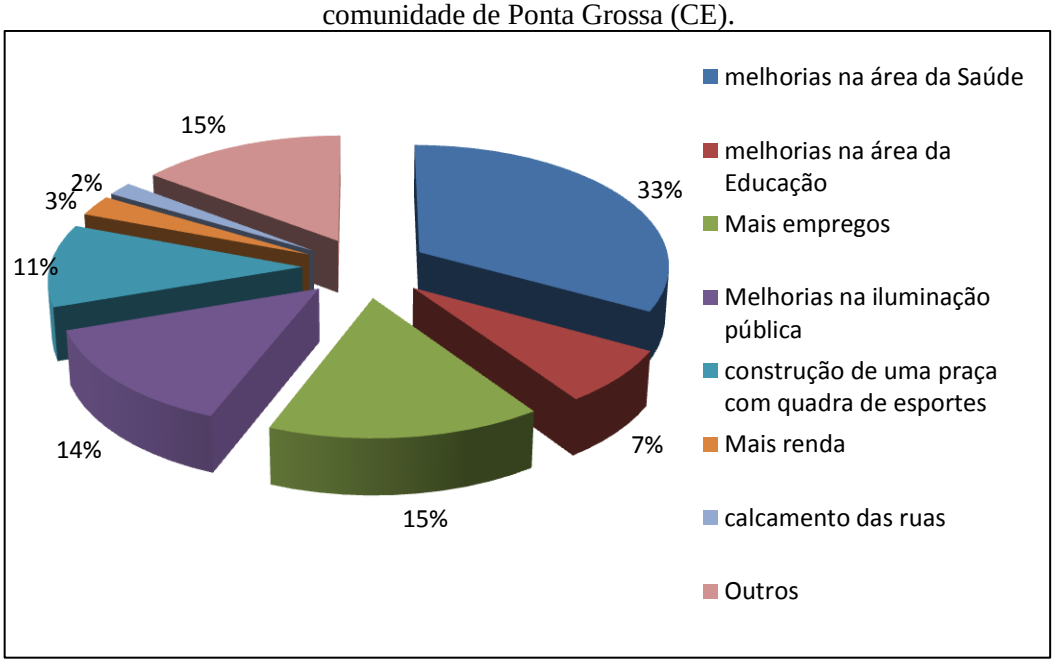
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Em seguida os participantes foram questionados sobre que poderia ser feito, pelo governo ou pela própria comunidade, para melhoria da sua qualidade de vida e da sua COMUNIDADE.

Em Ponta Grossa, 36 respondentes citaram como prioritárias as melhorias na área da Saúde e sugeriram a construção de um posto de saúde na comunidade; 17 Mais empregos e 3 respondentes citaram Mais renda; 15 citaram Melhorias na Infraestrutura local especialmente no tocante à iluminação pública e calcamento das ruas; 12 respondentes citaram a construção de uma praça com quadra de esportes especialmente para os jovens da comunidade que segundo eles não tem muitas opções de lazer e 8 dos respondentes sugeriram melhorias na área da Educação (Ver Gráfico 17).

Dentre as falas dos respondentes dessa questão em Ponta Grossa, faz-se interessante destacar duas delas. Lembrando que a pergunta fazia referência apenas a melhorias para a própria comunidade, um participante sugeriu que fosse construída uma "Estrutura de lazer para turistas e a comunidade se integrarem" e outro que sugeriu que fossem oferecidas "Mais atividades para o turista". Então, na fala do primeiro deduz-se não existem atualmente possibilidades suficientes de integração entre os visitantes e os moradores locais. Na segunda fala, o turista continua sendo central mesmo quando a questão era relacionada à sua própria qualidade de vida e de sua comunidade.

Gráfico 17: Sugestões dos respondentes de ações/áreas para melhoria da Qualidade de Vida da comunidade de Ponta Grossa (CE).

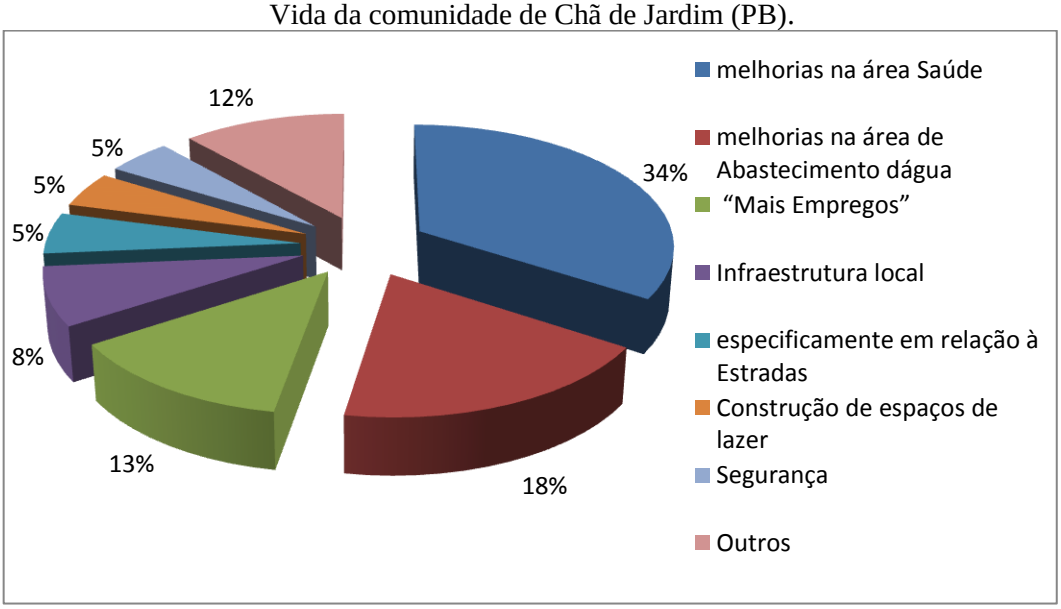


Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Já na comunidade de Chã de Jardim, dentre os respondentes 44 citaram como prioritárias as melhorias na área Saúde (34%), enquanto 24 respondentes sugeriram melhorias na área de Abastecimento d'água (18%); 17 citaram que "Mais Empregos" (13%) ajudariam a melhorar a sua qualidade de vida e da sua comunidade; 10 citaram Melhorias na Infraestrutura local, 7 citaram especificamente em relação à Estradas, 6 respondentes afirmaram que a "Construção de espaços de lazer" contribuiria para a melhoria da sua qualidade de vida e de sua comunidade enquanto 6 respondentes citaram melhorias na área de Segurança (Ver Gráfico 16).

Pode-se observar que a construção de um posto de saúde na comunidade é considerada bastante importante pela maioria dos respondentes (34%) e decisiva para a melhoria da qualidade de suas vidas. Percebe-se também que mais uma vez a questão do Abastecimento D'água é prioritária na comunidade de Chã de Jardim.

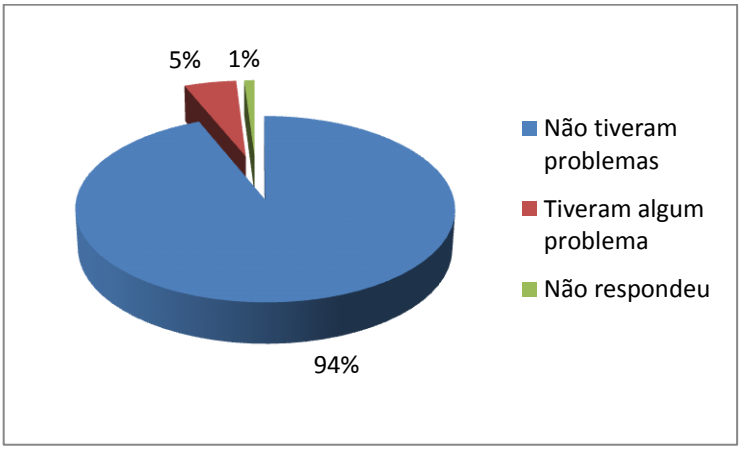
Gráfico 18: Gráfico com as sugestões dos respondentes de ações/áreas para melhoria da Qualidade de Vida da comunidade de Chã de Jardim (PB).



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Como forma de conhecer um pouco mais sobre a relação entre os turistas e a comunidade, os participantes foram indagados sobre se algum turista teria lhe causado problemas ou a alguém próximo. Na comunidade de Ponta Grossa, dos 97 respondentes,91 (94%) disseram que não tiveram nenhum problema com turistas enquanto apenas 5 (5%) disseram que já tiveram algum problema com turistas e citaram os seguintes problemas: "Deixaram fraldas sujas na praia"; "Destruíram o barco de um pescador"; "Turista quer impor o estilo dele"; "Música alta" e "Ocorreu um atropelamento" (ver Gráfico 19).

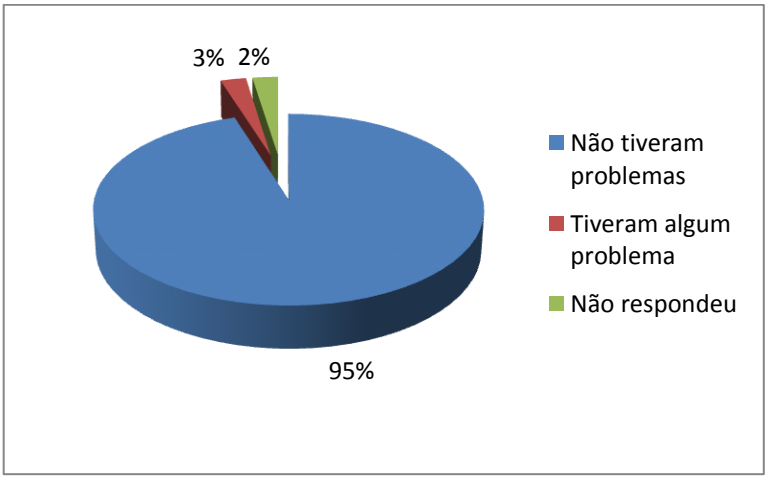
Gráfico 19: Ocorrência de problemas com turistas da comunidade de Ponta Grossa (CE).



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Na comunidade de Chã de Jardim 117 (95%) dos respondentes disseram que nunca tiveram problemas com turistas e apenas 3 (3%) deles disseram que já tiveram algum problema causado por turistas e citaram os seguintes problemas: “turistas sem educação” e “Barulho no camping”. Apenas 2% dos respondentes não responderam essa questão (Gráfico 20).

Gráfico 20: Ocorrência de problemas com turistas da comunidade de Chã de Jardim (PB).



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Como pode ser observado através dos Gráficos 19 e 20, a ocorrência de problemas relacionados à presença de turistas nas duas comunidades em estudo pode ser considerada bastante baixa e os problemas causados pelos turistas citados parecem representar casos isolados.

4.4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS DOS TESTES ESTATÍSTICOS

4.4.1 Resultado do Teste Coeficiente Alfa de Cronbach

Foi realizado o teste Coeficiente Alfa de Cronbach com as três escalas presentes no questionário aplicado e os resultados foram os seguintes:

ESCALA	**α**
Percepção com relação ao TBC	0,75
Satisfação com a Vida	0,85
Qualidade de Vida	0,88

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Dessa forma, de acordo com o teste realizado, as três escalas foram consideradas como confiáveis, tendo em vista que um instrumento é considerado consistente quando o **α** é superior a 0,7.

4.4.2 Resultados do Teste de Normalidade de Shapiro-Wilk

Foi realizado o teste de Normalidade de Shapiro-Wilk com as três escalas presentes no questionário aplicado e os resultados apontaram que os dados dos três instrumentos foram considerados "não-normais" ($p<0,05$).

4.4.3 Resultados do Teste de Mann-Whitney

Na sequência foi realizado o Teste de Mann-Whitney para comparação entre grupos (localidade e sexo), verificando que existem diferenças significativas entre as localidades de Chã de Jardim e Ponta Grossa ($P <0,05$), conforme se pode observar no quadro 09 a seguir:

Quadro 09: Resultado do Teste de Mann-Whitney (resumo de Teste de Hipótese).

Hipótese	**Significância (P)**	**Decisão**
A distribuição da **Percepção do TBC** é a mesma entre as duas localidades.	0,00	Rejeitar a hipótese Nula
A distribuição da **Satisfação com a Vida** é a mesma entre as duas localidades.	0,00	Rejeitar a hipótese Nula
A distribuição da **Qualidade de Vida Score Total** é a mesma entre as duas localidades.	0,026	Rejeitar a hipótese Nula

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A hipótese nula é aquela em que não existem diferenças significativas entre as variáveis observadas, por isso que ela é rejeitada, já que o p foi menor que 0,05.

No quadro 10, pode-se observar a estatística descritiva com as pontuações das duas comunidades para as três escalas aplicadas através do questionário.

Quadro 10: Estatística descritiva das pontuações obtidas nas duas comunidades em estudo.

COMUNIDADE		PERCEPÇÃO DO TBC	SATISFAÇÃO COM A VIDA	QUALIDADE DE VIDA (SCORE TOTAL)
CHÃ DE JARDIM	N	123	123	123
	Média	**4,97**	**25,03**	**15,50**
	Desvio padrão	,95	6,18	1,88
	Mediana	5,00	27,00	15,69
PONTA GROSSA	N	97	97	97
	Média	**5,86**	**27,99**	**15,96**
	Desvio padrão	,69	6,70	2,11
	Mediana	6,00	30,00	16,15

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A princípio, a diferença entre as médias para as duas comunidades nessas três escalas pode não parecer tão grande, porém os resultados do teste de Mann-Whitney asseguram que tais diferenças são significativas, ou seja, que não foram encontradas ao acaso.

4.4.4 Resultados do Teste de Correlação de *Spearman*

Nos resultados do Teste de Correlação de *Spearman*, quando o P foi menor que 0,05 indica que a relação é significativa e o sinal de negativo na "correlação de coeficiente" indica que a relação é inversa, ou seja, à medida que a pontuação de uma variável aumenta o da outra variável tende a diminuir, ou vice e versa.

Assim, conforme se pode observar no quadro 11, na comunidade de Chã de Jardim, os resultados do resultado do Teste de Correlação de *Spearman* revelaram que:

- Quanto maior a Faixa Etária menor o Grau de Escolaridade;
- Quanto maior a Faixa Etária menor Percepção do TBC;
- Quanto maior a Faixa Etária menor a Qualidade de Vida;
- Quanto maior o Grau de Escolaridade maior a Percepção do TBC;
- Quanto maior o Grau de Escolaridade maior a Satisfação com a Vida;

- Quanto maior o Grau de Escolaridade maior a Qualidade de Vida Score Total;
- Quanto maior a Percepção do TBC maior a Satisfação com a Vida;
- Quanto maior a Percepção do TBC maior a Qualidade de Vida;
- Quanto maior a Satisfação com a Vida maior a Qualidade de Vida.

Quadro 11: Resultados do Teste de Correlação de *Spearman* para a comunidade de Chã de Jardim.

LOCALIDADE			Faixa Etária	Escolaridade	Percepção do TBC	Satisfação com a Vida	Qualidade de Vida (Score Total)
CHÃ DE JARDIM	Faixa etária	Correlações de coeficiente	1,000	-,516**	-,270**	-,034	-,176
		P	.	,000	,003	,706	,052
	Escolaridade	Correlações de coeficiente	-,516**	1,000	,337**	,213*	,183*
		P	,000	.	,000	,018	,042
	Percepção do TBC	Correlações de coeficiente	-,270**	,337**	1,000	,356**	,243**
		P	,003	,000	.	,000	,007
	Satisfação com a Vida	Correlações de coeficiente	-,034	,213*	,356**	1,000	,522**
		P	,706	,018	,000	.	,000
	Qualidade de Vida (Score total)	Correlações de coeficiente	-,516**	1,000	,337**	,213*	,183*
		P	,000	.	,000	,018	,042

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Já na comunidade de Ponta Grossa os resultados do Teste de Correlação de *Spearman*, conforme se pode observar no quadro 12, revelaram que:

- "Quanto maior a Faixa Etária menor o Grau de Escolaridade";
- "Quanto maior a Faixa Etária menor Percepção do TBC";
- "Quanto maior a Faixa Etária menor a Qualidade de Vida";
- Quanto maior a Percepção do TBC maior a Satisfação com a Vida;
- Quanto maior a Satisfação com a Vida maior a Qualidade de Vida;
- Quanto maior a Percepção do TBC maior a Qualidade de Vida.

Quadro 12: Resultados do Teste de Correlação de *Spearman* para a comunidade de Ponta Grossa.

LOCALIDADE			Faixa Etária	Escolaridade	Percepção do TBC	Satisfação com a Vida	Qualidade de Vida (Score Total)
PONTA GROSSA	Faixa etária	Correlações de coeficiente	1,000	-,553**	-,273**	-,044	-,310**
		P	.	,000	,007	,669	,002
	Escolaridade	Correlações de coeficiente	-,553**	1,000	,119	-,097	,024
		P	,000	.	,244	,344	,818
	Percepção do TBC	Correlações de coeficiente	-,273**	,119	1,000	,401**	,403**
		P	,007	,244	.	,000	,000
	Satisfação	Correlações de coeficiente	-,044	-,097	,401**	1,000	,594**
		P	,669	,344	,000	.	,000
	Qualidade de Vida (Score total)	Correlações de coeficiente	-,310**	,024	,403**	,594**	1,000
		P	,002	,818	,000	,000	.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A partir desses resultados algumas análises podem ser feitas como as seguintes:

- Nas duas comunidades, os mais velhos estudaram menos, pois "Quanto maior a Faixa Etária menor o Grau de Escolaridade";
- Outra correlação percebida nas duas comunidades é que quanto mais velhos os respondentes, menor foi a sua percepção em relação à sua própria qualidade de vida pois verificou-se em ambas que "Quanto maior a Faixa Etária menor a Qualidade de Vida";
- Também nas duas comunidades os mais velhos também têm uma percepção do TBC menor, pois "Quanto maior a Faixa Etária menor Percepção do TBC";
- Os resultados obtidos para os Índices de Qualidade de Vida e Satisfação com a Vida nas duas comunidades também revelam uma relação direta entre esses índices, pois em ambas se obteve que "Quanto maior a Satisfação com a Vida maior a Qualidade de Vida";
- Na comunidade de Chã de Jardim também se verificou que o grau de escolaridade tem relação direta com os índices de Percepção em relação ao TBC, Satisfação com a Vida e Qualidade de vida, pois "Quanto maior o Grau de Escolaridade maior a Percepção do TBC", "Quanto maior o Grau de Escolaridade maior a Satisfação com a Vida" e "Quanto maior o Grau de Escolaridade maior a Qualidade de Vida".

4.5 DESCRIÇÃO DOS CÁLCULOS DOS ÍNDICES

Considerando que os Índices são conjuntos de indicadores agregados ou parâmetros que objetivam descrever uma situação quantificável ou possível de gerar uma comparação (Hanai, 2009), optou-se nesse estudo por gerar alguns desses índices adicionais ao índice de sustentabilidade do TBC com o objetivo de se produzir um panorama mais abrangente da situação das comunidades, possibilitando assim uma melhor análise da realidade do TBC e sua sustentabilidade.

Os cálculos para a geração desses índices serão descritos a seguir.

4.5.1 Índices obtidos a partir dos questionários aplicados junto às comunidades

A partir da aplicação do questionário e suas respectivas escalas nas duas comunidades desse estudo foram gerados três índices que foram os índices de Percepção em relação ao TBC, Qualidade de Vida e Satisfação com a Vida. Os cálculos e resultados desses índices serão descritos a seguir.

4.5.1.1 Índice de Percepção da comunidade em relação ao TBC

Na escala criada pela pesquisadora para gerar o **Índice de Percepção da comunidade em relação ao TBC** a pontuação mínima é 1 (um) e a pontuação máxima é 6 (seis). Dessa forma, a Fórmula do cálculo do índice de Percepção do TBC ficou da seguinte forma:

$$\textbf{Índice Percepção do TBC} = \frac{(\textbf{pontuação do entrevistado} - \mathbf{1})}{(\mathbf{6} - \mathbf{1})}$$

A partir da aplicação da referida fórmula a média do índice de Percepção da comunidade em relação ao TBC na comunidade de Chã de Jardim foi de **0,7935**. Já na comunidade de Ponta Grossa a média desse mesmo índice foi de **0,9722**.

4.5.1.2 Índice de Satisfação com a Vida

Já na escala utilizada para gerar o **Índice de Satisfação com a Vida** ***(Satisfaction Live Scale)***, a pontuação mínima é 5 (cinco) e a pontuação máxima é 35 (trinta e cinco). Dessa forma, a Fórmula do cálculo do índice de Satisfação com a Vida ficou da seguinte forma:

$$\textbf{Índice Satisfação com a Vida} = \frac{(\textbf{pontuação do entrevistado } - \textbf{ 5})}{(\textbf{35} - \textbf{5})}$$

A partir da aplicação desta fórmula a média para o **Índice de Satisfação com a Vida** na comunidade de Chã de Jardim foi de **0,6678** enquanto a média desse índice na comunidade de Ponta Grossa foi de **0,7663.**

4.5.1.3 Índice de Qualidade de Vida (WHOOQOL-BREEF)

Na escala utilizada para gerar o **Índice de Qualidade de Vida (WHOOQOL-BREEF)** a pontuação mínima é 4 e a pontuação máxima é 20. Dessa forma, a Fórmula para o cálculo do índice de Qualidade de Vida ficou assim:

$$\textbf{Índice Qualidade de Vida} = \frac{(\textbf{pontuação do entrevistado } - \textbf{4})}{(\textbf{20} - \textbf{4})}$$

A partir da aplicação desta fórmula verificou-se que o **Índice de Satisfação com a Vida** na comunidade de Chã de Jardim foi de **0,7186 e** na comunidade de Ponta Grossa o índice obtido foi de **0,7475.**

Pode-se observar no Quadro 13 tanto as médias como as Medianas e Desvio Padrão obtidas a partir do cálculo realizado para esses três índices:

Quadro 13: Cálculo dos índices de Percepção do TBC, de Satisfação com a Vida e Qualidade de Vida para as duas comunidades em estudo.

LOCALIDADE		ÍNDICE PERCEPÇÃO DO TBC	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A VIDA	ÍNDICE QUALIDADE DE VIDA (SCORE TOTAL)
CHÃ DE JARDIM	**Média**	**0,7935**	**0,6678**	**0,7186**
	N	123	123	123
	Desvio padrão	,1896	,2060	,1178
	Mediana	,8000	,7333	,7308

PONTA GROSSA	**Média**	**0,9722**	**0,7663**	**0,7475**
	N	97	97	97
	Desvio padrão	,1382	,2233	,1318
	Mediana	1,0000	,8333	,7596

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Percebe-se que todas as médias obtidas para os três índices gerados foram maiores na comunidade de Ponta Grossa. A diferença obtida para o **Índice de Percepção do TBC** entre as duas comunidades foi bastante expressiva quando a comunidade de Ponta Grossa obteve a média de **0,9722** e a de Chã de Jardim obteve a média de **0,7935**. Uma das justificativas possíveis para essa diferença pode estar no fato de que a comunidade de Ponta Grossa vem trabalhando com o Turismo de Base Comunitária há bem mais tempo do que a comunidade de Chã de Jardim., cujo projeto é bastante incipiente e ainda muito restrito a uma parcela de moradores, tendo em vista que menos de 30 jovens estão envolvidos diretamente com o turismo, que são os afiliados à ADESCO enquanto na comunidade de Ponta Grossa, a ASTUMAC possui 55 associados e a Associação de Moradores possui atualmente 60 associados., segundo Eliabe Crispim.

David e Pinheiro (2010) falam sobre a importância das associações para o desenvolvimento local na economia do turismo especialmente em regiões rurais, como é o caso de Chã de Jardim e acrescentam que esses territórios estão deixando gradativamente de ser cenários exclusivamente agrários para

> passarem a ser territórios centrados na versatilidade das suas diferentes utilizações e iniciativas, especificamente: os serviços ligados ao turismo e ao lazer; os serviços de proximidade; e, ainda, os serviços ligados à cultura, proteção social e ambiental, fundamentais para garantir a sustentabilidade da comunidade local.

Percebe-se que essa fala de David e Pinheiro (2010) se coaduna aos princípios do TBC e ressalta a necessidade da diversificação de atividades nesses ambientes como forma de promover a sustentabilidade dessas comunidades pois "o desenvolvimento e a satisfação das necessidades das populações passam pela mobilização das potencialidades endógenas a cada região e pela mobilização das pessoas associadas ao próprio processo de desenvolvimento local" (DAVID e PINHEIRO, 2010, p.03).

Assim, compreende-se que a atuação das associações tem um papel decisivo no desenvolvimento do TBC em uma comunidade e de maneira especial pode contribuir para uma melhor percepção dos seus moradores sobre a atividade turística.

Outros aspectos que podem ser representativos e decisivos nessa diferença revelada podem se relacionar ao tamanho de cada comunidade e também à coesão da comunidade em torno do seu projeto de TBC, pois a comunidade de Ponta Grossa é bem menor que a de Chã de Jardim e a comunidade do litoral do Ceará também tem um histórico de luta pelo seu território e contra a especulação imobiliária, têm mais capital social (articulação mais sólida, de longo prazo, o senso comunitário é mais forte. Eles já sabem muito melhor o que não querem para si, quando diversas falas dos respondentes do questionário revelavam para a pesquisadora que eles não queriam que sua comunidade se tornasse como a praia vizinha de Canoa Quebrada. Então todos esses processos de luta podem ter tornado a comunidade mais coesa quando a decisão de serem os protagonistas do turismo ali desenvolvido parece ser mais consensual e seus moradores mais conscientes do que esse turismo pode representar no tocante também à qualidade de vida de sua comunidade.

A fala a seguir do Entrevistado Eliabe Crispim, Coordenador do Turismo da comunidade Ponta Grossa, nos faz perceber que a coesão dessa comunidade é reforçada constantemente entre seus membros, pois eles ficam sempre lembrando uns aos outros sobre os perigos de abandonarem o projeto de TBC e venderem suas pequenas propriedades.

> A gente tem que tá sempre alerta. Porque a gente nunca sabe o que passa na cabeça das criaturas 100%. A gente tá sempre alertando, sempre fortalecendo isso. E uma coisa que ajudou a gente a manter isso também é o exemplo de outras comunidades que fizeram o contrário, "vocês tão vendo tá aí? Venderam tudo e não podem nem encostar em jangada na praia porque eles privatizam, e quem é que vai conseguir pescar se não puder colocar uma jangada em frente na praia? E aí vai trabalhar, limpar prato pros outros, além de perder o processo cultural natural, ele perde a sua identidade. (Eliabe Crispim, 2018)

Essa fala de Eliabe Crispim também lembra muito o que Coriolano (2009, p. 282) chama de necessidade de elaboração de um "pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades" onde todos se comprometem com a "preservação de suas terras, delas não se desfazendo, e aqueles que precisam de fato vende-la submetem o negócio à apreciação da comunidade".

Também houve diferença interessante entre as duas comunidades para os índices de Satisfação com a Vida e de Qualidade de Vida quando os moradores de Ponta Grossa demonstraram estar mais satisfeitos com suas vidas e perceberem a sua qualidade de vida de maneira mais positiva.

Acredita-se que os resultados dos três índices estejam bastante inter-relacionados, pois com uma melhor percepção do TBC, uma maior consciência da escolha por esse tipo de

turismo em detrimento do turismo de massa ou convencional, isso implicaria também em um maior índice de satisfação com as suas condições de vida.

Outro fator que não foi investigado no questionário, mas foi observado pela pesquisadora *in loco*, através das conversas durante a aplicação dos questionários e entrevistas e que também foi verificado por Braga (2015) é que a maioria dos moradores da comunidade de Ponta Grossa pertence ou são descendentes de uma mesma família que é a Crispim e também que a sua grande maioria é da religião protestante evangélica. Tais fatores também podem influenciar nos resultados do Índice de Satisfação com a Vida nesta comunidade tendo em vista que muitas vezes a religião pode incentivar que seus fiéis aceitem com maior facilidade os desafios e dificuldades vivenciadas em seu dia-a-dia como sendo a vontade do próprio Deus para suas vidas, para seu próprio crescimento na fé.

4.5.2 Índices gerados a partir dos dados obtidos junto ao IBGE

Com o objetivo de complementar os índices já gerados a partir das escalas demonstradas anteriormente também se procurou gerar índices a partir dos dados do IBGE, possibilitando posteriormente comparações e análises mais profundas e embasadas. Assim, a seguir serão descritos os cálculos, ponderações e resultados dos índices de Abastecimento de Água, Tratamento de Esgotos e Coleta de Resíduos Sólidos.

4.5.2.1 Índice de Abastecimento de Água

A partir das pesquisas realizadas junto ao Banco de Dados do IBGE obteve-se as informações relativas aos setores censitários das duas comunidades em estudo no tocante ao número de domicílios particulares permanentes e seus respectivos tipos de Abastecimento de Água, conforme se pode observar no Quadro 14.

Quadro 14: Dados por Setores Censitários obtidos sobre o Abastecimento de Água.

COMUNIDADE	SETOR CENSITÁRIO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
		V012	V013	V014	V015	TOTAL DE DOMICÍLIOS
CHÃ DE JARDIM (PB)	2501100410000002 + 2501100420000008	1	104	19	76	200
PONTA GROSSA (CE)	230535705000007	0	0	0	174	174

Fonte: IBGE (Censo 2010).

As opções admitidas pelo Senso de 2010 incluíam o abastecimento através da **Rede Geral** (V012), os domicílios com abastecimento de água através de **poços ou nascentes** (V013), domicílios com abastecimento de água através de **água da chuva armazenada em cisterna** (V014) e **outras formas** de abastecimento de água (V015) (Ver Quadro 15).

Quadro 15: Legendas dos dados obtidos sobre o Abastecimento de Água.

CÓD.	DESCRIÇÃO
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da REDE GERAL
V013	Domicílios particulares permanentes com ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE POÇO OU NASCENTE NA PROPRIEDADE
V014	Domicílios particulares permanentes com ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA EM CISTERNA
V015	Domicílios particulares permanentes com OUTRA FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Fonte: IBGE (Censo 2010).

Como não teríamos como ponderar o item V015 referente à "outra forma de abastecimento de água" e considerando que os dados podem estar um pouco desatualizados tendo em vista que o último Censo fora realizado em 2010, nós consultamos os líderes comunitários das duas comunidades sobre como eles descreveriam essas outras formas de abastecimento em suas comunidades que fossem diferentes dos itens listados.

Em Chã de Jardim, de acordo com Luciana Balbino, "as casas de Chã (próximas ao restaurante Vó Maria) tem água encanada e compram de um poço artesiano de um vizinho. As outras casas da comunidade geralmente usam de cacimbas, de açudes, e tem muita gente que compra de carro pipa". Já em Ponta Grossa, Eliabe Crispim nos informou que eles

> Não tem sistema público/pago de abastecimento de água. Tem um poço profundo, existe água encanada desse poço para todas as casas e existe a "água de beber" que é de um dessalinizador que é a água captada desse poço que passa por um processo de purificação pra poder ser bebida e a outra água, que é a "água de gasto", que a gente chama, que é a água pra lavar e tomar banho é a água do poço. Existe um controle da comunidade: tem a hora que é pelas ruas de cima da serra e a hora que é a rua lá de baixo. (Eliabe Crispim, 2019)

Assim, de acordo com as informações dos entrevistados considerou-se que a forma majoritária de abastecimento em Ponta Grossa pode ser enquadrada no item V013 tendo em vista que se trata de um poço coletivo. Já na comunidade de Chã de Jardim também retiramos o item V015 por sua indefinição e redistribuímos seu quantitativo para o item V013, considerando-se que a água consumida é retirada de poços e nascentes na própria comunidade.

Dessa forma, a tabela foi atualizada a partir dessas informações e os quantitativos referentes ao abastecimento de água nas duas comunidades foram reagrupados da seguinte forma (Quadro 16):

Quadro 16: Dados Finais por Setores Censitários obtidos sobre o Abastecimento de Água.

COMUNIDADE	SETOR CENSITÁRIO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
		V012	V013	V014	TOTAL DE DOMICÍLIOS
CHÃ DE JARDIM (PB)	**2501100410000002 + 2501100420000008**	1	180	19	200
PONTA GROSSA (CE)	**230535705000007**	0	174	0	174

Fonte: IBGE (Censo 2010).

Conforme adiantamos nos procedimentos metodológicos dessa pesquisa, para que se fosse possível gerar esses **índices/indicadores** atribuiu-se pesos diferentes para cada item e o apresentado pelo Senso 2010 do IBGE. O critério estabelecido tal ponderação foi a relação de sustentabilidade entre as alternativas. Assim sendo, **quanto maior o valor do peso atribuído, maior a sustentabilidade** do item.

Dessa forma, os pesos atribuídos às respectivas categorias de Abastecimento de Água, (sendo 3 (três) o item considerado mais sustentável e 1 (um) o menos sustentável) foram os seguintes (Quadro 17):

Quadro 17: Pesos atribuídos aos tipos de Abastecimento de Água.

PESO	CÓD	DESCRIÇÃO
2	**V012**	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral
1	**V013**	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade
3	**V014**	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da chuva armazenada em cisterna

Fonte: IBGE (Censo 2010).

A partir da ponderação realizada e da distribuição de domicílios em cada comunidade por tipo de abastecimento de água realizou-se o cálculo dos índices de abastecimento de água por comunidade através da seguinte fórmula:

$$\textbf{Índice de Abastecimento de Água} = \frac{(\textbf{peso da residencia} - \textbf{peso mínimo})}{(\boldsymbol{peso\ máximo - peso\ mínimo})}$$

A partir da aplicação dessa fórmula na comunidade de Chã de Jardim o índice obtido para o Abastecimento de Água foi de 0,0975 (calculado de 0 a 1). Ressalta-se que a pontuação do índice é baixa porque os 180 domicílios tiveram peso 1 pois correspondem ao abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade (V013), ou seja, equivalente a ZERO na contagem do índice, o que fez com que o valor do índice ficasse realmente muito baixo.

Este mesmo Índice de Abastecimento de Água calculado na comunidade de Ponta Grossa foi 0,000 (calculado de 0 a 1) porque todos os domicílios têm a pontuação base que é a mais baixa, 1 (um). Nesse caso o índice foi ZERO porque todas as residências possuíam a menor pontuação para cálculo do índice.

Sabe-se que a água é um recurso indispensável à sobrevivência de todas as espécies vivas e a qualidade desse recurso tem influência direta na qualidade de vida das populações e impactam diretamente na saúde pública.

De acordo com Machado et al (2016, p. 09), no ano de 2014, citando dados do IBGE, enquanto 93,37% dos domicílios localizados em áreas urbanas estariam ligados à rede pública de distribuição de água, apenas 30,33% dos domicílios localizados em zonas rurais tem acesso a esse tipo de serviço.

Como as duas comunidades em estudo não estão localizadas nas áreas consideradas urbanas dos municípios a que pertencem, constatou-se através desses índices e das informações obtidas junto ao IBGE o quanto o acesso ao serviço de abastecimento de água via rede geral ainda é uma realidade muito distante, pois a grande maioria dos domicílios em Chã de Jardim e a totalidade dos domicílios em Ponta Grossa fazem uso de poços.

Tendo em vista que a água consumida a partir de poços raramente recebe o tratamento adequado, tais populações encontram-se mais vulneráveis à doenças consideradas graves como hepatites e diarreias. Como a fiscalização em relação à perfuração de poços é escassa muitas vezes esses poços são perfurados clandestinamente e dessa forma a situação pode se agravar ainda mais pois os parâmetros exigidos por lei no controle da qualidade e quantidade de água utilizada são ignorados e os riscos se tornam ainda maiores podendo, inclusive, afetar os níveis dos reservatórios e contaminar os aquíferos.

Assim, no tocante à sustentabilidade do Abastecimento de Água nessas comunidades, verificou-se que a situação das duas comunidades é bastante preocupante quando uma teve seu índice zero (Ponta Grossa) e a outra bem próximo a zero (Chã de Jardim).

Destaca-se que a questão da distribuição da água já foi mencionada como bastante complexa e delicada no momento da aplicação dos questionários junto às comunidades,

especialmente na comunidade de Chã de Jardim, quando diversos respondentes afirmaram que precisavam comprar água através de carros pipas vindos de fora do município ou de vizinhos da própria comunidade que atualmente comercializam a água retiradas de poços profundos que se encontram em suas propriedades.

4.5.2.2 Índice de Tratamento de Esgotos

As informações sobre os tipos de tratamento de esgotos nas comunidades em estudo a partir das pesquisas realizadas junto aos Bancos de Dados do IBGE revelaram que a maioria dos domicílios das duas comunidades utiliza a fossa rudimentar (V019), sendo 144 domicílios em Chã de Jardim e 159 em Ponta Grossa, conforme se pode observar no Quadro 18.

Quadro 18: Dados por Setores Censitários sobre os tipos de tratamentos de esgotos.

COMUNIDADE	SETOR CENSITÁRIO	TRATAMENTO DE ESGOTOS							
		V017	V018	V019	V20	V21	V022	V023	TOTAL DE DOMICÍLIOS
CHÃ DE JARDIM	**2501100410000002 + 2501100420000008**	3	15	144	11	2	8	17	200
PONTA GROSSA	**230535705000007**	0	7	159	1	0	5	2	174

Fonte: IBGE (Censo 2010).

As opções admitidas pelo Senso de 2010 incluíam entre os tipos de tratamento de esgotos os itens observáveis no quadro 19 a seguir:

Quadro 19: Legendas dos dados obtidos sobre o Abastecimento de Água.

CÓD	DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO CENSO IBGE 2010
V017	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário VIA REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL
V018	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário VIA FOSSA SÉPTICA
V019	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário VIA FOSSA RUDIMENTAR
V020	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário VIA VALA
V021	Domicílios particulares permanentes, com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e ESGOTAMENTO SANITÁRIO VIA RIO, LAGO OU MAR
V022	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e ESGOTAMENTO SANITÁRIO VIA OUTRO ESCOADOURO
V023	Domicílios particulares permanentes SEM BANHEIRO de uso exclusivo dos moradores e NEM SANITÁRIO

Fonte: IBGE (Censo 2010).

O item V022 referente a “Esgotamento sanitário via outro escoadouro” tem 8 domicílios em Chã de Jardim e 5 domicílios em Ponta Grossa. Como ficaria impreciso atribuir peso diante da indefinição desse item, procurou-se obter mais informações a respeito com os líderes comunitários locais.

Em Ponta Grossa, de acordo com Eliabe Crispim, esses “outros” se referem ao que ele denominou como fossas verdes. De acordo com Figueiredo (2018, p. 8), as Fossas Verdes ou Bacias de Evapotranspiração (BET) correspondem a um sistema de tratamento de esgoto que trata de maneira ecologicamente correta as águas do vaso sanitário que foi desenvolvido pelo permacultor norte-americano Tom Watson, tendo chegado ao Brasil no início dos anos 2000. Como resultados, tem-se a produção de alimentos, especialmente a banana e a água pura que evapora do solo através das folhas.

De acordo com essa informação, pode-se concluir que essa seria a forma mais sustentável entre as possibilidades apresentadas nos itens do IBGE, por esse motivo atribuiu-se o menor peso da escala, que é 1.

Já em Chã de Jardim, de acordo com Luciana Balbino, a outra forma de tratamento de esgotos presente na comunidade que não consta entre as alternativas citadas no IBGE seria o descarte desses dejetos em terrenos baldios ou no que esta denominou de “muturos” que são as “encostas dos terreiros das casas”.

Como se trata de uma zona rural, a coleta e tratamento de esgotos não acontecem da mesma maneira que nas cidades e muitas vezes os próprios proprietários é que precisam providenciar uma solução para o sistema de tratamento. A construção de fossas implica normalmente um custo alto para pequenos proprietários rurais, fato este que pode inviabilizar essa alternativa e leva esses indivíduos a descartar seus dejetos em um local mais afastado de suas casas e plantações.

Considera-se que esta não seja uma alternativa muito sustentável, pois pode contaminar os cursos d’água, as próprias plantações e contribuir para a proliferação de roedores e insetos. Por esse motivo, como se trata de um sistema semelhante ao de esgotamento via valas, foi feita a redistribuição do quantitativo desse item para o item V020.

Assim, considerando que o peso 5 se refere ao item mais sustentável e os itens 1 os menos sustentáveis a nova tabela com as ponderações atribuídas aos tipos de sistemas de tratamento de esgotos ficou da seguinte forma:

Com a redistribuição realizada do Item V022 da comunidade Chã de Jardim para o item V020, tem-se a atual distribuição dos domicílios (quadro 20):

Quadro 20: Dados por Setores Censitários obtidos sobre o Tratamento de Esgotos.

COMUNIDADE	SETOR CENSITÁRIO	TRATAMENTO DE ESGOTOS							
		V017	V018	V019	V020	V021	V022	V023	TOTAL DE DOMICÍLIOS
CHÃ DE JARDIM	**2501100410000002 + 2501100420000008**	3	15	144	19	2	0	17	200
PONTA GROSSA	**230535705000007**	0	7	159	1	0	5	2	174

Fonte: IBGE (Censo 2010).

Dessa forma, os pesos atribuídos às respectivas categorias de Tratamento de Esgotos, sendo 5 o item considerado mais sustentável e 1 o menos sustentável, foram os seguintes (Quadro 21):

Quadro 21: Pesos atribuídos aos tipos de Tratamento de Esgotos.

PESO	CÓD	DESCRIÇÃO
5	**V017**	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário VIA REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL
3	**V018**	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário VIA FOSSA SÉPTICA
2	**V019**	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário VIA FOSSA RUDIMENTAR
1	**V020**	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário VIA VALA
1	**V021**	Domicílios particulares permanentes, com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e ESGOTAMENTO SANITÁRIO VIA RIO, LAGO OU MAR
4	**V022**	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e ESGOTAMENTO SANITÁRIO VIA FOSSA VERDE
1	**V023**	Domicílios particulares permanentes SEM BANHEIRO de uso exclusivo dos moradores e NEM SANITÁRIO

Fonte: IBGE (Censo 2010) e ponderações Dados da Pesquisa (2019).

A partir da ponderação realizada e da distribuição de domicílios em cada comunidade por tipo de esgotamentos sanitários realizou-se o cálculo do Índice de Tratamento de Esgotos por comunidade através da seguinte fórmula:

$$\textbf{Índice de Tratamento de Esgotos} = \frac{(\textbf{peso da residência} - \textbf{peso mínimo})}{(\boldsymbol{peso\ máximo - peso\ mínimo})}$$

Assim, após a aplicação dessa fórmula para os dados da comunidade de Chã de Jardim o Índice obtido para o Tratamento de Esgoto foi de **0,2325**. Já o Índice obtido para o Tratamento de Esgoto na comunidade de Ponta Grossa foi **0,2701**.

Nesse índice, especificamente percebeu-se que os números obtidos para as duas comunidades foram bastante baixos e próximos um do outro, tendo em vista que nas duas comunidades a grande maioria dos domicílios utiliza a fossa rudimentar (V019) como tipo de esgotamento de esgotos. Sob o ponto de vista da sustentabilidade considera-se estes índices preocupantes pois este tipo de esgotamento de esgotos normalmente permite a infiltração dos dejetos líquidos e consequentemente a contaminação do solo e lençol freático, favorecendo ainda a transmissão de doenças.

4.5.2.3 Índice de Coleta de Resíduos Sólidos

No tocante à coleta de Resíduos Sólidos, as opções admitidas pelo Senso de 2010 incluíam as seguintes modalidades observáveis no quadro 22 a seguir:

Quadro 22: Legenda dos dados obtidos sobre a Coleta de Resíduos Sólidos.

CÓD	DESCRIÇÃO
V035	Domicílios particulares permanentes com LIXO COLETADO
V038	Domicílios particulares permanentes com lixo QUEIMADO na propriedade
V039	Domicílios particulares permanentes com lixo ENTERRADO na propriedade
V040	Domicílios particulares permanentes com lixo JOGADO EM TERRENO BALDIO ou logradouro
V041	Domicílios particulares permanentes com LIXO JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR
V042	Domicílios particulares permanentes com OUTRO DESTINO DO LIXO

Fonte: IBGE (Censo 2010).

As informações sobre os tipos de tratamento de esgotos nas comunidades em estudo a partir das pesquisas realizadas junto aos Bancos de Dados do IBGE revelaram que na comunidade de Ponta Grossa 152 domicílios tem o lixo coletado por serviço de limpeza (V035), apenas 18 domicílios queimam o lixo (V038) e quatro enterram (V039). Já na comunidade de Chã de Jardim, os dados pareceram bem mais preocupantes pois 147 domicílios queimam o lixo (V038), 29 domicílios enterram o lixo (V040) e 11 domicílios tem o lixo coletado por serviço de limpeza (V035) (Ver quadro 23).

Quadro 23: Dados do IBGE sobre os tipos de Coleta de Resíduos nas comunidades estudadas.

COMUNIDADE	SETOR CENSITÁRIO	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS						
		V035	V038	V039	V040	V041	V042	TOTAL DE DOMICÍLIOS
CHÃ DE JARDIM	2501100410000002 + 2501100420000008	11	147	8	29	0	5	200
PONTA GROSSA	230535705000007	152	18	4	0	0	0	174

Fonte: IBGE (Censo 2010).

Da mesma forma que nos indicadores anteriores, entre as opções encontradas no Banco de Dados do IBGE tem-se a opção "outro destino do lixo". Na comunidade de Chã de Jardim 5 domicílios se enquadrariam nesse item enquanto na comunidade de Ponta Grossa nenhum domicílio se encaixou nesse item.

Assim, realizou-se para este item a consulta apenas junto à líder comunitária de Chã de Jardim, Luciana Balbino, sobre qual seria a alternativa local para a destinação do lixo que não se enquadra nos itens apresentados pelo IBGE, visto que não teríamos como ponderar o item "outros" devido à sua imprecisão.

Assim, de acordo com Luciana Balbino, a outra destinação dos resíduos sólidos que se pode verificar em Chã de Jardim é que alguns moradores da zona rural jogam seus resíduos em terrenos baldios próximos às suas propriedades e no que ela chamou de "muturos", que são "encostas dos terreiros de casa".

Dessa forma, realizou-se o remanejamento desses cinco domicílios do item V042 para o item V040 e o item V042 foi eliminado da tabela. Portanto, a tabela atualizada ficou da seguinte forma (quadro 24):

Quadro 24: Dados Finais do IBGE sobre os tipos de Coleta de Resíduos nas comunidades estudadas.

COMUNIDADE	SETOR CENSITÁRIO	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS					
		V035	V038	V039	V040	V041	TOTAL DE DOMICÍLIOS
CHÃ DE JARDIM	2501100410000002 + 2501100420000008	11	147	8	34	0	200
PONTA GROSSA	230535705000007	152	18	4	0	0	174

Fonte: IBGE (Censo 2010) e Dados da Pesquisa (2019).

Nesse caso, sendo 4 o item considerado mais sustentável e 1 o item considerado mais insustentável as ponderações referentes a de cada item apresentado foi analisada da seguinte maneira (Quadro 25):

Quadro 25: Pesos atribuídos aos tipos de Coleta de Resíduos.

PESO	CÓD	DESCRIÇÃO
4	**V035**	Domicílios particulares permanentes com LIXO COLETADO
1	**V038**	Domicílios particulares permanentes com lixo QUEIMADO na propriedade
3	**V039**	Domicílios particulares permanentes com lixo ENTERRADO na propriedade
2	**V040**	Domicílios particulares permanentes com lixo JOGADO EM TERRENO BALDIO ou logradouro
1	**V041**	Domicílios particulares permanentes com LIXO JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR

Fonte: IBGE (Censo 2010).

A partir da ponderação realizada e da distribuição de domicílios em cada comunidade por modalidade de coleta de resíduos realizou-se o cálculo do Índice de Coleta de Resíduos por comunidade através da seguinte fórmula:

$$\textbf{Índice de Coleta de Resíduos} = \frac{(\textbf{peso da residência} - \textbf{peso mínimo})}{(\boldsymbol{peso\ máximo - peso\ mínimo})}$$

A partir da aplicação dessa fórmula obteve-se como resultado que o Índice de Coleta de Resíduos na comunidade de Chã de Jardim foi o seguinte: 0,1383 e o Índice de Coleta de Resíduos em Ponta Grossa foi: 0,8889, ambos calculados de 0 A 1.

A grande discrepância entre esse índice das duas comunidades se deve ao fato de que dos 174 domicílios de Ponta Grossa, 152 domicílios tem o lixo coletado por serviço de limpeza (V035), considerada a opção mais sustentável entre as alternativas apresentadas pelo IBGE, enquanto em Chã de Jardim 147 domicílios queimam o lixo (V038), considerada a opção mais insustentável dentre as opções apresentadas.

Por se tratar de uma zona rural, verifica-se com esse índice em Chã de Jardim que a coleta de resíduos sólidos não tem atendido às necessidades das propriedades rurais mais distantes, o que tem levado os indivíduos a queimar os resíduos sólidos que produzem. Apesar de a queima de resíduos a céu aberto ser considerada crime ambiental e de sua proibição ter sido enfatizada na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n° 12.305/2010) lamentavelmente sabe-se que esta ainda continua sendo uma prática comum, especialmente em áreas distantes das zonas urbanas, onde a coleta dos resíduos não existe ou não seja

satisfatória, como se percebe ser o caso da comunidade de Chã de Jardim. Além de produzir mau cheiro, poluição atmosférica que consequentemente oferece riscos à saúde também se tem o desperdício de materiais que poderiam ser reaproveitados.

Assim, sob o ponto de vista da sustentabilidade, o índice obtido na comunidade de Chã de Jardim que foi de 0,1383 é bastante preocupante, pois a grande maioria dos domicílios (147) utiliza a queima do lixo como alternativa para eliminarem o lixo que produzem.

De maneira resumida, pode-se visualizar os resultados dos cálculos dos índices nas duas comunidades em estudo no Quadro 26.

Quadro 26: Resultado Geral dos Índices gerados nas duas comunidades em estudo.

COMUNIDADE	ÍNDICE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ÍNDICE – TRATAMENTO DE ESGOTOS	ÍNDICE – COLETA DE RESÍDUOS
Chã de Jardim	**0,0975**	**0,2325**	**0,1383**
Ponta Grossa	**0,0000**	**0,2701**	**0,8889**

Dados da Pesquisa (2019).

Para permitir uma análise mais adequada desses índices obtidos a partir dos dados obtidos junto ao IBGE, optou-se por utilizar a mesma classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade de Martins e Cândido (2010), que faz uso do seguinte sistema de cores e fatiamento de faixas (Quadro 27):

Quadro 27: Classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade.

FAIXAS DOS ÍNDICES (0 - 1)	COLORAÇÃO	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE
0,0000 – 0,2500		**CRÍTICO/INSUSTENTÁVEL**
0,2501 - 0,5000		**ALERTA/PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL**
0,5001 – 0,7500		**ACEITÁVEL/PARCIALMENTE SUSNTENTÁVEL**
0,7501 – 1,0000		**IDEAL/SUSTENTÁVEL**

Fonte: Adaptado de Martins e Candido (2010, p. 39).

Assim, de acordo com enquadramento dos índices nessa escala, verifica-se que apenas o índice de Coleta de Resíduos em Ponta Grossa foi considerado como “ideal”. Todos os demais índices foram todos considerados “críticos” denotando a insustentabilidade do Sistema de Abastecimento de Água, Tratamento de Esgotos e Coleta de Resíduos Sólidos em Chã de Jardim e do sistema de Distribuição de Água e Tratamento de Esgotos em Ponta Grossa.

4. 5.3 Índice de Sustentabilidade do TBC

Serão apresentadas a seguir as três etapas de triagens que foram realizadas para tornar possível a consolidação da lista final de indicadores e posteriormente a aplicação do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária– SISDTBC.

4.5.3.1 Primeira Triagem dos indicadores: junto aos especialistas em TBC no Brasil (abordagem *Top-Down*)

O processo para seleção dos especialistas consultados nessa etapa do processo foi explicado no capítulo de Procedimentos Metodológicos dessa pesquisa. Assim, neste momento serão explicitados quais indicadores foram selecionados e quais foram eliminados nas diversas etapas de triagem para tornar possível a adaptação metodológica a que se propõe este estudo.

No total, o conjunto de indicadores enviados para a triagem dos 30 especialistas (através de e-mail contendo link de um formulário do *Google Forms*), conforme constantes no SISDTUR de Hanai (2009) foi de 84, divididos entre 37 indicadores de sustentabilidade de turismo e locais de visitação e 47 indicadores de sustentabilidade da gestão municipal de turismo na região, conforme podem ser observados nos quadros 28 e 29 a seguir:

Quadro 28: Lista de indicadores de sustentabilidade de turismo em locais de visitação submetidos à seleção dos especialistas em TBC no Brasil.

DIMENSÃO	NÚM.	INDICADOR
AMBIENTAL	1	Existência de processos de tratamento de esgotos
	2	Porcentagem do esgoto tratado
	3	Existência de processos de reuso de água
	4	Porcentagem de captação de água em relação ao total disponível
	5	Existência de programas de redução de consumo e desperdício de água
	6	Existência de sistema de coleta de resíduos sólidos
	7	Quantidade de resíduos sólidos coletados (por tempo, frequência)
	8	Existência de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem
	9	Porcentagem de resíduos sólidos reciclados
	10	Existência de programas de redução da quantidade de resíduos sólidos
	11	Uso de fontes alternativas/renováveis de energia
	12	Porcentagem de energia advinda de fontes alternativas/renováveis
	13	Existência de técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica
	14	Definição/Implantação de estudos de capacidade de carga
	15	Existência de áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação
	16	Existência de programas de educação ambiental

SOCIAL	17	Porcentagem de empregados no setor turístico de origem e procedência local
	18	Cumprimento da legislação trabalhista
	19	Existência de programas de capacitação profissional
	20	Porcentagem de profissionais com capacitação em turismo
CULTURAL	21	Existência de aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados
	22	Existência de interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)
	23	Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica
TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	24	Existência de sistema de registro e controle de visitação
	25	Índice de satisfação dos turistas
	26	Índice de repetição dos turistas
	27	Programas de visitação organizada e/ou monitorada
	28	Existência de instalações e estruturas de minimização de impacto do turismo
	29	Existência de instalações e facilidades turísticas
	30	Existência de capacidade institucional de desenvolver e manter a infraestrutura necessária para as atividades turísticas
ECONÔMICA	31	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	32	Existência de mecanismos de gestão do empreendimento e dos custos
	33	Taxa de lucratividade
	34	Existência de estratégias de promoção e comercialização (marketing)
	35	Porcentagem de investimento local em turismo
	36	Porcentagem da renda gerada pelo turismo
	37	Número de produtos locais consumidos pelos turistas

Fonte: Hanai e Espíndola (2012).

Quadro 29: Lista de indicadores de sustentabilidade da gestão municipal de turismo na região submetidos à seleção.

DIMENSÃO	NÚM.	INDICADOR
AMBIENTAL	1	Consumo de água per capita
	2	Existência de monitoramento da qualidade da água
	3	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de redução do consumo e desperdício de água
	4	Geração de resíduos sólidos per capita
	5	Existência de aterros sanitários (aterros sanitários controlados e não lixões)
	6	Porcentagem de resíduos sólidos destinados ao aterro sanitário
	7	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de redução da quantidade de resíduos sólidos
	8	Existência de programas de manejo de resíduos perigosos
	9	Consumo de energia per capita
	10	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de redução de energia ou uso de energia alternativa
	11	Existência/implementação de plano de gestão ambiental
	12	Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais
	13	Percentagem de áreas preservadas ou de interesse ambiental sob proteção
	14	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de educação ambiental
	15	Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável
	16	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente
	17	Número de entidades ambientais existentes

SOCIAL	18	Existência de uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações, na formulação de políticas e nos processos decisórios locais
	19	Existência de plano de manejo com ênfase socioambiental
	20	Porcentagem de propriedade estrangeira nos empreendimentos turísticos
	21	Porcentagem de locais e empreendimentos com cumprimento da legislação trabalhista
	22	Porcentagem de empreendimentos com programas de capacitação profissional
	23	Taxa de desemprego na baixa temporada
	24	Relação entre população total alta/baixa temporada
	25	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos
ECONÔMICA	26	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	27	Número e volume de novos empreendimentos turísticos
	28	Porcentagem de contribuição do movimento turístico ao município
	29	Número de novos produtos desenvolvidos pela demanda turística
CULTURAL	30	Número de bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados
	31	Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições
	32	Conhecimento da população sobre sua cultura local
	33	Promoção de eventos e festividades tradicionais com manifestações típicas
	34	Existência de entidades e instituições promotoras de cultura
TURÍSTICA E INSTITU-CIONAL	35	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com sistemas de registro e controle de visitação
	36	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos em programas de certificação turística e ambiental
	37	Número de produtos/tipologias de turismo exploradas
	38	Porcentagem de guias cadastrados e certificados
	39	Existência de programas de conscientização turística
	40	Existência de plano municipal de desenvolvimento turístico
	41	Articulação do Plano de Turismo ao Plano Diretor Municipal
	42	Existência de integração a circuitos e/ou Roteiros turísticos
	43	Disponibilidade de linhas de crédito específicas
	44	Participação de gestores e empreendedores em grupos estratégicos de desenvolvimento turístico
	45	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em Turismo (COMTUR, Secretaria de Turismo)
	46	Porcentagem de representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico
	47	Existência de associações e entidades de classe em turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)

Fonte: Hanai (2009).

Ao longo de três meses (entre 16 de julho e 16 de outubro), reenviou-se o pedido para participação na pesquisa três vezes aos contatos obtidos e, ao final desse período, obteve-se o retorno de 17 dos especialistas consultados. Após o encerramento no recebimento das respostas, iniciou-se a tabulação e análise dos resultados desse processo de triagem. O critério adotado para seleção dos indicadores nessa etapa foi ter sido considerado como "Adequado à realidade do TBC" por pelo menos 14 dos 17 especialistas, correspondendo a cerca de 82% dos respondentes.

Dessa forma, do conjunto de 84 indicadores enviados aos especialistas, foram eliminados 34 e selecionados para a etapa seguinte de triagem um conjunto de 50 indicadores, distribuídos entre os dois grandes grupos de indicadores que são os de Locais de visitação e os da Gestão Municipal e todos nas seis dimensões apresentadas no SISDTUR. A melhor visualização e distribuição dos indicadores selecionados e eliminados nessa etapa pode ser feita através do quadro 30, a seguir:

Quadro 30: Indicadores de sustentabilidade selecionados e eliminados a partir da triagem com especialistas.

DIMENSÕES	SELECIONADOS - LOCAIS DE VISITAÇÃO	QUANT. INDIC. ELIMINADOS	SELECIONADOS - GESTÃO MUNICIPAL	QUANT. INDICADORES ELIMINADOS
AMBIENTAL	10	6	8	9
SOCIAL	1	3	4	4
CULTURAL	3	0	2	2
TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	5	2	5	0
ECONÔMICA	4	3	8	5
TOTAL	**23**	**14**	**27**	**20**
TOTAL DE INDICADORES SELECIONADOS PELA TRIAGEM DOS ESPECIALISTAS:				**50**
TOTAL DE INDICADORES ELIMINADOS PELA TRIAGEM DOS ESPECIALISTAS				**34**

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Assim, os indicadores que foram eliminados a partir da consulta aos especialistas foram os seguintes (Quadro 31):

Quadro 31: Indicadores de sustentabilidade eliminados a partir da consulta aos especialistas.

	DIMENSÃO	NUM.	INDICADOR	QUANT. DE VOTOS
INDICADORES DE SUSTENTABI-LIDADE DE TURISMO EM LOCAIS DE VISITAÇÃO	**AMBIENTAL**	1	Porcentagem do esgoto tratado	12
		2	Porcentagem de captação de água em relação ao total disponível	10
		3	Quantidade de resíduos sólidos coletados (por tempo, frequência)	12
		4	Porcentagem de resíduos sólidos reciclados	10
		5	Porcentagem de energia advinda de fontes alternativas/renováveis	8
		6	Definição/Implantação de estudos de capacidade de carga	13

	SOCIAL	7	Porcentagem de empregados no setor turístico de origem e procedência local	11
		8	Cumprimento da legislação trabalhista	10
		9	Porcentagem de profissionais com capacitação em turismo	9
	TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	10	Índice de repetição dos turistas	11
		11	Existência de instalações e facilidades turísticas	13
	ECONÔMICA	12	Taxa de lucratividade	12
		13	Existência de estratégias de promoção e comercialização (marketing)	13
		14	Porcentagem de investimento local em turismo	12
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE TURISMO DA GESTÃO MUNICIPAL DE TURISMO NA REGIÃO	**AMBIENTAL**	1	Consumo de água per capita	12
		2	Existência de monitoramento da qualidade da água	13
		3	Geração de resíduos sólidos per capita	10
		4	Porcentagem de resíduos sólidos destinados ao aterro sanitário	10
		5	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de redução da quantidade de resíduos sólidos	13
		6	Existência de programas de manejo de resíduos perigosos	10
		7	Consumo de energia per capita	10
		8	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de redução de energia ou uso de energia alternativa	12
		9	Número de entidades ambientais existentes	12
	SOCIAL	10	Porcentagem de propriedade estrangeira nos empreendimentos turísticos	9
		11	Porcentagem de locais e empreendimentos com cumprimento da legislação trabalhista	10
		12	Porcentagem de empreendimentos com programas de capacitação profissional	10
		13	Taxa de desemprego na baixa temporada	10
	ECONÔMICA	14	Número e volume de novos empreendimentos turísticos	12
		15	Porcentagem de contribuição do movimento turístico ao município	13
	TURÍSTICA E INSTITUCUIONAL	16	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com sistemas de registro e controle de visitação	12
		17	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos em programas de certificação turística e ambiental	11
		18	Número de produtos/tipologias de turismo exploradas	11
		19	Porcentagem de guias cadastrados e certificados	12
		20	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em Turismo (COMTUR, Secretaria de Turismo)	13

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Vale destacar que na Dimensão Cultural nenhum indicador foi eliminado nessa etapa, pois todos os indicadores, tanto no grupo dos Indicadores de Locais de visitação como no grupo dos indicadores da Gestão Municipal foram considerados por mais de 14 especialistas como "Adequados à realidade do TBC".

Portanto, os 50 indicadores selecionados a partir da consulta aos especialistas em TBC do Brasil para a próxima etapa de triagem junto à comunidade foram os seguintes (Quadro 32 e 33):

Quadro 32: Indicadores de sustentabilidade de turismo em locais de visitação selecionados pelos especialistas em TBC do Brasil.

DIMENSÃO	NUM.	INDICADOR
AMBIENTAL	1	Existência de processos de tratamento de esgotos
	2	Existência de processos de reuso de água
	3	Existência de programas de redução de consumo e desperdício de água
	4	Existência de sistema de coleta de resíduos sólidos
	5	Existência de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem
	6	Existência de programas de redução da quantidade de resíduos sólidos
	7	Uso de fontes alternativas/renováveis de energia
	8	Existência de técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica
	9	Existência de áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação
	10	Existência de programas de educação ambiental
SOCIAL	11	Existência de programas de capacitação profissional
CULTURAL	12	Existência de aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados
	13	Existência de interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)
	14	Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica
TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	15	Existência de sistema de registro e controle de visitação
	16	Índice de satisfação dos turistas
	17	Programas de visitação organizada e/ou monitorada
	18	Existência de instalações e estruturas de minimização de impacto do turismo
	19	Existência de capacidade institucional de desenvolver e manter a infraestrutura necessária para as atividades turísticas
ECONÔMICA	20	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	21	Existência de mecanismos de gestão do empreendimento e dos custos
	22	Porcentagem da renda gerada pelo turismo
	23	Número de produtos locais consumidos pelos turistas

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Quadro 33: Lista de indicadores de sustentabilidade da gestão municipal de turismo na região selecionados pelos especialistas em TBC do Brasil.

DIMENSÃO	NUM.	INDICADOR
AMBIENTAL	1	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de redução do consumo e desperdício de água
	2	Existência de aterros sanitários (aterros sanitários controlados e não lixões)
	3	Existência/implementação de plano de gestão ambiental
	4	Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais
	5	Percentagem de áreas preservadas ou de interesse ambiental sob proteção
	6	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de educação ambiental
	7	Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável
	8	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente
SOCIAL	9	Existência de uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações, na formulação de políticas e nos processos decisórios locais
	10	Existência de plano de manejo com ênfase socioambiental
	11	Relação entre população total alta/baixa temporada
	12	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos
ECONÔMICA	13	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	14	Número de novos produtos desenvolvidos pela demanda turística
TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	15	Existência de programas de conscientização turística
	16	Existência de plano municipal de desenvolvimento turístico
	17	Articulação do Plano de Turismo ao Plano Diretor Municipal
	18	Existência de integração a circuitos e/ou Roteiros turísticos
	19	Disponibilidade de linhas de crédito específicas
	20	Participação de gestores e empreendedores em grupos estratégicos de desenvolvimento turístico
	21	Porcentagem de representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico
	22	Existência de associações e entidades de classe em turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)
CULTURAL	23	Número de bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados
	24	Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições
	25	Conhecimento da população sobre sua cultura local
	26	Promoção de eventos e festividades tradicionais com manifestações típicas
	27	Existência de entidades e instituições promotoras de cultura

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Na sequência, serão apresentados os dados obtidos a partir da triagem dos indicadores de sustentabilidade realizada junto às comunidades objeto desse estudo.

4.5.3.2 Segunda Triagem dos Indicadores de Sustentabilidade: junto às Comunidades (Abordagem *Bottom-Up*)

Na comunidade de Ponta Grossa, a primeira parte do curso foi ministrada no dia 24 de outubro e a oficina realizada no dia 25 de outubro de 2018. Participaram no total 13 integrantes da comunidade (Ver Quadro 34 e Figura 16), divididos em seis duplas e um participante respondeu individualmente, totalizando 7 (sete) formulários respondidos. Para seleção dos indicadores, adotou-se a mesma porcentagem de votos da primeira triagem com os especialistas que foi de 80%. Dessa forma, os indicadores que receberam seis ou sete votos favoráveis, ou seja, foram julgados como "adequados à realidade do TBC", foram selecionados, enquanto os que receberam cinco ou menos votos foram eliminados.

Quadro 34: Lista com os participantes do curso e oficina na comunidade de Ponta Grossa.

NUM.	NOME	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	IDADE (Anos)
01	Oséias Ferreira Freitas	Pescador e Proprietário de Chalé	44
02	Adiel Crispim da Silva	Estudante	25
03	Eliabe Crispim da Silva	Coordenador do Turismo Local, Proprietário de Barraca e Funcionário da Secretaria de Turismo de Icapuí.	37
04	Aldacir Crispim da Silva	Empresária – proprietária de lanchonete onde são servidos os cafés-da-manha	39
05	Maria Vanessa de Lima Xavier	Empresária – proprietária de Barraca/Restaurante	35
06	Miriam Crispim da Silva	Pescadora e proprietária de lanchonete onde são servidos os cafés-da-manha	54
07	Pedro Leandro dos Santos Cunha	Autônomo (Pastor Evangélico)	54
08	Adaías Crispim da Silva	Empresário/proprietário de Barraca/Restaurante	37
09	Timóteo Bernardo de Moura	Empresário - proprietário de Barraca/Restaurante	28
10	Ângelo Pereira da Silva	Estudante e Guia de trilhas e mergulho	37
11	Ágabo Crispim	Estudante e Guia de trilhas	20
12	Elisângela Crispim da Silva	Empresária – proprietária de lanchonete	35
13	Mara da Silva	Empresária – Proprietária de Pousada	41

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Já em Chã de Jardim a primeira parte do curso foi ministrada no dia 7 de novembro e a oficina realizada no dia 8 de novembro de 2018. Participaram no total

16 integrantes da comunidade, divididos em 8 duplas, totalizando 8 (oito) formulários respondidos (Quadro 35 e Figura 17). Assim, para seleção dos indicadores, adotou-se novamente a porcentagem de 80% e os indicadores que receberam seis, sete ou oito votos favoráveis, ou seja, que foram julgados como "adequados à realidade do TBC" por no mínimo seis duplas, foram selecionados, enquanto os que receberam cinco ou menos votos foram eliminados.

Figura 16: Oficina realizada junto a integrantes da comunidade de Ponta Grossa.

Fonte: Hyago Lima (2018).

Quadro 35: Lista com os participantes do curso e oficina na comunidade de Chã de Jardim.

NUM.	NOME	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	IDADE (Anos)
01	Lucineide Balbino de Souza	Garçonete	36
02	Severina dos Santos Nascimento	Funcionária da Fábrica de Polpa de Frutas	37
03	Samara dos Santos Franca	Funcionária do Camping e Hotel de Barracas	19
04	Dailany Brito da Silva	Garçonete	20
05	Ricardo da Silva Soares	Condutor de Turismo	28
06	Gustavo Campo Sabino	Condutor de Turismo	24
07	Ana Cláudia Leôncio da Silva	Funcionária da Fábrica de Polpa de Frutas	45
08	Matheus Balbino da Silva	Condutor de Turismo	23
09	Laura Mércia de Almeida Costa	Atendente do Restaurante Vó Maria	33
10	Roberto José dos Santos Filho	Cantor e Atual Secretário de Turismo do município de Areia	42
11	Leandro da Silva Soares	Vendedor da Bodega Vó Maria	26
12	Daniel Ribeiro da Silva	Atendente do Restaurante Vó Maria	21
13	José Valdemir da Silva	Garçom do Restaurante Vó Maria	23
14	Luciana Balbino de Souza	Coordenadora do Projeto de Turismo em Chã de Jardim e proprietária do Restaurante Vó Maria	38

15	Josemar Ribeiro do Nascimento	Vendedor da Bodega Vó Maria e Atual Presidente da ADESCO	27
16	Rozenilda Maria dos Santos	Funcionária da Fábrica de Polpa de Frutas	39

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Assim, na comunidade de Ponta Grossa a sugestão de eliminação de quatro indicadores conforme dados observáveis no quadro 36:

Quadro 36: Indicadores eliminados na comunidade de Ponta Grossa.

	DIMENSÃO	**INDICADOR**
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE TURISMO EM LOCAIS DE VISITAÇÃO	AMBIENTAL	Uso de fontes alternativas/renováveis de energia
	TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	Existência de instalações e estruturas de minimização de impacto do turismo
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL DE TURISMO NA REGIÃO	TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	Articulação do Plano de Turismo ao Plano Diretor Municipal
		Disponibilidade de linhas de crédito específicas

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Figura 17: Oficina realizada junto a integrantes da comunidade de Chã de Jardim.

Fonte: Daniel Ribeiro, morador da comunidade e participante da oficina (2018).

Já na comunidade de Chã de Jardim, como resultado da triagem realizada junto à comunidade, foi sugerida a eliminação de seis indicadores, que foram os seguintes (Quadro 37):

Quadro 37: Indicadores eliminados na comunidade de Chã de Jardim.

	DIMENSÃO	INDICADOR
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE TURISMO EM LOCAIS DE VISITAÇÃO	AMBIENTAL	Existência de processos de tratamento de esgotos
		Existência de processos de reuso de água
		Uso de fontes alternativas/renováveis de energia
	ECONÔMICA	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL DE TURISMO NA REGIÃO	AMBIENTAL	Existência de aterros sanitários (aterros sanitários controlados e não lixões)
	TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	Disponibilidade de linhas de crédito específicas

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Observa-se que os indicadores "Uso de fontes alternativas/renováveis de energia" e "Disponibilidade de linhas de crédito específicas" foram eliminados nas duas comunidades. Estas eliminações podem estar inter-relacionadas. Primeiro devido ao fato de que o uso de fontes alternativas/renováveis de energia pode ainda representar uma realidade muito distante ou até inatingível para as duas comunidades tão simples, tendo em vista que o uso dessas tecnologias ainda é bastante caro.

O fato de que as duas comunidades também eliminaram o indicador relacionado à falta de linhas de créditos específicas e mais acessíveis para às comunidades que desenvolvem o turismo de base comunitária torna o uso de tecnologias relacionadas à produção de energias renováveis ainda mais "inalcançáveis" aos seus olhos.

Um exemplo exitoso que alia projetos para implantação de tecnologias de energia renovável em propriedades rurais que participam de um projeto de TBC e linhas de financiamento para pequenos agricultores, de acordo com Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013) é o que acontece na região nos municípios das Encostas da Serra Geral, no estado de Santa Catarina, denominado Acolhida na Colônia. Este projeto é apoiado pela Bovespa Social e Ambiental, que viabiliza linha de crédito para a implantação de energias renováveis visando à autonomia dos pequenos produtores envolvidos no tocante à energia.

Já a sugestão de eliminação dos indicadores de "Existência de processos de tratamento de esgotos" e "Existência de processos de reuso de água" em Chã de Jardim apesar de serem considerados mais básicos e de implantação mais simples, ainda não fazem parte da realidade da comunidade de em Chã de Jardim por se tratar de uma comunidade constituída em sua maioria por pequenas propriedades rurais. Entretanto, um projeto de captação da água da chuva, por exemplo, poderia ser implantado nessa comunidade, pois além de não custar tão

caro poderia contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores dessa comunidade que tanto tem sofrido com dificuldade no abastecimento de água.

Vale ressaltar que as discussões que surgiram durante a realização dessas oficinas foram bastante enriquecedoras para este processo de triagem de indicadores e análise da sustentabilidade das comunidades especialmente para que a pesquisadora pudesse conhecer melhor a realidade do turismo em cada comunidade, ouvindo dos próprios participantes suas opiniões, principais queixas, pontos fortes e pontos fracos. Dessa forma, também serviu como um momento de reflexão conjunta da própria comunidade sobre que aspectos merecem maior atenção em suas comunidades e também para enaltecer suas identidades, características e fortalecimento do censo coletivo e reforço de suas convicções sobre o tipo de turismo que eles querem para suas comunidades que, segundo eles próprios, é o TBC.

Como existiram diferenças entre as sugestões de indicadores a serem eliminados em cada comunidade, percebeu-se a necessidade de se analisar os resultados dessa triagem com o objetivo de se gerar uma lista única de indicadores, pois gerar uma lista diferente para cada comunidade acarretaria em índices de sustentabilidade que mensurariam aspectos diferentes entre elas. Para tanto, procedeu-se uma nova triagem cujos critérios serão explicitados a seguir.

4.5.3.3 Terceira Triagem dos Indicadores de Sustentabilidade: União das duas tabelas de indicadores em apenas uma e nova seleção baseada na realidade das comunidades

Analisando os resultados da etapa anterior correspondente à triagem junto a representantes das duas comunidades, percebeu-se que caso as tabelas de cada comunidade ficassem diferentes entre si o sistema final de análise da sustentabilidade ficaria confuso pois teríamos dois sistemas diferentes e estaríamos avaliando indicadores diferentes em cada comunidade. Portanto, optou-se por unificar a tabela de indicadores entre as duas comunidades.

De acordo com Bossel (1999), é muito importante que um sistema de indicadores seja o mais compacto possível, mas também é imprescindível que consiga cobrir todos os aspectos relevantes.

Assim, como entre os objetivos desse trabalho tem-se o de simplificar o sistema de indicadores de sustentabilidade para o turismo adaptando à realidade das comunidades e facilitando a sua exequibilidade decidiu-se unir em uma única tabela os “indicadores de

sustentabilidade de turismo em locais de visitação" e dos "indicadores de sustentabilidade da gestão municipal de turismo na região" do SISDTur proposto por Hanai (2009).

Ressalta-se que quando a pesquisadora realizou as oficinas junto às comunidades e apresentou as listas dos indicadores, percebeu que ficava muito confusa para eles essa divisão, tendo em vista que cada um dos dois grupos possuía as seis dimensões e isso lhes parecia repetitivo.

Também se percebeu a necessidade de ainda realizar uma nova triagem visando especialmente esta desejável simplificação nos grupos de indicadores. Dessa forma, partindo das sugestões de eliminações de cada comunidade em estudo, decidiu-se eliminar da lista final os indicadores que foram apontados para eliminação nas duas comunidades que foram os seguintes: "Uso de fontes alternativas/renováveis de energia" e "Disponibilidade de linhas de crédito específicas";

A partir da união das tabelas de indicadores dos locais de visitação e gestão municipal de turismo na região verificou-se que 4 (quatro) deles se repetiam que foram os seguintes: "Existência de áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação", "Existência de programas de educação ambiental", "Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais" e "Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística". Assim, outros 4 indicadores foram eliminados.

Visando à adequação do novo sistema de indicadores a ser gerado nesse trabalho à realidade do TBC e considerando os critérios principais para a seleção prática dos indicadores sugeridos por Hanai (2009, p. 68) que são a relevância do indicador, sua facilidade de medição e obtenção dos dados e também a sua aplicabilidade e utilidade no contexto local, verificou-se que alguns dos indicadores da lista atual de indicadores ainda pareciam estar mais relacionados às realidades municipais e não à de pequenas comunidades, portanto, não tinham a devida aplicabilidade e utilidade no contexto local. Sendo assim, decidiu-se eliminar outros 6 indicadores que foram os seguintes: "Existência de instalações e estruturas de minimização de impacto do turismo" (cuja eliminação já havia sido sugerida na comunidade de Ponta Grossa); "Existência de capacidade institucional de desenvolver e manter a infraestrutura necessária para as atividades turísticas"; "Articulação do Plano de Turismo ao Plano Diretor Municipal" (cuja eliminação havia sido sugerida na comunidade de Ponta Grossa); "Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística"(cuja eliminação já havia sido sugerida na comunidade de Chã de Jardim); e "Existência de mecanismos de gestão do empreendimento e dos custos".

Assim, nessa nova triagem, foram eliminados 12 indicadores de sustentabilidade ao todo e a lista final de indicadores de sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária ficou com o total de 38 indicadores que podem ser visualizados no Quadro 38 a seguir:

Quadro 38: Lista final dos Indicadores de Sustentabilidade do TBC.

DIMENSÃO	NUM	INDICADOR
AMBIENTAL	1	Existência de processos de tratamento de esgotos
	2	Existência de processos de reuso de água
	3	Existência de programas de redução de consumo e desperdício de água
	4	Existência de sistema de coleta de resíduos sólidos
	5	Existência de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem
	6	Existência de programas de redução da quantidade de resíduos sólidos
	7	Existência de aterros sanitários
	8	Existência de técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica
	9	Existência de áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação
	10	Existência de programas de educação ambiental
	11	Existência/implementação de plano de gestão ambiental
	12	Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais
	13	Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável
	14	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente
SOCIAL	15	Existência de programas de capacitação profissional
	16	Existência de uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações, na formulação de políticas e nos processos decisórios locais
	17	Relação entre população total alta/baixa temporada
	18	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos
CULTURAL	19	Existência de aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados
	20	Existência de interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)
	21	Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica
	22	Número de bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados
	23	Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições
	24	Conhecimento da população sobre sua cultura local
	25	Promoção de eventos e festividades tradicionais com manifestações típicas
TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	26	Existência de sistema de registro e controle de visitação
	27	Índice de satisfação dos turistas
	28	Programas de visitação organizada e/ou monitorada
	29	Existência de programas de conscientização turística
	30	Existência de plano municipal de desenvolvimento turístico
	31	Existência de integração a circuitos e/ou Roteiros turísticos
	32	Participação de gestores e empreendedores em grupos estratégicos de desenvolvimento turístico
	33	Representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico
	34	Existência de associações e entidades de classe em turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)
ECONÔMICA	35	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	36	Renda gerada pelo turismo
	37	Produtos locais consumidos pelos turistas
	38	Novos produtos desenvolvidos pela demanda turística

Fonte: Elaboração própria (2019).

Após a consolidação da lista final dos indicadores, seguindo as aplicações e adaptações do SISDTur realizadas por Lacerda (2011) e Santos (2013), transformou-se os enunciados dos indicadores em afirmativas (Ver quadro 39). De acordo com Santos (2013) esta foi a "forma encontrada pela pesquisadora para tornar os indicadores de fácil compreensão para que os participantes da pesquisa pudessem atribuir níveis que podiam oscilar de um extremo de discordância total a concordância total".

Quadro 39: Quadro com os indicadores e as respectivas afirmativas para a consulta junto aos atores sociais.

DIMENSÃO	NUM	INDICADOR	AFIRMATIVA
AMBIENTAL	1	Existência de processos de tratamento de esgotos	Existe algum processo de tratamento de esgotos
	2	Existência de processos de reuso de água	Existe algum processo de reuso de água
	3	Existência de programas de redução de consumo e desperdício de água	Existe algum programa de redução de consumo e desperdício de água
	4	Existência de sistema de coleta de resíduos sólidos	Existe algum sistema de coleta de resíduos sólidos
	5	Existência de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem	Existe algum sistema de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem
	6	Existência de programas de redução da quantidade de resíduos sólidos	Existe algum programa de redução da quantidade de resíduos sólidos
	7	Existência de aterros sanitários	A destinação final dos resíduos sólidos é um aterro sanitário
	8	Existência de técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica	Existe alguma técnica produtiva que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica
	9	Existência de áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação	Existem áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação
	10	Existência de programas de educação ambiental	Existe algum programa de educação ambiental
	11	Existência/implementação de plano de gestão ambiental	Existe um Plano de Gestão Ambiental
	12	Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais	Há programas ou instalações para monitorar a qualidade do ar
	13	Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável	Existe um plano de Desenvolvimento Sustentável
	14	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente	Existem estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente
SOCIAL	15	Existência de programas de capacitação profissional	Existem programas de capacitação profissional
	16	Existência de uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações, na formulação de políticas e nos processos decisórios locais	Existe uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações, na formulação de políticas e nos processos decisórios locais

	17	Relação entre população total alta/baixa temporada	A proporção entre turistas e residentes na alta e baixa estação não são consideráveis
	18	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos	Existem projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos
CULTURAL	**19**	Existência de aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados	Existem aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados
	20	Existência de interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)	Há interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)
	21	Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica	Os pratos típicos locais são valorizados pela oferta gastronômica
	22	Número de bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados	Existem bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados
	23	Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições	Existem meios de promoção e manutenção de costumes e tradições
	24	Conhecimento da população sobre sua cultura local	A população conhece sobre sua cultura
	25	Promoção de eventos e festividades tradicionais com manifestações típicas	Há realização frequente de eventos e festividades tradicionais com manifestações típicas
TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	**26**	Existência de sistema de registro e controle de visitação	Existe um sistema de registro e controle de visitação
	27	Índice de satisfação dos turistas	É alto o grau de satisfação do turista com os estabelecimentos turísticos na comunidade
	28	Programas de visitação organizada e/ou monitorada	Existem programas de visitação organizada e/ou monitorada
	29	Existência de programas de conscientização turística	Existem programas de conscientização turística
	30	Existência de plano municipal de desenvolvimento turístico	Existe um plano municipal de desenvolvimento turístico
	31	Existência de integração a circuitos e/ou Roteiros turísticos	Existe integração com circuitos e/ou Roteiros turísticos
	32	Participação de gestores e empreendedores em grupos estratégicos de desenvolvimento turístico	Os gestores e empreendedores locais participam de grupos estratégicos de desenvolvimento turístico
	33	Representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico	Existe representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico
	34	Existência de associações e entidades de classe em turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)	Existem associações e entidades de classe em turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)
ECONÔMICA	**35**	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística	Existem iniciativas locais que permitam lidar com a sazonalidade turística
	36	Renda gerada pelo turismo	A atividade turística gera renda para a comunidade
	37	Produtos locais consumidos pelos turistas	Existem iniciativas que favorecem o consumo de produtos locais pelo turista
	38	Novos produtos desenvolvidos pela demanda turística	Existem iniciativas que favorecem o surgimento de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos

Fonte: Elaboração própria (2019).

Assim, o novo sistema de indicadores após as três triagens realizadas com as suas respectivas formas de medição, tipos de unidades de medida e critérios de análise, conforme adaptações do sistema de Hanai (2009) e aplicações de Lacerda (2001) e Santos (2013), pode ser visualizado no quadro 40 a seguir. Esse novo sistema será denominado a partir desse momento de SISDTBC.

Quadro 40: Quadro do SISDTBC com a lista final dos Indicadores e respectivas formas de medição, tipos de unidades de medidas e critérios de análise.

DIMENSÃO	NUM.	INDICADORES	FORMAS DE MEDIÇÃO	TIPOS DE UNIDADES DE MEDIDA	CRITÉRIOS DE ANÁLISE
AMBIENTAL	1	Existência de processos de tratamento de esgotos	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	2	Existência de processos de reuso de água	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	3	Existência de programas de redução de consumo e desperdício de água	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	4	Existência de sistema de coleta de resíduos sólidos	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	5	Existência de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	6	Existência de programas de redução da quantidade de resíduos sólidos	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	7	Existência de aterros sanitários	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	8	Existência de técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	9	Existência de áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	10	Existência de programas de educação ambiental	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	11	Existência/implementação de plano de gestão ambiental	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.

	12	Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	13	Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	14	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
SOCIAL	15	Existência de programas de capacitação profissional	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	16	Existência de uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações, na formulação de políticas e nos processos decisórios locais	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	17	Relação entre população total alta/baixa temporada	Consulta aos atores sociais	Constatação local	A quantidade de turistas não deve atrapalhar o dia-a-dia do residente local, tanto em alta como baixa estação, assim o indicador será considerado sustentável.
	18	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
CULTURAL	19	Existência de aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	20	Existência de interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	21	Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	Se constatado pratos típicos locais ofertados este indicador será sustentável..
	22	Número de bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados	Contagem de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos, protegidos no município.	Quantitativa (número de bens).	Quantidade de número de bens patrimoniais protegidos no município em relação ao total, acima de 95%, indicador sustentável.

	23	Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	Quanto maior o número de programas de promoção e manutenção da cultura local, melhor será avaliado o indicador.
	24	Conhecimento da população sobre sua cultura local	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	25	Promoção de eventos e festividades tradicionais com manifestações típicas	Contagem de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizados por ano no município.	Quantitativa (número de eventos).	Quantidade de eventos culturais realizados em relação ao total de eventos acima de 60%,indicador sustentável.
TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	26	Existência de sistema de registro e controle de visitação	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	27	Índice de satisfação dos turistas	Recomenda-se Aplicação de questionários curto junto aos turistas periodicamente.	Qualitativa, (satisfação do turista).	Quanto maior for o nível de satisfação mais sustentável será o indicador.
	28	Programas de visitação organizada e/ou monitorada	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	29	Existência de programas de conscientização turística	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	30	Existência de plano municipal de desenvolvimento turístico	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	31	Existência de integração a circuitos e/ou Roteiros turísticos	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	32	Participação de gestores e empreendedores em grupos estratégicos de desenvolvimento turístico	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	33	Representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	34	Existência de associações e entidades de classe em turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.

ECONÔMICA	35	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
	36	Renda gerada pelo turismo	Constatação de que a renda da comunidade não advém da exclusivamente da atividade turística	Verificação e constatação local	Quanto maior for a contribuição econômica advindos dos negócios turísticos, mais sustentável é o indicador.
	37	Produtos locais consumidos pelos turistas	Constatação e verificação local.	Quantitativa (número)	Quanto maior o número de novos estabelecimentos turísticos, melhor será avaliado o indicador
	38	Novos produtos desenvolvidos pela demanda turística	Constatação e verificação local.	Quantitativa (número)	Quanto maior o número de novos estabelecimentos turísticos, melhor

Fonte: Adaptado de Hanai (2009), Lacerda (2001) e Santos (2013).

4.5.4 Aplicação do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária– SISDTBC

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação do SISDTBC nas comunidades de Ponta Grossa (CE) e Chã de Jardim (PB). Essa nova proposta de sistema, mais simplificado e adaptado à realidade do TBC, tornou possível a obtenção do nível de sustentabilidade da atividade do turismo comunitário desenvolvido nessas comunidades.

Quando Santos (2013) e Lacerda (2011) realizaram as aplicações do SISDTUR, proposto por Hanai (2009), em Porto de Galinhas (PE) e no município de Conde (PB), respectivamente, estes autores tiveram como respondentes nesta etapa de aplicação atores sociais pertencentes a três grupos diferentes que foram: representantes da Iniciativa Privada, da Sociedade Civil e representantes do Governo. Essa divisão foi justificada por Santos (2013, p. 44) pelo fato de que "todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento e promoção do turismo têm responsabilidades diferentes, mas interdependentes entre si, na busca por uma atividade turística sustentável".

Entretanto, a partir das entrevistas realizadas e aplicação dos questionários nas áreas deste estudo, esta autora verificou que essa divisão não se apresenta de forma tão clara entre os diversos setores da sociedade, como verificado por Santos e Lacerda em seus estudos. Percebeu-se que na realidade de pequenas comunidades onde o TBC se desenvolve os atores

sociais participam ao mesmo tempo de mais de um desses setores quando, por exemplo, um mesmo membro era pequeno empresário (iniciativa privada), coordenador do turismo local (representante da sociedade civil) e funcionário da Secretaria de Turismo Municipal (representante do Governo Municipal).

Assim, para identificação dos atores sociais que participariam como respondentes dessa fase, decidiu-se enviar por e-mail o formulário de avaliação dos 38 indicadores para indivíduos que fossem representantes de algum dos setores do trade turístico, mesmo reconhecendo que, via de regra, cada representante de um dos setores também pode ter atividades relacionadas aos demais setores da sociedade. Dessa forma, decidiu-se enviar o formulário para:

- O Secretário de Turismo do município a que pertence cada comunidade;
- O Coordenador de Turismo de cada comunidade;
- Um representante da iniciativa privada de cada comunidade; e
- Um representante de alguma das associações existentes em cada comunidade.

Deste modo, os quatro representantes da comunidade de Ponta Grossa entrevistados foram os seguintes (Quadro 41):

Quadro 41: Atores sociais que avaliaram os indicadores na comunidade de Ponta Grossa.

ATOR SOCIAL	FUNÇÕES NA COMUNIDADE
Eliabe Crispim	• Coordenador do Turismo Local • Empresário (proprietário de uma Barraca) • Funcionário da Secretaria de Cultura e Turismo de Icapuí
Manoel de Freitas Filho	• Secretário de Cultura e Turismo do município de Icapuí
Ágabo Crispim	• Representante da Rede Tucum em Ponta Grossa; • Proprietário de Barraca de Drinks à beira-mar;
Oséias Ferreira Freitas	• Pescador • Empresário (proprietário de Chalé).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Já na comunidade de Chã de Jardim, os quatro atores sociais respondentes foram os seguintes (quadro 42):

Quadro 42: Atores sociais que avaliaram os indicadores na comunidade de Chã de Jardim.

ATOR SOCIAL	FUNÇÕES NA COMUNIDADE
Luciana Balbino	• Coordenadora do Turismo Local • Empresário (proprietária do Restaurante Rural Vó Maria)
Tinho Santos	• Secretário de Turismo do município de Icapuí
Josemar Ribeiro	• Presidente da ADESCO (Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Chã de Jardim);
Francisco de Assis Araújo	• Empresário (sócio proprietário do *Camping* e Hotel de Barracas).

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

O formulário enviado a esses atores sociais continha as afirmativas (referentes aos 38 indicadores) que apresentavam as cinco alternativas adaptadas a partir da escala de Likert. Cada ator social deveria preencher assinalando com "X" a coluna de acordo com o grau de concordância/discordância em relação à existência de cada alternativa em sua comunidade, atribuindo assim o nível de sustentabilidade de cada indicador que consideraram coerente a partir da afirmativa apresentada (modelo do formulário no Apêndice C).

Seguindo procedimento simplificado em relação ao adotado por Santos (2013) e Lacerda (2011), tendo em vista que a quantidade de indicadores foi reduzida nos diversos processos de triagens e a quantidade de atores sociais respondentes também foi diferente destes autores, para a análise final de cada indicador considerou-se os valores das médias de cada indicador. Assim, as faixas de avaliação dos indicadores de sustentabilidade obtidos a partir do cálculo das médias dos atores sociais respondentes, foram as que seguem (quadro 43):

Quadro 43: Distribuição das faixas das médias por indicadores.

FAIXAS DAS MÉDIAS DOS ATORES SOCIAIS POR INDICADOR	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE DO INDICADOR DE TBC
1 – 2	**INSUSTENTÁVEL**
2.1 a 3	**PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL**
3.1 a 4	**PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL**
4.1 a 5	**SUSTENTÁVEL**

Fonte: Adaptado de Martins e Candido (2008).

A partir dessa classificação, a análise da sustentabilidade de cada indicador foi realizada de acordo com a seguinte lógica:

- Se o indicador analisado obteve Média entre **1 e 2**, foi considerado insustentável;
- Se o indicador analisado obteve Média entre **2.1 e 3**, foi considerado parcialmente insustentável;
- Se o indicador analisado obteve Média entre **3.1 e 4**, foi considerado parcialmente sustentável; e
- Se o indicador obteve Média entre **4.1 e 5**, foi considerado sustentável;

Posteriormente, tendo em vista que os indicadores são agrupados por dimensão, a partir das pontuações médias dos indicadores foram calculados os índices de sustentabilidade cada dimensão, seguindo as seguintes fórmulas:

$$\textbf{Índice da Dimensão Ambiental} = \frac{(\textbf{pontuação média dos indicadores de 1 a 14} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

$$\textbf{Índice da Dimensão Social} = \frac{(\textbf{pontuação média dos indicadores de 15 a 18} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuacao mínima})}$$

$$\textbf{Índice da Dimensão Cultural} = \frac{(\textbf{pontuação média dos indicadores de 19 a 25} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

$$\textbf{Índice da Dimensão Social} = \frac{(\textbf{pontuação média dos indicadores de 26 a 34} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

$$\textbf{Índice da Dimensão Social} = \frac{(\textbf{pontuação média dos indicadores de 35 a 38} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

Após o cálculo dos índices de sustentabilidade de cada dimensão, estes foram analisados de acordo com as seguintes faixas (Quadro 44):

Quadro 44: Distribuição das faixas dos índices de sustentabilidade das dimensões.

FAIXAS PARA ANÁLISE DOS ÍNDICES (0-1)	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE DO TBC
0,0000 – 0,2500	**INSUSTENTÁVEL**
0,2501 – 0,5000	**PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL**
0,5001 – 0,7500	**PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL**
0,7501 – 1,0000	**SUSTENTÁVEL**

Fonte: Adaptado de Martins e Candido (2008).

Dessa forma,

- Se a Dimensão analisado obteve Índice de Sustentabilidade entre **0 e 0,2500**, foi considerada insustentável;
- Se a Dimensão analisada obteve Índice de Sustentabilidade entre **0,2501 e 0,5000,** foi considerada parcialmente insustentável;
- Se a Dimensão analisada obteve Índice de Sustentabilidade entre **0,5001 e 0,7500,** foi considerada parcialmente sustentável; e
- Se a Dimensão obteve Índice de Sustentabilidade entre **0,7501 e 1,** foi considerada sustentável.

Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos a partir das avaliações de cada indicador por suas médias e as avaliações dos índices de sustentabilidade por dimensões.

4.5.4.1 Dimensão Ambiental

Como se pode observar no Quadro 45, dos 14 indicadores da dimensão ambiental em Chã de Jardim, três foram considerados insustentáveis, quatro parcialmente insustentáveis, cinco parcialmente sustentáveis e dois sustentáveis.

Quadro 45: Médias, Índices e avaliações dos atores sociais da Dimensão Ambiental na comunidade de Chã de Jardim.

N°	INDICADOR	MÉDIA DOS ATORES SOCIAIS	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO INDICADOR
1	Existe algum processo de tratamento de esgotos	**2,00**	INSUSTENTÁVEL
2	Existe algum processo de reuso de água	**3,25**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
3	Existe algum programa de redução de consumo e desperdício de água	**3,50**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
4	Existe algum sistema de coleta de resíduos sólidos	**4,25**	SUSTENTÁVEL
5	Existe algum sistema de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
6	Existe algum programa de redução da quantidade de resíduos sólidos	**2,50**	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
7	A destinação final dos resíduos sólidos é um aterro sanitário	**2,00**	INSUSTENTÁVEL
8	Existem técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica	**2,75**	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
9	Existem áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação	**4,25**	SUSTENTÁVEL
10	Existe algum Programa de educação ambiental	**3,75**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
11	Existe um Plano de Gestão Ambiental	**3,25**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
12	Há programas ou instalações para monitorar a qualidade do ar	**1,75**	INSUSTENTÁVEL
13	Existe um plano de Desenvolvimento Sustentável	**2,75**	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
14	Existem estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente	**2,50**	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
DIMENSÃO AMBIENTAL		**MÉDIA: 3,04**	**PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL**
		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: 0,5089	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Assim, a média da dimensão Ambiental em Chã de Jardim foi de 3,04 e o índice de Sustentabilidade da Dimensão Ambiental em Chã de Jardim foi de **0,5089**. Considerando o mesmo critério utilizado para classificação e análise de cada indicador a Dimensão Ambiental na comunidade de Chã de Jardim foi considerada PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL**.**

Já na comunidade de Ponta Grossa, dos 14 indicadores da dimensão ambiental, apenas 1 foi considerado insustentável, 4 parcialmente insustentáveis, 4 parcialmente sustentáveis e 5 foram considerados sustentáveis (Quadro 46).

Quadro 46: Médias e avaliações dos atores sociais da Dimensão Ambiental na comunidade de Ponta Grossa.

N°	INDICADOR	MÉDIA DOS ATORES SOCIAIS RESPONDENTES	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO INDICADOR
1	Existe algum processo de tratamento de esgotos	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
2	Existe algum processo de reuso de água	**3,00**	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
3	Existe algum programa de redução de consumo e desperdício de água	**3,75**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
4	Existe algum sistema de coleta de resíduos sólidos	**4,75**	SUSTENTÁVEL
5	Existe algum sistema de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem	**3,00**	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
6	Existe algum programa de redução da quantidade de resíduos sólidos	**2,50**	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
7	A destinação final dos resíduos sólidos é um aterro sanitário	**2,75**	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
8	Existem técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
9	Existem áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação	**4,75**	SUSTENTÁVEL
10	Existe algum Programa de educação ambiental	**5,00**	SUSTENTÁVEL
11	Existe um Plano de Gestão Ambiental	**4,75**	SUSTENTÁVEL
12	Há programas ou instalações para monitorar a qualidade do ar	**1,25**	INSUSTENTÁVEL
13	Existe um plano de Desenvolvimento Sustentável	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
14	Existem estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente	**4,50**	SUSTENTÁVEL
DIMENSÃO AMBIENTAL		**MÉDIA: 3,71**	**PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL**
		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: 0,6786	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Assim, a média da dimensão Ambiental em Ponta Grossa foi de 3,71 e o índice de Sustentabilidade da Dimensão Ambiental em Ponta Grossa foi de **0,6786**. Considerando o mesmo critério utilizado para classificação e análise de cada indicador a Dimensão Ambiental

na comunidade de Ponta Grossa também foi considerada PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL.

4.5.4.2 Dimensão Social

Como se pode observar no Quadro 47, dos quatro indicadores da dimensão social em Chã de Jardim, um foi considerado insustentável, dois parcialmente sustentáveis e um sustentável.

Quadro 47: Médias e avaliações dos atores sociais da Dimensão Social na comunidade de Chã de Jardim.

N°	INDICADOR	MÉDIA DOS ATORES SOCIAIS	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO INDICADOR
15	Existência de programas de capacitação profissional	**4,50**	SUSTENTÁVEL
16	Existência de uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações, na formulação de políticas e nos processos decisórios locais	**3,50**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
17	Relação entre população total alta/baixa temporada	**2,00**	INSUSTENTÁVEL
18	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
DIMENSÃO SOCIAL		**MÉDIA Geral: 3,50**	**PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL**
		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: 0,6250	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Assim, a média da dimensão Social em Chã de Jardim foi de 3,501 e o Índice de Sustentabilidade da Dimensão Social em Chã de Jardim foi de **0,6250**. Considerando o mesmo critério utilizado para classificação e análise de cada indicador a Dimensão Social na comunidade de Ponta Grossa também foi considerada **PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL.**

Já na comunidade de Ponta Grossa, dos 4 indicadores da dimensão social 3 foram considerados sustentáveis e 1 foi considerado parcialmente sustentável. Assim, observa-se que nenhum indicador foi considerado insustentável e parcialmente insustentável nessa dimensão (Quadro 48).

Quadro 48: Médias e avaliações dos atores sociais da Dimensão Social na comunidade de Ponta Grossa.

N°	INDICADOR	MÉDIA DOS ATORES SOCIAIS RESPONDENTES	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO INDICADOR
15	Existência de programas de capacitação profissional	**4,50**	SUSTENTÁVEL
16	Existência de uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações, na formulação de políticas e nos processos decisórios locais	**4,75**	SUSTENTÁVEL
17	Relação entre população total alta/baixa temporada	**3,50**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
18	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos	**4,75**	SUSTENTÁVEL
DIMENSÃO SOCIAL		**Média Geral: 4,38**	**SUSTENTÁVEL**
		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: 0,8438	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Assim, a média da dimensão Social em Ponta Grossa foi de 4,38 e o Índice de Sustentabilidade da Dimensão Social em Ponta Grossa foi de 0,8438. Considerando o mesmo critério utilizado para classificação e análise de cada indicador a Dimensão Social na comunidade de Ponta Grossa também foi considerada **SUSTENTÁVEL.**

4.5.4.3 Dimensão Cultural

Como se pode observar no Quadro 49, dos sete indicadores da Dimensão Cultural em Chã de Jardim três foram considerados sustentáveis e quatro foram considerados parcialmente sustentáveis.

Quadro 49: Médias e avaliações dos atores sociais da Dimensão Cultural na comunidade de Chã de Jardim.

N°	INDICADOR	MÉDIA DOS ATORES SOCIAIS RESPONDENTES	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO INDICADOR
19	Existência de aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados	**3,25**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
20	Existência de interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)	**5,00**	SUSTENTÁVEL

21	Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica	**5,00**	SUSTENTÁVEL
22	Número de bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados	**3,75**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
23	Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições	**4,50**	SUSTENTÁVEL
24	Conhecimento da população sobre sua cultura local	**3,75**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
25	Promoção de eventos e festividades tradicionais com manifestações típicas	**3,50**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
DIMENSÃO CULTURAL		**Média Geral: 4,11** **ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: 0,7768**	**SUSTENTÁVEL**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Assim, a média da dimensão Cultural em Chã de Jardim foi de 4,11 e o Índice de Sustentabilidade da Dimensão Cultural em Chã de Jardim foi de 0,7768. Considerando o mesmo critério utilizado para classificação e análise de cada indicador a Dimensão Cultural na comunidade de Chã de Jardim também foi considerada SUSTENTÁVEL.

Já na comunidade de Ponta Grossa, dos sete indicadores da Dimensão Cultural quatro foram considerados sustentáveis e três foram considerados parcialmente sustentáveis (Quadro 50).

Quadro 50: Médias e avaliações dos indicadores da Dimensão Cultural na comunidade de Ponta Grossa.

N°	INDICADOR	MÉDIA DOS ATORES SOCIAIS RESPONDENTES	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO INDICADOR
19	Existência de aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
20	Existência de interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
21	Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica	**5,00**	SUSTENTÁVEL
22	Número de bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados	**4,75**	SUSTENTÁVEL
23	Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições	**4,25**	SUSTENTÁVEL
24	Conhecimento da população sobre sua cultura local	**4,75**	SUSTENTÁVEL
25	Promoção de eventos e festividades tradicionais com manifestações típicas	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL

DIMENSÃO CULTURAL	Média Geral: 4,39	SUSTENTÁVEL
	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: 0,8482	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Assim, a média da dimensão Cultural em Ponta Grossa foi de 4,39 e o Índice de Sustentabilidade da Dimensão Cultural em Ponta Grossa foi de 0,8482. Considerando o mesmo critério utilizado para classificação e análise de cada indicador a Dimensão Cultural na comunidade de Ponta Grossa também foi considerada SUSTENTÁVEL.

4.5.4.4 Dimensão Turística e Institucional

Como se pode observar no Quadro 51, dos nove indicadores da Dimensão Turística e Institucional em Chã de Jardim quatro foram considerados sustentáveis quatro foram considerados parcialmente sustentáveis e apenas um indicador foi considerado parcialmente insustentável.

Quadro 51: Médias e avaliações dos indicadores da Dimensão Turística e Institucional na comunidade de Chã de Jardim.

N°	INDICADOR	MÉDIA DOS ATORES SOCIAIS RESPONDENTES	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO INDICADOR
26	Existência de sistema de registro e controle de visitação	**3,75**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
27	Índice de satisfação dos turistas	**4,75**	SUSTENTÁVEL
28	Programas de visitação organizada e/ou monitorada	**4,75**	SUSTENTÁVEL
29	Existência de programas de conscientização turística	**3,75**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
30	Existência de plano municipal de desenvolvimento turístico	**3,00**	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
31	Existência de integração a circuitos e/ou Roteiros turísticos	**3,75**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
32	Participação de gestores e empreendedores em grupos estratégicos de desenvolvimento turístico	**4,25**	SUSTENTÁVEL
33	Representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico	**3,50**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL

34	Existência de associações e entidades de classe em turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)	**5,00**	SUSTENTÁVEL
DIMENSÃO TURÍSTICA E INSTITUCIONAL		**Média Geral: 4,06** **ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: 0,7639**	**SUSTENTÁVEL**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Assim, a média da dimensão Turística e Institucional em Chã de Jardim foi de 4,06 e o Índice de Sustentabilidade da Dimensão Turística e Institucional em Chã de Jardim foi de 0,7639. Considerando o mesmo critério utilizado para classificação e análise de cada indicador a Dimensão Turística e Institucional na comunidade de Chã de Jardim também foi considerada SUSTENTÁVEL.

Na comunidade de Ponta Grossa, dos nove indicadores da Dimensão Turística e Institucional sete foram considerados sustentáveis, um considerado parcialmente sustentável e um parcialmente insustentável (Quadro 52).

Quadro 52: Médias e avaliações dos indicadores da Dimensão Turística e Institucional na comunidade de Ponta Grossa.

N°	INDICADOR	MÉDIA DOS ATORES SOCIAIS RESPONDENTES	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO INDICADOR
26	Existência de sistema de registro e controle de visitação	**2,25**	PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
27	Índice de satisfação dos turistas	**4,75**	SUSTENTÁVEL
28	Programas de visitação organizada e/ou monitorada	**4,50**	SUSTENTÁVEL
29	Existência de programas de conscientização turística	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
30	Existência de plano municipal de desenvolvimento turístico	**4,75**	SUSTENTÁVEL
31	Existência de integração a circuitos e/ou Roteiros turísticos	**5,00**	SUSTENTÁVEL
32	Participação de gestores e empreendedores em grupos estratégicos de desenvolvimento turístico	**4,50**	SUSTENTÁVEL
33	Representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico	**4,75**	SUSTENTÁVEL
34	Existência de associações e entidades de classe em turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)	**4,75**	SUSTENTÁVEL

DIMENSÃO TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	**Média Geral: 4,36**	**SUSTENTÁVEL**
	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: 0,8403	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Assim, a média da dimensão Turística e Institucional em Ponta Grossa foi de 4,36 e o Índice de Sustentabilidade da Dimensão Turística e Institucional em Ponta Grossa foi de 0,8403. Considerando o mesmo critério utilizado para classificação e análise de cada indicador, a Dimensão Turística e Institucional na comunidade de Ponta Grossa foi considerada SUSTENTÁVEL.

4.5.4.5 Dimensão Econômica

Como se pode observar no Quadro 53, os quatro indicadores da Dimensão Econômica em Chã de Jardim foram considerados parcialmente sustentáveis.

Quadro 53: Médias e avaliações dos indicadores da Dimensão Econômica na comunidade de Chã de Jardim.

N°	INDICADOR	MÉDIA DOS ATORES SOCIAIS RESPONDENTES	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO INDICADOR
35	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística	**3,50**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
36	Renda gerada pelo turismo	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
37	Produtos locais consumidos pelos turistas	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
38	Novos produtos desenvolvidos pela demanda turística	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
DIMENSÃO ECONÔMICA		**Média Geral: 3,88**	**PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL**
		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: 0,7188	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Assim, a média da dimensão **Econômica** em Chã de Jardim foi de **3,88** e o Índice de Sustentabilidade da Dimensão **Econômica** em Chã de Jardim foi de **0,7188.** Considerando o mesmo critério utilizado para classificação e análise de cada indicador a Dimensão

Econômica na comunidade de Chã de Jardim foi considerada PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL.

Na comunidade de Ponta Grossa dos quatro indicadores da Dimensão Econômica, três foram considerados sustentáveis e um foi considerado parcialmente sustentável, como se pode ver no quadro 54 a seguir:

Quadro 54: Médias e avaliações dos indicadores da Dimensão Econômica na comunidade de Ponta Grossa.

N°	INDICADOR	MÉDIA DOS ATORES SOCIAIS RESPONDENTES	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO INDICADOR
35	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística	**4,75**	SUSTENTÁVEL
36	Renda gerada pelo turismo	**5,00**	SUSTENTÁVEL
37	Produtos locais consumidos pelos turistas	**4,75**	SUSTENTÁVEL
38	Novos produtos desenvolvidos pela demanda turística	**4,00**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
DIMENSÃO ECONÔMICA		**Média Geral: 4,63**	**SUSTENTÁVEL**
		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: 0,9063	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Dessa forma, a média da Dimensão Econômica em Ponta Grossa foi 4,63 e o índice de Sustentabilidade da Dimensão Econômica em Ponta Grossa foi: 0,9063. Considerando o mesmo critério utilizado para classificação e análise de cada indicador a Dimensão Econômica na comunidade de Ponta Grossa foi considerada SUSTENTÁVEL. Ressalta-se que este foi o índice mais alto entre as dimensões (mais perto de 1).

4.5.4.6 Discussão e análise dos resultados dos Índices das Dimensões da Sustentabilidade do TBC

No cálculo do índice de Sustentabilidade nas duas comunidades, percebeu-se que a **Dimensão ambiental** foi entre as cinco dimensões a que apresentou maior número de indicadores considerados insustentáveis. Na comunidade de Chã de Jardim, três indicadores foram considerados insustentáveis que foram: “Existência de algum processo de tratamento de

esgotos", "Existência de aterros sanitários" e "Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais". Já na comunidade de Ponta Grossa, apenas um indicador foi considerado insustentável, "Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais", identificado em ambas comunidades.

Apesar de a análise final da dimensão ambiental ter sido considerada "parcialmente sustentável" nas duas comunidades, quando comparados aos resultados obtidos com os três índices gerados a partir dos dados do IBGE, verifica-se que a situação revelada através dos Índices de "Abastecimento D´água", "Tratamento de Esgotos" e "Coleta de Resíduos Sólidos" é especialmente preocupante na comunidade de Chã de Jardim, pois estes três índices foram considerados insustentáveis e críticos. Na Comunidade de Ponta Grossa, dois desses índices foram considerados insustentáveis que foram os de "Abastecimento de Água" e "Tratamento de Esgotos", enquanto um deles foi considerado sustentável que foi o índice relativo à "Coleta de Resíduos sólidos".

A questão do Abastecimento D´água é um aspecto especialmente preocupante na comunidade de Chã de Jardim tendo em vista que, conforme verificação in loco e relatos de diversos respondentes dos questionários ali aplicados, não existe abastecimento público e muitos comunitários tem precisado comprar água com frequência, ressaltando ainda que essa água comprada não passa por nenhum tipo de controle de qualidade.

A questão do tratamento de Esgotos também é bastante delicada nessa comunidade, pois foi observado que muitos domicílios não têm fossas construídas e seus dejetos são jogados a céu aberto nas proximidades das residências, locais que eles chamam de "muturos". Tendo em vista que se trata de uma área rural, este fato pode implicar em contaminação do solo, das águas e até das pequenas lavouras de subsistência ali cultivadas.

Já na comunidade de Ponta Grossa, apenas o índice de Coleta de Resíduos foi considerado satisfatório, pois mesmo não passando por sistema de coleta seletiva esta comunidade possui um sistema de coleta público regular. Porém os Índices de "Abastecimento de Água" e "Tratamento de Esgotos" também foram considerados insustentáveis. Apesar dos indicadores relacionados a água e esgotos nessa comunidade não terem sido avaliados como insustentáveis, verificou-se que muitos domicílios fazem uso de fossas rudimentares nessa comunidade, e essas fossas não são consideradas sustentáveis pois os dejetos não são devidamente tratados e podem contaminar o solo e as águas. Como o Abastecimento de Água nessa comunidade é realizado a partir de um grande poço coletivo, a combinação desses dois fatores torna-se ainda mais preocupante.

Faz-se imprescindível ainda destacar que a comunidade de Ponta Grossa se encontra dentro dos limites de uma Unidade de Conservação que é a APA Municipal de Ponta Grossa e a comunidade de Chã de Jardim encontra-se às margens de outra UC que é o Parque Estadual da Mata do Pau Ferro. Assim, o monitoramento dos indicadores ambientais deve ser redobrado em ambas as comunidades para que a qualidade dos ecossistemas reconhecidamente relevantes que justificaram a criação destas UC´s sejam mantidas e sua sustentabilidade seja tida como prioritária. Como já verificado, os princípios do TBC estão alinhados aos princípios do Desenvolvimento Sustentável. Portanto, os agentes do TBC das duas comunidades e o poder público local precisam buscar soluções conjuntamente visando à melhoria dos indicadores da Dimensão Ambiental.

Em relação à **Dimensão Social** apenas um indicador foi considerado insustentável na comunidade de Chã de Jardim que foi o "Relação entre população total alta/baixa temporada" e um foi considerado sustentável que foi o relacionado à "Existência de programas de capacitação profissional". Desse modo, verifica-se que os atores sociais consideram que a comunidade tem sido devidamente capacitada, mas demonstram preocupação com a alta do número de visitantes nos períodos de alta temporada do turismo.

Já na Comunidade de Ponta Grossa, a Dimensão Social foi considerada Sustentável, pois três dos quatro indicadores foram considerados sustentáveis e apenas um foi considerado parcialmente sustentável, referente à "Relação entre população total alta/baixa temporada".

Ressalta-se que o indicador "Relação entre população total alta/baixa temporada" nas duas comunidades foi o que recebeu a avaliação mais baixa na Dimensão Social. Sabe-se que o aumento exorbitante na movimentação turística nos períodos de alta temporada, devido à chegada de turistas, pode afetar negativamente o cotidiano de seus moradores, gerando certa perturbação. Faz-se relevante observar ainda que a tranquilidade local é tida como um dos principais atrativos dessas duas comunidades, mais expressivamente na comunidade de Ponta Grossa quando foi citada por 48% dos respondentes como o principal atrativo local. Por isso, é imprescindível observar os efeitos negativos desse indicador, especialmente porque o desequilíbrio nessa proporção entre a população total nos períodos de alta e baixa temporada e os impactos decorrentes desse desequilíbrio representa uma característica do Turismo de Massa, sabidamente indesejável e incoerente com os princípios do TBC.

É interessante destacar que os indicadores da Dimensão Social visam analisar como o turismo tem contribuído para a inserção socioeconômica dos residentes e sua satisfação com o turismo. Desse modo, faz-se relevante que os gestores locais do TBC nas duas comunidades

observem os dados referentes ao indicador "relação entre população total alta/baixa temporada", pois a satisfação dados residentes é primordial para o sucesso e a sustentabilidade de um projeto de TBC.

No tocante à **Dimensão Cultural**, três indicadores foram considerados sustentáveis pelos atores sociais na comunidade de Chã de Jardim que foram os seguintes: "Existência de interação do artesanato local com a atividade turística", "Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica" e "Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições". De fato, a partir da observação *in loco* e conversas com os comunitários que responderam ao questionário dessa pesquisa, verificou-se que com a inauguração do Restaurante Rural Vó Maria, a culinária local e a valorização de pratos típicos têm recebido maior destaque passando, inclusive, a ser reconhecidos como alguns dos principais atrativos turísticos pela comunidade (14 % dos respondentes).

A Dimensão Cultural na Comunidade de Ponta Grossa também foi avaliada de maneira bastante positiva, pois a maioria dos seus indicadores foi considerada sustentável. Entre os quatro indicadores analisados pelos atores sociais como sustentáveis temos: a "Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica", o "Número de bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados", a "Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições" e o "Conhecimento da população sobre sua cultura local". Assim, verifica-se os mesmos três indicadores que foram considerados sustentáveis na comunidade de Chã de Jardim também o foram na comunidade de Ponta Grossa e foi acrescentado o indicador relativo ao conhecimento da cultura local pelos moradores da comunidade. Percebeu-se, do mesmo modo, que os aspectos culturais de fato têm sido valorizados e impulsionados nas duas comunidades devido ao desenvolvimento turístico pois seus gestores parecem reconhecer a importância dos aspectos culturais como atrativos aos turistas. A cultura dos pescadores na comunidade de Ponta Grossa, por exemplo, tem sido valorizada a partir da realização de eventos locais como a Regata de Jangadas com os pescadores locais e também o Festival da Lagosta. Já na comunidade de Chã de Jardim, diversos eventos culturais também têm sido resgatados e mais valorizados como as festividades do período junino e o evento religioso chamado a "Queima de flores" que acontece no mês de maio.

A avaliação dos atores sociais sobre a **Dimensão Turística e Institucional** também foi bastante positiva, pois as duas comunidades foram avaliadas como sustentáveis. Na comunidade de Chã de Jardim dos nove indicadores, apenas um foi considerado parcialmente

insustentável enquanto quatro foram considerados sustentáveis. O indicador analisado como insustentável nessa comunidade refere-se à "Existência de plano municipal de desenvolvimento turístico" denotando a inexistência desse instrumento de planejamento turístico no município de Areia. Já na comunidade de Ponta Grossa, sete dos nove indicadores dessa dimensão foram considerados sustentáveis demonstrando que, sob o ponto de vista dos atores sociais dessa comunidade, os instrumentos políticos e de planejamento turístico são considerados bastante satisfatórios. O único indicador nessa comunidade que foi considerado como parcialmente insustentável faz referência à "Existência de registro e controle de visitação". Essa questão do controle de visitantes é realmente importante de ser observada e se buscar uma solução, pois está fortemente relacionada com a sustentabilidade da dimensão ambiental, pois pelo que foi observado, não se tem nenhum tipo de controle do número de visitantes especialmente nas áreas consideradas ambientalmente mais sensíveis como as falésias da comunidade e locais onde se tem realizado mergulhos com os turistas para observação de peixes.

A **Dimensão Econômica**, por sua vez, foi considerada como parcialmente sustentável na comunidade de Chã de Jardim, pois todos os seus indicadores foram analisados dessa mesma forma. Destaca-se o indicador "Renda gerada pelo turismo" é considerado bastante importante pelos moradores dessa comunidade, pois, como foi verificado anteriormente a partir da análise das respostas dos questionários "os impactos econômicos positivos são ainda os mais vislumbrados e desejados pelos moradores das duas comunidades em estudo, especialmente da comunidade de Chã de Jardim, pois muitas vezes seus moradores ainda ignoram os impactos negativos ambientais e sociais que também podem vir juntamente com o aumento do número de turistas em suas comunidades".

Já na comunidade de Ponta Grossa, dos quatro indicadores dessa dimensão três foram considerados sustentáveis. Merece destaque o fato de que o índice obtido para essa dimensão nesta comunidade foi o mais alto entre todos, tendo sido o mais próximo de 1. Apenas um dos indicadores dessa dimensão foi considerado como parcialmente sustentável referente ao número de "Novos produtos desenvolvidos pela demanda turística".

Como visto, os aspectos relativos à dimensão econômica são supervalorizados nas duas comunidades em estudo, pois muitos ainda almejam conseguir ter uma renda através do TBC ou, para aqueles que já possuem alguma fonte de renda, desejam aumentar suas rendas, diversificando e ampliando suas atividades relacionadas ao turismo.

4.5.4.7 Nível de Sustentabilidade do TBC

Para o cálculo e representação do o nível de sustentabilidade da atividade turística do turismo de base comunitária nas duas comunidades estudadas foi utilizada a mesma adaptação da classificação e representação em faixas dos índices em níveis de sustentabilidade de Martins e Cândido (2008), já demonstrada anteriormente no quadro 43. Portanto, a seguir serão apresentados os níveis de sustentabilidade do TBC em cada comunidade.

4.5.4.7.1 Nível de Sustentabilidade do TBC em Chã de Jardim

Dos 38 indicadores do SISDTBC identificados na comunidade de Chã de Jardim, quatro foram considerados insustentáveis, cinco parcialmente insustentáveis, 19 parcialmente sustentáveis e 10 sustentáveis (Quadro 55).

Quadro 55: Resumo das avaliações dos indicadores por dimensão na comunidade de Chã de Jardim.

NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE DO TBC	DIMENSÃO					
	AMBIENTAL	SOCIAL	CULTURAL	TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	ECONÔMICA	TOTAL
INSUSTENTÁVEL	3	1	0	0	0	4
PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL	4	0	1	0	0	5
PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL	5	2	4	4	4	19
SUSTENTÁVEL	2	1	3	4	0	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Assim, verifica-se que a maioria dos indicadores em Chã de Jardim foi classificada como parcialmente sustentável (19) e sustentável (10), isto é, contribuem positivamente para a sustentabilidade da atividade turística de base comunitária nesta comunidade. O Quadro XX apresenta uma sinopse dos resultados encontrados por cada dimensão.

A partir do cálculo do índice de Sustentabilidade de cada dimensão na comunidade de Chã de Jardim, é possível observar que das cinco dimensões do SISDTBC, 3 foram consideradas parcialmente sustentáveis e duas foram consideradas sustentáveis (Quadro 56).

Quadro 56: Avaliações dos índices por dimensão e geral na comunidade de Chã de Jardim.

DIMENSÃO	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE	AVALIACAO DA DIMENSÃO
AMBIENTAL	**0,51**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
SOCIAL	**0,63**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
CULTURAL	**0,78**	SUSTENTÁVEL
TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	**0,76**	SUSTENTÁVEL
ECONOMICA	**0,72**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DO TBC EM CHA DE JARDIM	**0,68**	**PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Utilizando a mesma fórmula do Dimensionamento Min-Max com os índices das 5 dimensões foi feito o cálculo do Índice Geral do TBC para a comunidade de Chã de Jardim, a partir da média das respostas de todos os entrevistados das comunidades. Dessa forma, a fórmula utilizada foi a seguinte:

$$\textbf{Índice de Sustentabilidade do TBC} = \frac{(\textbf{pontuação média de todos os entrevistados} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

Assim, a partir da aplicação dessa fórmula, obteve-se como resultado que o Índice de Sustentabilidade do TBC em Chã de Jardim foi **0,68.** Aplicando o mesmo critério para classificação e análise de faixas dos índices das dimensões (Quadro 44) tem-se como resultado que o Índice de Sustentabilidade do TBC em **CHÃ DE JARDIM** foi considerado **PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL.**

4.5.7.2 Nível de Sustentabilidade do TBC em Ponta Grossa

Dos 38 indicadores do SISDTBC na comunidade de Ponta Grossa APENAS um foi considerado insustentável, cinco foram considerados parcialmente insustentáveis, 10 foram considerados parcialmente sustentáveis e 22 foram considerados sustentáveis.

Dessa forma, verifica-se que a maioria dos indicadores em Ponta Grossa foi classificada como sustentável (22) e parcialmente sustentável (10), isto é, contribuem positivamente para a sustentabilidade da atividade turística de base comunitária nesta comunidade. O Quadro 57 apresenta um resumo das avaliações dos indicadores encontrados por cada dimensão na comunidade de Ponta Grossa.

Quadro 57: Resumo das avaliações dos indicadores por dimensão na comunidade de Ponta Grossa.

NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE DO TBC	DIMENSÃO					
	AMBIENTAL	SOCIAL	CULTURAL	TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	ECONÔMICA	TOTAL
INSUSTENTÁVEL	1	0	0	0	0	**1**
PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL	4	0	0	1	0	**5**
PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL	4	1	3	1	1	**10**
SUSTENTÁVEL	5	3	4	7	3	**22**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A partir do cálculo do índice de Sustentabilidade de cada dimensão na comunidade de Ponta Grossa, é possível observar que das cinco dimensões do SISDTBC apenas uma foi considerada como parcialmente sustentável e as quatro demais dimensões foram consideradas sustentáveis (Quadro 58).

Quadro 58: Avaliações dos índices por dimensão e geral na comunidade de Ponta Grossa.

DIMENSÃO	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE	AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO
AMBIENTAL	**0,68**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
SOCIAL	**0,84**	SUSTENTÁVEL
CULTURAL	**0,85**	SUSTENTÁVEL
TURÍSTICA E INSTITUCIONAL	**0,84**	SUSTENTÁVEL
ECONOMICA	**0,91**	SUSTENTÁVEL
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DO TBC EM PONTA GROSSA	**0,82**	**SUSTENTÁVEL**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Utilizando a mesma fórmula do Dimensionamento Min-Max com os índices das cinco dimensões foi feito o cálculo do Índice Geral do TBC para a comunidade de Ponta Grossa, a partir da média das respostas de todos os entrevistados das comunidades. Dessa forma, a fórmula utilizada foi a seguinte:

$$\textbf{Índice de Sustentabilidade do TBC} = \frac{(\textbf{pontuação média de todos os entrevistados} - \textbf{pontuação mínima})}{(\textbf{pontuação máxima} - \textbf{pontuação mínima})}$$

A partir da aplicação desta fórmula, obteve-se como resultado que o Índice de Sustentabilidade do TBC em Ponta Grossa foi **0,82.** Aplicando o mesmo critério para classificação e análise de faixas dos índices das dimensões (Quadro XX) temos como resultado que o Índice de Sustentabilidade do TBC em **PONTA GROSSA** foi considerado **SUSTENTÁVEL.**

4.5.8 Discussão e análise dos Níveis de Sustentabilidade do TBC nas duas comunidades em estudo

O SISDTBC foi aplicado à realidade das duas comunidades dessa pesquisa e verificou-se que o Índice de Sustentabilidade do TBC obtido foi considerado PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL na comunidade de Chã de Jardim e SUSTENTÁVEL na comunidade de Ponta Grossa. De acordo com esses resultados, verificou-se que a atividade do Turismo de Base Comunitária desenvolvidas nessas comunidades é compreendida, de forma geral, como positivas nas cinco dimensões, tendo em vista que nenhuma dimensão foi considerada insustentável ou parcialmente insustentável. É o que se pode observar no quadro 59:

Quadro 59: Resumo geral dos Índices e Análises das Dimensões da Sustentabilidade do TBC

LOCALIDADE	DIMENSÃO	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE	AVALIACÃO
CHÁ DE JARDIM	Ambiental	**0,51**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
	Social	**0,63**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL

	Cultural	**0,78**	SUSTENTÁVEL
	Turística e internacional	**0,76**	SUSTENTÁVEL
	Econômica	**0,72**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
	TBC GERAL	**0,68**	**PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL**
PONTA GROSSA	Ambiental	**0,68**	PARCIALMENTE SUSTENTÁVEL
	Social	**0,84**	SUSTENTÁVEL
	Cultural	**0,85**	SUSTENTÁVEL
	Turística e internacional	**0,84**	SUSTENTÁVEL
	Econômica	**0,91**	SUSTENTÁVEL
	TBC GERAL	**0,82**	**SUSTENTÁVEL**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Visualiza-se no quadro 60 que, na comunidade de Ponta Grossa, apenas uma das cinco dimensões não foi considerada sustentável que foi a dimensão Ambiental, o que representa uma análise geral positiva da sustentabilidade do TBC nessa comunidade. Ainda assim, faz-se relevante destacar a importância de se buscar a melhoria dos indicadores da dimensão ambiental nessa comunidade, pois essa dimensão é a que apresenta o maior número de indicadores e sua relevância para o alcance da sustentabilidade do TBC e da própria comunidade.

A preocupação com a sustentabilidade da dimensão ambiental deve nortear o TBC de maneira prioritária, pois, como ressalta Silva (2008, p.37) “A degradação ambiental está diretamente conectada à insustentabilidade do turismo”. Isto acontece pelo fato de que a perda de qualidade ambiental da destinação produz um efeito “bola-de-neve” que desencadeia tanto na insatisfação e diminuição da demanda turística como em sérios prejuízos e limitações às comunidades de locais em relação à manutenção das condições necessárias as práticas de suas atividades tradicionais (SILVA, 2008).

Em Chã de Jardim, duas dimensões foram consideradas sustentáveis que foram a Dimensão Cultural e a Turística e Institucional. Porém, as outras três dimensões foram consideradas parcialmente sustentáveis que foram as dimensões: Ambiental, Social e Econômica. Apesar de este resultado sugerir que a atividade do TBC nessa comunidade é considerada positiva (com tendências à sustentabilidade), porém faz-se imprescindível

destacar que ainda é necessário buscar a melhoria nas dimensões Ambiental, Social e Econômica visando tornar-se efetivamente sustentável.

Esses resultados devem chamar a atenção tanto da comunidade quanto dos gestores locais visando buscar a implementação de medidas que viabilizem a melhoria dos indicadores dessas três dimensões. Para tanto, os indicadores dessas três dimensões precisam ser constantemente reavaliados e, para isso, é importante que o SIDSTBC seja frequentemente analisado e monitorado pelos membros dessa comunidade com o objetivo de solucionar os aspectos relacionados aos indicadores que não foram analisados como sustentáveis.

4.5.9 Análise comparativa entre o índice de Sustentabilidade do TBC e demais índices

No quadro 60 é possível observar os resultados obtidos dos índices de sustentabilidade do TBC em cada comunidade bem como com os demais índices de Qualidade de vida, de Satisfação com a Vida, de Percepção em relação ao TBC e os de Abastecimento de Água, Tratamento de Esgotos e Coleta de Resíduos Sólidos.

Quadro 60: Resumo Geral dos Índices produzidos.

COMUNIDADE	ÍNDICES						
	PERCEPÇÃO DO TBC	SATISFAÇÃO COM A VIDA	QUALIDADE DE VIDA	ABASTECIM. DE ÁGUA	TRATAM. DE ESGOTOS	COLETA DE RESÍDUOS	TBC GERAL
CHÃ DE JARDIM	**0,79**	**0,67**	**0,72**	**0,10**	**0,23**	**0,14**	**0,68**
PONTA GROSSA	**0,97**	**0,77**	**0,75**	**0,00**	**0,27**	**0,89**	**0,82**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Confirma-se que todos os índices calculados para a comunidade de Ponta Grossa foram mais altos que os da comunidade de Chã de Jardim, exceto o Índice de Abastecimento de Água. O Índice de Percepção em relação ao TBC na comunidade de Ponta Grossa foi o índice mais alto (mais perto de 1) entre todos os índices obtidos. Acredita-se que diversos fatores podem influenciar esses resultados, como por exemplo:

- O nível de escolaridade da comunidade de Ponta Grossa é mais alto que o da comunidade de Chã de Jardim, pois, na primeira, a maioria dos respondentes possui o Ensino

Médio Completo (31,96%) enquanto na segunda a maioria dos indivíduos possui Ensino Fundamental Incompleto (30,93%). Esse dado foi corroborado a partir dos resultados obtidos com o teste estatístico de correlações de *Spearman* que concluiu que "Quanto maior o Grau de Escolaridade maior a Percepção do TBC", "Quanto maior o Grau de Escolaridade maior a Satisfação com a Vida" e "Quanto maior o Grau de Escolaridade maior a Qualidade de Vida";

- O tempo de existência do projeto de Turismo de Base Comunitária em Ponta Grossa é bem maior que o de Chã de Jardim, pois enquanto a primeira teve seu início ainda na década de 1990, na segunda comunidade teve início atribuído ao ano de 2006, quando foi formada a Associação ADESCO; O fator tempo pode contribuir no quesito experiência da comunidade em relação ao TBC;

- A proximidade da comunidade de Ponta Grossa com praias vizinhas como a de Canoa Quebrada onde se desenvolve o Turismo de Massa, com grandes fluxos de visitantes e pequena participação da comunidade como proprietária dos empreendimentos turísticos, permite que eles tenham um exemplo próximo do que não querem para sua comunidade, como ressaltado na fala do Sr. Eliabe Crispim quando disse que

> (...) vocês tão vendo tá aí? Venderam tudo e não podem nem encostar em jangada na praia porque eles privatizam, e quem é que vai conseguir pescar se não puder colocar uma jangada em frente na praia? E aí vai trabalhar, limpar prato pros outros, além de perder o processo cultural natural, ele perde a sua identidade.

- O fato de a comunidade de Ponta Grossa participar de uma Rede de Turismo Comunitário (Rede Tucum) também pode influenciar nos resultados dos seus índices mais altos em relação à comunidade de Chã de Jardim, pois se acredita que a partir dessa cooperação entre comunidades do Ceará, pode-se alcançar o fortalecimento do TBC através dos eventos, seminários e capacitações realizadas, tornando a comunidade consciente dos princípios e características desse tipo de turismo e, portanto, mais coesa em relação aos seus propósitos de desenvolvimento do turismo de base comunitária. Esta compreensão é corroborada por Lopes e Sá (2012), os quais concluíram que o Ceará está entre os dois estados brasileiros com o maior número de experiências de TBC, à frente, portanto, da Paraíba;

- A questão da luta da terra tem unido historicamente os moradores da comunidade de Ponta Grossa, pois estes tiveram que se unir para reivindicar o direito de posse da parte da

terra que hoje ocupam por “doação” por parte da empresa que inicialmente coagiu essas famílias a venderem suas terras; Como a área que essa comunidade ocupa atualmente também é bastante restrita eles se encontram espacialmente bem próximos, pois as propriedades são bem menores que as rurais observadas em Chã de Jardim e em Ponta Grossa também não existem propriedades maiores que as outras, considerando a divisão por famílias realizada quanto esses receberam o direito à posse;

- O fato de as Associações da comunidade de Ponta Grossa terem maior participação da comunidade também pode contribuir para a coesão dos membros da comunidade em torno do projeto de TBC. A Associação de Chã de Jardim tem menos de trinta jovens associados e foi possível observar que parte da comunidade ainda não se sente participante do projeto de desenvolvimento turístico.

Dessa forma percebeu-se que de maneira geral a abrangência e coesão da comunidade em torno do projeto de TBC em Ponta Grossa é maior que a observada na comunidade de Chã de Jardim e o envolvimento da comunidade em torno do TBC é bem mais limitado nesta última comunidade. Acredita-se que o fato de existir uma estrutura de governança, como a Rede TUCUM, favorece a coesão comunitária e responde pelo fortalecimento do TBC, frente à força dos grandes empreendimentos e da especulação imobiliária pois permite ainda o efetivo protagonismo comunitário, que caracteriza o TBC.

Verifica-se ainda que a organização em rede e a história de lutas pelo direito de continuarem ocupando seu território parece favorecer a busca da sustentabilidade e o senso de pertencimento na comunidade de Ponta Grossa, ratificando ainda mais o interesse dessa comunidade em permanecer naquele local, exercendo também sua atividade tradicional que é pesca.

Em relação aos índices de Qualidade de Vida, Satisfação com a Vida e de Percepção em relação ao TBC observa-se que todos foram considerados positivos. Como visto no referencial teórico desta pesquisa, o conceito de Qualidade de Vida é bastante subjetivo, tendo em vista que compreende a forma como o individuo avalia sua vida de maneira em geral, ou seja, a partir dos seus próprios critérios (PAVOT e DIENER, 2008). O conceito de Satisfação com a Vida também é influenciado por fatores contextuais e altamente subjetivo, determinado pelo que o indivíduo assimila cognitivamente no momento da resposta.

Assim sendo, avaliar a qualidade de vida e a satisfação com a vida é também avaliar aspectos subjetivos, identificando sob o ponto de vista do respondente como ele próprio percebe sua vida nos aspectos físicos, psicológicos, religiosos, ambientais e sociais.

A partir dos resultados obtidos para esses dois índices nas comunidades estudadas (ver quadro 61) é que no momento em que foram abordados e responderam às escalas apresentadas nos questionários, a maioria dos indivíduos dessas comunidades considerou a sua qualidade de vida satisfatória e estão satisfeitos com a vida que levam.

Apesar de os resultados dos índices terem sido bastante positivos, comparando com as respostas obtidas através de uma das perguntas abertas do questionário (Ver apêndices) sobre o que poderia ser feito pelo governo ou pela própria comunidade para melhorar sua qualidade de vida, na comunidade de Ponta Grossa a maioria das respostas abordaram melhorias consideradas básicas como no acesso aos serviços públicos de Saúde (33%) e Educação (7%), no aumento do número de empregos (15%) e na Iluminação pública (14%). Na comunidade de Chã de Jardim a maioria das respostas a essa mesma questão também foi relacionada à melhorias na área de saúde pública (34%), no abastecimento de água (18%) e na geração de mais empregos (13 %).

Ao se comparar os índices obtidos nessa pesquisa junto aos dados do IBGE sobre o Abastecimento de Água, Tratamento de Esgotos e Coleta de Resíduos, ratifica-se que essas comunidades ainda enfrentam muitas dificuldades nos aspectos mais básicos relacionados a esses três índices.

O que se observa, portanto, é que os indivíduos das duas comunidades mesmo não tendo algumas de suas necessidades mais básicas atendidas como acesso à saúde, educação, água, empregos, tratamento de esgotos e coleta de resíduos sólidos ainda assim demonstraram através das respostas às escalas dos Índices de Qualidade de Vida e Satisfação com a Vida que consideram sua qualidade de vida satisfatória e encontram-se satisfeitos com a vida que possuem em suas comunidades.

Sabe-se que na Comunidade de Ponta Grossa, a maioria dos moradores se denomina como cristãos evangélicos (BRAGA, 2013). Já na comunidade de Chã de Jardim verificou-se a comunidade é majoritariamente composta por cristãos católicos, pois o grupo de jovens que deu origem à ADESCO é o mesmo grupo de catecismo de jovens da igreja católica local e o evento que, de acordo com Luciana Balbino, consegue reunir boa parte dessa comunidade são as missas que acontecem nos primeiros domingos de cada mês na capela local.

Acredita-se que a forte religiosidade percebida nas duas comunidades também pode ter influência nos resultados positivos dos índices de Qualidade de Vida e de Satisfação com a Vida, pois durante as respostas muitos respondentes costumavam citar a vontade Divina como determinante nas suas condições de vida quando diziam frases como “sou satisfeito (a) sim, pois foi a vida que Deus me deu”.

No próximo capítulo serão apresentadas as considerações finais desse estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo de Base comunitária tem sido visto na sociedade contemporânea como uma alternativa ao Turismo convencional ou de Massas, onde as comunidades passam a assumir o protagonismo de seus processos de desenvolvimento, e se tornam coesas e capazes de gerir seus pequenos empreendimentos, gerando renda para suas famílias e comunidades, e preservando suas culturas, identidades e recursos naturais.

Ao longo desta pesquisa, decidiu-se analisar os projetos desenvolvidos em duas comunidades nordestinas, em que esse tipo de turismo tem sido praticado: comunidades de Ponta Grossa, no Ceará, e a comunidade de Chã de Jardim, na Paraíba. Trata-se de projetos distintos, desde a sua localização como em termos de estágio de desenvolvimento. Enquanto o primeiro se situa em uma área de praia, o segundo está localizado numa área rural do brejo de altitude paraibano.

Em Ponta Grossa, o projeto de TBC está mais consolidado, pois, desde 1998, a comunidade como um todo está mais envolvida e participa mais ativamente da atividade turística. A área ocupada pela comunidade foi devolvida após lutas comunitárias para sua reocupação e o acordo sobre a não venda do território, apesar de ser tácito, parece algo consensual nas gerações presentes. Existem três pousadas, 13 chalés e cinco barracas na comunidade atualmente.

Já em Chã de Jardim, o projeto de desenvolvimento da atividade turística é bem mais incipiente (desde 2006) e ainda se restringe a apenas uma parcela da comunidade, que em sua maioria são os jovens ligados à associação local (ADESCO). A questão da terra é bastante delicada, pois pode ser comprada a qualquer momento por grandes empresários de fora da comunidade que desejem implantar na região empreendimentos de grande porte, caso do condomínio fechado de residências que está sendo implantado nas proximidades de Chã de Jardim. O município de Areia, ao qual pertence a comunidade, tem atraído esse tipo de investimentos especialmente pelo clima mais ameno, característica do brejo paraibano. De empreendimentos turísticos na comunidade só existe até o momento o restaurante comunitário Vó Maria, a bodega, a fábrica de polpas e o *camping* e hotel de barracas às margens do Parque Estadual do Pau Ferro.

A partir das entrevistas com as lideranças comunitárias, verificou-se que o Turismo atualmente desenvolvido nas duas comunidades realmente se encaixa nos princípios do

Turismo de Base Comunitária desenvolvidos pela Rede Tucum (2018), pois a atividade do turismo não tem substituído às atividades econômicas primárias que são a pesca, em Ponta Grossa, e a agricultura, em Chã de Jardim. Ao contrário disto, existe um consenso comunitário que estas atividades devem coexistir e são complementares tendo em vista que a atividade turística tem como uma de suas características principais a sazonalidade e não deve ser encarada como exclusiva para nenhuma comunidade.

Também foi possível constatar que os projetos de TBC nas duas comunidades são coletivos e de base familiar, que existe uma gestão e organização comunitária através das associações voltadas ao desenvolvimento local e que, inclusive, visam a sustentabilidade socioambiental dessas comunidades. Percebeu-se, ainda, que nas duas comunidades tem coexistido a valorização da cultura e o fortalecimento das identidades locais, bem como se constatou que tais projetos de TBC promovem a geração e distribuição equitativa da renda na comunidade a partir de relações comerciais mais éticas e justas oferecendo experiências aos turistas locais diferenciadas com o estabelecimento de parcerias e cooperações.

Desse modo, através deste estudo, verificou-se que os pressupostos do TBC estão alinhados com as premissas do turismo sustentável e que esse tipo de turismo de base comunitária pode realmente ser considerado uma nova proposta de atividade que visa à sustentabilidade ecológica, econômica e sociocultural.

A partir dos questionários aplicados, traçou-se um perfil socioeconômico das comunidades estudadas. Constatou-se que a maioria dos respondentes da Comunidade de Chã de Jardim foi do gênero feminino (62%) enquanto a maioria dos respondentes em Ponta Grossa foi do gênero masculino (55%). Nas duas comunidades a maioria dos indivíduos que participaram da pesquisa foi da faixa etária entre 31 e 40 anos (24% em Chã de Jardim e 37% em Ponta Grossa). Em relação ao grau de escolaridade se percebeu uma diferença significativa entre as duas comunidades, pois enquanto em Chã de Jardim a maioria dos respondentes não completaram o Ensino Fundamental (48,78%) em Ponta Grossa a maioria concluiu o Ensino Médio (31,96%). Nas duas comunidades também se verificou que a maioria dos indivíduos são casados (56% em Chão de Jardim e 64% em Ponta Grossa) e não possuem filhos (correspondendo a 35 respondentes em Chã de Jardim e 30 respondentes em Ponta Grossa). Em relação às atividades e ocupações dos respondentes verificou-se que a maioria na comunidade de Ponta Grossa foi de pescadores (30%) enquanto na comunidade de Chã de Jardim a maioria foi de pessoas que não trabalham (47%). Esse último dado precisa ser observado criteriosamente, uma vez que reflete um alto índice de desemprego nesta comunidade, refletindo que o projeto de turismo local ainda não tem conseguido oferecer uma

quantidade de empregos satisfatória e capaz de abranger de fato um maior número de indivíduos dessa comunidade.

Em relação à percepção dos moradores das duas comunidades sobre o turismo e seus impactos verificou-se que tanto em Chã de Jardim como em Ponta Grossa a maioria dos respondentes acredita que suas comunidades têm capacidade para receber mais turistas. Sobre os impactos que esse possível aumento pode produzir em suas comunidades, a maioria dos respondentes citou impactos positivos especialmente os econômicos como aumento da renda e na quantidade de empregos corroborando o que Jaffar Jafari (1994) chamou de plataforma de defesa ou "*advocacy platform*", uma vez que os indivíduos das duas comunidades ainda supervalorizam os aspectos positivos do turismo, especialmente os econômicos. Este fato pode ser justificado pelo fato de que tais indivíduos ainda precisam ter suas necessidades básicas atendidas que são emprego e renda como forma de garantir a sua sobrevivência e de seus familiares.

Os resultados obtidos para os de índices de Percepção em Relação ao TBC, Satisfação com a Vida (*Satisfaction Live Scale)*e o de Qualidade de Vida (WHOOQOL-BREEF) junto aos moradores dessas comunidades foram bastante positivos, demonstrando que esses moradores encontram-se satisfeitos com a vida que tem e avaliam o nível de qualidade de vida que possuem como satisfatórios.

Já os resultados dos índices gerados a partir dos dados obtidos junto às bases do IBGE que foram o Índice de Abastecimento de Água, Índice de Tratamento de Esgotos e Índice de Coleta de Resíduos não foram considerados tão satisfatórios, pois apenas o Índice de Coleta de Resíduos na comunidade de Ponta Grossa foi acima de 0,3000. Ou seja, todos os três índices gerados na comunidade de Chã de Jardim foram considerados críticos (insustentáveis). Já entre os índices da comunidade de Ponta Grossa, o índice de Abastecimento de Água e o Índice de Tratamento de Esgotos foram considerados críticos (insustentáveis) e apenas o Índice de Coleta de Resíduos foi considerado sustentável.

O processo de adaptação do SISDTur de Hanai (2009) e criação do novo sistema de indicadores de sustentabilidade para o TBC (SISDTBC) foi composto de 3 etapas de triagens, sendo a primeira junto aos especialistas em TBC no Brasil, a segunda a partir de cursos e oficinas junto aos membros das duas comunidades e a terceira triagem foi realizada pela pesquisadora com base no objetivo de simplificação do novo sistema e a partir das informações colhidas por meio da observação in loco e entrevistas nas comunidades, resultando em uma única lista com 38 de indicadores distribuídos em 6dimensões que foram: Ambiental, Social, Cultural, Econômica ,Turística e Institucional.

A partir da aplicação desse novo sistema junto aos atores sociais de cada comunidade obtiveram-se médias que permitiram a geração dos Índices de Sustentabilidade de cada dimensão e também o Índice de Sustentabilidade do TBC em cada comunidade. Assim, o Índice de Sustentabilidade do TBC em Chã de Jardim foi de 0,6787 e o Índice de Sustentabilidade do TBC em Ponta Grossa foi 0,8234. Dessa forma, a partir dos resultados desses índices, torna-se possível responder a uma das questões centrais desse estudo que foi a análise do nível de sustentabilidade do TBC. Verificou-se, portanto, que na comunidade de Chã de Jardim o nível de sustentabilidade do TBC foi considerado como "parcialmente sustentável" enquanto o nível de sustentabilidade do TBC em Ponta Grossa foi considerado "Sustentável".

Esses resultados demonstram que o TBC foi avaliado positivamente nas duas comunidades pelos atores sociais que participaram da aplicação do SISDTBC, quando poucos dos 38 indicadores analisados foram considerados insustentáveis. Dessa forma, pode-se concluir que o TBC pode realmente contribuir para a sua sustentabilidade das comunidades envolvidas.

Também se verificou que exceto o Índice de Abastecimento de Água, todos os demais índices obtidos para a comunidade de Ponta Grossa foram mais altos que os verificados para a comunidade de Chã de Jardim. Entre os fatores que podem justificar essa diferença entre os valores dos índices das duas comunidades estão: o nível de escolaridade mais alto na comunidade de Ponta Grossa; o tempo de existência de maior do projeto de Ponta Grossa; a participação de Ponta Grossa em uma rede de turismo comunitário (Rede Tucum); o maior envolvimento da comunidade no projeto turístico de Ponta Grossa, representado pelo número maior de associações e associados; a origem dos moradores de Ponta Grossa ser de uma família (Crispim) e a maior coesão da comunidade devido à luta histórica pela propriedade da terra onde vivem.

Comparando os diversos índices obtidos para as duas comunidades, verificou-se que mesmo com o índice de desemprego sendo alto em Chã de Jardim e o índice de Escolaridade sendo considerado baixo, reconhecendo ainda a precariedade dos acessos aos serviços básicos como de saúde e educação, com deficiências graves no tocante ao Abastecimento de Água e Tratamento de Esgotos e a inexistência de serviço de coleta de resíduos sólidos públicos os indivíduos dessa comunidade se reconhecem como satisfeitos com sua vida e qualidade de vida e avaliam a sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária como Parcialmente Sustentável.

Já na comunidade de Ponta Grossa não se verificou alto índice de desemprego e o índice de escolaridade não foi tão baixo quanto o verificado em Chã de Jardim. Porém os indivíduos reconheceram que necessitam de melhorias nas áreas de saúde e educação, que não tem um tratamento de esgotos considerado sustentável e que o abastecimento de água sendo através de poço coletivo não recebe o tratamento recomendável, ainda assim os moradores dessa comunidade revelaram através do cálculo de seus índices que encontram-se satisfeitos com a Vida que tem, avaliam sua Qualidade de Vida como bastante satisfatória e o Turismo de Base Comunitária ali desenvolvido como Sustentável.

Assim, conclui-se que, mesmo com limitações, os moradores dessas duas comunidades estão satisfeitos com a escolha de trabalharem com o TBC, como na fala de Eliabe Crispim quando ele diz que o que eles querem é um tipo de turismo que "dê pra gente sobreviver, que nem nós estamos fazendo, que as famílias tenham as suas atividades, suas funções dentro do turismo e que venha com um dos propósitos da gente que é melhorar a qualidade de vida das pessoas daqui, que dependia só da pesca".

O fato de serem os protagonistas em suas comunidades, de conduzirem o turismo de acordo com o que lhes parece mais agradável para a coletividade, de terem sua cultura valorizada e recursos naturais preservados, características intrínsecas do TBC, parece contribuir com esse alto índice de satisfação com a vida que tem acesso e lhes faz considerar o TBC como positivo e sustentável.

Portanto, ao se comparar os resultados obtidos para os Índices de Percepção em Relação ao TBC, de Satisfação com a Vida e Qualidade de Vida com o Índice de Sustentabilidade das comunidades onde se aplicou o SISDTBC pode-se concluir que o TBC pode afetar positivamente a qualidade de vida e a satisfação com a vida dos moradores das comunidades onde o TBC tem sido desenvolvido.

Assim, acredita-se que sustentabilidade do TBC nas comunidades pode ser ainda mais fortalecida a partir do momento em que as comunidades passem a compreender a importância do monitoramento dos indicadores de Sustentabilidade do TBC propostos neste estudo. Da mesma forma, a utilização e monitoramento dos indicadores que compõem o SISDTBC pode auxiliar também outras comunidades onde este tipo de turismo seja adotado como proposta de desenvolvimento.

Assim sendo, reconhece-se a importância do monitoramento de todos os indicadores do SISDTBC para a busca constante de melhorias no TBC de forma a auxiliar no processo de planejamento turístico de cada comunidade auxiliando no processo de tomada de decisões

visando à sustentabilidade dessa atividade, tendo em vista ser essa uma proposta de sistema de indicadores mais simplificado e adaptado à realidade de pequenas comunidades.

Verifica-se, deste modo, que o Turismo de Base Comunitária tem de fato potencial para provocar mudanças significativas e positivas na qualidade de vida e satisfação com a vida das populações locais e, para tanto, sua sustentabilidade deve ser admitida como prioridade. Espera-se que muitas outras comunidades possam ser estimuladas a se tornarem protagonistas de seu desenvolvimento turístico, ter renda para continuar em seus territórios sem precisar vender suas terras e casas, ter suas culturas valorizadas e sua dignidade resgatadas, apesar de todas as dificuldades que vivenciem como dito por Luciana Balbino a respeito da comunidade de Chã de Jardim:

> hoje todo mundo tem muito orgulho de morar na Chã de Jardim. O fato de tantas pessoas virem de tantos lugares nos conhecer (...) mas principalmente a gente ter, assim**, qualidade de vida**, né, **a gente vive com dignidade na zona rural**. Então a gente tem uma renda e a gente tem, assim, elogio e a admiração de muita gente (LUCIANA BALBINO, 2018).

Os resultados apresentados com esse estudo retrataram o nível de sustentabilidade do TBC nas comunidades de Chã de Jardim e Ponta Grossa e também relacionou o resultado desse índice com os índices de Satisfação com a Vida, Qualidade de Vida e Percepção em Relação ao TBC. Desse modo, considera-se que os objetivos centrais desse trabalho foram alcançados.

Dentre as limitações desse estudo pode-se citar o fato de que se aplicou o SISDTBC em apenas duas comunidades. Dessa forma, recomenda-se que novos estudos sejam realizados em outras comunidades para comparação de seus resultados, com o objetivo de aprimorar ainda mais esse sistema de indicadores voltado à realidade do TBC e, dessa forma, contribuir para a sustentabilidade dos destinos turísticos onde se desenvolvem essa proposta de turismo. Outra limitação desse estudo foi o número pequeno de atores sociais que se dispuseram a participar da etapa de aplicação do SISDTBC. Recomenda-se que em aplicações futuras se busque uma maior sensibilização e adesão dos atores sociais.

Também se percebeu como uma limitação para o uso de indicadores e índices no monitoramento da Qualidade de Vida, Satisfação com a Vida, Percepção em relação ao TBC e de Sustentabilidade do TBC o alto grau de subjetividade desses índices tendo em vista que as informações que os geraram partiram da percepção das pessoas da própria comunidade.

No índice de TBC de cada comunidade, por exemplo, verificou-se a possibilidade de que o preenchimento do formulário por cada ator social tenha sido de acordo com a imagem que esses atores querem passar de suas comunidades. Considerando que os atores sociais tem

relação com a atividade turística, existe a possibilidade de que cada ator social tenha preenchido os itens intencionalmente de forma positiva, pois não queriam prejudicar a imagem do turismo em sua própria comunidade.

Como sugestões para a melhoria do TBC nas duas comunidades, sugere-se que ambas procurem monitorar com frequência a satisfação dos turistas com o TBC e também a satisfação dos próprios moradores, tendo em vista que os primeiros são essenciais para o desenvolvimento turístico, mas são os moradores locais que devem ser os principais beneficiados com o TBC em suas comunidades.

Também se sugere que sejam implementadas na comunidade de Chã de Jardim e ampliadas na comunidade de Ponta Grossa soluções mais sustentáveis e de baixo custo para o tratamento de esgotos como é o caso das fossas ecológicas ou círculos de bananeiras, pois verificou-se que em Ponta Grossa já existem algumas dessas fossas porém faz-se importante que essa tecnologia seja melhor difundida e adotada também nessa comunidade visando contribuir com a melhoria do Índice de Tratamento de Esgotos nas duas comunidades.

No estado da Paraíba, onde se encontra a comunidade de Chã de Jardim, mais especificamente, sugere-se a criação de uma rede de Turismo Comunitário na Paraíba com o objetivo de fortalecer as experiências desse tipo de turismo que tem surgido nas últimas décadas, pois se verificou a importância e influência dessas redes para a obtenção de vantagens mais competitivas no mercado turístico e também na contribuição para obtenção de verbas através de políticas públicas voltadas às comunidades.

Como forma de fortalecer a o TCB na comunidade de Chã de Jardim, mais especificamente, sugere-se que a ADESCO busque uma maior adesão da comunidade e desenvolva uma campanha de marketing turístico e social divulgando a mensagem que o projeto de TBC é da comunidade como um todo, apresentando ainda propostas de novos empreendimentos para a inserção de novos membros da comunidade como a construção de empreendimentos na área de hospedagem e a criação de outros passeios integrados, diminuindo assim o índice de desemprego nessa comunidade. Também se faz imprescindível a busca de uma solução mais sustentável para o abastecimento de água, coleta de resíduos e tratamento de esgotos nessa comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônio Rafael Barbosa de. Ecoturismo e turismo de base comunitária na comunidade de Forte Velho, PB: diagnóstico e proposições. **Dissertação de Mestrado.** PRODEMA, Universidade Federal da, Paraíba, PB, Brasil, 2016.

ALMEIDA, Diogo; SANTOS, Marco Aurélio Reis dos; COSTA, Antônio Fernando Branco. **Aplicação do Coeficiente Alfa de Cronbach nos resultados de um questionário para avaliação de desempenho da saúde pública**. IN XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente. São Carlos, SP, Brasil, 12 a 15 de outubro de 2010.

ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. 142p.

ALVES, Maria Lucia Bastos**. Reflexões Sobre a Pesquisa Qualitativa Aplicada ao Turismo**. Revista Turismo e Análise. Vol. 22, n. 3, dezembro 2011.

ARAÚJO, Wilson Alves de; TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes; ANDRADE, Maristela Oliveira; Trevizan, Salvador Dal Pozzo. **Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão.** In: INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 5-18, out./dez. 2017.

AYRES, Manuel; AYRES JÚNIOR, Manuel; AYRES, Daniel Lima; SANTOS, Alex Santos dos. **BioEstat 5.0**: aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas. Belém: MCT; IDSM; CNPq, 2007. 364 p.

BALDIN, Nelma.; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. "**Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária.**" In: Anais do X Congresso Nacional de Educação. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. 2011.

BAUMAN, Zygmund. **COMUNIDADE:** A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BOSSEL, Harmut. **"Indicators for sustainable development: theory, method, applications:** a report to the Balatom Group"**.** Winnipeg: IISD, 1999**.**

SILVA, David Leonardo Bouças da. Turismo em Unidades de Conservação: contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lencois Maranhenses. **Dissertação de Mestrado.** Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008, 206p**.**

BURGOS, Andrés; MERTENS, Frédéric**. Collaborative networks in community-based tourism: implications for participatory management**. Revista Tourism & Manegement Studies, Faro, v. 12, n. 2, p. 18-27, dez., 2016.

BRASIL. **Diploma Legal de Criação da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde** - CE. Decreto s/nº de 05 de junho de 2009.

BRAGA, Maíra Batista. **Turismo de base comunitária em regiões litorâneas: processos e resultados diferenciados**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós–graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2015.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, M. **Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil**. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, (p. 76-91).

CARVALHO, R. C. Turismo nos Lençóis Maranhenses: Estudo das representações sociais de atores sociais sobre a situação anual e futura do turismo nos Municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA**. Tese (Doutorado do Centro de Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2007, 311 p.**

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário**. In: Coriolano, Luzia Neide M. T e Cruz, Luiz Lima (orgs.). Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

_____. **Epistemologia da análise do discurso no turismo.** Caderno Virtual de Turismo. Vol. 5, N° 2, 2005, (p- 50-56).

_____. **O turismo comunitário no nordeste brasileiro.** In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277 - 288.

CASTILHO, M. A. de; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. **Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS.** Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 10, n. 2, p. 159-69, jul./dez. 2009.

CORIOLANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário.** Revista Brasileira De Desenvolvimento Regional. Blumenau, (p- 95-111), 2013.

COUTO, Sara Ferreira Sá. **O impacto do turismo na qualidade de vida e bem-estar do turista. Dissertação de mestrado.** Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias **Lisboa,** Portugal, 2012.

DAVID, Fátima; PINHEIRO, Odete. **Importância das associações de desenvolvimento local na economia do turismo In:** ANALES DE ECONOMÍA APLICADA Año 2010 - Número XXIV © 2010 ASEPELT © 2010 Delta Publicaciones Universitarias.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant´Ana. **O nosso lugar virou parque:** estudo socioambiental do Saco de Mamanguá – Parati, Rio de Janeiro. 3.ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à pesquisas sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2005.

FABRINO, Nathalia Hallack; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; COSTA, Helena Araujo. **Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas**. Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro, v.16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016.

FALCÃO, Mariana Cavalcanti; GÓMEZ, Carla Regina Pasa. **Avaliando a sustentabilidade de um destino turístico**: o caso de Fernando de Noronha. In: CANDIDO, Gesinaldo Ataíde. Desenvolvimento Sustentável e Sistema de Indicadores de Sustentabilidade. Campina Grande-PB: Ed. UFCG, 2010.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida; LEAL, Ondina Maria Fachel; LOUZADA, Sérgio Noll, XAVIER, Marta Kops; CHACHAMOVICH, Eduardo; VIEIRA, Guilherme M.; SANTOS, Lyssandra dos; e PINZON, Vanessa. **"Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100)."** Revista Brasileira de Psiquiatria. São Paulo, SP. Vol. 21, n. 1 (jan./mar. 1999), p. 19-28 (1999).

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. **O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas**. Ciênc. Saúde Coletiva vol.5 n°.1 Rio de Janeiro, 2000. Disponível em **http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100004**

FRASER, Evan D.G., DOUGILL, Andrew J., WARREN, E. Mabee, REED, Mark S., MCALPINE, Patrick. **Bottom up and top down: Analysis of participatory processes for sustainnability indicator identification as a pathway to community empowerment and sustainnable environmental management**. Journal of Environmental Management 78 (2006), 114-127.

GARCIA, J. G.; MARQUES, C. P.; MARQUES, C. S. **Associativismo e Redes no Turismo Rural - A experiência de turismo comunitário rural em Prainha do Canto Verde, Ceará, Brasil.** Anais...: IX Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. 2014. Disponível em: <http://143.107.95.102/prof/kasolha/citurdes/anais/pdf/eixo3/GT3_1.pdf>. Acesso em: 01/Ago. 2017

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Orgs.) **Métodos de Pesquisa**. Série Educação à distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social. 6**. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto**.** Qualidade de Vida: identidades e indicadores. **In:** GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física:** explorando teorias e práticas. Barueri: Manole, 2004, p.03-25.

GOUVEIA, Valdinei V; MILFONT, Taciano L.; FONSECA, Patrícia Nunes da; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda. "**Life satisfaction in Brazil: Testing the psychometric properties of the satisfaction with life scale (SWLS) in five Brazilian samples."** Revista *Social Indicators Research* 90, no. 2, 2009 (p. 267-277).

GUZZATTI, Thaise Costa; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Turismo de Base Comunitária em territórios rurais:** caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 6, n. I, 2013, p. 93-106.

HANAI, Frederico Yuri. ESPÍNDOLA, Evaldo Luiz Gaeta. **Indicadores de Sustentabilidade para desenvolvimento turístico. In:** PHILIPPI JR, Arlindo. MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental. Barueri, SP: Manole, 2012. (Coleção Ambiental;)

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010** – Resultados do Universo. Acesso em março de 2019.

IRVING, M. A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária:** inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

LACERDA, C. S. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para Atividade Turística:** uma proposta metodológica participativa aplicada no município do Conde/PB. **Dissertação de Mestrado**, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, PB, Brasil, 2011.

LAGE, Beatriz Helena Gales; MILONE, Paulo Cesar. **Economia do Turismo**. São Paulo: Atlas (2001).

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO, Alexandre Netto. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LLOBET, M.; ÁVILA, N.; FARRÀS, J. & CANUT, M. **Qualidade de vida, felicidade e satisfação com a vidão em anciãos com 75 anos ou mais, atendidos num programa de atenção domiciliária**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 19, (3), 467-475. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n3/pt_04.pdf

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina:** gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25 - 44.

MARIANI, M. A. P. **Economia Solidária, Turismo e Desenvolvimento Local:** Possibilidades de Mediações no Município de Miranda, no Mato Grosso Do Sul. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Farias; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Organizadores). Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

MARQUES, Joana Brás Varanda. DE FREITAS, Denise. **Método DELPHI: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação.** Revista Pro-Posições vol.29 no.2 Campinas maio/ago. 2018.

MARTINS, Maria de Fátima. CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise**. In: CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde (Org.). Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas. Campina Grande- PB: Ed. UFCG, 2010.

MENDONÇA, T. C. de M. **Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde uma solução em defesa do local herdado**. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 289-301.

MIELKE, E. J., & PEGAS, F. **Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão.** REVISTA TURISMO EM ANÁLISE**,** 2013, 170-189**.**

OLIVEIRA, Josilene Ribeiro de. **"Do sítio sim, besta não!": reciprocidade, dons e lutas simbólicas em jogo no turismo em Areia, Paraíba-Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Université Bourgogne Franche Comté, École Doctorale Sociétés, Espace, Pratiques, Temps, Recife, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Trad. Sandra Netz. – Porto Alegre: Bookman, 2003.

OKAZAKI, Etsuko. **A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use**. In: JOURNAL OF SUSTAINABLE TOURISM. Vol. 16, No. 5, 2008.

PASQUALI, L. **Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação.** Petrópolis: Vozes, 2003.

PAVOT, W., & DIENER, E. **The Satisfaction with Life Scale and the emerging construct of life satisfaction.** The Journal of Positive Psychology, v 3 n°2, 2008, p. 137-152.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RED DE TURISMO COMUNITARIO DA AMERICA LATINA (REDTURS). Disponível em: <http://www.redturs.org/.> Acesso em: 30 de março de 2016.

REED, Mark S., FRASER, Evan D. G., DOUGILL, Andrew J. **An adaptative learnig process for developing and applying sustainnability indicators with local comunities**. Science Direct, 2006

RODRIGUES, Rosa Alice. Impactos ambientais na zona costeira e a qualidade de vida das comunidades**. Dissertação de Mestrado**. Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais do Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará, Brasil, 2004.

SÁ, Karen Ann Câmara Bezerra; LOPES, Fernando Dias. **Turismo, Estado e Desenvolvimento.** In: PHILIPPI JR, Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES, Valdir. Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade. Editora Manole, 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. **Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 8, n. 1, p. 42-58, jan./mar. 2014.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142 - 161.

SANTOS, J. G. Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE. **Dissertação de Mestrado**, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, PE, Brasil, 2013.

SEBELE, Lesego S. **Community-based tourism ventures, benefits and challenges:** Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. **Tourism Management** 31, p. 136–146, 2010.

SILVA, Christian Luiz da, Simone WIENS. **Indicadores: conceitos e aplicações**. In: Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva (2010).

SILVA, Nicole Nascimento; CANDIDO, Gesinaldo Ataíde**. Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: um estudo de caso do município de Areia – PB**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR). São Paulo, pp. 475-496, set./dez. 2016

VERA-REBOLLO, José Fernando; BAIDAL, Josep Antoni Ivars. **Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible.** Experiencias públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible. 2003.

SNUC - **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Ministério do Meio Ambiente.

TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; NISHIDA, Alberto Kioharu. Empreendimentos turísticos e impactos ambientais no distrito de Jacumã, município de Conde-PB. In: LIMA, Eduardo R. Viana de Lima (org.). Dilemas Ambientais do Uso e Ocupação da costa paraibana. Editora da UFPB. Volume 2. Coleção Pesquisa Prodema.

TWINING-WARD, L. & BUTLER, R. **Implementing STD on a small island:development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa**. Journal of Sustainable Tourism, 10(5), pp. 363 – 387, 2002.

URANO, D. G.; SIQUEIRA, F. S.; NÓBREGA, W. R. M. Articulação em redes como um processo de construção de significado para o fortalecimento do turismo de base comunitária. **Caderno Virtual de Turismo.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 200-210, ago. 2016

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas**.** (2006).

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ZAQUAL, H., Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75.

WHO (World Health Organization) 1997. Country protocol for developing the WHO quality of life (WHOQOL): HIV/Aids module. MNH/PSF/97.3. WHO, Genebra. 18 pp.

WEBSITES:

Areia – Prefeitura Municipal de Areia-PB. (2015). História. Acedido em janeiro, 05 de dezembro de 2018, em http://www.areia.pb.gov.br/historia/**.**

IPHAN - http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/347/ Acessado em 05 de dezembro de 2018.

TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário. http://www.tucum.org/rede-tucum/ Acedido em julho de 2018.

http://www.sbcbrasil.com.br/noticias/conteudo/ponta-grossa-e-eleita-a-praia-mais-bela-do-ceara/143 Acedido em 23 de agosto de 2018.

https://www.tratamentodeagua.com.br/agua-pocos/ Acessado em 12 de julho de 2019.
Água captada em poços: clandestinidade, riscos e garantia
Publicado em 06/03/2019 às 14:15:47

https://www.masterambiental.com.br/noticias/residuos-solidos/o-velho-habito-de-queimar-lixo/ Acessado em 12 de julho de 2019.

https://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre

APÊNDICE A - MODELO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO NAS DUAS ÁREAS DE ESTUDO

Este questionário faz parte da coleta de dados da pesquisa de Doutoramento de **JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO**, realizado pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da **Universidade Federal da Paraíba**, sobre Indicadores de Sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos. O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas. Não existem respostas certas ou erradas. Obrigada pela sua colaboração.

PRODEMA

SEÇÃO I - PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE DE PONTA GROSSA SOBRE O TURISMO LOCAL

1 - Faixa Etária:
◯ De 15 a 20 anos ◯ De 21 a 30 anos ◯ De 31 a 40 anos
◯ De 41 a 50 anos ◯ De 51 anos a 60 anos ◯ Acima de 60 anos

2 – Grau de Escolaridade:
◯ Fundamental Incompleto ◯ Fundamental Completo ◯ Ensino Médio Incompleto
◯ Ensino Médio Completo ◯ Superior Incompleto ◯ Superior Completo
◯ Pós Graduação Incompleta ◯ Pós-Graduação Completa ◯ Outros

3 – Gênero: ◯ Feminino ◯ Masculino ◯ Outro. Qual? _____

4 – Estado Civil ◯ Solteiro (a) ◯ Casado(a) ◯Divorciado(a) ◯ viúvo(a) ◯ Outro. Qual? _____

5 – Tem filho(s)? ◯ Sim. Quantos?_____ ◯ Não.

6 – Quantas pessoas moram com você na mesma casa? _____

7 – Atualmente você está trabalhando? ◯ Sim ◯ Não.

7.1 - Se não, gostaria de trabalhar? ◯ Sim. Se sim, com quê? _____
◯ Não. **(Se não trabalha, pular para a Questão 7.2.4)**

7.2 – Se sim, você trabalha diretamente com o turismo? ◯ **Sim** ◯**Não (Se não, pular para a Questão 7.2.4)**

7.2.1 - Se Sim, com qual atividade?
◯ Proprietário de Pousada ◯ Funcionário de Pousada ◯ Proprietário de Chalé
◯ Funcionário de Chalé ◯ Guia de Turismo ◯ Bugueiro (passeio de buggy)
◯ Restaurante ◯ Outra. Qual? _____

7.2.2 – Qual a quantidade média de turistas que você costuma atender por mês?
◯ Até 20 turistas/mês ◯ Entre 21 e 40 turistas/mês ◯ Entre 41 e 60 turistas/mês
◯ Entre 61 a 80 turistas/mês ◯ Entre 81 e 100 turistas/mês ◯ Acima de 100 turistas/mês.

7.2.3 – O que você consegue lucrar por mês tem sido suficiente para a satisfação das suas necessidades e da sua família?
◯ Sim
◯ Não. Por quê?_____

7.2.4 – Você acredita que a comunidade de Ponta Grossa tem capacidade para receber mais turistas?

◯ Sim ◯ Não. Por quê?_____ _____

7.2.4.1 - Se acha que tem capacidade, quais impactos você percebe que isto ocasionaria?_____
_____

7.2.4.2 – Você acha que se a comunidade recebesse mais turistas, isso melhoraria sua qualidade de vida e da sua comunidade? ◯ Sim ◯ Não. Por quê? _____

7.2.5 – Você já fez algum curso de capacitação/qualificação na área de turismo?
◯ Sim. Se sim, Qual(is) e onde?_____ _____
◯ Não. Se não, gostaria de fazer? ◯ Sim. Se sim, por que ainda não foi feito?_____ _____
◯ Não.

7.2.6 – O que você considera que atrai mais os turistas à comunidade de Ponta Grossa?
◯ A beleza natural local ◯ A tranquilidade local ◯ Outra atratividade. Qual? _____

7.2.7 – Você considera que os preços cobrados pelos serviços prestados na comunidade são justos?
◯ Sim ◯ Não. Por quê?_____

7.2.8 – Os turistas que você atende costumam reclamar de algo aqui na comunidade?
◯ Sim. De quê?_____
◯ Não

7.2.9 – O que você acha que poderia ser feito (pelo governo ou pela própria comunidade) para melhoria do turismo em sua comunidade?__ _____

_____

7.3 - Se não trabalha diretamente com o Turismo, com que trabalha?

◯Funcionário da público/prefeitura ◯ Comerciante ◯ Trabalhador doméstico
◯ Agricultor ◯ Outra Atividade. Qual? _____

7.3.1 – O que você acha que poderia ser feito (pelo governo ou pela própria comunidade) para melhoria da sua qualidade de vida em sua comunidade? _____

_____

7.3.2 – Algum turista já lhe causou problemas ou a alguém próximo?

◯ Sim. Como?_____

◯ Não.

Instruções: Abaixo você encontrará seis afirmações com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de respostas a seguir, que vai de 1 a 7, indique o quanto concorda ou discorda com cada uma assinalando com um X. (Quadro 01)

Afirmativas	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Nem concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
Você se sente confortável com a presença de turistas em sua comunidade.							
O turista traz mais benefícios do que prejuízos à comunidade.							
O Turismo de Base Comunitária é o mais adequado à sua comunidade.							
O Turismo de Massa, como o que acontece na praia vizinha de Canoa Quebrada, não é o tipo de turismo que a comunidade de Ponta Grossa deseja.							
A construção de grandes hotéis e resorts na sua comunidade traria mais prejuízos do que benefícios							
O turista que vem a Ponta Grossa sai satisfeito com os serviços turísticos oferecidos aqui.							
Os jovens têm oportunidades de trabalho aqui na própria comunidade.							
A comunidade de Ponta Grossa é unida.							

SEÇÃO 2 – ESCALA DE SATISFAÇÃO COM A VIDA

Instruções: Abaixo você encontrará cinco afirmações com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de respostas a seguir, que vai de 1 a 7, indique o quanto concorda ou discorda com cada uma assinalando com um X.

Afirmativas	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Nem concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
1 – Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima ao meu ideal.							
2 – As condições da minha vida são excelentes.							
3 – Estou satisfeito (a) com minha vida.							
4 – Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na							

vida.							
5 – Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.							

SEÇÃO 3 – AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA (WHOQOL-BREF)

Instruções: Este questionário é sobre como você se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida. Por favor responda a todas as questões. Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, por favor, escolha entre as alternativas a que lhe parece mais apropriada. Esta, muitas vezes, poderá ser sua primeira escolha. Por favor, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações. Nós estamos perguntando o que você acha de sua vida, tomando como referência as duas últimas semanas. Por favor, leia cada questão, veja o que você acha e circule no número e lhe parece a melhor resposta.

PERGUNTA	MUITO RUIM	RUIM	NEM RUIM NEM BOA	BOA	MUITO BOA
1 - Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5
PERGUNTA	**MUITO INSATISFEITO**	**INSATISFEITO**	**NEM SATISFEITO NEM INSATISFEITO**	**SATISFEITO**	**MUITO SATISFEITO**
2 - Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	5
PERGUNTA	**NADA**	**POUCO**	**NEM MUITO NEM POUCO**	**MUITO**	**MUITÍSSIMO**
3 - Em que medida as suas dores (físicas) o (a) impedem de fazer o que precisa de fazer?	1	2	3	4	5
4 - Em que medida precisa de cuidados médicos para fazer a sua vida diária?	1	2	3	4	5
5 - Até que ponto gosta da vida?	1	2	3	4	5
6 - Em que medida sente que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7 - Até que ponto se consegue concentrar?	1	2	3	4	5
8 - Em que medida se sente em segurança no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
9 – Em que medida é saudável o seu ambiente físico?	1	2	3	4	5
PERGUNTA	**NADA**	**POUCO**	**MODERADAMENTE**	**BASTANTE**	**COMPLETAMENTE**
10 - Tem energia suficiente para a sua vida diária?	1	2	3	4	5
11 - É capaz de aceitar a sua aparência física?	1	2	3	4	5
12 - Tem dinheiro suficiente para satisfazer as suas necessidades?	1	2	3	4	5
13 - Até que ponto tem fácil acesso às informações necessárias para organizar a sua vida diária?	1	2	3	4	5
14 - Em que medida tem oportunidade para realizar atividades de lazer?	1	2	3	4	5
PERGUNTA	**MUITO MÁ**	**MÁ**	**NEM BOA NEM MÁ**	**BOA**	**MUITO BOA**
15 - Como avaliaria a sua mobilidade [capacidade para se movimentar e deslocar por si próprio(a)]?	1	2	3	4	5
PERGUNTA	**MUITO INSATISFEITO**	**INSATISFEITO**	**NEM SATISFEITO NEM INSATISFEITO**	**SATISFEITO**	**MUITO SATISFEITO**
16 - Até que ponto está satisfeito (a) com o seu sono?	1	2	3	4	5
17 - Até que ponto está satisfeito(a) com a sua capacidade para desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
18 - Até que ponto está satisfeito(a) com a sua capacidade de trabalho?	1	2	3	4	5
19 - Até que ponto está satisfeito(a) consigo próprio(a)?	1	2	3	4	5
20 - Até que ponto está satisfeito(a) com as suas relações pessoais?	1	2	3	4	5
21 - Até que ponto está satisfeito(a) com a sua vida sexual?	1	2	3	4	5
22 - Até que ponto está satisfeito(a) com o apoio que recebe dos seus amigos?	1	2	3	4	5
23 - Até que ponto está satisfeito(a) com as condições do lugar em que vive?	1	2	3	4	5
24 - Até que ponto está satisfeito(a) com o acesso que tem aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
25 - Até que ponto está satisfeito(a) com os transportes que utiliza?	1	2	3	4	5
PERGUNTA	**NUNCA**	**POUCAS VEZES**	**ALGUMAS VEZES**	**FREQUENTE MENTE**	**SEMPRE**
26 - Com que frequência tem sentimentos negativos, tais como tristeza, desespero, ansiedade ou depressão?	1	2	3	4	5

APÊNDICE B - MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa consiste na **ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC) A PARTIR DO USO DE INDICADORES** e está sendo desenvolvida por **JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO**, aluna do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Eduardo Rodrigues Viana de Lima.

O objetivo geral do estudo é **analisar o nível de sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária (TBC) desenvolvido nas comunidades de Ponta Grossa (Icapuí-CE) e Chã de Jardim (Areia-PB).**

Solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das áreas humanas e ambiental e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, a retirada de seu consentimento será sem prejuízo algum.

Os benefícios esperados com a presente pesquisa são o estímulo e o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária por meio da geração de indicadores que contribuam com a sua sustentabilidade dos destinos que se propõem a desenvolver esse tipo de turismo.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

_____

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

OBERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)

_____

Assinatura da Testemunha

Espaço para para impressão dactiloscópica

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Joelma Abrantes Guedes Temoteo, 83 988858924. Endereço (Setor de Trabalho):UFPB, PRODEMA, Caixa Postal 5122, João Pessoa – PB, 58051-970 Fax/Fone: (083) 3216-7472. Ou para o **Comitê de Ética em Pesquisa** CEP – que é o colegiado criado para **defender os interesses dos sujeitos da pesquisa** em sua integridade e dignidade. Endereço: UNIVERSITÁRIO, S/N, Bairro Castelo Branco, João Pessoa/PB, Cep 58.051-900, telefone (83) 3216-7791, Fax (83) 327791, E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

Atenciosamente,

_____ _____

Assinatura do Pesquisador Responsável Assinatura do Pesquisador Participante

APÊNDICE C – MODELO DO FORMULÁRIO APLICADO JUNTO AOS DIVERSOS ATORES SOCIAIS ATUANTES NA ATIVIDADE TURÍSTICA LOCAL

Este formulário faz parte da pesquisa de doutorado de Joelma Abrantes no PRODEMA/UFPB, orientada pelo prof. Dr. Eduardo Viana. Tem como objetivo compreender como está sendo desenvolvida a atividade turística local, abrangendo aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais e turístico-institucionais.

Observações:

1 - Escolha apenas uma resposta para cada item a seguir;

2 – Serão apresentadas algumas afirmações (referentes aos indicadores) que deverão ser ponderadas de acordo com a sua percepção que pode ir do "1 - Discordo Totalmente" ao "5 – Concordo Totalmente". Observe que quanto maior o número maior sua concordância com a afirmação apresentada, conforme tabela a seguir:

NÍVEL	PONDERAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	**DISCORDO TOTALMENTE**	**Você não apresenta NENHUMA concordância com o que foi afirmado.**
2	**DISCORDO PARCIALMENTE**	**Você apresenta ALGUMA discordância com o que foi afirmado.**
3	**NEUTRO**	**Você não discorda, mas TAMBÉM não concorda com tal afirmação.**
4	**CONCORDO PARCIALMENTE**	**Você apresenta ALGUMA concordância com o que foi afirmado.**
5	**CONCORDO TOTALMENTE**	**Você concorda COMPLETAMENTE com o que foi afirmado.**

DIMENSAO	NUM	INDICADORES	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
			1	2	3	4	5
AMBIENTAL	1	Existe algum processo de tratamento de esgotos					
	2	Existe algum processo de reuso de água					
	3	Existe algum programa de redução de consumo e desperdício de água					
	4	Existe algum sistema de coleta de resíduos sólidos					
	5	Existe algum sistema de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem					
	6	Existe algum programa de redução da quantidade de resíduos sólidos					
	7	A destinação final dos resíduos sólidos é um aterro sanitário					

	NUM	INDICADORES	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
			1	2	3	4	5
	8	Existem técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica					
	9	Existem áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação					
	10	Existe algum Programa de educação ambiental					
	11	Existe um Plano de Gestão Ambiental					
	12	Há programas ou instalações para monitorar a qualidade do ar					
	13	Existe um plano de Desenvolvimento Sustentável					
	14	Existem estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente					
SOCIAL	15	Existem programas de capacitação profissional					
	16	Existe uma política de apoio à participação da comunidade, organizações, associações, na formulação de políticas e nos processos decisórios locais					
	17	A proporção entre turistas e residentes na alta e baixa estação não são consideráveis					
	18	Existem projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos					
CULTURAL	19	Existem aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados					
	20	Há interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)					
	21	Os pratos típicos locais são valorizados pela oferta gastronômica					
	22	Existem bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados					
	23	Há meios de promoção e manutenção de costumes e tradições					

	NUM	INDICADORES	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
			1	2	3	4	5
	24	A população conhece sobre sua cultura					
	25	Há realização frequente de eventos e festividades tradicionais com manifestações típicas					
TURÍSTICA E INSTITUCIO-NAL	26	Existe um sistema de registro e controle de visitação					
	27	É alto o grau de satisfação do turista com os estabelecimentos turísticos na comunidade					
	28	Existem Programas de visitação organizada e/ou monitorada					
	29	Existem Programas de conscientização turística					
	30	Existe um Plano municipal de desenvolvimento turístico					
	31	Existe integração com circuitos e/ou Roteiros turísticos					
	32	Os gestores e empreendedores locais participam de grupos estratégicos de desenvolvimento turístico					
	33	Existem representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico					
	34	Existem associações e entidades de classe em turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)					
ECONÔMICA	35	Existem iniciativas locais que permitem lidar com a sazonalidade turística					
	36	A atividade turística gera renda para a comunidade					
	37	Existem iniciativas que favorecem o consumo de produtos locais pelo turista					
	38	Existem iniciativas que favorecem o surgimento de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos.					

Desde já, agradeço imensamente a sua participação e colaboração nessa pesquisa.

Joelma Abrantes.

ANEXO – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UFPB

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA A PARTIR DO USO DE INDICADORES: um estudo desenvolvido em comunidades do Nordeste brasileiro

Pesquisador: JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 12825418.2.0000.5188

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.430.226

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Eduardo Rodrigues Viana de Lima. A pesquisadora pretende fazer uso dos indicadores de sustentabilidade no contexto do Turismo de Base Comunitária, propondo um novo modelo a partir da adaptação do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo de Hanai e Espíndola que trabalham com o turismo de maneira mais geral.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar e avaliar o nível de sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária (TBC) desenvolvido nas comunidades de Ponta Grossa. (Icaraí/CE) e Chã de Jardim (Areia/PB) a partir do uso de indicadores;

Objetivo Secundário:

• Diagnosticar como a atividade turística de base comunitária tem sido desenvolvida nas comunidades de Ponta Grossa (CE) e Chã de Jardim(PB);

• Identificar a percepção dos moradores dessas comunidades sobre a atividade turística ali desenvolvida;

Identificar o nível de participação dos moradores no planejamento e operação do turismo na referida comunidade;

• Verificar se o Turismo atualmente desenvolvido nas duas comunidades se encaixa nos princípios do Turismo de Base Comunitária;

• Adaptar o sistema de indicadores de sustentabilidade proposto por Hanai e Espíndola (2012) para o TBC;

• Gerar um índice de sustentabilidade para o Turismo de Base Comunitária nas comunidades de Ponta Grossa (CE) e Chã de Jardim(PB);

• Analisar a relação de sustentabilidade do TBC com a satisfação com a vida e com o índice de qualidade de vida dessas comunidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os entrevistados podem não responder exatamente o que sintam por constrangimento com relação ao entrevistador; A pesquisadora pode não conseguir as informações necessárias para muitos dos indicadores selecionados pelos especialistas e pelas comunidades. Então a lista final dos indicadores será restrita aos indicadores aos quais a pesquisadora consiga as devidas informações.

Benefícios: O uso dos indicadores e índice de sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária pode ajudar às comunidades onde se desenvolvam este tipo de turismo a monitorar e planejar melhor suas ações com vistas a alcançar uma maior sustentabilidade do turismo nesses locais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e metodologia bem fundamentada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória atendem aos requisitos formais do CEP, uma vez que a pesquisadora atendeu as recomendações do CEP.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sou de parecer favorável a execução desse projeto de pesquisa, salvo melhor juízo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório

Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1220827.pdf	30/05/2019 12:45:26		Aceito
Outros	AutorizacaoChadeJardim.jpg	30/05/2019 12:44:49	JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO	Aceito
Outros	AutorizacaoPontaGrossa.jpg	30/05/2019 12:44:03	JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoJOELMAABRANTESABRIL2019.pdf	08/04/2019 15:51:09	JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoFINALJoelmaAbrantes_enviadoaocolegiado.docx	27/09/2018 10:28:09	JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO	Aceito
Outros	QuestionarioFINAL_Joelma.docx	27/09/2018 10:26:02	JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO	Aceito
Outros	Certidaocolegiado_JoelmaAbrantes.png	25/09/2018 12:12:48	JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Joelma.doc	25/09/2018 10:37:23	JOELMA ABRANTES GUEDES TEMOTEO	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

JOAO PESSOA, 02 de Julho de 2019

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))